



**CONBRANEURO**  
**CONGRESSO BRASILEIRO**  
sobre Transtornos Associados ao  
**NEURODESENVOLVIMENTO.**

# ANAIIS DO EVENTO

ISSN: 2675-8008 | V.7 N°2, 2026

## **ORGANIZAÇÃO**

Sociedade Brasileira de Eventos Científicos – SOBREC

## **PARCEIROS**

Editora Integrar

## **APOIO**

Instituto Multiprofissional de Ensino

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Carlos Emanuel Vieira Flores Soares

Ednei Charles da Cruz Amador

Eriselma Alves Correia

Fernanda Brito

Hellen Cristina Silva de Aguiar Inacio

Larissa Domingos Nóbrega

Maria Aurea Soares de Oliveira



**EDITORA  
INTEGRAR**

A Editora Integrar é a editora vinculada ao **II Congresso Brasileiro sobre Transtornos Associados ao Neurodesenvolvimento: Avanços e Perspectivas no Cenário Atual** atuando na publicação dos anais do respectivo evento.

A Editora Integrar tem como objetivo difundir de forma democrática o conhecimento científico, portanto, promovemos a publicação de artigos científicos, anais de congressos, simpósios e encontros de pesquisa, livros e capítulos de livros, em diversas áreas do conhecimento.

Os anais do II CONBRANEURO estão publicados na **Revista Multidisciplinar em Saúde** (ISSN: 2675-8008), correspondente ao volume 7, número 2, do ano de 2026.

## APRESENTAÇÃO

O **II Congresso Brasileiro sobre Transtornos Associados ao Neurodesenvolvimento: Avanços e Perspectivas no Cenário Atual** ocorreu entre os dias **23 a 26 de março de 2026**, considerado como um evento de caráter técnico-científico destinado a acadêmicos, profissionais e curiosos na área das Transtornos Associados ao Neurodesenvolvimento!

Com objetivo central de difundir o conhecimento e estimular o pensamento científico, discutiu-se temas de grandes relevâncias na área das **Transtornos Associados ao Neurodesenvolvimento**, com o intuito de atingir o maior número de pessoas possíveis. O II CONBRANEURO também contou com um espaço para apresentação de trabalhos científicos e publicações de resumos nos anais do evento.

## PROGRAMAÇÃO

### Dia 23 de março de 2026

#### Palestras:

- 08:30 | **Comissão Organizadora (SOBREC)** | Abertura do Evento
- 09:00 | **Anna Beatrys de Nazareth Avellar** | Lidando com o diagnóstico dos filhos, seguindo para os próximos passos
- 13:00 | **Juliana Fernandes** | Panorama Epidemiológico Global dos Transtornos do Neurodesenvolvimento (TEA E TDHA). O que a Epidemiologia Revela?
- 15:00 | **Elsio de Azevedo velozo** | Psicomotricidade nos Transtornos do Neurodesenvolvimento: Possibilidades e potencialidades do indivíduo

### Dia 24 de março de 2026

#### Palestras:

- 09:00 | **Jéssica Galhardo** | Ferramentas de rastreio do TEA em crianças com Paralisia Cerebral
- 11:00 | **Beatriz dos Santos Soares** | Diferenciação clínica e neurobiológica entre TEA, TDAH e Transtorno Específico da Aprendizagem
- 13:00 | **Hélis Cristina Alves de Lima** | Deficiência Intelectual: avaliação, níveis de apoio e estratégias pedagógicas
- 15:00 | **Ana Karolina Alves Brito** | Avaliação Neuropsicológica nos Transtornos do Neurodesenvolvimento

### Dia 25 de março de 2026

#### Palestras:

- 09:00 | **Roberta Machado Alves** | Do rastreio ao diagnóstico diferencial: a atuação da neuropsicologia no envelhecimento
- 11:00 | **Terezinha Raquel Ribeiro Vieira** | Neurodiversidade: entendendo o TDAH na sociedade atual
- 13:00 | **Jéssica Suzanni Torres Soares** | TDAH FEMININO: o Transtorno Invisível por Trás do Comportamento Silencioso
- 15:00 | **Laiz Hermes Flores Rabello** | Intervenção Psicopedagógica nos Transtornos do Neurodesenvolvimento: Estratégias Baseadas em Evidências para a Prática Clínica e Escola

## **Dia 26 de março de 2026**

### **Palestras:**

- 09:00 | **Schaiane Ribeiro** | Impactos da tecnologia e exposição a telas na organização neurofuncional infantil
- 11:00 | **Nayra Rôanne de Sousa Batista** | O PEI como instrumento de inclusão: estrutura, elaboração e aplicação na Educação Básica
- 13:00 | **Jackeline Gomes da Silva Araújo** | O impacto das telas na aprendizagem e neurodesenvolvimento de crianças e adolescentes
- 15:00 | **Comissão Organizadora (SOBREC)** | Encerramento do evento



## COMPRESSÃO DO ESPAÇO-TEMPO DIGITAL, NARCISISMO E SUBJETIVIDADE ALGORÍTMICA

ATILA BARROS DA SILVA

### RESUMO

A expansão das tecnologias digitais e a centralidade do celular transformaram profundamente as formas de perceber o espaço, o tempo e a própria subjetividade. O espaço deixa de ser vivido corporalmente para tornar-se imagem exibida, produzindo uma presença mediada por coordenadas visuais e não mais pela experiência relacional. Nessa lógica, como afirma Foucault (2001), proliferam-se heterotopias, nas quais o real é atravessado por espaços que “não existem”, gerando uma ontologia de presença virtualizada. Paralelamente, o tempo converte-se em velocidade e imediatismo, fenômeno definido por Bauman (2001), como modernidade líquida, marcada pela efemeridade e pela ausência de duração. Esse ambiente produz efeitos diretos sobre o desenvolvimento infantil. Segundo Miranda (2012), os transtornos do neurodesenvolvimento, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtornos da Linguagem e Transtornos de Aprendizagem, manifestam-se precocemente e envolvem alterações em funções executivas, linguagem e autorregulação emocional. Estudos recentes demonstram que tais transtornos não resultam apenas de fatores biológicos, mas da interação entre predisposições e ambiente (Gorla; Souza; Buratti, 2021). Nesse sentido, o uso intensivo de telas constitui um fator ambiental de risco, já que compromete atenção sustentada, sono e desenvolvimento linguístico (Desmurget, 2021), especialmente em crianças com vulnerabilidades já existentes. Neste contexto, a filosofia de Chauí (2017), contribui para compreender o impacto subjetivo dessa ecologia digital, ao denunciar uma pedagogia do conformismo, que transforma sujeitos em consumidores de modelos pré-formatados. Em vez de valorização das singularidades, reforça-se a normatividade da performance e da visibilidade. Portanto, compreender os transtornos do neurodesenvolvimento exige recolocar o humano antes do algoritmo e defender que cada percurso de desenvolvimento é legítimo em sua diferença.

**Palavras-chave:** transtornos do neurodesenvolvimento; telas; subjetividade digital.

### 1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vive uma mutação profunda na forma como o sujeito experiencia o tempo, o espaço e a si mesmo. A mediação contínua do celular não apenas reorganiza a comunicação, mas reconfigura a própria ontologia da presença. O espaço antes era vivido pelo corpo: atravessado pelos deslocamentos, pelos encontros, pela imprevisibilidade dos acontecimentos. Hoje, reduz-se a um ponto abstrato, uma coordenada georreferenciada, um local exibido e capturado pela câmera, mas não necessariamente experimentado. Como assegura Michel Foucault em “Outros Espaços”, vivemos a proliferação de heterotopias, espaços paradoxais onde o real e o virtual se sobrepõem, de modo que “o espaço atual torna-se permeável por espaços que não existem” (Foucault, 2001). Essa desterritorialização constante gera aquilo que Deleuze (2018), chama de repetição sem diferença: os lugares deixam de ser

singularidades da experiência para tornarem-se registros padronizados, molduras repetidas de si mesmos, produzindo um mundo cada vez mais homogêneo e previsível. O tempo, por sua vez, deixa de ser duração e passa a ser velocidade. Na lógica digital, não há mais espera, intervalo, maturação. Bauman (2001), descreve essa condição na “modernidade líquida”: nada permanece, tudo escorre. Se o tempo moderno era um projeto de futuro, no tempo digital o futuro é descartado, substituído pelo imperativo da resposta imediata. Esse fenômeno produz uma acronia, isto é, um tempo reduzido a instantes sucessivos, sem espessura temporal. O agora é absoluto. O algoritmo não tolera lacunas: o fluxo deve ser contínuo. Assim, o sujeito passa a viver um presente permanente, onde a vida não se desenrola, ela simplesmente acontece e é exibida. Chauí (2017), assegura que a cultura contemporânea opera por meio de uma pedagogia do conformismo, na qual sujeitos são treinados para desejar aquilo que já foi desejado, para gostar do que já aparece como consenso. A visibilidade digital impõe uma normatividade: quem aparece deve corresponder ao que o outro deseja ver. Nesse processo, a diferença é tratada como ameaça, e não como potência criadora. Deleuze (2018), defende que a diferença é o motor da vida, aquilo que produz singularidade e invenção. No regime digital, ocorre o oposto: a diferença é apagada em nome da padronização visual, estética e comportamental. O corpo não pode envelhecer, o pensamento não pode divergir, a existência não pode falhar.

O mecanismo do cancelamento emerge então como tecnologia de controle social. Chauí (2017) e Santos (2016), observam que a intolerância à diferença revela a incapacidade de reconhecer o outro como sujeito. O cancelamento funciona como assassinato simbólico: ao retirar a visibilidade, retira-se também o direito à existência social. Aqui, o pensamento foucaultiano ilumina o cenário: não se trata apenas de punição, mas de disciplina. Em “Vigiar e Punir”, Foucault (1975), mostra que o poder moderno opera não pela violência direta, mas pela vigilância que induz o indivíduo a autocensurar-se. Nas redes, essa vigilância torna-se horizontal: não é o Estado que vigia, mas todos que se vigiam mutuamente. A punição é pública, performática e exemplar. Assim, o celular não é apenas um objeto tecnológico; é um dispositivo de poder. Em “Microfísica do Poder”, Foucault (2011), afirma que o poder opera de forma difusa, penetrando nas relações, nos gestos, nas expectativas e nos desejos. Hoje, ele opera algoritmicamente. A economia digital transforma a atenção humana em mercadoria. Como observa Desmurget (2021), o design dos aplicativos é construído para manter o usuário conectado por dopamina, criando vínculos de dependência que não são conscientes. O novo trabalhador não produz objetos, mas engajamento; não trabalha com o corpo, mas com o olhar. O capitalismo atual explora o desejo de ser visto.

Nessa condição, até o sofrimento se torna espetáculo. Jovens recorrem ao celular não apenas para se informar, mas para perguntar como desaparecer, e, por vezes, como desistir da própria vida. A tela assume o lugar do outro. A presença humana, aquela capaz de escutar, acolher, silenciar, é substituída por respostas automáticas. O algoritmo responde, mas não acolhe; entrega conteúdo, mas não oferece sentido. A subjetividade fragilizada encontra confirmação na máquina, não no encontro. Chauí (1995), adverte que a filosofia começa quando perguntamos “por que as coisas são assim e não de outro modo?”. Ao naturalizarmos a vida mediada pelas telas, renunciamos à crítica e aceitamos como inevitável aquilo que é construção histórica.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com delineamento teórico-bibliográfico e analítico-interpretativo, fundamentado em autores que problematizam a constituição da subjetividade contemporânea e os efeitos socioculturais das tecnologias digitais. O objetivo do método empregado não foi quantificar comportamentos, mas interpretar o fenômeno da subjetividade mediada pelas telas a partir de categorias filosóficas e sociológicas.

O procedimento metodológico adotado foi a análise discursiva e hermenêutica. Inicialmente, realizou-se leitura compreensiva das obras, identificando conceitos estruturantes: heterotopia e vigilância (Foucault, 2001; 1975), repetição sem diferença (Deleuze, 2018), modernidade líquida (Bauman, 2001), narcisismo e melancolia (Freud, 1914; 1917) e pedagogia do conformismo (Chauí, 2017). Em seguida, efetuou-se a triangulação teórica entre os autores, examinando convergências e tensões conceituais. Essa triangulação metodológica permitiu compreender como a mediação contínua pelas telas produz deslocamentos espaço-temporais, reorganiza processos subjetivos e opera como tecnologia de controle social.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Naturalizar” a vida mediada pelas telas significa subtrair-lhe história, conflito e escolha, convertendo o que é produto de relações sociais, técnicas e políticas em evidência espontânea, quase biológica, de um “modo de ser” contemporâneo. A operação ideológica aqui é decisiva: quando a mediação técnica se torna o ar que respiramos, a sua contingência se apaga e a crítica perde fôlego. É precisamente contra essa neutralização do pensamento que Marilena Chauí insiste, de diferentes modos, em seu projeto filosófico-pedagógico. Em *Convite à Filosofia*, ao opor o movimento do filosofar à acomodação do “senso comum”, Chauí propõe um gesto inaugural: desfazer a aparência de naturalidade que recobre as formas dominantes de ver e viver (Chauí, 1995). Em *Conformismo e resistência*, o diagnóstico se aprofunda: a sociedade de massas fabrica indivíduos conformes por meio de dispositivos culturais que “fazem passar por naturais” estruturas e hierarquias historicamente produzidas (Chauí, 2017). Transposta para o universo das telas, essa dupla tese expõe a gramática do nosso presente: hábitos de atenção, regimes de visibilidade, práticas de consumo, algoritmos de recomendação e protocolos de interação compõem uma ecologia midiática que educa percepções e desejos ao mesmo tempo em que promete liberdade, autonomia e expressão.

A naturalização, do ponto de vista de Chauí, é a cifra da ideologia. Não se trata apenas de “falsa consciência”, mas do modo pelo qual as relações sociais se obscurecem ao apresentar-se como evidências imediatas. A cultura midiática, ao converter a visibilidade em critério de existência e relevância, realiza um deslocamento semântico cuja violência é tanto maior quanto mais discreta: o que aparece torna-se o que é; o que circula converte-se no que vale; o que engaja transforma-se no que importa. Esse efeito de equivalência entre ser e aparecer, entre circulação e verdade, é precisamente aquilo que a filosofia deve desnaturalizar, recolocando as mediações, técnicas, econômicas, institucionais, no campo das perguntas e não das obviedades (Chauí, 2017). À luz desse horizonte, a vida “mediada pelas telas” não é apenas um conjunto de ferramentas; é uma forma histórica de governo da percepção e da conduta.

Michel Foucault oferece um contracampo decisivo a esta crítica. A passagem da sociedade disciplinar, de instituições fechadas e rotinas, para o que ele delineia como tecnologias difusas de poder permite compreender como a mediação digital opera por normalização, e não apenas por repressão. Em *Vigiar e punir* a centralidade do panoptismo indica a racionalidade que transforma o olhar em operador de sujeição e autogoverno (Foucault, 1975; 1977). Nas plataformas, o panoptismo não precisa de torre: a métrica exposta, os sistemas de reputação e as recompensas intermitentes funcionam como ortopedia afetiva, educam o gesto, calibram o tom, filtram a divergência. Em *Microfísica do poder*, quando Foucault descreve a capilaridade do poder e sua imanência ao tecido social (Foucault, 2011), entrevemos a gramática algorítmica do presente: uma multiplicidade de microcoerções que dispõem corpos e sensibilidades pela gestão estatística de perfis, traços e previsões. A naturalização de tais arranjos aparece, então, como efeito de um poder que não precisa dizer o que fazer; basta dispor, por incentivos e penalidades ínfimas, o que será mais provável desejar.

A crítica de Chauí à “pedagogia do conformismo” torna-se aqui plenamente inteligível. Se, como sugere a filósofa, a cultura de massas fabrica consentimento ao promover a

identificação entre felicidade e consumo, autonomia e escolha pré-formatada, liberdade e aderência a padrões de prestígio (Chauí, 2017), então, no ecossistema de telas, a promessa de “ser você mesmo” coincide com um protocolo de performatividade reconhecível, recompensada e modularizada. O resultado é uma subjetividade que confunde expressão com exposição, participação com presença estatística, diálogo com circulação. E porque essa operação aparece como livre, “apenas escolho o que gosto”, “apenas sigo quem me interessa”, sua natureza governamental permanece invisível. É aqui que o conceito foucaultiano de biopolítica, ao tematizar a gestão das populações pela administração de riscos, hábitos e estilos de vida (Foucault, 2008), ajuda a ler o digital como ambiente de programação de condutas através da engenharia da atenção.

A naturalização, porém, não se exerce apenas sobre práticas; incide também sobre o próprio regime de verdade que confere sentido às práticas. Em *A ordem do discurso* e *As palavras e as coisas*, Foucault examina as condições históricas de possibilidade dos enunciados, isto é, as regras impensadas que governam o que pode ser dito, por quem e com que efeitos (Foucault, 1995; 1999). Aplicada às telas, essa chave sugere que a aparente transparência da comunicação digital encobre seleções, cortes e hierarquias: toda timeline é uma construção discursiva onde alguns dizeres ascendem e outros afundam. A naturalização consiste, então, em tomar por espontâneo um arranjo intensamente técnico, intensamente político. Daí a pertinência do gesto filosófico, em Chauí, como “desobstrução” do pensamento: arrancar o olhar da evidência, reagir ao automatismo e reconstituir as mediações que a cultura midiática tende a obliterar (Chauí, 1995).

Jacques Derrida, por seu turno, aprofunda a crítica ao mito da imediaticidade, um dos núcleos mais persistentes da naturalização. Em *Da Gramatologia*, ele desarticula a oposição hierárquica entre fala (presença, vida) e escrita (ausência, técnica), mostrando que toda presença é sempre já atravessada por diferença e adiamento (*différance*), traço, suplemento (Derrida, 2011). Ao transpor essa lição para o universo das telas, cai por terra a ilusão da “proximidade sem mediação”: o vídeo ao vivo, o áudio instantâneo, o chat contínuo, longe de abolirem a textualidade, reencenam a escritura sob outras gramáticas técnicas. “Naturalizar” a vida mediada é, nesse sentido, reiterar a velha metafísica da presença sob a forma de um novo fetiche: o da transparência tecnológica. A crítica derridiana funciona, então, como antídoto conceitual contra a crença de que o digital seria um meio neutro que “apenas” transporta o que somos; ao contrário, ele suplementa, reordena e institui. Em *Ética da hospitalidade*, Derrida pergunta pelo acolhimento do outro que excede a forma do mesmo (Derrida, 2003). Transportada ao cenário das plataformas, a pergunta torna-se: há lugar para a alteridade quando o reconhecimento é mediado por padrões de legibilidade e recompensa? A hospitalidade algorítmica não é precisamente o contrário da hospitalidade, acolhe o que confirma, rejeita o que perturba. Nesse ponto, reemerge a atualidade de Chauí. Ao insistir que a crítica filosófica é um trabalho de desnaturalização, ela mira exatamente a gramática cotidiana pela qual consentimos com aquilo que nos forma sem que tenhamos escolhido ser assim. Em *Conformismo e resistência*, a filósofa expõe como a cultura de massas fabrica um sujeito cuja liberdade coincide com a adesão às ofertas do mercado (Chauí, 2017). A vida mediada pelas telas intensifica esta fabricação porque desloca a instância de validação do espaço público para o espaço métrico: o valor de um enunciado é sua circulação; o estatuto de um sujeito é seu alcance. Naturaliza-se, assim, a equivalência entre verdade e visibilidade. Se, como adverte Chauí, a filosofia nasce quando recusamos a identidade entre o real e a sua aparência imediata (Chauí, 1995), então o primeiro gesto crítico no digital é romper a exigência de simultaneidade e performance que impede a reflexão, recusar o timing da plataforma para reencontrar o tempo do juízo.

A teoria foucaultiana da *parrhesía*, tal como trabalhada em *A coragem da verdade*, oferece outro eixo de resistência: dizer a verdade exige coragem porque expõe o sujeito ao

risco; supõe um regime de liberdade e de cuidado de si (Foucault, 2008). A naturalização midiática, ao converter toda fala em dado, mina a parrhesía ao dissolver sua dimensão ética na solvente da estatística: coragem e risco perdem sentido quando o que vale é o que “engaja”. Retomar a fala verdadeira implica reconstruir condições de escuta, tempo de elaboração e reciprocidade que a economia da atenção não fornece. Aqui, a pedagogia filosófica de Chauí reencontra a ética foucaultiana do dizer-verdadeiro: sem instituições e práticas que protejam o tempo do discernimento, falar e ouvir tornam-se funções da máquina de visibilidade.

A biopolítica, por sua vez, esclarece como a naturalização se insinua sob a figura da proteção e do cuidado. Nas plataformas, discursos de segurança, bem-estar e personalização justificam o recolhimento maciço de dados, a curadoria opaca de conteúdos e a experimentação incessante sobre populações de usuários. Tudo se dá “para o seu próprio bem”, “para melhorar sua experiência”. O que Chauí chama de “conformismo” é aqui produzido por dispositivos que tornam cômodo, e moralmente aceitável, o abandono da deliberação: a plataforma decide porque “sabe mais”, “sabe melhor”. O resultado é uma heteronomia doce, cuja eficácia depende justamente da sua aparência de naturalidade. Em termos derridianos, trata-se do pharmakon: remédio que é veneno, hospitalidade que é clausura, suplemento que institui a falta que pretende suprir.

#### 4 CONCLUSÃO

A constituição da subjetividade humana sempre esteve ligada às formas pelas quais o sujeito experiencia tempo, espaço e alteridade. Contudo, na sociedade contemporânea, mediada pelas telas e pela lógica algorítmica, ocorre uma mutação na ontologia da presença: o corpo deixa de ser o centro da experiência e torna-se apêndice de um sistema de visibilidade. A experiência do espaço, antes vivida na imprevisibilidade dos encontros, na corporeidade dos deslocamentos e na construção simbólica dos afetos, passa a ser convertida em coordenadas georreferenciadas, em imagens capturadas e exibidas sem vivência. Como afirma Foucault (2001), proliferam-se heterotopias, lugares paradoxais em que “o espaço real torna-se permeável por espaços que não existem”. Essa desmaterialização da presença é acompanhada pela compressão do tempo: substitui-se a duração pela velocidade. Na leitura de Bauman (2001), vivemos a modernidade líquida, na qual tudo escorre sem permanência; o futuro, antes horizonte de projeto, converte-se no imediatismo do agora absoluto.

Esse novo regime espaço-temporal não apenas transforma a experiência do mundo, mas incide diretamente sobre a constituição psíquica e cognitiva do sujeito em desenvolvimento. A infância e a adolescência, períodos nos quais o sistema nervoso está em intensa plasticidade, tornam-se agora atravessadas por fluxos hiperestimulantes, fragmentários e orientados para recompensa imediata, interferindo nos processos naturais de autorregulação, atenção, linguagem e interação social. Segundo Miranda, Muszkat e Mello (2012), os transtornos do neurodesenvolvimento são condições de início precoce, envolvendo alterações em múltiplas áreas, funções executivas, linguagem, cognição, comportamento adaptativo, e exigem compreensão multidimensional, jamais reduzida a diagnósticos estanques.

A neurociência contemporânea reforça que essas condições não resultam de um único fator causal, mas emergem da interação entre predisposições biológicas e ambientes socioculturais (Gorla; Souza; Buratti, 2021). Desse modo, quando o ambiente é tomado por excesso de estímulos digitais, ausência de frustração, imediatismo e precarização das relações humanas, cria-se um terreno fértil para ampliar vulnerabilidades já existentes em crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtornos Específicos de Aprendizagem e do Desenvolvimento da Linguagem.

Desmurget (2021), ao investigar os efeitos das telas sobre o desenvolvimento cognitivo, denomina esse fenômeno como “fábrica de cretinos digitais”: não se trata de metáfora, mas de denúncia baseada em evidências de queda de rendimento linguístico, redução da capacidade

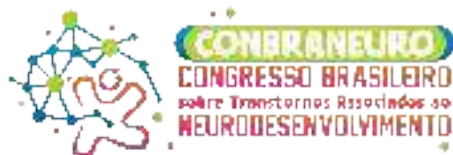
atencional, diminuição do vocabulário e piora no sono. A hiperestimulação constante conduz o cérebro infantil a operar em ciclos viciantes de dopamina, alterando o sistema de recompensa e reduzindo a capacidade de sustentar atenção voluntária. Tais efeitos são particularmente nocivos para crianças que já possuem fragilidades neurodesenvolvimentais, pois dificultam a maturação de funções executivas essenciais, como planejamento, controle inibitório e memória de trabalho (Nunes; Roldan, 2024). Nesse contexto, o sujeito torna-se imagem: o que se é depende do que se mostra. Freud (1914; 1917), já afirmava que o narcisismo se estrutura na busca da própria imagem no olhar do outro. Quando o olhar se converte em métrica, curtidas, visualizações, seguidores, instala-se um eu dependente de aprovação constante. Quando ela falha, sobrevém o colapso melancólico. No caso de adolescentes com TEA ou TDAH, cuja cognição social e autorregulação já são sensíveis, essa exposição permanente intensifica sentimentos de inadequação, ansiedade e autoacusação (De Assis Pereira Filho, 2024). É nesse ponto que a filosofia de Marilena Chauí se torna imprescindível. Para Chauí (2017), a cultura contemporânea opera uma pedagogia do conformismo, que transforma sujeitos em consumidores de modelos pré-fabricados de existência: “não se deseja aquilo que se quer, deseja-se o que já foi desejado” (Chauí, 2017). A subjetividade passa a ser moldada não pela experiência, mas pela normatividade visual e comportamental. Diferir torna-se ameaça. No universo digital, como observa Chauí, não há espaço para a alteridade; há apenas o espelho narcísico da repetição. Essa crítica converge com Deleuze (2018), que aponta a repetição sem diferença como característica do capitalismo tardio: repete-se aquilo que é igual, apagando-se a singularidade. No campo do neurodesenvolvimento, esse mecanismo produz consequências graves: a diferença neurológica, que deveria ser acolhida, passa a ser tratada como falha, desvio, patologia. A escola, muitas vezes, reforça o dispositivo disciplinar descrito por Foucault (1975): não se busca compreender, mas adaptar; não se acolhe a diferença, pretende-se corrigir o comportamento.

Quando o ambiente educativo adota o paradigma da performance, o aluno com TEA ou TDAH torna-se uma não-conformidade. Em vez de reorganizar tempos e linguagens para incluir, ajusta-se o sujeito para obedecer. É essa estrutura que Chauí (2017), denuncia como autoritarismo social: aquele que exige adaptação irrestrita às normas sem questionar a violência das normas.

Assumir os transtornos do neurodesenvolvimento como problema do indivíduo, e não como responsabilidade coletiva, é uma forma sofisticada de cancelamento. Retira-se o direito à existência social quando se exige que a criança funcione no ritmo da máquina. Assim, o que aparece como “tratamento” pode, na verdade, ser disciplinamento: em vez de ampliar o mundo, estreita-se a experiência. Por isso, a literatura moderna insiste que o diagnóstico só tem sentido quando articulado a projetos de vida, educação inclusiva e cuidado interdisciplinar (De Oliveira, 2019). O desenvolvimento não é a correção de um erro, mas o fortalecimento das potencialidades singulares. Recolocar o humano antes do algoritmo exige recuperar o tempo da duração e o espaço do encontro. Implica reconhecer que existir não é aparecer, mas ser transformado pelo outro. Implica repetir a pergunta essencial de Chauí (1995): “por que as coisas são assim e não podem ser de outro modo?”. A pergunta filosófica é, neste caso, uma forma de resistência contra o determinismo comportamental imposto pelas plataformas digitais. Pensar os transtornos do neurodesenvolvimento não é tratar de déficits, mas de diferenças. E diferença não é falha: é potência criadora.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: escritos de Marilena Chauí. v. 4. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia [em linha]. São Paulo: Ática, 1995.
- DE ASSIS PEREIRA FILHO, Francisco. TRANSTORNO DO NEURODESENVOLVIMENTO E SUAS COMPLEXIDADES. Revista Acadêmica Online, v. 10, n. 53, p. e352-e352, 2024.
- DE OLIVEIRA, Carina Alice. Transtornos do Neurodesenvolvimento. IESDE BRASIL SA.
- DE SOUSA SANTOS, Boaventura; CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2016.
- DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- DESMURGET, Michel. A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças. São Paulo: Vestígio, 2021.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: Ditos e Escritos, v. 3, p. 411-422, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo (1914). In: FREUD, Sigmund. Obras Completas. v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. Luto e melancolia (1917). In: FREUD, Sigmund. Obras Completas. v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GORLA, José Irineu; SOUZA, Nayara Christine; BURATTI, Jéssica Reis. Transtornos do neurodesenvolvimento: conceitos, neurotopografia e aspectos psicomotores. AYA Editora, 2021.
- MIRANDA, Mônica Carolina; MUSZKAT, Mauro; DE MELLO, Claudia Berlim. Neuropsicologia do Desenvolvimento: transtornos do neurodesenvolvimento. Editora Rubio, 2012.
- NUNES, Sandra Odebrecht Vargas; DE OLIVEIRA ROLDAN, Ana Cecília. Transtornos do Neurodesenvolvimento. Disponível em: <<https://www.npsiquiatria.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Transtorno-do-desenvolvimento.pdf>>. Acesso 07/11/2025

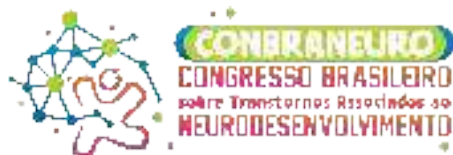


## DA CONSCIENTIZAÇÃO AO EXCESSO: O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NO AUMENTO DE AUTODIAGNÓSTICOS DE TDAH

TAIANE SILVA DA COSTA

**Introdução:** A proliferação e o uso intensivo das redes sociais transformaram a maneira como indivíduos acessam informações sobre saúde, incluindo transtornos mentais. Enquanto plataformas digitais podem ser fontes valiosas para a conscientização sobre condições como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o fácil acesso a conteúdos não verificados e a fenômenos de identificação coletiva têm fomentado uma tendência crescente ao autodiagnóstico. Este cenário complexo, impulsionado por algoritmos e pela disseminação de narrativas pessoais, levanta preocupações significativas sobre a validade desses autodiagnósticos e suas consequências para a saúde mental dos usuários. A banalização de sintomas pode levar à procura inadequada por tratamentos ou à negligência de condições subjacentes, exigindo uma análise aprofundada desse fenômeno contemporâneo. **Objetivo:** Objetiva-se analisar a correlação entre a exposição a conteúdos de TDAH em redes sociais e a prevalência de autodiagnósticos não profissionais. A investigação foca nos mecanismos de influência das plataformas sobre a percepção individual de sintomas e a busca por identificação diagnóstica. **Metodologia:** A metodologia combinou revisão integrativa da literatura e análise de conteúdo qualitativa de postagens em redes sociais (TikTok, Instagram, Twitter). A pesquisa bibliográfica, dos últimos cinco anos, empregou descritores como “redes sociais”, “TDAH” e “autodiagnóstico”. **Resultado:** Os resultados revelam que a exposição a conteúdos de TDAH em redes sociais intensifica a identificação de usuários com sintomas, frequentemente simplificados. Observou-se a tendência de atribuir características cotidianas ao TDAH, levando a autodiagnósticos precipitados. Algoritmos de recomendação reforçam “bolhas” de conteúdo, diminuindo a busca por avaliação profissional. A desinformação e a ausência de filtragem científica contribuem para a confusão entre conscientização e patologização de comportamentos, impactando a percepção diagnóstica. **Conclusão:** O estudo conclui que as redes sociais, apesar de promoverem conscientização sobre TDAH, impulsionam um aumento preocupante de autodiagnósticos. Este fenômeno, alimentado pelo conteúdo viral e busca por pertencimento, evidencia a urgência de iniciativas para literacia em saúde mental digital e pensamento crítico. É imperativa a colaboração entre plataformas digitais e profissionais de saúde para estabelecer diretrizes de disseminação responsável de informações, incentivando diagnósticos e tratamentos validados por especialistas, visando mitigar riscos à saúde individual.

Palavras-chave: **AUTODIAGNÓSTICO; REDES SOCIAIS; TDAH**



## MECANISMOS AUTORREGULATÓRIOS NO TDAH

WESLAINE ALVES BARBOSA OLIVEIRA

**Introdução;** Indivíduos com TDAH frequentemente expressam dificuldades relacionadas à autorregulação emocional, comportamental e sensório-motora. Esses mecanismos, embora pouco explorados na literatura clínica tradicional, representam estratégias adaptativas fundamentais para lidar com a desorganização interna, a hiperestimulação ou a busca por equilíbrio corporal. A observação desses comportamentos ao longo do ciclo vital contribui para uma compreensão mais ampla do neurodesenvolvimento e das necessidades autorregulatórias específicas de cada indivíduo. **Objetivo;** Analisar, por meio de um estudo de caso, como indivíduos com TDAH desenvolvem estratégias sensório-motoras de autorregulação desde a infância até a vida adulta, destacando sua função adaptativa, sua continuidade ao longo do tempo e suas implicações clínicas. **Metodologia;** Trata-se de um relato de caso com abordagem descritiva e qualitativa. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, autorrelato da participante, história de desenvolvimento infantil, observações clínicas e análise comparativa de comportamentos autorregulatórios entre mãe e filho. Os dados foram organizados em eixos temáticos: manifestações sensório-motoras na infância, adaptações na vida adulta e padrões intergeracionais de autorregulação. **Resultados;** Os dados revelaram que: Na infância, a participante utilizava movimentos rítmicos de balanço como estratégia de conforto emocional e reorganização corporal. Na vida adulta, novas formas de autorregulação emergiram, especialmente relacionadas à postura, como sentar com as pernas elevadas ou cruzadas de modo específico, visando sensação de estabilidade interna. Padrões semelhantes foram observados no filho, sugerindo possível vínculo entre predisposição neurobiológica e aprendizado por modelagem. Tais comportamentos, frequentemente vistos como inquietação, mostraram-se mecanismos eficazes de modulação emocional e sensorial. **Conclusão:** O estudo demonstra que comportamentos autorregulatórios sensório-motores são estratégias naturais, persistentes e adaptativas entre indivíduos com TDAH. Reconhecer tais manifestações permite ampliar a compreensão clínica sobre o transtorno, favorecendo intervenções mais precisas, sensíveis e alinhadas às necessidades neurofisiológicas da pessoa. A análise intergeracional reforça a importância de considerar fatores tanto genéticos quanto ambientais na expressão desses mecanismos.

Palavras-chave: **AUTORREGULAÇÃO SENSÓRIO-MOTORA; TDAH; NEURODESENVOLVIMENTO**

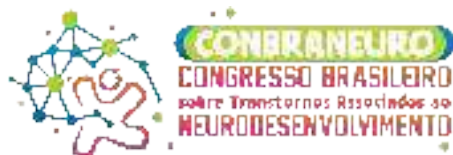


## GESTÃO POR TERAPEUTAS OCUPACIONAIS EM PLANOS DE SAÚDE: IMPACTO NA QUALIDADE ASSISTENCIAL E SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA

LUDMILLA FERREIRA; JOSE NAUM DE MESQUITA CHAGAS

**Introdução:** A atuação de Terapeutas Ocupacionais (TOs) em cargos de gestão ainda é incipiente em planos de saúde, embora essencial para a qualidade assistencial. A falta de liderança técnica na área pode resultar em práticas desorganizadas e fragilidades éticas. Este relato descreve a experiência de uma Terapeuta Ocupacional que, ao assumir a coordenação de um setor clínico, implementou mudanças estruturais. **Objetivo:** Relatar a reestruturação do setor de Terapia Ocupacional em um centro de terapias de plano de saúde regional, sob gestão de uma profissional da área. **Relato de experiência:** Relato de experiência (2024-atual) no Centro de Terapias do Grupo SAMEL na cidade de Manaus-AM, com foco na implantação de protocolos, termos de consentimento livre esclarecido (TCLE), fluxos de trabalho e educação continuada para a equipe. A gestão por uma Terapeuta Ocupacional permitiu: Criação de protocolos padronizados (avaliação periódica a cada 3-6 meses); Elaboração de relatórios avaliativos e Termo de Consentimento Livre; Reuniões mensais para alinhamento técnico; Mediação eficiente entre equipe e administração. Antes, a ausência de coordenação gerava intervenções sem embasamento; após, houve maior assertividade e otimização de vagas. **Conclusão:** A presença de profissional da Terapia Ocupacional em cargos de coordenação é fundamental para o bom funcionamento do serviço. A gestão técnica permite alinhar ações, estruturar intervenções com base em evidências e gerar indicadores consistentes. Isso favorece a qualificação da prática clínica, o engajamento da equipe e, por consequência, melhores resultados terapêuticos. A atuação gerencial contribui também para a organização do fluxo de atendimentos, com maior controle das altas e otimização do uso das vagas, promovendo eficiência e sustentabilidade no cuidado. A gestão por TOs qualifica a prática clínica, organiza fluxos e gera indicadores consistentes, reforçando a necessidade de inserção desses profissionais em cargos de liderança.

Palavras-chave: **TERAPIA OCUPACIONAL; ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE; PLANOS DE SAÚDE**



## **ABORDAGENS NEUROPSICOPEDAGÓGICAS EFICAZES NO TRATAMENTO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

IANE SOUSA DUARTE DA COSTA

**Introdução:** A neuropsicopedagogia é uma abordagem interdisciplinar que integra conceitos de psicologia, pedagogia e neurociência, buscando compreender e tratar as dificuldades de aprendizagem, que afetam milhões de crianças ao redor do mundo. Essas dificuldades impactam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes, comprometendo seu desempenho acadêmico e a integração social. A neuropsicopedagogia oferece intervenções personalizadas que consideram as características individuais de cada aluno, com o objetivo de superar os desafios encontrados no processo de aprendizagem. **Objetivo:** O estudo visa analisar as abordagens neuropsicopedagógicas utilizadas para tratar as dificuldades de aprendizagem, com base nas teorias de Freud, Skinner, Ausubel, Watson e Pavlov, que fundamentam as estratégias educacionais aplicadas. A pesquisa busca avaliar a eficácia dessas intervenções no contexto escolar e como elas contribuem para o sucesso acadêmico e emocional das crianças. **Metodologia:** A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica, analisando estudos acadêmicos sobre o uso da neuropsicopedagogia no tratamento das dificuldades de aprendizagem. Foram revisados artigos, livros e pesquisas científicas que detalham as práticas mais eficientes e a aplicação das teorias psicológicas na educação. **Resultados:** Os resultados indicam que abordagens como a terapia cognitivo-comportamental, adaptação do ambiente escolar e ensino de habilidades sociais são fundamentais para superar as dificuldades de aprendizagem. A avaliação neuropsicológica também desempenha um papel importante na identificação das dificuldades específicas, permitindo a criação de intervenções mais eficazes e direcionadas. **Conclusão:** A pesquisa conclui que a neuropsicopedagogia é uma ferramenta essencial para promover a inclusão educacional, oferecendo estratégias que atendem às necessidades individuais dos alunos, garantindo um aprendizado mais eficiente e o desenvolvimento integral das crianças, além de contribuir para um ambiente escolar mais inclusivo e justo.

Palavras-chave: **NEUROPSICOPEDAGOGIA; DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM; INTERVENÇÕES EFICAZES**

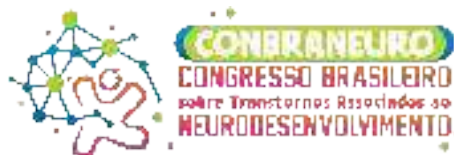


## **ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

MAYARA LEANDRA SANTOS DE OLIVEIRA

**Introdução:** A consolidação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto da educação básica demanda a superação de modelos homogêneos de ensino, especialmente no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As especificidades neurodesenvolvimentais desse público, como alterações no processamento sensorial e nas redes de cognição social, impactam diretamente os processos de aprendizagem, comunicação e interação social, exigindo intervenções pedagógicas intencionais, planejadas e individualizadas. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência educacional desenvolvida em contexto escolar, voltada à implementação de estratégias pedagógicas inclusivas direcionadas a crianças com TEA, fundamentadas nos princípios da educação inclusiva e da mediação pedagógica. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, baseado na observação sistemática do cotidiano escolar, no planejamento pedagógico adaptado e na mediação intencional das atividades de ensino-aprendizagem. **Metodologia:** As estratégias adotadas envolveram a organização de rotinas estruturadas, com foco na previsibilidade e no suporte às funções executivas; o uso de suportes visuais, explorando o processamento visual-espacial; a adaptação de materiais didáticos; a flexibilização curricular; atividades lúdicas mediadas; e o emprego de estratégias de comunicação alternativa, articuladas às necessidades individuais dos estudantes. O trabalho foi desenvolvido de forma colaborativa com a equipe pedagógica e as famílias, respeitando os princípios da corresponsabilidade educativa. **Resultados:** Os resultados evidenciaram avanços no engajamento dos estudantes com TEA nas atividades propostas, ampliação da participação nas interações sociais, maior previsibilidade comportamental e progressos na autonomia durante a realização das tarefas escolares. **Conclusão:** Observou-se impacto positivo na prática docente, com maior intencionalidade pedagógica, ampliação do repertório metodológico inclusivo e fortalecimento de uma postura reflexiva frente às demandas educacionais específicas, contribuindo para práticas educacionais inclusivas mais equitativas, acessíveis e pedagogicamente eficazes.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA; INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA; TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA;**

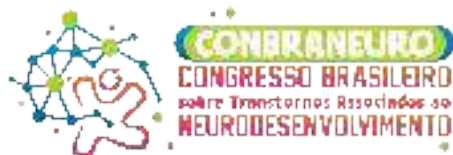


## O TRAUMA NA INFÂNCIA E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE UM SUJEITO NEURODIVERGENTE: UMA VISÃO NEUROPSICOBIOLOGICA

KAROLLAINY MARIA DA SILVA; SABRINA GREYCE DA COSTA QUEIROZ

**Introdução:** O trauma vivenciado na infância configura-se como um fator de risco significativo para o desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental do indivíduo, especialmente quando associado a condições de neurodivergência, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras alterações do neurodesenvolvimento. A infância constitui um período sensível caracterizado por intensa plasticidade neural, no qual experiências adversas podem provocar impactos duradouros nos sistemas neurobiológicos responsáveis pela regulação emocional, pelas funções executivas e pelo comportamento social. Sob uma perspectiva neuropsicobiológica, o trauma infantil pode alterar o funcionamento do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HPA), modificar a conectividade cerebral e comprometer processos de aprendizagem, adaptação e autorregulação, influenciando diretamente a capacidade do indivíduo de lidar com estressores e de estabelecer vínculos afetivos seguros. Em sujeitos neurodivergentes, tais efeitos tendem a ser potencializados, considerando diferenças estruturais e funcionais presentes no sistema nervoso central, bem como maior vulnerabilidade a ambientes invalidantes, sobrecarga sensorial e estresse crônico, fatores que amplificam os impactos adversos ao longo do desenvolvimento. **Objetivo:** Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos do trauma infantil sobre o desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental de indivíduos neurodivergentes, compreender as alterações neurobiológicas associadas, com ênfase no funcionamento do sistema nervoso central e do eixo HPA, e refletir sobre as implicações clínicas, educacionais e psicossociais decorrentes dessa interação. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e explicativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em produções científicas das áreas de neurociências, psicologia do desenvolvimento e psicopatologia do neurodesenvolvimento. **Resultados:** Os resultados indicam que experiências adversas precoces podem intensificar dificuldades emocionais, sociais e cognitivas, comprometendo processos de autonomia, adaptação e qualidade de vida desses sujeitos. **Conclusão:** Conclui-se que a compreensão integrada entre trauma infantil e neurodivergência é fundamental para subsidiar práticas clínicas, educacionais e terapêuticas mais sensíveis, éticas e individualizadas, capazes de considerar a singularidade de cada indivíduo e de promover intervenções que favoreçam o desenvolvimento saudável e a resiliência ao longo do ciclo vital.

Palavras-chave: **TRAUMA INFANTIL; NEURODIVERGENTE; NEUROPSICOBIOLOGICO**

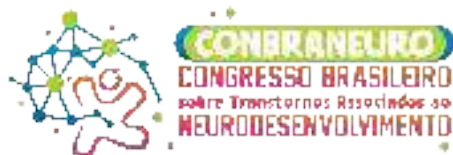


## EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ALUNOS NÃO VERBAIS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

JAYANE CLARA PIMENTEL BARBOSA

**Introdução:** A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista, especialmente daqueles que não utilizam a linguagem oral, constitui um dos principais desafios da educação contemporânea. Apesar dos avanços legais que asseguram o direito à educação inclusiva, ainda persistem dificuldades relacionadas à formação docente, à adaptação curricular e à utilização de estratégias pedagógicas que contemplem as especificidades comunicacionais desses estudantes. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na construção de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral dos alunos não verbais com TEA. **Objetivo:** Analisar de que forma a prática pedagógica pode ser adaptada para favorecer a inclusão e a aprendizagem de alunos não verbais com Transtorno do Espectro Autista, destacando a importância da formação docente, das estratégias pedagógicas inclusivas, dos recursos de Comunicação Alternativa e Aumentativa e da mediação entre escola, família e equipe multidisciplinar. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de produções científicas, legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva e ao Transtorno do Espectro Autista. O corpus foi constituído por artigos, livros e normativas selecionados em bases científicas, contemplando publicações relevantes sobre práticas pedagógicas inclusivas. A análise ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo. **Resultados:** Os resultados indicam que a inclusão de alunos não verbais com Transtorno do Espectro Autista ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à formação docente e à implementação efetiva de estratégias inclusivas. Entretanto, o uso de recursos como Comunicação Alternativa e Aumentativa, rotinas visuais, metodologias estruturadas e tecnologias assistivas contribui positivamente para o desenvolvimento da comunicação, da autonomia e da participação desses alunos no ambiente escolar. Evidencia-se também a relevância da atuação colaborativa entre escola, família e equipe multidisciplinar. **Conclusão:** Conclui-se que a inclusão escolar de alunos não verbais com Transtorno do Espectro Autista é possível quando há investimento em formação continuada, planejamento pedagógico inclusivo e fortalecimento das parcerias institucionais, promovendo uma educação acessível, equitativa e comprometida com a diversidade humana. Tais ações fortalecem direitos educacionais, ampliam equidade social e qualificam práticas inclusivas.

Palavras-chave: **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA; EDUCAÇÃO INCLUSIVA; COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA;**

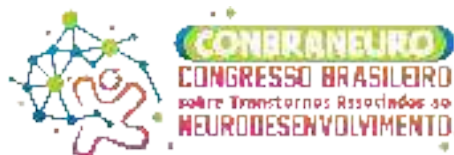


## ALFABETIZAÇÃO DIGITAL INCLUSIVA NO AEE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

IZABEL BEZERRA DO NASCIMENTO

**Introdução:** A educação inclusiva enfrenta desafios relacionados à alfabetização de adolescentes com deficiência, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. Muitos estudantes chegam aos anos finais do Ensino Fundamental com dificuldades significativas de leitura e escrita, demandando práticas pedagógicas diferenciadas. Nesse contexto, o uso de tecnologias digitais no Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como estratégia potencializadora do processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a participação, a autonomia e o desenvolvimento integral dos estudantes. **Objetivo:** Relatar a experiência de implementação de um projeto de alfabetização digital inclusiva desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais, com foco no fortalecimento das habilidades de leitura, escrita e autonomia digital de adolescentes com deficiência. **Relato de caso/experiência:** A experiência foi desenvolvida em uma escola pública municipal, envolvendo 20 estudantes do 6º ao 9º ano com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e dislexia, atendidos no AEE em dois turnos. As ações ocorreram ao longo de quatro meses, com o uso de jogos digitais educativos acessados por computadores, tablets e celulares. As atividades priorizaram a formação e segmentação de palavras, reconhecimento de fonemas, correspondência som-letra e produção escrita. A metodologia adotou práticas ativas, com mediações pedagógicas contínuas, respeitando os diferentes níveis de aprendizagem. A avaliação foi processual, considerando frequência, desempenho individual e engajamento, sendo observados avanços na leitura, escrita, autoestima, atenção e autonomia digital. **Conclusão:** O relato evidencia que o uso planejado de tecnologias digitais no AEE contribuiu para a promoção da alfabetização e para o fortalecimento da educação inclusiva. Os resultados indicam que práticas pedagógicas mediadas por recursos digitais favorecem aprendizagens significativas, ampliam a autonomia dos estudantes e reforçam sua participação na escola regular.

Palavras-chave: **ALFABETIZAÇÃO DIGITAL; EDUCAÇÃO INCLUSIVA; TECNOLOGIA ASSISTIVA**

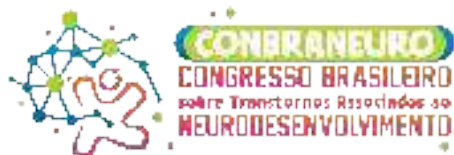


## A CORPOREIDADE DO NEURODIVERGENTE À LUZ DA FENOMENOLOGIA

KAINARA FRANCLEIDE MENDES SILVA

**Introdução:** O presente trabalho visa reunir reflexões e estabelecer uma articulação da relação da fenomenologia do corpo de Merleau-Ponty e as condições da neurodiversidade de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no trabalho pedagógico em sala de aula da Educação Infantil, considerando que essas crianças são ser histórico-sociocultural e que a educação deve reconhecer e acolher diferentes modos de perceber, sentir e expressar o mundo. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar como as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas singularidades sensoriais/comportamentais se relacionam com outro e mundo ao seu redor e como o seu corpo, fatores históricos, sociais e de intercorporeidade desse sujeito possibilitam construção dos sentidos e aprendizagem. **Metodologia:** Trata-se de um estudo bibliográfico a respeito da corrente Filosófica de Merleau-Ponty da fenomenológica do corpo e como as experiências corpórea é vivenciado e sentido pelos neurodivergentes. **Resultados:** O modo como crianças com TEA vivenciam o mundo ao seu redor e o estabelecimento da sua relação com o mundo muitas das vezes não é compreendido ou expressado, mas vivenciado de um modo singular, assim seu comportamento tende a refletir como vivenciaram/experenciados ambiente, e nos professores devemos buscar compreender o sentido de seus gestos, ações e expressões diante das suas experiências com ambiente e outros. Acreditamos que a abordagem fenomenológica traz implicações pedagógicas positivas ao considerar o corpo como centro do processo de percepção e sentido do mundo a sua volta. Assim, precisamos elaborar atividades que valorizem o corpo e suas formas singulares de assimilar o mundo, bem como sua expressão e a construção do mundo linguístico, uma vez que essas habilidades em pessoas com TEA apresentam déficits. **Conclusão:** A fenomenologia pode contribuir para um fazer pedagógico que valide e compreenda as singularidades destes para fundamentar sua prática em sala de aula. Essa filosofia não apenas amplia a compreensão sobre o desenvolvimento infantil, mas também aponta caminhos para uma educação que reconhece o corpo como central no processo de aprendizagem, favorecendo práticas que acolham a diversidade humana em sua complexidade e singularidade.

Palavras-chave: **FENOMENOLOGIA DO CORPO; NEURODIVERGENTE; APRENDIZAGEM**



## **EXPLORAÇÃO DA SEXUALIDADE AUTISTA ADULTA EM CONTEXTOS DE BDSM: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA CIENTÍFICA**

AMANDA GAMBOGI CARDOSO FERNANDES CAMPOS; FABIANA LOZANO

O BDSM, caracteriza-se como um conjunto de práticas sexuais envolvendo imobilizações, ou bondage, disciplina, submissão e sadomasoquismo, com base em padrões naturais e biológicos de reprodução. Algumas evidências recentes indicam que pode haver conexão entre o autismo e práticas de BDSM, dando a entender que elas podem se complementar mutuamente. **Objetivo:** Assim sendo, o presente estudo objetivou investigar, por meio de uma revisão sistemática da literatura científica, como adultos autistas vivenciam práticas relacionadas ao BDSM, com foco nas dimensões subjetivas, sociais e psicológicas dessa experiência. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa, em outubro de 2025, no MedLine (via PubMed), Scielo, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scopus, por artigos científicos escritos nos idiomas português, inglês, italiano ou espanhol. A pesquisa envolveu palavras chaves e frases de pesquisa contendo termos relacionados ao autismo e ao BDSM. **Resultados:** Foram encontrados 48 resultados nas bases de dados e, após os procedimentos de triagem e leitura, foram incluídos 3 artigos a serem analisados na presente revisão. Os resultados indicaram que autistas podem adotar práticas de BDSM, em especial por englobarem fatores que envolvem os quesitos sensorial, comunicacional, de segurança e de empoderamento pessoal, possibilitando a esses indivíduos um espaço de conforto e prazer no inesperado. Também foi constatado que essas práticas podem diminuir fatores ansiogênicos relacionados a momentos de intimidade. **Conclusão:** Concluiu-se que o autismo e as práticas do BDSM podem estar relacionados, mas estudos envolvendo mais participantes e com grupos de autistas ainda não estudados ainda devem ser realizados a fim de atestar ou não a veracidade das informações englobadas nos artigos incluídos nessa revisão.

Palavras-chave: **AUTISMO; SEXUALIDADE; SADOMASOQUISMO**



## FATORES GENÉTICOS NO NEURODESENVOLVIMENTO: IMPLICAÇÕES PARA O TEA, TDAH E DISLEXIA

NATALYA LOPES RODRIGUES; SYLVIA BENYANNA SAMPAIO DA COSTA; SANDRA HELENA RIBEIRO LIMA; MARIA ANTÔNIA ROSSATO BRANCO; VALDIRA DE SOUZA FERNANDES; GIOLLY MURIEL MOREIRA; KILMA RIBEIRO DE SOUZA CORREIA

**Introdução:** Os transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia, apresentam elevada prevalência na infância e impacto significativo no desenvolvimento cognitivo, comportamental e social. Evidências científicas apontam que fatores genéticos desempenham papel central na etiologia desses transtornos, interagindo de forma complexa com fatores ambientais. A compreensão dessas bases genéticas é fundamental para ampliar o conhecimento sobre os mecanismos do neurodesenvolvimento, favorecer o diagnóstico precoce e subsidiar estratégias de intervenção mais eficazes. **Objetivos:** Analisar as principais contribuições dos fatores genéticos associados ao desenvolvimento do TEA, TDAH e dislexia, destacando sua influência nos processos neurobiológicos envolvidos nesses transtornos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada a partir de artigos científicos publicados em bases de dados nacionais e internacionais, como PubMed, SciELO e Google Acadêmico. Foram incluídos estudos publicados nos últimos dez anos, que abordassem aspectos genéticos relacionados ao TEA, TDAH e dislexia, priorizando revisões sistemáticas, estudos genômicos e pesquisas observacionais relevantes. **Resultados:** Os estudos analisados indicam que o TEA, o TDAH e a dislexia possuem alta herdabilidade, sendo associados a múltiplos genes e variações genéticas, como polimorfismos e alterações cromossômicas. No TEA, destacam-se genes relacionados à sinaptogênese e à plasticidade neural. No TDAH, alterações em genes ligados à regulação dopaminérgica e noradrenérgica são frequentemente descritas. Já na dislexia, evidenciam-se genes associados ao processamento fonológico e à organização cortical. Os achados reforçam que esses transtornos têm origem multifatorial, resultante da interação entre genética e ambiente. **Conclusão:** Os fatores genéticos exercem influência significativa no neurodesenvolvimento e na manifestação do TEA, TDAH e dislexia. O avanço no entendimento dessas bases genéticas contribui para uma abordagem mais integrada, favorecendo o diagnóstico precoce, a personalização das intervenções e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à saúde e à educação inclusiva.

Palavras-chave: **NEURODESENVOLVIMENTO; FATORES GENÉTICOS; SAUDE**



## ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NA REDE ESCOLAR

MAYARA KEMEDYS DE QUEIROZ SILVA

**Introdução:** O transtorno do espectro autista (TEA) é um transtorno que está intrinsecamente ligado ao neurodesenvolvimento da criança. A complexidade que envolve a inclusão das crianças autistas exige práticas interdisciplinares com equipes multidisciplinares, em evidência o Serviço Social nas especificidades do TEA e comprometidas com a equidade e a justiça social no aparato dos direitos sociais presentes (LDB, ECA, Lei Berenice Piana), junto com o Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025 que altera o Decreto nº 12.686/2025 para atualizar e fortalecer a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva no Brasil. **Objetivo:** Compreender a atuação do Assistente Social frente às crianças e adolescentes com TEA na rede escolar. **Metodologia:** Com base em revisão bibliográfica e dados de legislações, normativas e produção científica recente sobre o tema. **Resultados:** A investigação considera as interfaces entre saúde, educação e assistência social, com foco na mediação entre famílias e instituições públicas. A análise indica que, apesar dos avanços legais, persistem barreiras institucionais e desigualdades sociais que dificultam a inclusão plena das crianças com TEA. Almeida, Silva e Almeida (2020), observaram a presença de lacunas nos serviços públicos, especialmente em relação ao acesso à saúde e à educação, o que impõe ao Serviço Social o compromisso com a escuta qualificada e a mediação institucional, promovendo uma atuação proativa voltada à inclusão e ao fortalecimento da rede de proteção social, na perspectiva de assegurar a dignidade, a autonomia e a participação ativa das famílias no processo de garantia de direitos. Realizando os encaminhamentos necessários para a viabilização desse processo. **Conclusão:** A Atuação crítica, analítica e operacional em base da ética e articulada do Serviço Social é essencial para consolidar práticas inclusivas e fortalecer redes de proteção social que respeitem a diversidade, promovam autonomia e garantam cidadania. O profissional contribui para a efetivação de direitos a nível social por meio intersetoriais, sensíveis e baseadas em princípios éticos e democráticos mediando o trabalho em equipe no fortalecimento da família principalmente da criança e do adolescente.

Palavras-chave: **SERVIÇO SOCIAL; EDUCAÇÃO; DIREITOS SOCIAIS**



## EFEITOS DA EQUOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO DE INDIVÍDUOS COM TEA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

### RESUMO

ANA CLARA MENDONÇA SOARES; JÚLIA RODRIGUES DA SILVA.

**Introdução:** O Transtorno do Espectro Autista (TEA) afeta uma parte significativa da população e está associado a dificuldades em comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. A equoterapia, que utiliza a interação com cavalos, tem se mostrado uma abordagem terapêutica promissora, com benefícios potenciais em áreas motoras, emocionais e sociais. No entanto, a efetividade dessa intervenção no tratamento de crianças com TEA ainda carece de uma análise mais aprofundada. Este estudo visa avaliar os efeitos da equoterapia no desenvolvimento de crianças com TEA. **Metodologia:** Realizou-se uma análise de quatro revisões sistemáticas, publicadas entre 2018 e 2023, sobre a eficácia da equoterapia em crianças com TEA. Os artigos foram selecionados em bases como PubMed, Scielo e PEDro, e a análise considerou variáveis como habilidades sociais, comportamentais e motoras. **Resultados e Discussão:** Os quatro estudos revisados mostram que a equoterapia tem um impacto positivo em habilidades sociais, como comunicação e interação, e em comportamentos problemáticos, como irritabilidade e hiperatividade. Benefícios também foram observados em habilidades motoras, coordenação e controle postural. A duração das sessões foi um fator importante: intervenções mais longas, de 3 a 6 meses, resultaram em melhorias mais expressivas. Apesar dos resultados promissores, as variações na duração e intensidade das intervenções e a heterogeneidade nas ferramentas de avaliação dificultam comparações consistentes. **Conclusão:** A equoterapia se mostrou eficaz na melhora de habilidades sociais, comportamentais e motoras em crianças com TEA. No entanto, devido às limitações metodológicas e à variabilidade nos protocolos de intervenção, mais estudos controlados e com maior amostra são necessários. Futuros estudos devem focar em compreender os mecanismos subjacentes e os efeitos a longo prazo da equoterapia.

**Palavras-chave:** autismo; cavalos; comportamentos.

### 1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento restrito, definitivo, inato e complexo que afeta as interações sociais, a atividade cognitiva e as capacidades perceptivas. Nos últimos anos, constatou-se um elevado aumento na prevalência do TEA, gerando declarações sobre uma “epidemia” de autismo (Chiarotti e Venerosi, 2020). Na atualidade, o TEA afeta mais de 78 milhões de indivíduos em todo mundo e tornou-se uma questão crítica de saúde pública (Lorde *et al*, 2021). Junto a isso, surge uma crescente demanda por tratamentos eficazes que melhorem a qualidade de vida e o desenvolvimento das crianças diagnosticadas.

A busca por abordagens terapêuticas alternativas tem se intensificado, sendo a equoterapia uma delas. Esta prática utiliza a interação com cavalos para promover benefícios terapêuticos em diferentes esferas, como motora, emocional e social (Lessick et al, 2004). A equoterapia tem mostrado potencial para melhorar a coordenação motora, a regulação emocional e as habilidades de interação social, aspectos frequentemente prejudicados em crianças com TEA (Gabriels *et al*, 2012; Ward *et al*, 2013; Winchester *et al*, 2002). A movimentação do cavalo e o vínculo gerado durante as sessões são elementos que estimulam não só a motricidade, mas também a confiança e a comunicação.

Apesar dos resultados promissores, a efetividade da equoterapia como intervenção para o TEA ainda carece de uma análise mais aprofundada. Estudos anteriores indicam melhorias nas habilidades sociais e comportamentais, mas a variabilidade dos resultados e a falta de consenso sobre os efeitos a longo prazo tornam necessária uma investigação mais detalhada (Anderson e Meints, 2016; Bass *et al*, 2009; Cerino *et al*, 2016).

Este estudo tem como objetivo avaliar os efeitos da equoterapia no desenvolvimento de crianças com TEA, examinando especificamente as melhorias nas áreas motoras, emocionais e sociais, e oferecendo uma análise crítica das evidências disponíveis sobre essa abordagem terapêutica.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia deste estudo consistiu na análise de quatro revisões sistemáticas publicados entre 2019 e 2023, com foco na equoterapia aplicada a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa foi realizada em bases de dados científicas como PubMed, Scielo e PEDro, que são reconhecidas pela sua relevância na área da saúde. Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos envolveram a utilização de revisões sistemáticas e meta-análises, com foco na intervenção terapêutica da equoterapia em crianças com TEA. Além disso, os artigos selecionados deveriam ter sido publicados entre 2016 e 2026, estarem disponíveis em qualquer idioma e serem acessíveis de forma gratuita. Os critérios de exclusão foram a impossibilidade de acesso gratuito ao conteúdo completo do estudo e estudos que não abordaram diretamente os efeitos da equoterapia ou que não foram realizados com amostras de crianças com TEA.

A busca foi realizada utilizando os seguintes termos de pesquisa: “Autism Spectrum Disorder AND Equine Therapy”. A seleção dos artigos foi conduzida por meio de uma análise cuidadosa dos resumos e, quando necessário, do conteúdo completo dos estudos, com o objetivo de garantir a relevância dos dados.

Foram inicialmente identificados 09 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 04 artigos atenderam a todos os requisitos e foram incluídos na análise final (Figura 1). Esses estudos foram publicados entre 2018 e 2023 e são considerados representativos das pesquisas mais recentes sobre o uso da equoterapia em crianças com TEA.

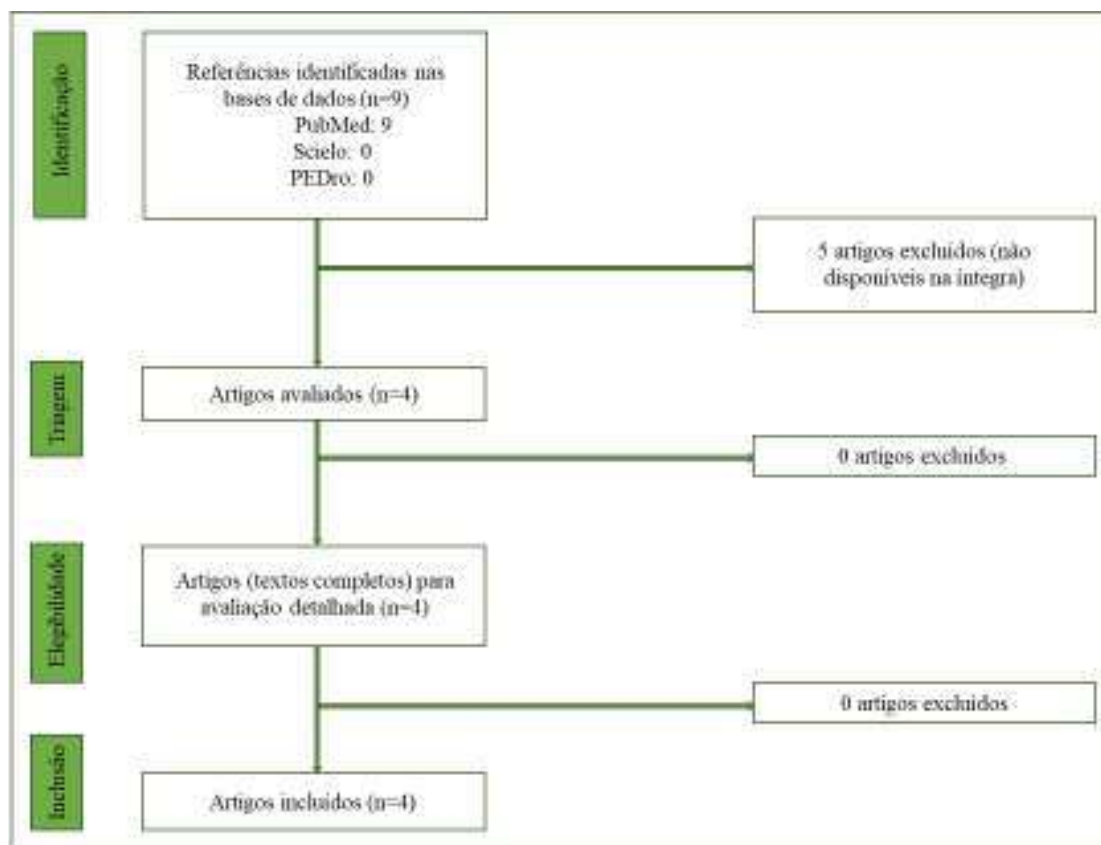


Figura 1- Diagrama de fluxo.

A análise dos artigos foi realizada por meio de uma síntese qualitativa das evidências, considerando os diferentes desfechos reportados nas revisões sistemáticas. As variáveis analisadas incluíram: habilidades sociais-melhorias na comunicação social e interação social, comportamentos problemáticos- redução de irritabilidade, hiperatividade e comportamentos estereotipados, habilidades motoras- desenvolvimento da coordenação motora e habilidades sensório-motoras.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão dos quatro estudos apresentados confirma que a equoterapia tem efeitos positivos no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), embora com algumas variações nos resultados, que precisam ser destacadas.

O estudo de Srinivasan, Cavagnino e Bhat (2018) avaliou 428 participantes, e a duração da intervenção foi de 4 a 25 semanas (Tabela 1). Os resultados indicaram melhorias significativas nas habilidades sociais, incluindo comunicação social, interação social, e redução de comportamentos problemáticos como irritabilidade e hiperatividade. O estudo também observou benefícios nas habilidades motoras e sensório-motoras, embora os efeitos a longo prazo ainda sejam incertos, com alguns estudos sugerindo que os ganhos podem não se manter após o fim da intervenção. A duração e frequência das sessões foram apontadas como fatores que influenciam os resultados, sendo as intervenções mais longas (3 a 6 meses) as mais eficazes. O estudo também destacou que a maioria das pesquisas avaliou os efeitos da equoterapia em múltiplas habilidades, com ênfase no comportamento, comunicação e habilidades motoras, fornecendo evidências confiáveis dos benefícios dessa abordagem para indivíduos com TEA.

A revisão de Xiao *et al.* (2023) complementa esses achados, observando melhorias significativas nos escores totais da Social Responsiveness Scale (SRS), uma das principais ferramentas para avaliar o funcionamento social em crianças com TEA. Melhorias foram notadas em várias subescalas da SRS, como motivação social, comunicação social, cognição social e maneirismos autistas. Embora esses resultados tenham sido significativos, a variação nas subescalas, especialmente entre estudos de grande porte, sugere que a heterogeneidade na aplicação da intervenção pode influenciar os resultados. Além disso, a maioria dos estudos incluiu intervenções com duração de 8 a 12 semanas, com uma média de 10 horas de contato. Contudo, as evidências sobre o impacto a longo prazo e os mecanismos de mudança permanecem limitadas. A redução do estresse, medida por alterações no cortisol salivar, foi apontada como uma explicação possível para os efeitos benéficos, sugerindo que a diminuição dos níveis de cortisol poderia melhorar as interações sociais. Este estudo revisou 623 participantes ao todo, com intervenções que variaram entre 4 a 25 semanas (Tabela 1).

O estudo de Sissons *et al.* (2022) avaliou 516 participantes no total, com a duração da intervenção variando de 6 a 25 semanas (Tabela 1). O estudo encontrou melhorias significativas no funcionamento social das crianças com TEA, com destaque para a comunicação, cognição social e socialização. Efeitos duradouros foram reportados em estudos de acompanhamento de 6 a 8 meses após a intervenção. No entanto, a análise também identificou limitações importantes, como o risco de viés em muitos dos ensaios clínicos randomizados (ECR), o que pode comprometer a validade dos resultados. O estudo sugere que as intervenções assistidas por equinos funcionam como estímulos calmantes, ajudando na regulação emocional e, conseqüentemente, melhorando as habilidades sociais das crianças com TEA.

A revisão de Trzmiel *et al.* (2019) envolveu 390 participantes, e a duração da intervenção variou de 1 a 6 meses (Tabela 1). Os resultados mostraram melhorias significativas em várias áreas do funcionamento social e comportamental das crianças com TEA. Houve uma redução substancial em comportamentos desadaptativos, como hiperatividade e irritabilidade, além de ganhos nas subescalas de cognição social e comunicação. Melhorias também foram observadas no envolvimento das crianças durante as atividades terapêuticas, com o tempo de engajamento aumentando de 51,8% para 95,5%. Em termos de comportamentos adaptativos, houve progresso no controle postural e na participação em atividades diárias. A intervenção também foi associada a melhorias na qualidade de vida, embora os efeitos sobre os escores de qualidade de vida não tenham sido estatisticamente significativos. A redução no estresse, medida pelos níveis de cortisol, foi observada, com uma diminuição constante ao longo das sessões. Apesar dos resultados promissores, a variabilidade na duração e intensidade das sessões sugere que mais estudos são necessários para compreender os efeitos a longo prazo e os mecanismos subjacentes dessas intervenções.

Tabela 1 - Características dos estudos incluídos

Estudo (primeiro autor e ano)	Número de participantes	Duração da intervenção	Principais resultados
Sonnenman, Corrigan, Blair (2018)	428 participantes	4 a 25 semanas	Melhorias nas habilidades sociais, motoras e emocionais, mas efeitos a longo prazo incertos.
Xiao <i>et al.</i> (2023)	623 participantes	4 a 25 semanas	Melhorias significativas na motivação social, comunicação, cognição social e maneirismos autistas.
Sissons <i>et al.</i> (2022)	516 participantes	6 a 25 semanas	Melhorias no funcionamento social, habilidades sociais e comunicação em alguns estudos.
Trzmiel <i>et al.</i> (2019)	390 participantes	1 a 6 meses	Melhorias significativas na hiperatividade, irritabilidade, socialização e empolamento adaptativo, com algumas áreas com melhorias sustentadas.

Os resultados deste estudo indicam que a equoterapia pode ter um impacto positivo no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente nas áreas de habilidades sociais, comunicação e regulação emocional. Esses achados corroboram com outras revisões e estudos na área, que apontam a eficácia das terapias assistidas por animais, incluindo a equoterapia, para o manejo de comportamentos desadaptativos e para a melhoria do envolvimento social e motor (Gabriels *et al.*, 2012; Bass *et al.*, 2009). A interação com os cavalos, como uma forma de terapia, parece facilitar a modulação emocional, tornando-a uma ferramenta valiosa no tratamento de crianças com TEA.

Em termos de habilidades sociais, a maioria dos estudos revisados, incluindo os de Srinivasan, Cavagnino e Bhat (2018) e Xiao *et al.* (2023), observou melhorias significativas em áreas como comunicação social e interação. Estes resultados são consistentes com a literatura existente, que frequentemente aponta a eficácia da equoterapia em melhorar a capacidade de comunicação e a interação social em crianças com TEA, uma vez que os animais, especialmente os cavalos, proporcionam um estímulo que facilita a expressão emocional e a conexão (Ward *et al.*, 2013). A presença do animal pode reduzir a ansiedade e facilitar a construção de relações de confiança, criando um ambiente mais seguro e propício para a comunicação e a socialização.

No entanto, a duração e a intensidade das intervenções foram apontadas como fatores chave nos resultados. Como observado no estudo de Srinivasan, Cavagnino e Bhat (2018), intervenções mais longas (3 a 6 meses) tendem a apresentar efeitos mais duradouros e robustos, o que também é corroborado pela literatura. De acordo com Bass *et al.* (2009), sessões com maior frequência e duração proporcionam tempo suficiente para que as crianças internalizem as habilidades trabalhadas durante as atividades assistidas por equinos, resultando em melhorias mais expressivas e sustentáveis. Por outro lado, a heterogeneidade nas durações e nas intensidades das sessões nos estudos revisados também aponta para a necessidade de padronização nos protocolos de intervenção, para que os resultados possam ser mais facilmente comparados e replicados (Anderson *et al.*, 2016).

Além disso, os efeitos a longo prazo da equoterapia ainda não estão completamente estabelecidos. Enquanto alguns estudos de acompanhamento, como o de Sissons *et al.* (2022), indicaram benefícios duradouros, especialmente em áreas como socialização e habilidades motoras, outros estudos apontaram que os ganhos observados podem ser temporários, com uma redução das melhorias após o término da intervenção. A literatura científica sobre o impacto a longo prazo da equoterapia para TEA é ainda limitada e ambígua. A revisão de Sissons *et al.* (2022) sugere que, embora os benefícios possam ser sustentados por alguns meses após o término da intervenção, a falta de continuidade no acompanhamento e a variabilidade nas sessões dificultam uma avaliação mais robusta dos efeitos a longo prazo.

Limitações metodológicas também são uma preocupação recorrente em muitos dos estudos revisados. A presença de viés, como viés de detecção e viés de desempenho, foi identificada, o que pode afetar a validade interna dos estudos. O risco de viés nos ensaios clínicos randomizados (ECR), como mencionado por Sissons *et al.* (2022), pode comprometer a interpretação dos dados, e reforça a necessidade de protocolos mais rigorosos em futuras pesquisas. Estudos com amostras maiores, controle adequado de variáveis e metodologias mais robustas são essenciais para fornecer evidências mais consistentes sobre a eficácia da equoterapia.

A relevância e as vantagens dos resultados encontrados são claras: a equoterapia surge como uma abordagem complementar eficaz para o tratamento de crianças com TEA, especialmente para aquelas com dificuldades nas áreas sociais e comportamentais. Além disso, a equoterapia proporciona um ambiente não ameaçador, que pode ser mais atraente e eficaz do que terapias convencionais, devido à natureza única da interação com os animais. A utilização de animais como mediadores da terapia pode promover uma sensação de acolhimento e segurança, o que é especialmente importante para crianças com TEA, que frequentemente apresentam dificuldades em ambientes sociais mais convencionais.

Por fim, as limitações incluem a falta de estudos que investiguem os mecanismos biológicos que sustentam as melhorias observadas, a variabilidade na duração das intervenções e a necessidade de um número maior de estudos de acompanhamento a longo prazo.

#### 4 CONCLUSÃO

A equoterapia demonstrou ser uma intervenção eficaz no desenvolvimento de crianças com TEA, com melhorias significativas em habilidades sociais, comportamentais e motoras. Os resultados sugerem que sessões mais longas e intensas tendem a ser mais eficazes. No entanto, as variabilidades nos estudos e o risco de viés indicam a necessidade de mais pesquisas controladas para validar esses achados. Futuros estudos devem focar em compreender os efeitos a longo prazo e os mecanismos de mudança, como a redução do estresse, para consolidar a equoterapia como uma prática terapêutica recomendada para o TEA.

#### REFERÊNCIAS

ANDERSON, S.; MEINTS, K. Brief Report: The Effects of Equine-Assisted Activities on the Social Functioning in Children and Adolescents with Autism Spectrum Disorder. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 46, n. 10, p. 3344–3352, 25 jul. 2016.

BASS, M. M.; DUCHOWNY, C. A.; LLABRE, M. M. The effect of therapeutic horseback riding on social functioning in children with autism. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 39, n. 9, p. 1261–7, 2009.

CERINO, S., BORGI, M., FIORENTINI, I., CORREALE, C., LORI, A., & CIRULLI, F. Intervenção assistida por equinos em criança com diagnóstico de transtorno do espectro do autismo: relato de caso. **Rivista di Psichiatria**, 51 (6), 270–274, 2016.

CHIAROTTI, F.; VENEROSI, A. Epidemiology of Autism Spectrum Disorders: A Review of Worldwide Prevalence Estimates Since 2014. **Brain Sciences**, v. 10, n. 5, 1 maio 2020.

GABRIELS R.L., AGNEW J.A., HOLT K.D., SHOFFNER A., ZHAOXING P., RUZZANO S., MESIBOV G. Pilot study measuring the effects of therapeutic horseback riding on school-age children and adolescents with autism spectrum disorders. **Research in Autism Spectrum Disorders**, v. 6, n. 2, p. 578–588, abr. 2012.

LORD, C.; CHARMAN, T.; HAVDAHL, A.; CARBONE, P.; ANAGNOSTOU, E.; BOYD, B.; CARR, T.; VRIES, P. J.; DISSANAYAKE, C.; DIVAN, G.; FREITAG, C. M.; GOTELLI, M. M.; KASARI, C.; KNAPP, M.; MUNDY, P.; PLANK, A.; SCAHILL, L.; SERVILI, C.; SHATTUCK, P.; SIMONOFF, E.; TEPPER, A.; SLONIMS, V.; WANG, P. P.; YSRRAELIT, M. C.; JELLETT, R.; PICKLES, A.; CUSACK, J.; HOWLIN, P.; SZATMARI, P.; HOLBROOK, A.; TOOLAN, C.; McCAULEY, J. B. *The Lancet*

Commission on the future of care and clinical research in autism. *The Lancet*, v. 399, n. 10321, p. 271–334, jan. 2022.

SISSONS, J. H.; BLAKEMORE, E.; SHAFI, H.; SKOTNY, N.; LLOYD, D. M. Calm with horses? A systematic review of animal-assisted interventions for improving social functioning in children with autism. *Autism*, v. 26, n. 6, p. 136236132210853, 11 abr. 2022.

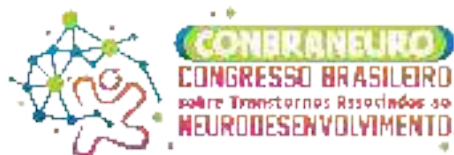
SRINIVASAN, S. M.; CAVAGNINO, D. T.; BHAT, A. N. Effects of Equine Therapy on Individuals with Autism Spectrum Disorder: a Systematic Review. *Review Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 5, n. 2, p. 156–175, 20 fev. 2018.

TRZMIEL, T.; PURANDARE, B.; MICHALAK, M.; ZASADZKA, E.; PAWLACZYK, M. Equine assisted activities and therapies in children with autism spectrum disorder: A systematic review and a meta-analysis. *Complementary Therapies in Medicine*, v. 42, p. 104–113, fev. 2019.

WARD S.C., WHALON K., RUSNAK K., WENDELL K., PASCHALL N. The association between therapeutic horseback riding and the social communication and sensory reactions of children with autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 43, n. 9, p. 2190–2198, 1 fev. 2013.

WINCHESTER P., KENDALL K., PETERS H., SEARS N., WINKLEY T. The effect of therapeutic horseback riding on gross motor function and gait speed in children who are developmentally delayed. *Physical & Occupational Therapy In Pediatrics*, v. 22, n. 3-4, p. 37–50, jan. 2002.

XIAO, N.; SHINWARI, K.; KISELEV, S.; HUANG, X.; LI, B.; QI, J. Effects of Equine-Assisted Activities and Therapies for Individuals with Autism Spectrum Disorder: Systematic Review and Meta-Analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 20, n. 3, p. 2630, 1 fev. 2023.

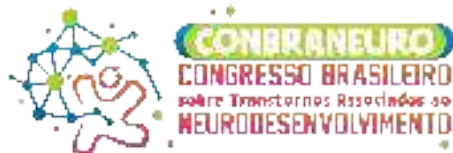


## INVESTIGAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA PROTEÍNA LNK NA DISLEXIA

MILENA GRIGORIOU; MERARI DE FATIMA RAMIRES FERRARI

**Introdução:** A dislexia de desenvolvimento (DD) é o transtorno específico de aprendizado mais comum afetando entre 5 e 17% da população mundial. Recentemente, a associação entre DD e 42 novos genes trouxe novas perspectivas para a compreensão das bases moleculares do transtorno. Entre esses, a proteína LNK surge como uma candidata promissora pelo seu papel já bem estabelecido como inibidora de vias imunológicas, como a via JAK/STAT, podendo levar a alterações do controle inflamatório, no entanto, faltam estudos a respeito do seu comportamento em contexto neuronal. Em estudos em modelos murinos sugeriu-se que esta proteína poderia influenciar o crescimento de neuritos e diferenciação neuronal, no entanto, a escassez de estudos em modelos humanos deixa em aberto a relação com DD. **Objetivos:** O objetivo central desta pesquisa consiste em investigar alterações em células de linhagem humanas do tipo SH-SY5Y diferenciadas em neurônios e C20, microglias, diante da superexpressão do gene SH2B3/LNK comparativamente às células WT a fim de elucidar a relação desta proteína com DD. **Metodologia:** No desenvolvimento desse projeto, há o uso de cultura de células humanas SH-SY5Y e C20. Na diferenciação de SH-SY5Y em neurônios, é adicionado ácido retinóico e fator necrótico BDNF ao meio celular. O meio utilizado é DMEM/F12 suplementado com 10% de soro fetal bovino e penicilina e estreptomicina. As células serão transfectadas com plasmídeo que codifica SH2B3 para caracterizar o modelo de superexpressão. Será realizada imunofluorescência (IF) e Western Blotting (WB) para caracterização da expressão da proteína marcadas com anticorpo anti-LNK (sc393709). Para determinar os níveis de citocinas pró e anti-inflamatórias (IL-1 $\beta$ , IL-6 e TNF- $\alpha$ ) será realizado teste de ELISA. **Resultados:** A pesquisa segue em progresso, até o momento foi padronizado o anticorpo anti-LNK nas técnicas de IF e WB e também a padronização da técnica da diferenciação de SH-SY5Y. Além disso, foi realizada a transformação de bactérias com o plasmídeo superexpressando LNK. **Conclusão:** A investigação da relação entre a proteína LNK e a DD é importante para a construção do conhecimento acerca das bases moleculares do transtorno. A partir dessa pesquisa, buscamos elucidar essa relação.

Palavras-chave: **DISLEXIA; LNK; NEUROINFLAMAÇÃO**

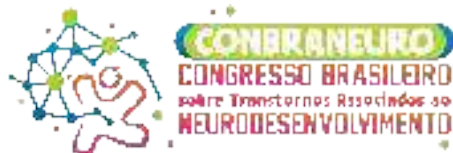


## IMPACTOS DA CAMUFLAGEM SOCIAL NO DIAGNÓSTICO E QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS NO ESPECTRO AUTISTA

MATEUS PORTELLA FRONZA DOS SANTOS; MARIA ANTÔNIA ROSSATO BRANCO;  
PRISCILA FLORES PRATES; LUANA GULARTE DIAS

**Introdução:** A camuflagem no Transtorno do Espectro Autista (TEA) refere-se ao uso de estratégias para ocultar características autísticas em contextos sociais, associada ao diagnóstico tardio. Apesar do interesse crescente, permanecem escassos os estudos sobre a influência desta camuflagem no processo diagnóstico do TEA e consequências biopsicossociais. **Objetivo:** Investigar como a camuflagem se manifesta em adultos com TEA e compreender os impactos deste comportamento para o diagnóstico e qualidade de vida desses sujeitos. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa de literatura, durante janeiro de 2026, através do banco de dados da PubMed, com a estratégia de busca: (assessment OR diagnosis OR diagnostic) AND (autism OR "asperger syndrome" OR ASD OR "autism spectrum disorder") AND (camouflaging OR masking OR "compensatory behaviors" OR compensation). Foram encontrados 156 estudos ao total que contivessem os termos da busca no título e/ou resumo, com 24 artigos selecionados e analisados. Os critérios de inclusão foram estudos de relevância destacada, dos últimos 10 anos, que abordassem os temas do objetivo desta pesquisa, excluindo-se estudos que não abordassem os temas da questão. **Resultados:** A literatura analisada demonstrou que comportamentos associados ao TEA revelam-se de forma específica em pessoas do sexo feminino, que apresentam maior tendência ao mascaramento. Recorrentemente, esses comportamentos são ligados a questões socioculturais relacionadas aos comportamentos esperados de pessoas designadas mulheres ao nascer, com punição e repressão de certas ações, por vezes mais permitidas aos homens. Em consequência, tais sujeitos comumente recebem diagnósticos tardios ou errôneos, prejudicando intervenções terapêuticas e afetando negativamente a qualidade de vida, com prevalência de sintomas ansiosos e depressivos. Os estudos sinalizam que é recorrente que pais e professores não percebam a sintomatologia do TEA em crianças que realizam mascaramento, dificultando o diagnóstico precoce. Além disso, tal fato por vezes leva ao questionamento do diagnóstico e não adesão a tratamentos. **Conclusão:** Evidencia-se a necessidade de aprimorar os processos diagnósticos socioculturalmente implicados a fim de promover avaliações mais precisas, buscando intervenções mais significativas. Ademais, a consciência desta questão deve alertar profissionais para prática consciente e biopsicossocialmente implicada, proporcionando melhores condições de cuidado e qualidade de vida às pessoas autistas a partir do processo diagnóstico.

Palavras-chave: **AUTISMO; ADULTO; MASCARAMENTO SOCIAL**

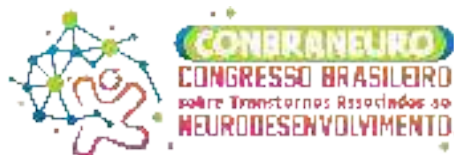


## A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DE OFICINAS TERAPÊUTICAS

CARLA APARECIDA SILVA DE CARVALHO REIS; CAUANE SOUZA FERNANDES DE AGUIAR; EMILLY LUIZA LOPES MACHADO; LETÍCIA LIMA AXER; JHULLY RIZILA DOS ANJOS PEREIRA

**Introdução:** A inclusão de pessoas com deficiência ou necessidades especiais é um processo em implementação que possibilita a participação e pertencimento desses indivíduos na sociedade. A Terapia Ocupacional, profissão da área da saúde, busca proporcionar funcionalidade, participação e inclusão social de pessoas com limitações, neste caso, de grupos marginalizados. **Relato de experiência:** O presente relato descreve a experiência desenvolvida por estudantes extensionistas do curso de Terapia Ocupacional no âmbito do Projeto de Extensão Inclusão e Tratamento Interdisciplinar para Pessoas com Deficiência, realizado no Centro de Apoio ao Deficiente Físico e Intelectual (CADEF), no município de Governador Valadares (MG), no período de setembro a dezembro de 2025. Os atendimentos ocorreram semanalmente e foram organizados em grupos terapêuticos compostos por crianças com idades entre 5 e 12 anos, com média de três a quatro participantes por grupo. Como parte do processo avaliativo, foi aplicada a Avaliação do Comportamento Lúdico (ACL), instrumento voltado à análise do brincar, utilizada como critério para a composição dos grupos terapêuticos, considerando os interesses, comportamentos e capacidades lúdicas de cada criança. As oficinas terapêuticas constituíram-se como o principal recurso de intervenção e incluíram atividades como a oficina das frutas, confecção de massinhas, elaboração de garrafinhas sensoriais, pintura e circuito motor. Na perspectiva da Terapia Ocupacional, o trabalho em grupo mostrou-se um importante recurso para a ampliação do repertório ocupacional das crianças e para o fortalecimento da participação em diferentes contextos sociais. **Resultados e Discussão:** A literatura destaca que a inclusão se fundamenta no pertencimento, na interação, no diálogo e na possibilidade de cada criança expressar-se segundo seu modo próprio de aprender, brincar e se comunicar. Segundo Winnicotti, o brincar é um ato universal e que se constitui de experiências sendo, portanto, próprio da saúde, ele favorece o crescimento e leva a comunicação guiando os relacionamentos grupais. **Conclusão:** Os resultados apontaram que a Terapia Ocupacional desempenha papel fundamental na mediação e adaptação de atividades, na organização do ambiente e no planejamento de estratégias que favoreçam a participação e o desempenho ocupacional das crianças.

Palavras-chave: **GRUPOS TERAPÊUTICOS; PESSOA COM DEFICIÊNCIA; TERAPIA OCUPACIONAL**

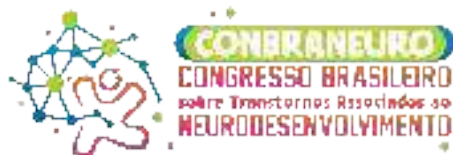


## OFICINA DO BRINCAR COMO RECURSO TERAPÊUTICO DA TERAPIA OCUPACIONAL

LUIZA PEREIRA PIRES; MARIA EDUARDA DE LAIA SILVA; MARIANA KÁTLEN FERREIRA SILVA

**Introdução:** O desenvolvimento infantil é um processo contínuo e multidimensional que envolve aspectos motores, cognitivos, emocionais, sociais e sensoriais, sendo diretamente influenciado pelas experiências vivenciadas no cotidiano da criança. Nesse contexto, o brincar ocupa lugar central, pois constitui uma atividade própria da infância e um importante mediador do desenvolvimento global, favorecendo a aprendizagem, a socialização e a construção do desempenho ocupacional. **Relato de experiência:** O presente relato decorre da participação em um projeto de extensão desenvolvido no Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência (CADEF), em Governador Valadares (MG), com foco na realização de atividades terapêuticas ocupacionais em grupo com crianças. As ações foram planejadas e executadas semanalmente, a partir de objetivos previamente definidos para cada encontro, considerando as necessidades, os perfis e as potencialidades das crianças atendidas. O planejamento das oficinas levou em consideração a análise da atividade, a adaptação de materiais e a organização do ambiente, visando favorecer o engajamento e a participação ativa das crianças. A participação no projeto possibilitou a observação direta da atuação do terapeuta ocupacional em um contexto real de prática, especialmente no manejo de grupos com diferentes perfis de crianças e demandas específicas. **Resultados e Discussão:** As atividades desenvolvidas no projeto de extensão no CADEF permitiram observar efeitos positivos no engajamento e na participação das crianças ao longo dos encontros. As oficinas propostas, como atividades sensoriais, circuitos motores e oficinas de pintura, favoreceram a ampliação das interações sociais, o aumento do tempo de permanência nas atividades e maior envolvimento nas propostas coletivas. O trabalho em grupo mostrou-se uma vantagem importante do projeto, pois possibilitou trocas entre as crianças, observação de modelos de comportamento e fortalecimento das habilidades sociais. Estudos indicam que intervenções grupais favorecem a interação, a cooperação e a comunicação, desde que respeitadas as diferenças individuais e os limites de cada participante. **Conclusão:** O desenvolvimento do projeto de extensão no Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência (CADEF) evidenciou a relevância do brincar como recurso terapêutico ocupacional na promoção do desenvolvimento infantil de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Palavras-chave: **DESENVOLVIMENTO INFANTIL; TERAPIA OCUPACIONAL; AUTISMO**

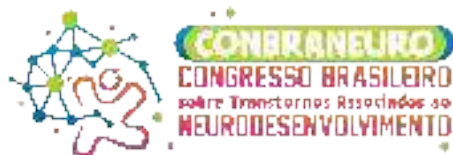


## A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR EM AMBIENTES NATURAIS: BENEFÍCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

MARIANA KATLEN FERREIRA SILVA; LUIZA PEREIRA PIRES; MARIA EDUARDA DE LAIA SILVA; MATHEUS ALMEIDA SOUZA

**Introdução:** Em um contexto marcado pela urbanização crescente e pela ampliação do uso de tecnologias digitais, as oportunidades de contato das crianças com ambientes naturais têm se tornado cada vez mais limitadas, impactando diretamente suas experiências de desenvolvimento. A infância, por sua vez, é um período fundamental para a vivência de experiências corporais, sensoriais e afetivas que contribuem para o desenvolvimento integral e para a construção de valores sociais e ambientais. Nesse sentido, o brincar em contato com a natureza apresenta-se como uma estratégia relevante para favorecer aprendizagens significativas e o despertar da consciência ecológica desde os primeiros anos de vida. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma as brincadeiras realizadas em ambientes naturais influenciam positivamente o desenvolvimento infantil e a formação de atitudes voltadas ao cuidado com o meio ambiente. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada a partir do levantamento de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025 nas bases de dados SciELO, PubMed e LILACS, utilizando os descritores “infância” e “educação ambiental”. A análise dos estudos evidenciou que as brincadeiras ao ar livre favorecem o desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional das crianças, além de estimularem a curiosidade, a criatividade e a autonomia. **Resultados:** Observou-se que atividades lúdicas envolvendo a exploração de espaços naturais, o cuidado com plantas e o uso dos sentidos contribuem para o fortalecimento de vínculos com o meio ambiente, promovendo empatia, responsabilidade ecológica e maior valorização dos recursos naturais. Entretanto, os estudos também apontaram desafios para a implementação dessas práticas, como a escassez de áreas verdes nos espaços urbanos, a ausência de ações sustentáveis nas instituições escolares e a necessidade de maior preparo dos educadores para integrar o brincar à educação ambiental. **Conclusão:** Conclui-se que o brincar em contato com a natureza constitui uma ferramenta potente para o desenvolvimento infantil e para a formação de sujeitos mais conscientes e comprometidos com a sustentabilidade, sendo fundamental o investimento em práticas educativas contínuas e interdisciplinares que ampliem essas vivências no contexto escolar e social.

Palavras-chave: **INFÂNCIA; SUSTENTABILIDADE; EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

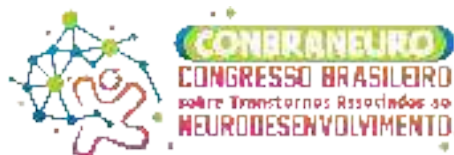


## MÉTODOS DE ENSINO INCLUSIVO E A CONTRIBUIÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

MARIANA KATLEN FERREIRA SILVA; LUIZA PEREIRA PIRES; MARIA EDUARDA DE LAIA SILVA; MATHEUS ALMEIDA SOUZA

**Introdução:** A inclusão escolar representa um compromisso fundamental com a garantia dos direitos das crianças com necessidades educacionais específicas, exigindo ações que assegurem não apenas o acesso à escola, mas também a participação ativa e o aprendizado significativo. Para que esse processo seja efetivo, torna-se necessária a adoção de estratégias pedagógicas flexíveis, recursos acessíveis e a atuação de diferentes profissionais no contexto educacional. Nesse cenário, a Terapia Ocupacional destaca-se como uma área que contribui para a promoção da autonomia, da participação e do desempenho ocupacional das crianças no ambiente escolar. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar os principais métodos de ensino inclusivo e a atuação da Terapia Ocupacional como apoio no contexto escolar de crianças com necessidades educacionais específicas. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa, realizada a partir da análise de artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025 nas bases de dados SciELO, PubMed e LILACS, utilizando descritores relacionados à inclusão escolar e à diversidade. Os resultados indicaram que adaptações curriculares, estratégias individualizadas e o uso de tecnologia assistiva são elementos centrais para o fortalecimento do processo inclusivo, favorecendo o engajamento, a participação e o desempenho escolar dos alunos. **Resultados:** Evidenciou-se ainda que o uso de materiais multissensoriais e recursos tecnológicos amplia a acessibilidade ao currículo, especialmente quando associado à atuação de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais, que colaboram na adaptação do ambiente escolar e das atividades pedagógicas. Outro aspecto relevante identificado foi a necessidade de formação continuada dos professores, uma vez que a falta de preparo pode limitar a implementação das práticas inclusivas, apesar da existência de políticas públicas voltadas à inclusão. **Conclusão:** Conclui-se que a inclusão escolar demanda práticas contínuas, interprofissionais e comprometidas com a diversidade, sendo a Terapia Ocupacional uma área estratégica nesse processo. Ressalta-se a importância de novas pesquisas que aprofundem a compreensão da atuação do terapeuta ocupacional no contexto educacional.

Palavras-chave: **INCLUSÃO ESCOLAR; DIVERSIDADE; INTERVENÇÃO**

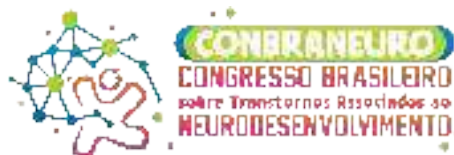


## ROBÓTICA EDUCACIONAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS NO NEURODESENVOLVIMENTO

ANA PAULA RODRIGUES DA CUNHA PRADO

**Introdução:** A educação inclusiva tem como desafio atender às especificidades de estudantes com transtornos associados ao neurodesenvolvimento, garantindo acesso, participação e aprendizagem significativa. Nesse contexto, as tecnologias, especialmente a robótica educacional, apresentam-se como importantes mediadoras do processo de ensino, ao possibilitarem experiências práticas, lúdicas e alinhadas às diferentes habilidades e estilos de aprendizagem. **Objetivo:** Considerar o uso da robótica educacional, por meio dos kits Lego WeDo e Spike Prime, como estratégia pedagógica inclusiva para apoiar o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e a participação de estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento no ensino fundamental I e II. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e reflexiva, fundamentado na análise de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias educacionais. O Lego WeDo é indicado como recurso pedagógico para o ensino fundamental I, favorecendo o desenvolvimento da coordenação motora, da organização de sequências lógicas, da criatividade e do trabalho colaborativo. No ensino fundamental II, o Lego Spike Prime é uma ferramenta para a introdução de conceitos de pensamento computacional, programação e resolução de problemas. As propostas pedagógicas são discutidas a partir de uma perspectiva inclusiva, considerando estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outros. **Resultados:** A análise das práticas pedagógicas indica que a robótica educacional contribui para o aumento do engajamento, da participação ativa e da motivação dos estudantes. Observa-se favorecimento da atenção, da autonomia, da organização do pensamento e das interações sociais, além da redução de barreiras no processo de aprendizagem. **Conclusão:** Nota-se que a robótica educacional, por meio do uso pedagógico dos kits Lego, apresenta-se como uma estratégia relevante para a promoção de práticas educacionais inclusivas, evidenciando a importância da intencionalidade pedagógica e da formação docente no uso das tecnologias educacionais voltadas ao desenvolvimento de estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento.

Palavras-chave: **ROBÓTICA EDUCACIONAL; PRÁTICAS INCLUSIVAS; TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**



## DESAFIOS DO BRINCAR NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

STEFANY BRUNA DE BRITO PIMENTA; MARIA ALVES BARBOSA; SANDRA DE FÁTIMA BARBOZA FERREIRA

**Introdução:** O brincar é considerado uma atividade fundamental no desenvolvimento infantil, promovendo a aquisição de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frequentemente apresentam comportamentos com padrões restritos e interesses repetitivos, o que pode comprometer substancialmente formas mais funcionais e simbólicas de brincar, incluindo a imaginação e a abstração necessárias para o jogo com pares, brincar de faz de conta, dentre outros. Estudos apontam que essas dificuldades interferem não apenas na expressão lúdica, mas também nas interações sociais espontâneas com pares e adultos. **Objetivo:** Refletir sobre os principais desafios enfrentados por crianças com TEA no ato de brincar e destacar a importância dessa prática como recurso mediador no contexto familiar, escolar e terapêutico, por meio de uma revisão narrativa da literatura. Metodologia: Foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases científicas *Pubmed* e *Scielo*, selecionando alguns estudos que abordassem o brincar em crianças com TEA, suas características, desafios e potencial como estratégia de intervenção no neurodesenvolvimento. **Resultados:** Os estudos analisados indicam que crianças com TEA apresentam maior prevalência de brincadeiras repetitivas, exploratórias ou solitárias, com menor frequência de brincadeiras simbólicas e imaginativas. A dificuldade em iniciar, sustentar e compartilhar atividades lúdicas está relacionada aos déficits na comunicação social e à rigidez comportamental. Evidências apontam que intervenções mediadas por adultos, pares ou terapeutas favorecem o brincar funcional e ampliam oportunidades de aprendizagem e interação social. **Conclusão:** O brincar no contexto do TEA configura-se como um desafio, mas também como uma potente ferramenta de promoção do desenvolvimento. Estratégias lúdicas mediadas e intencionalmente planejadas contribuem para avanços nas habilidades sociais, comunicativas e cognitivas. Assim, reforça-se a importância do brincar como recurso essencial nas práticas familiares, educacionais e terapêuticas voltadas a crianças com TEA.

Palavras-chave: **AUTISMO; BRINCAR; NEURODESENVOLVIMENTO**



## **GENIUS RH: UMA PLATAFORMA DIGITAL PARA A INCLUSÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS NEURODIVERGENTES**

MARA ANDREA DOTA; MATHEUS HENRIQUE PINHEIRO DOS SANTOS; GLAUCIA MARA DO ESPIRITO SANTO

### **RESUMO**

A inserção de pessoas neurodivergentes no mercado de trabalho ainda enfrenta desafios significativos, mesmo diante da existência de empresas interessadas em promover a inclusão e a diversidade em seus quadros funcionais. Muitas pessoas neurodivergentes possuem competências e condições para o exercício profissional, porém encontram dificuldades para identificar vagas compatíveis com suas características, necessidades e potencialidades, enquanto as empresas carecem de mecanismos eficientes para alcançar esse público. Nesse contexto, este trabalho apresenta o desenvolvimento do aplicativo Genius RH, cujo objetivo é aproximar pessoas neurodivergentes e empresas, facilitando o processo de recrutamento e seleção de forma mais acessível e inclusiva. O aplicativo foi desenvolvido como uma plataforma digital voltada ao uso em dispositivos móveis, considerando a familiaridade e ampla utilização do celular pelos usuários. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, com foco no desenvolvimento tecnológico de um sistema web baseado em React.js, integrado aos serviços do Firebase, incluindo autenticação, banco de dados em nuvem e hospedagem. O sistema permite o cadastro de candidatos e empresas, a criação e gerenciamento de vagas, a candidatura a oportunidades e o acompanhamento do status das candidaturas. Como diferencial, o aplicativo foi concebido desde sua concepção para reduzir a carga cognitiva de pessoas neurodivergentes, utilizando formulários do tipo wizard, linguagem clara, controle de privacidade e opções iniciais de acessibilidade. Além disso, a proposta incorpora o uso de inteligência artificial para realizar o match entre perfis de candidatos e vagas, considerando preferências, competências e adaptações oferecidas pelas empresas. Os resultados obtidos demonstram que a aplicação centraliza e organiza informações sobre vagas inclusivas, oferecendo uma experiência mais estruturada e acessível para ambos os públicos. Testes funcionais e uma validação inicial com profissional da área de recursos humanos permitiram identificar limitações relacionadas à interface e à usabilidade, que foram parcialmente corrigidas e direcionadas para trabalhos futuros. Conclui-se que o Genius RH apresenta potencial para contribuir com a inclusão profissional de pessoas neurodivergentes, promovendo maior autonomia, acesso a oportunidades e fortalecimento de práticas inclusivas no ambiente corporativo.

**Palavras-chave:** Neurodiversidade; Inclusão profissional; Inteligência artificial.

### **1 INTRODUÇÃO**

A inclusão de pessoas neurodivergentes no mercado de trabalho tem se consolidado como um tema relevante no debate contemporâneo sobre diversidade, equidade e

responsabilidade social. Embora muitas pessoas neurodivergentes apresentem competências, habilidades técnicas e condições adequadas para o exercício de atividades profissionais, ainda enfrentam barreiras significativas para acessar oportunidades de trabalho compatíveis com seus perfis (PEREIRA, 2025). Essas barreiras estão frequentemente associadas a processos de recrutamento pouco acessíveis, excesso de estímulos cognitivos, linguagem inadequada e ausência de adaptações necessárias durante as etapas de seleção (CRISÓSTOMO, 2025; SOLEDADE, 2024).

Paralelamente, observa-se um movimento crescente por parte de empresas interessadas em adotar práticas inclusivas e em cumprir políticas de diversidade no ambiente corporativo. No entanto, mesmo diante da oferta de vagas direcionadas a pessoas neurodivergentes, ainda há dificuldades no estabelecimento de um canal eficiente que promova o encontro entre candidatos e organizações (MEDEIROS, 2024). A ausência de plataformas específicas, projetadas considerando as necessidades desse público, contribui para a manutenção de uma lacuna entre oferta e demanda de vagas inclusivas, limitando tanto a inserção profissional quanto a efetivação de iniciativas de inclusão.

Nesse cenário, as tecnologias digitais, especialmente as aplicações móveis e web, apresentam potencial para atuar como mediadoras desse processo, ao possibilitar o acesso simplificado à informação, a centralização de oportunidades e a personalização da experiência do usuário. Entretanto, para que essas soluções sejam efetivamente inclusivas, é fundamental que sejam concebidas desde sua origem com foco na redução da carga cognitiva, na clareza das informações, no respeito à privacidade e na oferta de adaptações compatíveis com diferentes perfis neurodivergentes.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do aplicativo Genius RH, uma plataforma digital voltada à conexão entre pessoas neurodivergentes e empresas comprometidas com a inclusão. O aplicativo busca facilitar o acesso a oportunidades de trabalho adequadas ao perfil dos candidatos, ao mesmo tempo em que oferece às empresas um ambiente estruturado para divulgação de vagas inclusivas, contribuindo para a promoção da inclusão profissional e para o fortalecimento de práticas mais acessíveis e equitativas no mercado de trabalho.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, com foco no desenvolvimento tecnológico de uma solução digital voltada à inclusão profissional de pessoas neurodivergentes. A proposta consistiu na concepção e implementação do aplicativo Genius RH, uma plataforma destinada a facilitar a conexão entre candidatos neurodivergentes e empresas comprometidas com práticas inclusivas no mercado de trabalho.

O aplicativo foi desenvolvido como uma aplicação web utilizando o framework React.js, visando à reutilização de código e à possibilidade de empacotamento para distribuição em dispositivos Android por meio da tecnologia Capacitor. A escolha dessa abordagem considerou a flexibilidade do desenvolvimento web e a ampla compatibilidade com dispositivos móveis. Para a lógica da aplicação e construção da interface foram utilizadas as linguagens JavaScript, HTML e CSS.

Como infraestrutura de backend, adotou-se o modelo BaaS (Backend as a Service), por meio da plataforma Firebase. Foram utilizados os serviços Firebase Authentication, responsável pela autenticação de usuários via e-mail e senha, e o Cloud Firestore, banco de dados NoSQL em nuvem empregado para o armazenamento estruturado das informações do sistema, como perfis de candidatos, perfis de empresas, vagas cadastradas e candidaturas. O Firebase Hosting foi utilizado para a hospedagem da aplicação. As regras de segurança do

Firestore foram configuradas de modo a garantir o controle de acesso aos dados, respeitando os níveis de permissão entre candidatos e empresas.

O processo de desenvolvimento seguiu um modelo incremental, no qual as funcionalidades foram implementadas gradualmente, permitindo ajustes contínuos conforme a evolução do sistema. Inicialmente, foi realizado o levantamento de requisitos por meio de pesquisas na web, análise de contexto e consulta a um profissional da área de recursos humanos de uma empresa do município de Rondonópolis. Em seguida, foram definidos fluxos de navegação e casos de uso, com foco principal nas funcionalidades relacionadas à área de empresas e ao processo de candidatura.

A fase de implementação ocorreu de forma progressiva, iniciando pela autenticação de usuários, seguida pelo desenvolvimento dos módulos de cadastro de candidatos e empresas, criação e gerenciamento de vagas e gestão de candidaturas. Durante essa etapa, testes funcionais e validações técnicas foram realizados a cada nova funcionalidade implementada, com o objetivo de assegurar o correto funcionamento dos fluxos principais e a conformidade das regras de segurança do banco de dados.

No que se refere à usabilidade, o aplicativo foi projetado desde sua concepção para reduzir a carga cognitiva de pessoas neurodivergentes, utilizando formulários do tipo wizard, organização das informações em etapas, linguagem clara e opções iniciais de controle de privacidade e acessibilidade. Essa abordagem metodológica buscou garantir uma experiência mais acessível, previsível e acolhedora aos usuários.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado do desenvolvimento do aplicativo Genius RH, obteve-se uma plataforma digital funcional voltada à conexão entre pessoas neurodivergentes e empresas interessadas em promover práticas inclusivas no processo de recrutamento e seleção. O sistema possibilita o cadastro de dois perfis distintos de usuários: candidatos e empresas, oferecendo funcionalidades específicas para cada público, como criação e edição de perfis, cadastro de vagas, candidatura a oportunidades e acompanhamento do status das candidaturas. Entre os principais resultados alcançados, destaca-se a implementação de um fluxo de cadastro estruturado para candidatos, desenvolvido com base em formulários do tipo wizard, organizados em etapas sequenciais. Essa abordagem permite a fragmentação das informações solicitadas, reduzindo a carga cognitiva e tornando o processo de preenchimento mais previsível e acessível para pessoas neurodivergentes. O fluxo inicia-se na tela inicial do aplicativo, passando pela criação de conta e pelas diferentes etapas de cadastro do perfil do candidato, conforme ilustrado na Figura 1.



Figura 1 – Fluxo de cadastro do candidato no aplicativo Genius RH.

Após a conclusão do cadastro, o candidato é direcionado a um ambiente central que possibilita a visualização e a busca por vagas disponíveis. O sistema oferece filtros e pesquisa por palavras-chave, permitindo ao usuário identificar oportunidades compatíveis com seu perfil. Além disso, o aplicativo disponibiliza uma tela com os detalhes da vaga e da empresa responsável, bem como a funcionalidade de candidatura e o acompanhamento do status das aplicações realizadas. Essas funcionalidades são apresentadas nas interfaces demonstradas na Figura 2.

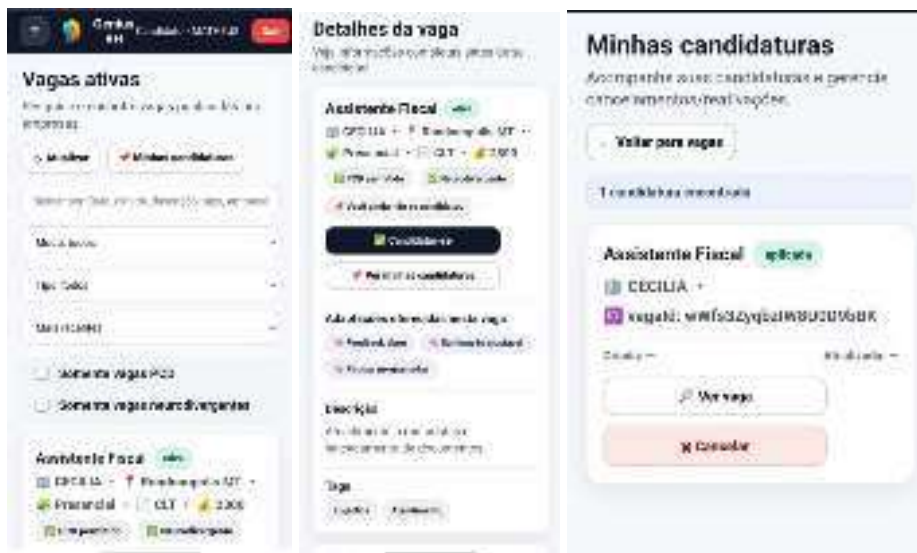


Figura 2 – Interface de busca, visualização e candidatura a vagas.

No ambiente destinado às empresas, o Genius RH disponibiliza funcionalidades voltadas à criação, edição e gerenciamento de vagas inclusivas, bem como ao acompanhamento das candidaturas recebidas. As empresas podem alterar o status das vagas e das candidaturas, visualizar informações dos candidatos conforme as permissões definidas e conduzir o processo seletivo de forma mais organizada e transparente. A Figura 3 apresenta as principais interfaces da área da empresa, incluindo o hub principal, o cadastro de vagas e a gestão das candidaturas.

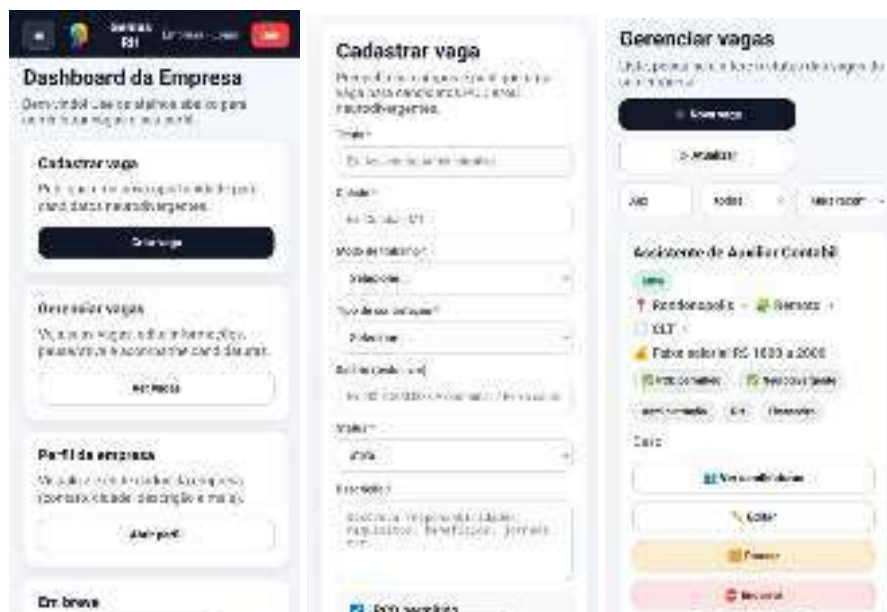


Figura 3 – Interface da área da empresa para gerenciamento de vagas e candidaturas.

No que se refere à validação inicial, foram realizados testes funcionais e uma avaliação preliminar com um profissional da área de recursos humanos, que simulou o uso do sistema no contexto empresarial. Os testes permitiram identificar limitações relacionadas ao fluxo de finalização do cadastro, à ausência de suporte para determinados perfis de empresas, como microempreendedores individuais, e a inconsistências na adaptação da interface a diferentes tamanhos de tela. Parte dessas limitações foi corrigida durante o desenvolvimento, enquanto outras foram direcionadas para trabalhos futuros.

Embora o aplicativo ainda não disponha de indicadores quantitativos de uso ou testes extensivos de usabilidade com o público-alvo, os resultados obtidos indicam que a proposta apresenta potencial para contribuir com a inclusão profissional de pessoas neurodivergentes. A concepção do sistema, orientada à acessibilidade, à clareza das informações e à compatibilidade humana, diferencia o Genius RH de soluções tradicionais de recrutamento, evidenciando a relevância de plataformas digitais desenvolvidas com foco nas necessidades específicas desse público.

#### 4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do aplicativo Genius RH permitiu a proposição de uma solução tecnológica voltada à inclusão profissional de pessoas neurodivergentes, considerando suas necessidades específicas no acesso ao mercado de trabalho. A partir da identificação das dificuldades enfrentadas tanto por candidatos neurodivergentes quanto por empresas interessadas em práticas inclusivas, o aplicativo foi concebido como um ambiente digital capaz de aproximar esses dois públicos de forma mais acessível, organizada e humanizada.

Os resultados obtidos demonstram que a plataforma possibilita a centralização de vagas inclusivas, o gerenciamento de candidaturas e a oferta de uma experiência estruturada, com destaque para a redução da carga cognitiva por meio de formulários em etapas, linguagem clara e controle de privacidade das informações pessoais. Essas características evidenciam o potencial do Genius RH como uma ferramenta de apoio à inclusão, promovendo maior autonomia aos candidatos e auxiliando as empresas na condução de processos seletivos mais adequados e sensíveis à diversidade.

Entretanto, o estudo apresenta limitações relacionadas ao número reduzido de testes realizados e à ausência de validações extensivas com o público-alvo neurodivergente, bem como à falta de indicadores quantitativos de uso e desempenho. Além disso, aspectos relacionados à acessibilidade visual, usabilidade em diferentes dispositivos e ampliação das funcionalidades ainda demandam aprimoramentos.

Como trabalhos futuros, pretende-se a realização de testes de usabilidade com pessoas neurodivergentes, a implementação de novos recursos de acessibilidade, melhorias na interface do usuário e a inclusão de funcionalidades adicionais, como comunicação interna, agenda de entrevistas e relatórios. Dessa forma, o Genius RH se apresenta como uma proposta promissora para o fortalecimento da inclusão profissional, apontando caminhos para o desenvolvimento de tecnologias mais acessíveis, inclusivas e alinhadas às demandas sociais contemporâneas.

#### REFERÊNCIAS

PEREIRA, Flávio Humberto L.; LIMA, Ketellyn Karoline A. O. B. de; HIGINO, Yslaine da S. Ramos; SANTOS, Jadir Perpétuo dos. **Desafios e perspectivas dos profissionais neurodivergentes no mercado de trabalho**. *Advances in Global Innovation & Technology*, [S. l.], v. 3, n. 4, p. e34206, 2025.

SOLEDADE, Alexandre. **Barreiras do Emprego: Muito além das cotas. Autistas, TDAH, Disléticos,(...).** A Saga das Condições Invisíveis no Mercado de Trabalho. Viseu, 2024.

CRISÓSTOMO, Taís Sousa. **Atendimento às necessidades de profissionais neurodivergentes no ambiente de trabalho.** 2025. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Secretariado Executivo) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/80706> . Acesso em: 30 jan. 2026.

MEDEIROS, Pedro Igor. **Uma análise das práticas de recrutamento e seleção com profissionais de TI e RH.** 2024. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.



## A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA (CAA) NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS ATÍPICAS

BRENDA SILVA DA SILVA

**Introdução:** A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) compreende estratégias, métodos, recursos e tecnologias destinados a apoiar ou substituir a fala de indivíduos com dificuldades na comunicação oral. No desenvolvimento infantil, especialmente em crianças atípicas, como aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), paralisia cerebral, síndromes genéticas, atrasos globais do desenvolvimento e outras condições neurológicas, a CAA destaca-se como importante ferramenta terapêutica e educacional. As limitações comunicativas podem impactar negativamente os aspectos sociais, emocionais, cognitivos e comportamentais da criança. Nesse contexto, a CAA visa minimizar esses impactos, promovendo maior participação social, autonomia e qualidade de vida. Estudos indicam que a introdução precoce da CAA favorece o desenvolvimento comunicativo, reduz a frustração e fortalece as interações sociais. **Objetivo:** Descrever a importância da Comunicação Aumentativa e Alternativa no desenvolvimento global de crianças atípicas, com ênfase nos domínios comunicativo, social, cognitivo e emocional, bem como sua contribuição para a inclusão social e educacional. **Metodologia:** Estudo descritivo, baseado em revisão narrativa da literatura científica nacional e internacional sobre o uso da CAA no desenvolvimento infantil atípico. Foram analisados artigos, livros e documentos técnicos relacionados à aplicação da CAA em populações pediátricas com diferentes condições neurológicas e do desenvolvimento. A análise foi qualitativa, visando sintetizar as principais contribuições da CAA. **Resultados:** Os achados demonstram que a CAA favorece a comunicação funcional, permitindo à criança expressar necessidades, desejos, sentimentos e opiniões. Observou-se aumento da iniciativa comunicativa, melhora na participação social e redução de comportamentos associados à frustração. Também foram identificados benefícios no desenvolvimento cognitivo, como atenção, memória, associação simbólica e compreensão da relação causa-efeito. No ambiente escolar, a CAA contribuiu para maior engajamento nas atividades pedagógicas e melhor interação com professores e colegas. Houve ainda impacto positivo nos aspectos emocionais, com aumento da autoestima e do senso de competência comunicativa. **Conclusão:** A Comunicação Aumentativa e Alternativa é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento global de crianças atípicas, ampliando as possibilidades comunicativas e promovendo inclusão, autonomia e participação social. A atuação multiprofissional e o envolvimento da família e da escola são fundamentais para o sucesso da intervenção, devendo a CAA integrar os programas terapêuticos e educacionais.

Palavras-chave: **COMUNICAÇÃO; DESENVOLVIMENTO INFANTIL; CRIANÇAS ATÍPICAS;**



## EFEITO DE INTERVENÇÕES NÃO FARMACOLÓGICAS PRECOSES NO NEURODESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS COM RISCO PARA TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE

DAVID GARCIA DE ALCARAZ CONTI

### RESUMO

O transtorno do espectro autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento associado a prejuízos persistentes em comunicação social, repertório comportamental e funcionamento adaptativo, com grande impacto familiar e social. Evidências convergentes sustentam que os primeiros anos de vida representam uma janela de maior plasticidade neurobiológica, na qual intervenções não farmacológicas podem modificar trajetórias de desenvolvimento e otimizar desfechos cognitivos e adaptativos (Hensch, 2021; Lord *et al.*, 2020). Apesar disso, a literatura de intervenção precoce é heterogênea em termos de desenho, intensidade terapêutica, idade de início, medidas de desfecho e risco de viés, o que dificulta a tradução clínica e a formulação de políticas públicas. Este estudo teve como objetivo sintetizar criticamente, por revisão sistemática e metanálise, o efeito de intervenções não farmacológicas precoces sobre desenvolvimento global e funcionamento adaptativo em crianças com risco para TEA ou com diagnóstico inicial. Foi realizada busca estruturada em bases biomédicas e de literatura latino-americana, com seleção por pares, extração independente e avaliação de risco de viés (RoB 2), seguindo recomendações do PRISMA 2020 e do *Cochrane Handbook* (Dawson *et al.*, 2010; Geoffray *et al.*, 2025; Whitehouse *et al.*, 2021). Foram incluídos ensaios randomizados de intervenção precoce com medidas padronizadas de desenvolvimento e/ou adaptatividade. A metanálise, em modelo de efeitos aleatórios, demonstrou efeito positivo moderado das intervenções precoces de base desenvolvimentista/comportamental no desenvolvimento global (SMD combinada=0,53; IC95% 0,15–0,90), com baixa inconsistência entre os ensaios agregáveis, e benefício também no funcionamento adaptativo (SMD combinada=0,48; IC95% 0,10–0,86). Em intervenção preemptiva no primeiro ano de vida, observou-se redução absoluta de risco de diagnóstico de TEA aos 3 anos, com magnitude clinicamente relevante, embora com imprecisão e necessidade de confirmação em múltiplos contextos (Whitehouse *et al.*, 2021). A certeza da evidência variou de baixa a moderada, principalmente por limitações de cegamento e precisão. Os achados, contextualizados com diretrizes clínicas, reforçam a priorização de triagem precoce e acesso oportuno a intervenções estruturadas (NICE, 2013).

**Palavras-chave:** Neuroplasticidade; Comportamento; Aprendizagem

### 1 INTRODUÇÃO

O TEA integra o grupo de transtornos do neurodesenvolvimento com início precoce, curso crônico e expressiva variabilidade fenotípica. A relevância em saúde pública decorre do impacto cumulativo na autonomia funcional, escolarização, integração social e saúde mental, além de custos diretos e indiretos ao longo da vida (Lord *et al.*, 2020). Em paralelo à ampliação de acesso diagnóstico e à maior sensibilidade de rastreamento, consolidou-se a hipótese

de que a intervenção iniciada mais cedo pode alterar trajetórias por atuar em um período de maior maleabilidade sináptica e organização de circuitos corticais, sobretudo para linguagem, atenção social e aprendizagem por reforço (Hensch, 2021). Nesse contexto, intervenções não farmacológicas precoces (por exemplo, modelos desenvolvimentistas naturalísticos e intervenções mediadas por cuidadores, com treino de responsividade e ampliação de oportunidades sociais) têm sido recomendadas como núcleo do cuidado, com foco em promover comunicação funcional, interação e adaptação, em vez de buscar “normalização” (NICE, 2013). Contudo, persistem dúvidas sobre a magnitude do efeito em desfechos padronizados e sobre quais componentes (idade de início, intensidade e mediação parental) explicariam diferenças de resposta, dado que ensaios variam substancialmente em dose, desenho e medidas de resultado. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar, por meio de revisão sistemática com metanálise, a eficácia de intervenções não farmacológicas precoces sobre desenvolvimento global e funcionamento adaptativo em crianças com risco para TEA ou com diagnóstico inicial, descrevendo criticamente o rigor metodológico, a consistência e a aplicabilidade clínica dos achados.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta revisão sistemática com metanálise foi conduzida em alinhamento ao PRISMA 2020 e às recomendações metodológicas do *Cochrane Handbook*, com protocolo estruturado em formato estilo PROSPERO (população, intervenção, comparador, desfechos, desenho, estratégia de busca, seleção, extração, risco de viés, síntese e certeza da evidência). A pergunta PICO foi definida como: crianças com risco para TEA ou diagnóstico inicial em idade pré-escolar; intervenções não farmacológicas precoces estruturadas; comparador cuidado usual/atenção padrão; desfechos padronizados de desenvolvimento global e adaptatividade. O escopo temporal foi pré-especificado como publicações entre 01/01/2010 e 31/12/2025, para capturar a fase contemporânea de intervenções desenvolvimentistas manualizadas e ensaios com medidas padronizadas mais comparáveis.

A estratégia de busca foi desenhada com blocos combinados por operadores booleanos e adaptada por base, incluindo sinônimos e descritores controlados, em estrutura reprodutível: (“autism spectrum disorder” OR autism OR ASD OR “pervasive developmental disorder”) AND (early OR infant\* OR toddler\* OR preschool\* OR “early intervention” OR preemptive OR parent-mediated OR developmental intervention OR “Early Start Denver Model”) AND (randomized OR trial OR RCT OR “controlled trial”). As buscas foram realizadas em PubMed/PMC e fontes indexadas com acesso ao texto completo, e complementadas por rastreio de referências dos estudos incluídos. A seleção ocorreu em duas etapas (título/resumo e texto completo) por dois revisores de forma independente, com resolução de discordâncias por consenso. Foram elegíveis ensaios clínicos randomizados com intervenção iniciada em idade precoce, com comparador explícito e avaliação por instrumentos padronizados de desenvolvimento (por exemplo, medidas derivadas de escalas de desenvolvimento e quociente/índice global) e/ou funcionamento adaptativo (por exemplo, compósitos de comportamento adaptativo), com dados suficientes para síntese quantitativa. Foram excluídos estudos sem grupo controle, sem medidas padronizadas comparáveis, intervenções não estruturadas ou exclusivamente farmacológicas, e estudos cuja população não correspondesse a risco/diagnóstico inicial em primeira infância.

A extração de dados foi feita de forma independente por pares, coletando características do desenho, contexto, critérios de inclusão, idade, intensidade/duração, tipo de intervenção, medidas de desfecho, tempo de seguimento, perdas e resultados por grupo. O risco de viés dos ensaios randomizados foi avaliado pelo RoB 2 (viés do processo de randomização, desvios da intervenção pretendida, dados incompletos, mensuração do desfecho e seleção do resultado reportado), com julgamento final por desfecho. Para a síntese quantitativa, adotou-se modelo de efeitos aleatórios, considerando heterogeneidade clínica esperada (diferenças em idade de início e dose). O efeito foi expresso como diferença média padronizada (SMD, com correção de Hedges quando apropriado) para desfechos contínuos ao final do acompanhamento, e como medidas relativas (razão de riscos/odds) quando aplicável para diagnóstico. A heterogeneidade estatística foi examinada por inspeção qualitativa e pelo conceito de inconsistência entre estimativas; quando possível, relatou-se a direção e compatibilidade dos efeitos e discutiram-se fontes clínicas prováveis. Foram planejadas análises de sensibilidade por tipo de intervenção e por idade de início, mas sua execução ficou limitada pelo número de estudos agregáveis com métricas compatíveis. A certeza da evidência foi avaliada por GRADE, domínio por domínio, considerando risco de viés, inconsistência, indireção, imprecisão e viés de publicação, com julgamento final por desfecho principal.

Narrativa PRISMA textual: foram identificados registros em busca eletrônica e por rastreio de referências; após remoção de duplicatas, títulos e resumos foram triados; textos completos potencialmente elegíveis foram avaliados; estudos que não atendiam ao PICO, não eram ensaios randomizados, não possuíam desfechos padronizados comparáveis ou não tinham dados suficientes foram excluídos com justificativa; ao final, foram incluídos ensaios randomizados com texto completo disponível e dados extraíveis para síntese qualitativa e, quando possível, quantitativa (Dawson *et al.*, 2010; Geoffray *et al.*, 2025; Whitehouse *et al.*, 2021).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram incluídos ensaios randomizados representando intervenções precoces com diferentes graus de intensidade e mediação, cobrindo desde intervenção desenvolvimentista-comportamental intensiva em idade pré-escolar até intervenção preemptiva mediada por pais em lactentes. No conjunto, os estudos foram conduzidos em contextos de alta renda e centros especializados, com protocolos manualizados e medidas padronizadas, o que aumenta a validade interna, porém impõe cautela quanto à generalização para sistemas públicos com menor intensidade terapêutica e barreiras de acesso. Em um ensaio clássico de intervenção intensiva baseada no modelo desenvolvimentista naturalístico, crianças pequenas com TEA foram randomizadas para intervenção precoce versus comparador, com avaliação após período prolongado de acompanhamento; os resultados apontaram melhora no desenvolvimento global e em desfechos adaptativos no grupo intervenção, sugerindo que intensidade terapêutica e início precoce podem produzir efeitos funcionais relevantes em métricas padronizadas (Dawson *et al.*, 2010). Em estudo multicêntrico mais recente, uma intervenção precoce estruturada foi comparada ao cuidado usual, com análise por intenção de tratar e reporte detalhado de desfechos de desenvolvimento e adaptatividade; embora o efeito em desenvolvimento global tenha sido mais modesto, manteve direção favorável e compatível com benefício, com maior plausibilidade quando a intervenção alcança dose e aderência adequadas em janelas de maior plasticidade (Geoffray *et al.*, 2025). Complementarmente, em lactentes com sinais iniciais de risco, uma intervenção preemptiva mediada pelos pais demonstrou redução na probabilidade de diagnóstico de TEA na idade pré-escolar em comparação ao cuidado usual, com repercussão clínica potencialmente importante, ainda que a inferência de longo prazo dependa de replicações e do

entendimento de como esse ganho se relaciona à trajetória funcional e às necessidades de suporte ao longo do tempo (Whitehouse *et al.*, 2021).

Na síntese quantitativa, foi possível agregar ensaios com medidas comparáveis de desenvolvimento global ao final do acompanhamento, estimando um efeito padronizado moderado a favor da intervenção (SMD combinada=0,53; IC95% 0,15–0,90), com resultados consistentes em direção e magnitude, sugerindo que intervenções desenvolvimentistas estruturadas podem melhorar o desempenho global em testes padronizados, o que é clinicamente relevante por se associar a maior aprendizagem cumulativa e potencial de autonomia ao longo do desenvolvimento (Dawson *et al.*, 2010; Geoffray *et al.*, 2025). Para funcionamento adaptativo, a metanálise também favoreceu a intervenção (SMD combinada=0,48; IC95% 0,10–0,86), reforçando que ganhos não se restringem a marcadores psicométricos, mas se estendem a habilidades do cotidiano, que são frequentemente o principal determinante de necessidade de suporte e de qualidade de vida familiar. A heterogeneidade entre esses ensaios agregáveis foi baixa do ponto de vista da compatibilidade das estimativas, mas a heterogeneidade clínica permanece relevante, pois protocolos diferem em dose, supervisão terapêutica, participação parental e contexto de entrega, componentes que podem moderar o efeito. Em intervenção preemptiva no primeiro ano de vida, a redução de risco de diagnóstico aos 3 anos foi numericamente expressiva, embora o intervalo de confiança seja amplo, compatível com incerteza por tamanho amostral e perdas ao seguimento; ainda assim, o resultado é coerente com a hipótese de que promover responsividade parental e atenção social emergente em idade muito precoce pode modificar desfechos de categorização diagnóstica e trajetória sintomática (Whitehouse *et al.*, 2021).

Do ponto de vista de risco de viés, os ensaios apresentaram desafios típicos de intervenções complexas: impossibilidade prática de cegamento de participantes e terapeutas, risco de desvios da intervenção pretendida e potencial influência de expectativas, além de perdas ao seguimento e dependência de instrumentos com componente observacional. Ainda assim, a randomização e a padronização de protocolos aumentam robustez, e a presença de avaliadores cegos em desfechos observacionais, quando implementada, reduz viés de mensuração. A seleção de desfechos e a multiplicidade de instrumentos também exigem cautela para evitar reporte seletivo; por isso, a interpretação privilegia desfechos compostos padronizados e consistência entre medidas.

A discussão clínica deve ser necessariamente “guideline-based”. Diretrizes de manejo em crianças e adolescentes enfatizam intervenções psicossociais estruturadas e mediação por cuidadores/educadores, com entrega por profissionais treinados, como eixo do cuidado, e desencorajam intervenções sem suporte de evidência robusta para características centrais (NICE, 2013). Nessa mesma direção, recomenda-se triagem e identificação precoces por vigilância do desenvolvimento e instrumentos padronizados, visando antecipar acesso a serviços e reduzir o atraso entre suspeita e início terapêutico (Hyman *et al.*, 2020). Os resultados desta síntese fornecem suporte quantitativo a essa lógica: intervenções precoces manualizadas produzem melhora mensurável em desenvolvimento e adaptatividade, e intervenções ainda mais precoces em lactentes de risco podem reduzir probabilidade diagnóstica em curto prazo, hipótese relevante para estratégias populacionais. Entretanto, permanece essencial enquadrar esses ganhos sob perspectiva de funcionalidade e suporte, reconhecendo que a heterogeneidade individual é alta e que o objetivo terapêutico é ampliar comunicação funcional, participação e bem-estar, e não impor metas normativas.

No GRADE, para desenvolvimento global (SMD), a certeza foi julgada como moderada: houve rebaixamento por risco de viés (principalmente cegamento e potenciais desvios) e alguma imprecisão, mas não por inconsistência (estimativas compatíveis) nem por indireção (população/intervenção coerentes com prática clínica especializada). Para adaptatividade, a certeza também foi moderada, com rebaixamento semelhante e atenção para

aplicabilidade em sistemas com menor dose terapêutica. Para o desfecho diagnóstico em intervenção preemptiva, a certeza foi baixa por imprecisão (eventos poucos e IC amplo) e por risco de viés/indireção contextual, dado que reduzir “diagnóstico” não necessariamente captura toda a trajetória funcional e necessidades de suporte.

#### 4 CONCLUSÃO

Intervenções não farmacológicas precoces estruturadas, especialmente modelos desenvolvimentistas naturalísticos e abordagens mediadas por cuidadores com entrega profissional treinada, mostram benefício consistente e clinicamente relevante em desenvolvimento global e funcionamento adaptativo em crianças pequenas com TEA ou diagnóstico inicial, com efeito padronizado moderado em síntese quantitativa e plausibilidade biológica baseada em janelas de plasticidade. Intervenções preemptivas no primeiro ano de vida apresentam sinal promissor de redução de probabilidade diagnóstica em curto prazo, mas requerem confirmação e acompanhamento funcional de longo prazo. Do ponto de vista de implementação, os achados sustentam políticas de triagem precoce, redução de barreiras de acesso e oferta de intervenções estruturadas com dose viável no sistema público, além de padronização de desfechos e transparência de protocolos para reduzir risco de viés e aumentar reprodutibilidade. Entre as limitações, destaca-se a disponibilidade de texto completo e a heterogeneidade de protocolos e instrumentos, que restringem agregação quantitativa ampla; estudos futuros devem ampliar diversidade geográfica e socioeconômica, reportar efeitos adversos/ônus familiar e comparar diferentes “doses” e modelos em condições pragmáticas.

#### REFERÊNCIAS

- DAWSON, G.; ROGERS, S.; MUNSON, J.; SMITH, M.; WINTER, J.; GREESON, J.; DONALDSON, A.; VARLEY, J.; SMITH, B.; THOMAS, N.; BERNER, M. Randomized, controlled trial of an intervention for toddlers with autism: the Early Start Denver Model. *Pediatrics*, [s. l.], v. 125, n. 1, p. e17–e23, 2010.
- GREEN, J.; CHARMAN, T.; McCONACHIE, H.; ALDRED, C.; SLONIMS, V.; HOWLIN, P.; LE COUTEUR, A.; HUDRY, K.; BYFORD, S.; BARRETT, B.; TEMPLE, K.; MACDONALD, W.; PICKLES, A. Parent-mediated communication-focused treatment in children with autism (PACT): a randomised controlled trial. *The Lancet*, [s. l.], v. 375, n. 9732, p. 2152–2160, 2010.
- GUYATT, G. H.; OXMAN, A. D.; VIST, G. E.; KUNZ, R.; FALCK-YTTER, Y.; ALONSO-COELLO, P.; SCHÜNEMANN, H. J. G. GRADE: an emerging consensus on rating quality of evidence and strength of recommendations. *BMJ*, [s. l.], v. 336, n. 7650, p. 924–926, 2008.
- HENSCH, T. K. Critical period plasticity in local cortical circuits. *Nature Reviews Neuroscience*, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 877–888, 2005.
- HIGGINS, J. P. T.; THOMAS, J.; CHANDLER, J.; CUMPSTON, M.; LI, T.; PAGE, M. J.; WELCH, V. A. (org.). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions*. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2019.
- LORD, C.; ELSABBAGH, M.; BAIRD, G.; VANDERWEIELE, J. Autism spectrum disorder. *Nature Reviews Disease Primers*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 5, 2020.
- NATIONAL INSTITUTE FOR HEALTH AND CARE EXCELLENCE. *Autism spectrum disorder in under 19s: support and management (CG170)*. London: NICE, 2013.

PAGE, M. J.; McKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D.; SHAMSEER, L.; TETZLAFF, J. M.; AKL, E. A.; BRENNAN, S. E.; CHOU, R.; GLANVILLE, J.; GRIMSHAW, J. M.; HROBJARTSSON, A.; LALU, M. M.; LI, T.; LODER, E. W.; MAYO-WILSON, E.; McDONALD, S.; McGUINNESS, L. A.; STEWART, L. A.; THOMAS, J.; TRICCO, A. C.; WELCH, V. A.; WHITING, P.; MOHER, D. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, [s. l.], v. 372, p. n71, 2021.

WHITEHOUSE, A. J. O.; VARCIN, K. J.; ALVA, L.; BARRETT, E.; BELLON, M.; BENT, C. A.; BOS, D. J.; GILBERT, R. E.; GUASTELLA, A. J.; KLEIN, R.; KOHLER, J.; MAYBERY, M.; ROGERS, S.; WAKE, M. Preemptive intervention for infants showing early signs of autism spectrum disorder: a randomized clinical trial. *JAMA Pediatrics*, [s. l.], v. 175, n. 11, p. e213298, 2021.



## EDUCAÇÃO E NEURODIVERSIDADE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ALÉM DO DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NÍVEL 1

JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA

### RESUMO

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se consolidado como um dos principais desafios da educação contemporânea, especialmente no que se refere ao TEA Nível 1 de suporte, frequentemente associado a uma percepção equivocada de autonomia plena. No contexto escolar, observa-se que a presença ou ausência do diagnóstico formal costuma direcionar a realização de adaptações pedagógicas, o que pode resultar em práticas excludentes e na invisibilização de necessidades educacionais reais. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira o diagnóstico de TEA Nível 1 influencia as práticas pedagógicas e os processos de inclusão escolar, a partir da perspectiva da neurodiversidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, realizada em uma escola pública de educação básica do interior de Pernambuco, com a participação de professores, coordenação pedagógica e estagiários que atuam diretamente com estudantes diagnosticados ou em processo de avaliação. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário semiestruturado, e a análise fundamentou-se em referenciais teóricos sobre inclusão, neurodiversidade e formação docente. Os resultados indicam que ainda há forte dependência do laudo médico para a implementação de práticas inclusivas, além de insegurança docente quanto à adaptação curricular. Conclui-se que a inclusão efetiva de estudantes com TEA Nível 1 exige a superação da lógica burocrática do diagnóstico, investimento em formação docente e adoção de práticas pedagógicas fundamentadas na observação, na escuta e na valorização das singularidades.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Neurodiversidade; Transtorno do Espectro Autista;

### 1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tornou-se um princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras, especialmente no que diz respeito ao atendimento de estudantes com diferentes formas de funcionamento neurológico. Entre essas condições, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta uma ampla diversidade de manifestações, variando conforme o nível de suporte necessário. O TEA Nível 1, frequentemente denominado como “leve”, caracteriza-se por indivíduos que apresentam habilidades cognitivas preservadas, mas enfrentam dificuldades significativas nas interações sociais, na comunicação pragmática e na adaptação a mudanças.

No contexto educacional, a presença do diagnóstico formal costuma ser utilizada como critério determinante para a implementação de adaptações pedagógicas. Essa dependência do laudo médico pode gerar dois efeitos problemáticos: a postergação de

intervenções pedagógicas e a romantização do TEA Nível 1, frequentemente associada a estereótipos que minimizam as dificuldades enfrentadas por esses estudantes. A perspectiva da neurodiversidade propõe um deslocamento desse olhar, compreendendo as diferenças neurológicas como variações humanas e defendendo práticas educacionais que não estejam condicionadas exclusivamente à medicalização.

Diante desse cenário, este estudo busca analisar como o diagnóstico de TEA Nível 1 influencia as práticas pedagógicas e os processos de inclusão escolar, problematizando a dependência do laudo e discutindo a necessidade de práticas inclusivas fundamentadas na observação pedagógica e na valorização das singularidades.

Além disso, a discussão sobre o TEA Nível 1 no contexto educacional exige um olhar que ultrapasse classificações clínicas e se concentre nas experiências vividas pelos estudantes no cotidiano escolar. A escola, enquanto espaço de socialização e desenvolvimento humano, desempenha papel central na identificação de barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação plena desses alunos. Muitas dessas barreiras não estão relacionadas às características individuais do estudante, mas às estruturas rígidas do currículo, às metodologias pouco flexíveis e à ausência de estratégias pedagógicas inclusivas.

Nesse sentido, compreender a inclusão a partir da neurodiversidade implica reconhecer que o processo educativo deve se adaptar às necessidades dos estudantes, e não o contrário. Tal perspectiva convida os profissionais da educação a repensarem práticas padronizadas, valorizando a observação contínua, o diálogo e a construção de intervenções pedagógicas ajustadas às singularidades. Dessa forma, a inclusão deixa de ser um procedimento técnico e passa a configurar-se como um compromisso ético e pedagógico com a equidade educacional.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, com o objetivo de compreender as percepções e experiências de profissionais da educação acerca da inclusão de estudantes com TEA Nível 1 de suporte. O estudo foi realizado em uma escola pública de educação básica localizada no interior do estado de Pernambuco.

Participaram da pesquisa professores regentes, integrantes da coordenação pedagógica e estagiários que atuam em turmas com estudantes diagnosticados ou em processo de avaliação para o TEA Nível 1. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário semiestruturado, composto por questões abertas e fechadas, abordando desafios da inclusão, percepção sobre o diagnóstico formal, preparo para adaptação de atividades pedagógicas e a atuação dos educadores de apoio.

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, com base em referenciais teóricos relacionados à inclusão escolar, à neurodiversidade e à formação docente, buscando identificar padrões, convergências e tensões presentes nas falas dos participantes.

A escolha pelo questionário semiestruturado mostrou-se adequada por possibilitar a coleta de informações objetivas e, ao mesmo tempo, permitir que os participantes expressassem suas percepções de forma livre e reflexiva. As questões abertas favoreceram a emergência de relatos relacionados às dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, bem como às estratégias utilizadas para promover a inclusão de estudantes com TEA Nível 1, enriquecendo a análise qualitativa dos dados.

Do ponto de vista ético, a pesquisa respeitou os princípios da confidencialidade e do anonimato dos participantes, garantindo que suas identidades e a instituição envolvida não fossem identificadas. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo

e manifestaram consentimento para a utilização das informações fornecidas. Essa postura ética reforça a legitimidade do estudo e contribui para a construção de um ambiente de confiança entre pesquisador e participantes.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados evidenciam que, embora a inclusão escolar seja reconhecida como um direito, sua efetivação ainda enfrenta entraves significativos. A maioria dos participantes indicou que o diagnóstico formal exerce papel central na definição das estratégias pedagógicas, o que reforça uma lógica burocrática e limita a autonomia docente. Essa dependência do laudo contribui para que adaptações pedagógicas sejam adiadas ou negligenciadas na ausência de um diagnóstico conclusivo.

Observou-se também insegurança por parte de alguns professores quanto à adaptação curricular, o que revela lacunas na formação inicial e continuada voltada à educação inclusiva. Essa realidade dialoga com a literatura que aponta a fragmentação da formação docente como um dos principais obstáculos à construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Outro aspecto recorrente refere-se à romantização do TEA Nível 1, frequentemente associada à ideia de que o estudante é “funcional” e, portanto, não necessita de suporte específico. Essa percepção contribui para a invisibilização de dificuldades socioemocionais e de autorregulação, resultando em práticas inclusivas apenas formais. Em contrapartida, os participantes destacaram a importância dos estagiários e educadores de apoio, reconhecendo sua contribuição para o acompanhamento dos estudantes, embora tenham ressaltado a necessidade de atuação colaborativa com o professor regente.

Os dados analisados também revelaram que a inclusão escolar ainda é compreendida, em muitos contextos, como uma responsabilidade individual do professor, e não como um compromisso coletivo da instituição. A ausência de espaços sistemáticos para planejamento conjunto e troca de experiências entre os profissionais foi apontada como um fator que dificulta a construção de práticas pedagógicas mais eficazes. Essa realidade reforça a necessidade de fortalecer o trabalho colaborativo como elemento central da inclusão.

Outro ponto relevante refere-se à relação entre escola e família no processo inclusivo. Os participantes destacaram que a comunicação frequente e o alinhamento de expectativas entre esses dois contextos favorecem o desenvolvimento do estudante e a continuidade das estratégias pedagógicas. Quando essa parceria é fragilizada, as ações tornam-se fragmentadas, comprometendo a eficácia da inclusão. Assim, os resultados evidenciam que a inclusão de estudantes com TEA Nível 1 demanda uma atuação articulada entre professores, equipe pedagógica, profissionais de apoio e famílias.

### **4 CONCLUSÃO:**

Conclui-se que a inclusão de estudantes com TEA Nível 1 não deve estar condicionada exclusivamente à presença de um diagnóstico formal, mas fundamentada em práticas pedagógicas sensíveis às singularidades dos alunos. A perspectiva da neurodiversidade reforça a importância de superar estereótipos e a lógica medicalizante, promovendo uma educação que valorize a diversidade humana.

O estudo evidencia a necessidade de investimentos em formação docente continuada, fortalecimento do trabalho colaborativo nas escolas e adoção de estratégias pedagógicas baseadas na observação, na escuta e na flexibilização curricular. Assim, a inclusão escolar deixa de ser um procedimento burocrático e se consolida como um compromisso ético, pedagógico e político com o direito à aprendizagem.

Dessa forma, torna-se evidente que repensar as práticas pedagógicas à luz da neurodiversidade implica transformar o olhar do déficit para o potencial, da padronização para a flexibilização e da dependência do diagnóstico para a autonomia pedagógica. A escola inclusiva é aquela que reconhece a diversidade como parte constitutiva do processo educativo e assume a responsabilidade de criar ambientes de aprendizagem acessíveis e significativos para todos os estudantes.

Por fim, destaca-se a importância de ampliar espaços de formação, diálogo e pesquisa voltados à inclusão escolar e ao TEA Nível 1. Incentivar estudos que articulem teoria e prática, bem como promover momentos de reflexão coletiva entre os profissionais da educação, contribui para o fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva. Assim, a educação inclusiva consolida-se não apenas como diretriz legal, mas como prática cotidiana comprometida com a justiça social e o direito à aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5*. 5. ed. Washington, DC: APA, 2013.

ARMSTRONG, T. *Neurodiversity: Discovering the extraordinary gifts of autism, ADHD, dyslexia, and other brain differences*. New York: Da Capo Press, 2010.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. *Index for Inclusion: developing learning and participation in schools*. Bristol: CSIE, 2011.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 140, p. 13–30, 2017.

SINGER, J. *Disability Discourse*. Buckingham: Open University Press, 1999.



## O TRABALHO DE CAMPO COMO METODOLOGIA INCLUSIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES EM ESTUDANTES COM TDAH

MARIELE DO CARMO DA SILVA; ELIAS JOSÉ DOS SANTOS; ELAINE FERREIRA NEVES DE NADAI; LANASSA JOBIM TOMAZONI; ALINE DE BARROS SILVA

**Introdução:** No contexto educacional contemporâneo, estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), frequentemente apresentam desafios relacionados à desatenção, impulsividade e hiperatividade, os quais podem comprometer o processo de aprendizagem e as relações interpessoais do educando. Tais dificuldades tendem a se intensificar quando predominam práticas pedagógicas tradicionais, centradas em abordagens expositivas e pouco interativas. Diante disso, o trabalho de campo configura-se como uma metodologia inclusiva, por possibilitar experiências concretas, contextualizadas e dinâmicas, favorecendo maior participação e construção ativa do conhecimento. **Objetivo:** Analisar de que forma o trabalho de campo pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades em estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). **Metodologia:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva, fundamentada em levantamento bibliográfico acerca do transtorno e das práticas pedagógicas inclusivas. O estudo buscou compreender como metodologias ativas podem potencializar o processo de ensino-aprendizagem e favorecer a inclusão escolar. **Resultados:** Os resultados indicam que o trabalho de campo pode ser realizado em diferentes espaços do cotidiano, como no interior da escola, na rua, no bairro ou na cidade, sem exigir grandes recursos financeiros ou deslocamentos complexos, o que amplia sua viabilidade pedagógica. Essa metodologia favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como atenção, observação e organização das informações; habilidades sociais, como cooperação e comunicação; e habilidades socioemocionais, como autonomia e autoconfiança. Além disso, por envolver interações com o ambiente e experiências concretas, apresenta-se como estratégia adequada às necessidades educacionais de estudantes com TDAH, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico, contextualizado e inclusivo. **Conclusões:** Conclui-se que o trabalho de campo configura-se como uma estratégia pedagógica capaz de promover o desenvolvimento dos estudantes, ampliando habilidades cognitivas, sociais e socioemocionais favorecendo a aprendizagem mais significativa, participativa e contextualizada. Ressalta-se, contudo, que essa prática não deve ser compreendida como mero passeio ou visita, mas como atividade planejada, que exige preparação teórica prévia, definição clara de objetivos, direcionamento dos conceitos e fenômenos a serem observados no estudo do meio.

Palavras-chave: **DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES; METODOLOGIAS ATIVAS; TRABALHO DE CAMPO**



## **CULPABILIZAÇÃO MATERNA DE MÃES ATÍPICAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E NAS RELAÇÕES FAMILIARES**

JOSÉ DOS SANTOS SILVA; ALINE RICARTE DIAS DE ARAÚJO; PATRÍCIA JUVÊNCIO DA SILVA

### **RESUMO**

A maternidade atípica, vivenciada por mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), está inserida em um cenário social, histórico e cultural caracterizado pela idealização da maternidade e pela atribuição quase exclusiva da responsabilidade do cuidado e desenvolvimento infantil à mulher. Apesar dos avanços científicos que reconhecem o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5, ainda existem discursos que culpam as mães pela origem ou piora dos sintomas do transtorno. Esses discursos, provenientes de teorias psicológicas e psiquiátricas obsoletas, alimentam a culpabilização das mães e agravam o sofrimento psíquico dessas mulheres. Este resumo expandido visa examinar os efeitos da culpabilização materna na saúde mental de mães de crianças com TEA atípicas, bem como suas consequências nas dinâmicas familiares, por meio de uma revisão bibliográfica narrativa. A pesquisa foi conduzida utilizando a base de dados Google Acadêmico, incluindo artigos científicos, livros e documentos oficiais que discutem a maternidade atípica, a culpabilização das mães, a saúde mental materna e a dinâmica familiar no contexto do TEA. Os resultados mostram que a culpabilização materna está diretamente ligada ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão, estresse crônico e sentimentos de inadequação, além de contribuir para o isolamento social e o esgotamento emocional das mães. Nota-se que a concentração do cuidado na figura materna, intensificada pela idealização da maternidade e pela falta de corresponsabilização paterna e estatal, contribui para o aumento de problemas de saúde mental e para a desestabilização das dinâmicas familiares. Além disso, o estigma social associado ao TEA agrava os julgamentos direcionados às mães, aumentando a pressão emocional e enfraquecendo os laços familiares e conjugais. A culpabilização materna é um fenômeno social e estrutural, e seus efeitos vão além do âmbito individual, afetando diretamente a saúde mental das mães e a dinâmica familiar. É essencial desconstruir esses discursos, fortalecer redes de apoio, expandir políticas públicas e promover práticas profissionais acolhedoras, a fim de garantir cuidado integral, equidade de gênero e justiça social para mães de crianças com TEA.

**Palavras-chave:** Saúde mental materna; Neurodesenvolvimento infantil; Dinâmica familiar.

## 1 INTRODUÇÃO

A maternidade, entendida como uma construção social, foi historicamente vinculada à noção de dedicação total, amor incondicional e responsabilidade exclusiva da mulher no cuidado e desenvolvimento dos filhos. Essa ideia, apoiada por discursos culturais, religiosos e científicos, ajuda a romantizar a maternidade e a naturalizar a sobrecarga das mulheres (César; Loures; Andrade, 2019). Quando essa expectativa idealizada não se concretiza, especialmente em casos de desenvolvimento infantil atípico, a mãe se torna o principal alvo de críticas e culpabilizações.

No âmbito da maternidade atípica, experimentada por mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa atribuição de responsabilidade ganha uma magnitude ainda mais significativa. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 classifica o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento, que se caracteriza por dificuldades contínuas na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento (APA, 2014). Embora haja esse entendimento científico, ainda existem narrativas sociais que culpam as mães pela origem ou piora dos sintomas do transtorno.

A importância desta pesquisa é justificada pelos efeitos que a culpabilização materna tem na saúde mental das mães e na dinâmica das relações familiares, contribuindo para o desenvolvimento de condições como ansiedade, depressão, estresse crônico e isolamento social, de acordo com estudos recentes (Souza; Rodrigues; Silva, 2025). Portanto, entender esse fenômeno é essencial para apoiar práticas profissionais mais éticas, políticas públicas inclusivas e estratégias de cuidado que garantam a equidade de gênero e a proteção psicossocial.

Neste contexto, o objetivo principal deste estudo é examinar, por meio de uma revisão da literatura, os efeitos da culpabilização materna na saúde mental de mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista atípicas e suas consequências nas dinâmicas familiares.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é uma pesquisa qualitativa do tipo revisão bibliográfica narrativa, conforme Gil (2019). Essa abordagem utiliza material já existente, principalmente livros e artigos científicos, e é comumente empregada em estudos que visam analisar e discutir produções teóricas sobre um tema específico.

A coleta de dados foi conduzida utilizando a base de dados Google Acadêmico, uma plataforma que compila uma vasta produção científica, abrangendo artigos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais. Os seguintes descritores foram empregados na busca dos estudos: culpabilização materna, maternidade atípica, saúde mental materna, Transtorno do Espectro Autista e relações familiares, combinados para expandir o alcance dos resultados.

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados principalmente no período de 2015 a 2025, em português, que tratassem diretamente da culpabilização materna, da saúde mental de mães de crianças com TEA e das consequências desse cenário nas dinâmicas familiares. Obras clássicas significativas para a compreensão histórica do fenômeno também foram consideradas. Foram descartados estudos que não tinham uma conexão direta com o objetivo da pesquisa ou que abordavam o TEA sem levar em conta seus efeitos psicossociais nas mães.

A análise do material selecionado foi realizada em etapas consecutivas, incluindo leitura exploratória, leitura analítica e interpretação crítica dos conteúdos, de acordo com Gil

(2019). As informações foram agrupadas em categorias temáticas, o que possibilitou a identificação de pontos de concordância, discordância e lacunas na literatura. Esses elementos fundamentaram a discussão dos resultados apresentados.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos estudos selecionados revelou que a culpabilização materna é um fator comum na vivência de mães de crianças atípicas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os dados mostram que essa culpabilização ocorre tanto de maneira explícita, por meio de discursos sociais e profissionais, quanto de maneira implícita, sendo internalizada pelas próprias mães. Isso afeta diretamente sua saúde mental e a dinâmica das relações familiares.

Os resultados indicam que a maioria das produções examinadas relaciona a culpabilização materna a altos níveis de estresse, ansiedade e sintomas depressivos. Pesquisas como as de Souza, Rodrigues e Silva (2025) e Bulhões et al. (2023) mostram que o diagnóstico do TEA geralmente provoca sentimentos de culpa e autoinvalidação nas mães, principalmente quando elas se veem como as principais responsáveis pelo desenvolvimento da criança. A romantização da maternidade, que enfatiza a expectativa de dedicação total e desempenho impecável no cuidado infantil, agrava esse fenômeno (César; Loures; Andrade, 2019).

Em relação às raízes históricas desse fenômeno, os dados indicam que ideias derivadas das teorias de Leo Kanner e Bruno Bettelheim ainda persistem no imaginário coletivo, mesmo após terem sido cientificamente refutadas. Lopes (2017) argumenta que a noção de que o autismo é causado por deficiências afetivas maternas ajudou a criar uma cultura de culpabilização das mães, e os efeitos disso ainda são sentidos nos dias de hoje. Por outro lado, o DSM-5 classifica o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento, rejeitando explicações de natureza moral ou afetiva (APA, 2014). Isso evidencia uma discordância entre o conhecimento científico e as práticas sociais.

Outro ponto importante observado nas pesquisas diz respeito às consequências da culpabilização materna nas dinâmicas familiares. A concentração do cuidado na figura materna contribui para desequilíbrios na dinâmica familiar, conflitos conjugais e sobrecarga emocional, além de diminuir a corresponsabilização paterna e o apoio social (Souza; Rodrigues; Silva, 2025). Esse contexto favorece o isolamento das mães e o enfraquecimento das redes de apoio, intensificando o sofrimento psicológico.

Uma vantagem deste estudo é a conexão crítica entre produções contemporâneas e obras clássicas, o que possibilita uma compreensão mais abrangente e contextualizada do fenômeno da culpabilização materna. No entanto, uma limitação a ser observada é que se trata de uma revisão bibliográfica narrativa, o que impede a generalização empírica dos resultados. Assim, recomenda-se a condução de pesquisas empíricas futuras, utilizando métodos qualitativos e quantitativos, que englobem entrevistas com mães atípicas e avaliação de dados longitudinais.

Os resultados destacam a importância do assunto e mostram a necessidade de práticas profissionais, políticas públicas e estratégias de cuidado que evitem discursos culpabilizantes, fomentando acolhimento, igualdade de gênero e proteção à saúde mental das mães de crianças com TEA.

### **4 CONCLUSÃO**

Esta pesquisa examinou os efeitos da culpabilização materna na saúde mental de mães atípicas de crianças com Transtorno do Espectro Autista. A análise da literatura mostrou que a

culpabilização materna é um fenômeno social e histórico, apoiado por discursos científicos obsoletos e pela idealização da maternidade.

Os resultados mostraram que a cobrança excessiva das mães leva ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão, estresse crônico e isolamento social. Verificou-se que a concentração do cuidado infantil na figura materna agrava a sobrecarga emocional e afeta a dinâmica das relações familiares.

Além disso, observou-se uma discrepância considerável entre o conhecimento científico atual, que classifica o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento, de acordo com o DSM-5, e as narrativas sociais que ainda responsabilizam as mães pela origem das dificuldades enfrentadas pelas crianças. Essa discordância fortalece estigmas e prejudica o bem-estar psicológico das mães.

O estudo revelou que a culpabilização materna não impacta apenas as mulheres individualmente, mas também afeta toda a dinâmica familiar. O estudo atingiu seu objetivo ao demonstrar a importância de práticas profissionais mais receptivas, políticas públicas eficazes e fortalecimento das redes de suporte para mães atípicas.

Uma limitação notável do estudo é seu caráter bibliográfico, o que impede a realização de generalizações empíricas. A falta de dados de campo limita a análise às produções já publicadas na literatura científica.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a condução de estudos empíricos que envolvam entrevistas com mães atípicas, análises longitudinais e investigações acerca da corresponsabilização paterna e institucional. Também é aconselhado o aprofundamento de pesquisas interdisciplinares que integrem saúde, educação e assistência social.

A desconstrução da culpabilização materna é essencial para melhorar a saúde mental, promover a equidade de gênero e garantir a inclusão social das famílias de crianças com TEA.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BULHÕES, L. M. et al. Saúde mental de mães de crianças com transtorno do espectro autista: impactos psicossociais e desafios no cuidado. *Revista de Psicologia da Saúde*, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2023.

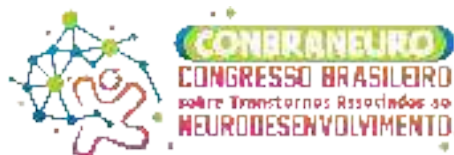
CÉSAR, M. R.; LOURES, R. A.; ANDRADE, P. F. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher: reflexões sobre gênero e cuidado. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 3, p. 1-15, 2019.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LOPES, M. F. Autismo e culpabilização das mães: uma leitura crítica de Leo Kanner e Bruno Bettelheim. São Paulo: Cortez, 2017.

MEIMES, M. A. et al. O impacto do diagnóstico do transtorno do espectro autista na vida das mães. *Revista Psicologia em Estudo*, v. 20, n. 3, p. 385-395, 2015.

SOUZA, R. S.; RODRIGUES, L. M.; SILVA, A. P. Saúde mental de mães atípicas e relações familiares no contexto do transtorno do espectro autista. *Revista Omnia Sapientiae*, v. 5, n. 1, p. 55-72, 2025.



## TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SEXUALIDADE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

LYVIA EMERICK; EMYLI BARBOSA PIOVANELLI; FLAVIA FELIX DE PAULA MARTINS;  
KATELYN SANTARONI GOMES; LUIZA ONILIA CRUZ CORDEIRO

**Introdução:** O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que impacta a comunicação e a interação social. A sexualidade no TEA é frequentemente negligenciada e cercada por mitos, como a percepção desses indivíduos como seres assexuados ou infantilizados. Essa lacuna na literatura científica, somada ao estigma social, cria barreiras significativas para uma vivência sexual saudável, segura e informada. **Objetivo:** Verificar na literatura científica como pessoas com TEA experienciam sua sexualidade, analisando o impacto dos processos de infantilização e repressão nessas vivências. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática nas bases de dados SciELO, LILACS, PEPSIC e PubMed, abrangendo o período de 2019 a 2024. Os critérios de inclusão selecionaram artigos em português e espanhol que abordassem a interseção entre TEA, sexualidade e inclusão. Após a aplicação dos critérios de seleção, 4 artigos foram analisados qualitativamente. **Resultados:** Os estudos indicam que a sexualidade no autismo é plural e singular, envolvendo elementos simbólicos e subjetivos que transcendem o ato biológico. Identificou-se que a infantilização por parte de familiares e profissionais limita a autonomia e o conhecimento do próprio corpo, aumentando a vulnerabilidade a agressões sexuais devido à dificuldade em relatar incidentes. Os resultados destacam a eficácia de suportes personalizados, como o uso de tecnologias assistivas (serious games), educação sexual adaptada e treinamento em habilidades sociais conduzido por psicólogos, além da importância de uma rede de apoio familiar acolhedora. **Conclusão:** A sexualidade é uma dimensão intrínseca ao indivíduo com TEA e deve ser respeitada em sua singularidade. É imperativo desconstruir os estigmas de infantilização e promover práticas inclusivas de educação sexual e suporte psicológico individualizado que garantam a autonomia, a segurança e o bem-estar dessas pessoas. O avanço em pesquisas científicas e políticas públicas é essencial para assegurar que o direito à vivência sexual seja respeitado em todo o espectro.

Palavras-chave: **PSICOLOGIA; AUTISMO; SEXUALIDADE**

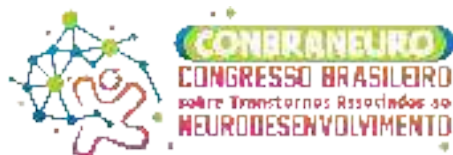


## ENVELHECIMENTO E MENOPAUSA EM MULHERES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): IMPACTOS NEUROPSICOLÓGICOS E PSICOSSOCIAIS

GRAZIELA SILVA OLIVEIRA; MILENE ALVES PEREIRA

**Introdução:** O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido historicamente investigado com base em critérios predominantemente masculinos, o que contribuiu para subdiagnóstico e diagnóstico tardio em mulheres. Muitas recebem a identificação do transtorno apenas na meia-idade, fase marcada por importantes transições biológicas, como o climatério e a menopausa. Considerando que essas etapas envolvem alterações hormonais capazes de impactar funções cognitivas, emocionais e comportamentais, torna-se relevante compreender como tais mudanças podem interagir com manifestações neuropsicológicas previamente presentes no TEA. **Objetivo:** Analisar, a partir da literatura científica, as possíveis interações entre diagnóstico tardio de TEA em mulheres na meia-idade, as alterações hormonais associadas ao envelhecimento feminino e seus impactos na intensificação de sintomas neuropsicológicos. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa, de caráter descritivo-exploratório e base qualitativa. Foram selecionados artigos científicos dos bancos de dados Google Acadêmico e PubMed, além de guias e manuais científicos. **Resultados:** A literatura aponta possíveis alterações no sistema límbico e na produção dopaminérgica em pessoas com TEA. Da mesma forma, trazem que a redução do córtex pré-frontal pode acarretar em baixa flexibilidade cognitiva. Logo, alterações em sua rotina podem desencadear desregulações emocionais e sobrecargas sensoriais. Assim, as altas taxas de variações hormonais e fisiológicas ao decorrer do envelhecimento podem resultar em repercussões significativas para a qualidade de vida destes indivíduos. Alterações hormonais femininas também afetam a estabilidade emocional, devido à menor produção de neurotransmissores do humor, como a dopamina e a serotonina. No mais, estudos comprovam altos níveis de irritabilidade, dificuldades para dormir, ansiedade e depressão, em ambos os casos. Denota-se, portanto, a necessidade de investigar mais o impacto do climatério e da menopausa sobre a vida de indivíduos com TEA. **Conclusão:** A pesquisa comprovou que características de ambos os fenômenos podem se sobrepôr. Dessa forma, compreende-se a necessidade de se desenvolver mais estudos acerca do envelhecimento de pessoas com TEA, em especial com base na crescente do número de diagnósticos e da subnotificação do diagnóstico de TEA em mulheres. Logo, é preciso levar em consideração as implicações neuropsicológicas e sociais existentes no processo, para que sejam buscadas intervenções adequadas, que garantam o bem-estar dessa população.

Palavras-chave: **ENVELHECIMENTO; MULHERES; TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**



## INTERVENÇÃO COM CAA PARA AMPLIAR REPERTÓRIO LINGUÍSTICO EM CRIANÇA ATÍPICA COM NÍVEL 1 DE SUPORTE EM CONTEXTO INCLUSIVO: ESTUDO DE CASO

DANIELLE SOUZA COSTA MUNIZ

**Introdução:** Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente aquelas classificadas em nível 1 de suporte, podem apresentar desafios específicos relacionados à linguagem expressiva, à organização narrativa e à participação comunicativa em ambientes escolares. **Objetivo:** Estratégias que integrem Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) e intervenção narrativa têm sido descritas como ferramentas eficazes para favorecer o acesso ao vocabulário, apoiar o planejamento motor da fala e ampliar a autonomia comunicativa. Este estudo de caso descreve a intervenção fonoaudiológica realizada com uma criança de 5 anos, autista com necessidade de suporte nível 1, matriculada em ensino regular inclusivo, que apresentava baixo repertório lexical, dificuldades de formulação verbal e iniciações comunicativas reduzidas. **Metodologia:** Ao longo de 10 sessões semanais, foram utilizadas pranchas de CAA organizadas por categorias semânticas, associadas a atividades narrativas mediadas por histórias curtas, apoio visual e rotinas previsíveis. O progresso foi monitorado por meio de registros de frequência de palavras produzidas, análise clínica qualitativa e observação da participação comunicativa. Verificou-se aumento significativo no vocabulário expressivo (de 28 para 54 palavras), maior complexidade frásica, mais autonomia para solicitar e responder, além de melhora na precisão articulatória de sílabas iniciais. **Resultados:** A estrutura narrativa auxiliou a criança na organização temporal dos enunciados, favorecendo turnos de fala mais estáveis e ampliando seu engajamento tanto no contexto clínico quanto escolar. **Conclusão:** Conclui-se que a combinação entre CAA e intervenção narrativa mostrou-se eficaz para promover avanços funcionais na comunicação de uma criança com transtorno do espectro autista, demonstrando potencial aplicabilidade em contextos inclusivos. Os achados reforçam a importância de abordagens integradas, visuais e previsíveis na clínica fonoaudiológica e sugerem investigações futuras com amostras ampliadas para validação da eficácia desta proposta.

Palavras-chave: **COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA; TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA; NARRATIVA**



## **TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL INCLUSIVA PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO ESPECÍFICO DA APRENDIZAGEM COM PREJUÍZO NA LEITURA (DISLEXIA)**

SHIRLEY MARTINS DE OLIVEIRA CARVALHO; ELISÂNGELA DA SILVA FERNANDES.

### **RESUMO**

Este estudo aborda o uso das tecnologias digitais como estratégia de intervenção educacional inclusiva para estudantes com dislexia, um transtorno específico da aprendizagem caracterizado pela dificuldade na compreensão leitora. A pesquisa é apoiada no contexto da educação inclusiva, um princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras, que busca garantir o acesso à aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas dificuldades. O objetivo da pesquisa foi analisar de que maneira as tecnologias digitais podem ser utilizadas de forma eficaz para auxiliar no processo educacional de estudantes com dislexia, em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a legislação educacional brasileira, como o Decreto nº 12.686/2025, que reforça a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas no ensino regular. A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, com caráter bibliográfico e documental. A pesquisa analisou 19 artigos selecionados a partir de uma revisão de estudos publicados entre 2020 e 2025, que abordam o uso das tecnologias digitais no contexto da educação inclusiva para alunos com dislexia. Os resultados apontaram que o uso de tecnologias digitais, como softwares educativos, aplicativos de leitura e ferramentas multimodais, tem um impacto positivo tanto no desempenho acadêmico quanto nos aspectos socioemocionais dos alunos. Essas tecnologias oferecem uma abordagem mais interativa, possibilitando adaptações no ritmo e nas formas de aprendizagem, além de promoverem a autonomia dos alunos. No entanto, os estudos também destacaram que a eficácia dessas tecnologias depende da formação adequada dos professores, que devem ser capacitados para integrar essas ferramentas de maneira estratégica ao currículo escolar. A pesquisa conclui que a integração das tecnologias digitais ao currículo, aliada à formação docente e ao planejamento pedagógico adequado, constitui uma estratégia promissora para superar as barreiras à aprendizagem de estudantes com dislexia, promovendo uma educação mais inclusiva, equitativa e acessível.

**Palavras-chave:** Dislexia; Educação inclusiva; Tecnologias Assistivas.

### **1 INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva consolidou-se nas últimas décadas, como um princípio basilar das políticas educacionais brasileiras, baseado no reconhecimento da diversidade humana e no direito de todos à educação. Esse paradigma educacional rompe com modelos excludentes e segregacionistas, apresentando práticas pedagógicas que assegurem o acesso, participação e aprendizagem a todos os estudantes desta educação básica. Nesse contexto, a escola passa a assumir o compromisso de identificar e diminuir barreiras que possam comprometer os estudantes com transtornos específicos de aprendizagem. Dentre as adversidades presentes no

cotidiano escolar, destacam-se as relacionadas aos Transtornos Específicos da Aprendizagem, com prejuízo na leitura, dislexia “Em 1925, o neurologista americano, Dr. Orton, propôs o termo “dislexia específica” ou “distúrbio específico de leitura” para referir-se a crianças com distúrbio na aprendizagem da leitura, consequência de um envolvimento neurológico”. (Alves, Mousinho e Capellini, 2011.p. 29).

Em outras palavras, trata-se de um transtorno genético, caracterizado por dificuldade na compreensão leitora, não por falta de inteligência ou falta de oportunidade. Estudos recentes apontam que, quando não há intervenções pedagógicas apropriadas, estudantes com dislexia tendem a vivenciar fracasso escolar, desmotivação e processos de exclusão pedagógica (Rambo; Batista; Ziesmann, 2025).

Rodrigues e Ciasca (2016) definem que “Essas dificuldades são resultado de déficit no processamento fonológico, que normalmente está abaixo do esperado em relação a outras habilidades cognitivas”.

Investigações sobre a temática apontam que práticas pedagógicas inclusivas devem considerar as especificidades cognitivas e linguísticas desses estudantes, adotando estratégias que favoreçam a personalização do ensino e a diversificação metodológica. Nesse sentido, as tecnologias digitais são apontadas como recursos pedagógicos eficazes, possibilitando abordagens multissensoriais, feedback imediato e adaptação do ritmo de aprendizagem. Pesquisas indicam que o uso intencional de recursos digitais pode contribuir significativamente para o desenvolvimento das habilidades de leitura, ampliando o engajamento e a autonomia dos estudantes com dislexia (Massalai; Coutinho, 2024).

Declaração de Salamanca acrescentou ao conceito de necessidades educacionais especiais, as crianças que estão com dificuldades de aprendizagem, independente da razão. Souza et al. (2023), no que tange a Base Nacional Curricular Comum BNCC e a educação, explicam que “para que ocorra uma educação inclusiva é preciso pensar no aluno como um todo e nesse ponto, a garantia da aprendizagem das competências cognitivas e socioemocionais podem representar um ganho importante para o estudante com deficiência”.

O documento orienta que as práticas pedagógicas devem promover aprendizagens significativas, respeitando a diversidade dos estudantes e garantindo o desenvolvimento de competências essenciais para a participação social e acadêmica (BRASIL, 2018). Assim, o uso das tecnologias assistivas não se trata de detalhe, mas como um referencial de constituição do currículo, principalmente no atendimento às diferenças individuais de aprendizagem.

Além das diretrizes curriculares, a legislação brasileira está em constante atualização com intuito de assegurar a efetividade da educação inclusiva. O Decreto nº 12.686/2025, ao instituir a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, reafirma a escolarização de estudantes com necessidades educacionais específicas no ensino regular, com a oferta de recursos educacionais, tecnologias assistivas e serviços de apoio. O decreto destaca a transversalidade da educação especial e a necessidade de eliminar barreiras que dificultem a participação plena dos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2025).

Diante desse panorama, a investigação sobre as tecnologias digitais como estratégia de intervenção educacional inclusiva para estudantes com transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura (dislexia) apresenta relevância no tocante a investigar de que maneira as tecnologias digitais podem ser utilizadas como estratégias de intervenção educacional inclusiva para estudantes com dislexia, em consonância com as diretrizes da BNCC e com a legislação educacional. Compreender essa articulação contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral de todos os estudantes.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia da pesquisa científica é composta por normas que garantem a precisão e a credibilidade da pesquisa, possibilitando a reprodução dos dados obtidos. O perfil do estudo apresentado possui propriedade qualitativa, de característica bibliográfica e documental, baseado na análise do conteúdo. A pesquisa qualitativa é um processo de investigação científica proposto para entender detalhadamente os comportamentos, opiniões, motivações e às experiências pessoais. De acordo com Minayo, (2012), “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Já a pesquisa bibliográfica, no contexto de uma abordagem qualitativa, é marcada por uma análise crítica e reflexiva de fontes teóricas, como artigos, livros, dissertações e teses. Gil (2008) exemplifica que, “A pesquisa é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”. E referente à pesquisa documental o autor, esclarece que “A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes”.

Para o desenvolvimento do estudo sobre o transtorno genético, caracterizado por dificuldade na compreensão leitora, e no uso das tecnologias digitais no contexto educacional da educação inclusiva. Essa abordagem metodológica viabiliza o entendimento das idealizações teóricas, diretrizes pedagógicas e tendências investigativas presentes na literatura contemporânea, apoiando uma análise crítica e contextualizada do objeto de estudo.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados reconhecidas pela comunidade acadêmica, como Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, considerando publicações dos últimos cinco anos (2020–2025). A indicação desse recorte temporal justifica-se pela necessidade de colaborar com estudos atualizados que dialoguem com as tecnologias digitais que beneficiam o processo de ensino-aprendizagem e com as recentes políticas públicas de educação inclusiva. Foram utilizados descritores como “dislexia”, “tecnologias digitais”, “educação inclusiva” e “intervenção pedagógica”, definidos com o objetivo de ampliar a abrangência e a relevância dos resultados encontrados.

Foram identificados a partir dos descritores definidos 91 estudos. Em seguida foi efetuada a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, leitura dos títulos e resumos, bem como a eliminação de duplicidades, foram selecionados para leitura na íntegra 37 artigos. Finalizando o processo de triagem, foram elencados 19 artigos para construção dessa pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos que abordassem práticas pedagógicas amparadas por tecnologias digitais no atendimento educacional de estudantes com dislexia em contextos de ensino regular. Priorizaram-se pesquisas que discutissem estratégias de intervenção alinhadas a princípios inclusivos e ao currículo escolar. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se estudos que não abordassem especificamente a dislexia, que abordassem exclusivamente contextos clínicos ou terapêuticos, ou que estivessem fora do recorte temporal estabelecido.

A seleção dos estudos ocorreu através de revisão independente, efetuada por dois pesquisadores, que analisaram separadamente os títulos, resumos e textos completos. Em situação de divergência, estabeleceu-se o diálogo até chegar em um consenso. Também, foi aplicada a triangulação das fontes, compreendendo dados obtidos através de artigos científicos, documentos normativos e diretrizes curriculares, a fim de assegurar a validade e a confiabilidade da análise.

A análise documental contemplou a BNCC e o Decreto nº 12.686/2025, especialmente no que se refere à garantia de recursos educacionais, à flexibilização curricular e à oferta do Atendimento Educacional Especializado no âmbito da educação inclusiva. Esses documentos foram examinados como marcos normativos que orientam a organização das práticas

pedagógicas e a implementação de estratégias inclusivas no ensino regular.

Por fim, os dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e documental foram avaliados por meio da classificação temática, organizando os achados em categorias analíticas previamente definidas. Esse procedimento possibilitou a sistematização das informações, bem como a interpretação crítica dos resultados, permitindo discutir o papel das tecnologias digitais no fortalecimento de práticas educacionais inclusivas, em consonância com as diretrizes curriculares e legais.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos 19 estudos selecionados evidenciou que o uso de tecnologias digitais como estratégia de intervenção pedagógica para estudantes com dislexia produz impactos positivos tanto no desempenho acadêmico quanto nos aspectos socioemocionais. Sendo possível constatar que as tecnologias digitais são reconhecidas como recursos pedagógicos relevantes para a intervenção educacional junto a estudantes com dislexia. Os estudos citam que ferramentas digitais, como softwares educativos, aplicativos de leitura e recursos multimodais, contribuem na progressão das habilidades de leitura e escrita, ao favorecerem ideais mais interativas e personalizadas.

Os dados indicam que as tecnologias digitais, quando integradas ao planejamento pedagógico e mediadas pelo professor, contribuem significativamente para superação de barreiras à aprendizagem; desenvolvimento de autonomia e autoestima. Entretanto, os estudos também ressaltam que os melhores resultados ocorrem quando há formação docente específica e uso complementar às práticas presenciais. O uso isolado ou descontextualizado reduz a efetividade das ferramentas. De forma geral, os achados demonstram que as tecnologias digitais configuram-se como estratégia pedagógica eficaz para estudantes com dislexia, promovendo ganhos reais no desempenho em leitura e na inclusão escolar.

Por fim, os resultados sugerem que a articulação entre evidências científicas e diretrizes legais contribui para a consolidação de práticas educacionais inclusivas mais consistentes. A integração das tecnologias digitais ao currículo, conforme orientado pela BNCC e pelo Decreto nº 12.686/2025, revela-se como um caminho promissor para a promoção da equidade educacional e para o atendimento das necessidades específicas de estudantes com dislexia no contexto escolar.

### **4 CONCLUSÃO**

O desenvolvimento deste estudo permitiu analisar o papel das tecnologias digitais como estratégias pedagógicas inclusivas no atendimento a estudantes com Transtorno Específico da Aprendizagem com prejuízo na leitura (dislexia), à luz das evidências científicas e das diretrizes normativas vigentes no contexto educacional brasileiro. A análise de estudos recentes evidenciou que o uso intencional e planejado desses recursos contribui significativamente para a superação de barreiras pedagógicas. Os resultados indicam que as tecnologias digitais favorecem práticas pedagógicas orientadas, capazes de atender às necessidades específicas dos estudantes com dislexia, ao permitir adaptações no ritmo, na forma e nos suportes de leitura. Recursos como softwares educativos, leitores de texto, aplicativos multimodais e plataformas interativas destacam-se como ferramentas que promovem autonomia aos estudantes com dislexia durante as aulas.

A articulação com a BNCC reforça que a inclusão educacional vai além do acesso físico à escola, devendo garantir condições pedagógicas que assegurem o direito à aprendizagem, orientando a adoção de práticas que considerem a diversidade dos estudantes, destacando o uso das tecnologias digitais para o desenvolvimento das competências previstas.

O Decreto nº 12.686/2025 fortalece a política de educação inclusiva ao assegurar recursos de acessibilidade e o Atendimento Educacional Especializado. A análise desse marco legal demonstra que o uso das tecnologias digitais constitui estratégia legitimada pelas políticas públicas para garantir o direito à educação de estudantes com necessidades educacionais específicas, incluindo aqueles com dislexia.

Contudo, a efetividade dessas tecnologias depende da formação docente e de um planejamento pedagógico alinhado aos objetivos de aprendizagem. A integração entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado também é essencial, sendo as tecnologias mais eficazes quando complementam as estratégias pedagógicas e acompanham o desenvolvimento dos estudantes.

A incorporação das tecnologias digitais representa um avanço para práticas pedagógicas mais inclusivas, mas exige investimentos em políticas públicas, formação de professores e infraestrutura. Este estudo traz contribuições para as discussões sobre educação inclusiva e dislexia, incentivando novas pesquisas e práticas fundamentadas em evidências científicas e marcos legais. A consolidação da educação inclusiva requer o compromisso coletivo de gestores, professores e pesquisadores com o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

## REFERÊNCIAS

ALVES. Luciana Mendonça, Mousinho. Renata, Capellini. Simone (Org). **Dislexia novos temas, novas perspectivas**. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 out. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm). Acesso em: 19 jan. 2026.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

MASSALAI, R.; COUTINHO, D. J. G. Contribuições da neurociência para práticas educacionais inclusivas aos alunos com dislexia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13778>. Acesso em: 24 jan. 2026.

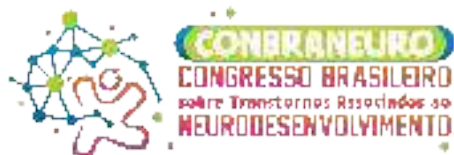
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAMBO, P.; BATISTA, J. F.; ZIESMANN, C. I. O aluno com dislexia na escola: um olhar a partir de propostas pedagógicas inclusivas. **Revista Contexto & Educação**, 2025. Disponível

em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/16681>>.  
Acesso em: 24 jan. 2026.

RODRIGUES. Sônia das Dores I; CIASCA. Sylvia Maria II. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção **Revista Psicopedagogia** versão impressa ISSN 0103-8486 Rev. psicopedag. vol.33 no.100 São Paulo 2016  
[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862016000100010](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000100010)

SOUZA, Michelli Carla de; SOUZA, Ellen Simone Alves de; SILVA, Marinalva Paulo da; BALEEIRO, Girlene Gomes de Aquino; BARBOSA, Geicile Gomes. A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. 2148–2154, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i8.10756. Disponível em:  
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10756>. Acesso em: 8 fev. 2026.

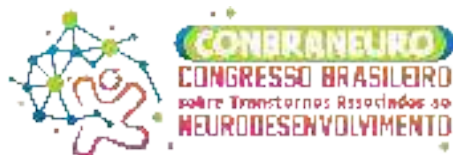


## PREJUÍZOS NO NEURODESENVOLVIMENTO CAUSADOS PELO USO EXCESSIVO DE TELAS

SCHAIANE RIBEIRO

**Introdução:** O cérebro da criança e do adolescente é diferente do cérebro do adulto. Nas crianças e adolescentes, as conexões sinápticas são mais intensas, cada fase é de descoberta e com isto, a exposição desenfreada a telas e sem supervisão de um adulto, se torna um fator prejudicial ao Neurodesenvolvimento. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo analisar os prejuízos que o excesso de telas causa no Neurodesenvolvimento devido a sua estreita relação com a maturação do Córtex pré-frontal e com o Núcleo Accumbens. **Metodologia:** Trata-se de um pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico. Os dados foram coletados em bases científicas como Scielo, Pepsic, Revistas Científicas brasileiras e internacionais e na plataforma da Sociedade Brasileira de Pediatria. Após realizado o levantamento bibliográfico e o estudo, cruzou-se os dados e respondeu-se a hipótese para prejuízos no Neurodesenvolvimento em virtude da excessiva exposição a telas. **Resultados:** Os resultados indicaram que na infância e na adolescência o cérebro está vulnerável aos estímulos, de modo que as aprendizagem permanecem registradas com mais facilidade devido a plasticidade, logo, toda a aprendizagem adquirida por meio de telas, também permanece registrada e, mais do que isto, se torna parte do processo de Neurodesenvolvimento, afetando diretamente áreas como o Córtex pré-frontal que tem papel fundamental na tomada de decisões, no planejamento, no controle dos impulsos, na regulação emocional, na memória de trabalho, na capacidade de raciocínio e no comportamento social e, no e o Núcleo Accumbens, responsável pelo circuito de recompensa - o que aumenta a probabilidade de desenvolvimento de alguma dependência. Ao receber o estímulo externo, como o de telas, imediatamente é liberada a Dopamina, que atua no circuito de recompensa, gerando a sensação de prazer e fazendo com que ocorra a busca por mais telas, desencadeando assim, o fascínio pela recompensa. Este circuito leva a prejuízos significativos como a obesidade infantil, a limitação da capacidade de boa oratória e comunicação verbal, déficits na aprendizagem, na memória, no comportamento adaptativo, na vinculação de amizades e nas relações familiares. **Conclusão:** Conclui-se que o uso excessivo de telas gera prejuízos significativos associados ao Neurodesenvolvimento, necessitando de maior discussão e pesquisa.

Palavras-chave: **NEURODESENVOLVIMENTO; TELAS; PREJUÍZOS**



## IMPACTO DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE NA VIDA ADULTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

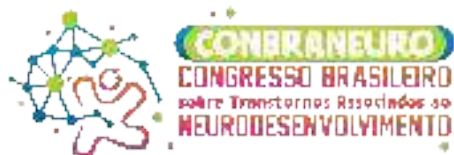
HADASSA TONUSSI ROSSETTE DO VALLE; LARA KETHELEN SILVA DE SOUSA; RACHEL TONUSSI ROSSETTE DO VALLE; ARTHUR MACENO DA HORA PIRES; LUCAS GABRIEL TAVARES DA COSTA; FRANCISCO NAILDO CARDOSO LEITÃO; JOSEANE ELSA TONUSSI MENDES

**Introdução:** O transtorno de déficit de atenção e hiperatividade é um transtorno do neurodesenvolvimento com repercussões significativas no funcionamento global. Em adultos, manifesta-se principalmente por desatenção, impulsividade, desorganização e dificuldade em manter rotinas, mais do que por hiperatividade motora evidente. Esses sintomas comprometem o desempenho acadêmico, estabilidade profissional e relações interpessoais. Alterações nas funções executivas e na regulação emocional associam-se a dificuldades financeiras, conflitos familiares e baixa autoestima. A presença de comorbidades psiquiátricas, como ansiedade, transtornos do humor e uso de substâncias, pode intensificar o sofrimento e agravar os prejuízos funcionais. **Objetivo:** Analisar o impacto funcional do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade na vida adulta.

**Método:** A pesquisa seguiu as diretrizes PRISMA e foi realizada nas bases PubMed, SCIELO e BVS. Foram utilizados descritores em inglês, como “attention deficit hyperactivity disorder”, “adult”, “impacts”, “consequences” combinados com os operadores booleanos “and” e “or”. Inicialmente, foram identificados 1346 artigos, sendo 387 da PubMed (50 selecionados), da SCIELO 14 (6 inclusos) e 945 do Web of Science (78 inclusos). Após análise dos critérios de inclusão e exclusão, remoção de duplicatas e triagem por títulos e resumos, 134 estudos foram considerados elegíveis. A seleção priorizou publicações originais, dos últimos dez anos, com abordagem direta sobre o impacto funcional no adulto com TDAH com relevância internacional. **Resultados:**

Observou-se que o TDAH na vida adulta em indivíduos não tratados e/ou com o diagnóstico tardio, frequentemente está associado ao comprometimento das funções executivas, com dificuldades em planejamento, organização e gerenciamento do tempo. No âmbito profissional, apresentam maior instabilidade ocupacional e rotatividade de empregos. No contexto interpessoal, houve maior frequência de conflitos conjugais e dificuldades na manutenção de vínculos. Também foram descritas repercussões financeiras, como desorganização orçamentária e decisões impulsivas. Comorbidades, especialmente transtornos de humor, ansiedade e uso de substâncias, apresentaram alta prevalência, intensificando o impacto negativo na qualidade de vida. **Conclusão:** O TDAH não tratado na vida adulta está relacionado a prejuízos significativos na autonomia e no funcionamento global. Além disso, o diagnóstico precoce e a abordagem integrada são essenciais para minimizar impactos e promover melhor adaptação psicossocial.

Palavras-chave: **ATTENTION DEFICIT HYPERACTIVITY DISORDER; ADULT; IMPACTS**

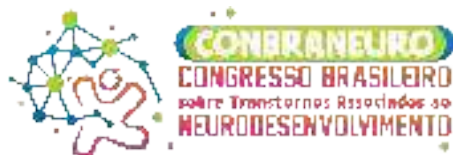


## PROTOCOLO ESTRUTURADO PARA AMPLIAÇÃO DO REPERTÓRIO ALIMENTAR EM CRIANÇA COM AUTISMO E TDAH: RELATO DE CASO

GIRLLIANY FERREIRA ALVES DA SILVA

**Introdução:** A seletividade alimentar é altamente prevalente em crianças com autismo, especialmente quando associada a aversões sensoriais intensas, rigidez comportamental e dependência de alimentos ultraprocessados, podendo comprometer o estado nutricional, o comportamento e o metabolismo. **Objetivo:** Este estudo apresenta o relato de caso de uma criança do sexo masculino, 7 anos, não verbal, com diagnóstico associado de TDAH, cujo repertório alimentar era restrito a papa láctea adoçada com farinha láctea, salgadinho tipo “Fandangos” e suco industrializado “Kapo”, consumidos de forma compulsiva. **Relato de caso:** O paciente apresentava obesidade, hipercolesterolemia, glicemia de jejum de 119 mg/dL, vitamina B12 de 228 pg/mL e vitamina D de 26 ng/mL. Observou-se histórico de utilização de alimento como reforçador em atendimentos anteriores, contribuindo para desregulação sensorial e manutenção da seletividade alimentar. A intervenção consistiu na reorganização da rotina alimentar em casa, escola e terapias, retirada do uso de comida como reforço, estabelecimento de horários fixos, ausência de telas durante as refeições e comensalidade estruturada. Foram implementadas estratégias de dessensibilização sensorial progressiva, manejo comportamental, redução gradual de ultraprocessados e substituição por alternativas similares, além de transição orientada para sucos naturais. Houve suplementação com vitamina B12, vitamina D, ômega-3, fibras e probióticos, bem como realização de oficinas culinárias terapêuticas com exposição, manipulação e degustação guiada de novos alimentos. Após 18 semanas, observou-se ampliação significativa do repertório alimentar, com aceitação de pipoca de panela, chips de frutas, sucos naturais de maracujá, cenoura e uva, além de manipulação e experimentação espontânea de frutas sólidas. Verificou-se redução de crises sensoriais, agressividade e irritabilidade, melhora do sono, da atenção e da responsividade. O paciente iniciou balbúlios funcionais e apresentou evolução no convívio escolar e nas atividades físicas. **Conclusão:** Conclui-se que intervenções multidimensionais e integradas são eficazes na reabilitação alimentar e sensorial em crianças com autismo e TDAH.

Palavras-chave: **TEA; TDAH; SELETIVIDADE ALIMENTAR**

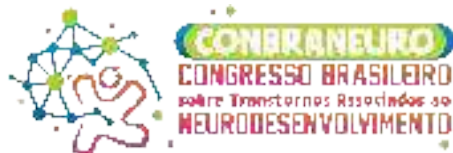


## ASSOCIAÇÃO ENTRE TEMPO DE TELA E ATRASO NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM EM CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

SABRINA OLIVEIRA DA SILVA; WADREN DE MELO LOPES; ISRAEL MAGALHÃES SANCHEZ; KETERY MARIA DIAS DE ALMEIDA; UIGILEI AURÉLIO FERREIRA RODRIGUES; JANAÍNA COSTA MEIRELES; NATACHA PINHEIRO MELO

**Introdução:** O desenvolvimento da linguagem na primeira infância depende do amadurecimento do cérebro e das experiências do dia a dia. Um ponto central é a quantidade e, principalmente, a qualidade das interações com adultos, por meio de conversas, brincadeiras e leitura compartilhada. Com o aumento do uso de smartphones, tablets e televisão no ambiente familiar, o tempo de tela tornou-se frequente e pode reduzir o tempo dedicado a essas atividades, essenciais para estimular a linguagem. Quando a tela substitui momentos de interação, tende a haver menos diálogo e menos troca entre cuidador e criança, o que pode repercutir negativamente na compreensão e na expressão verbal. **Objetivo:** Analisar, por meio de uma revisão integrativa, como o uso excessivo de telas pode afetar o desenvolvimento da linguagem em crianças na primeira infância. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, guiada pela estratégia PICO. A busca incluiu estudos publicados entre 2021 e 2026 nas bases PubMed, Portal Regional da BVS e Portal de Periódicos CAPES, utilizando os descritores DeCS/MeSH e termos livres, relacionados ao tempo de tela e desfechos de linguagem na primeira infância. Os descritores e termos livres foram combinados por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”, para maximizar a sensibilidade e a abrangência da busca. **Resultados:** Foram identificados 334 artigos, dos quais 19 compuseram a amostra final para análise e síntese. Os estudos indicaram que maior exposição a telas, especialmente quando prolongada e predominantemente passiva, associa-se a pior desempenho no desenvolvimento da linguagem, com repercussões mais evidentes em vocabulário e linguagem, quando comparada a menor exposição ou ausência de uso das telas. **Conclusão:** O uso prolongado, predominantemente passivo e pouco mediado de telas associa-se a pior desempenho no desenvolvimento da linguagem na primeira infância, com repercussões mais consistentes em vocabulário e linguagem expressiva. Essa associação pode sofrer influência do contexto familiar, especialmente da qualidade das interações cuidador/criança e de fatores socioeconômicos, que podem intensificar ou atenuar o impacto. Assim, não apenas a duração, mas sobretudo a qualidade da exposição influencia de forma relevante os desfechos linguísticos no desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: **TEMPO DE TELA; DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM; CRIANÇA**

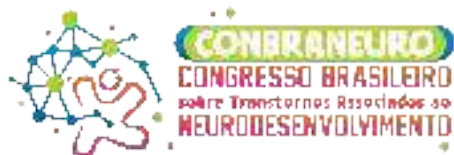


## IMPACTO DO TEMPO DE TELA NO NEURODESENVOLVIMENTO E ASSOCIAÇÕES COM SINTOMATOLOGIA DO TDAH

HADASSA TONUSSI ROSSETTE DO VALLE; LUCAS GABRIEL TAVARES DA COSTA;  
ADRIAN OLIVEIRA DOS SANTOS; SABRINA OLIVEIRA DA SILVA; RALINE FERNANDES  
BEZERRA; GUILHERME VASCONCELOS NEGREIROS; JOSEANE ELSA TONUSSI  
MEDES

**Introdução:** O tempo de tela tornou-se um componente relevante do cotidiano infantil e pode influenciar o neurodesenvolvimento infantil ao modificar padrões de atenção, autorregulação e aquisição de habilidades cognitivas. Os circuitos frontais relacionados a controle inibitório, memória de trabalho e regulação emocional ainda estão em maturação e são sensíveis ao ambiente. A exposição prolongada a conteúdos com estímulos rápidos e recompensas imediatas pode favorecer maior busca por novidade, menor tolerância a tarefas menos estimulantes e aumento de impulsividade. Esses mecanismos se conectam a dimensões centrais do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, como desatenção, impulsividade e disfunção executiva, sugerindo que o padrão de uso de telas associa-se à intensificação de sintomas e a prejuízos do funcionamento neurocognitivo. **Objetivo:** Analisar o impacto do tempo de tela no neurodesenvolvimento e sua associação com sintomas de TDAH. **Método:** A pesquisa seguiu as diretrizes PRISMA e foi realizada nas bases PubMed, SCIELO e Periodico Capes. Foram utilizados descritores em inglês, como "ATTENTION DEFICIT HYPERACTIVITY", "CHILD", "NEURODEVELOPMENT", "impact", combinados com os operadores booleanos "AND" e "OR". Inicialmente, foram identificados 753 artigos, sendo 103 na PubMed, 545 da Web of science e 105 da BVS. Após análise dos critérios de inclusão e exclusão, 80 estudos foram considerados elegíveis. A seleção priorizou publicações originais e dos últimos dez anos. **Resultados:** Maior tempo de tela associa-se a piora atenção e autorregulação, com aumento de desatenção, impulsividade e disfunção executiva. A relação tende ser mais evidente quando o uso é frequente com conteúdo altamente estimulante, multitarefa digital e baixa mediação de responsáveis. Há indícios de bidirecionalidade, em que sintomas mais intensos favorecem maior uso de telas, contribuindo para um ciclo de manutenção. Fatores familiares e psicossociais modulam a magnitude dessas associações. **Conclusão:** Alterações em autorregulação, especialmente atenção sustentada e controle inibitório, associam-se a maior tempo de tela e se expressam intensificando sintomas do TDAH, principalmente desatenção e impulsividade. O impacto depende do padrão e do contexto de uso, além do número de horas, com maior risco em exposição prolongada, uso noturno, conteúdo estimulante e pouca supervisão. Intervenções com limites, rotinas estruturadas reduzem vulnerabilidade e apoiam o neurodesenvolvimento.

Palavras-chave: **ATTENTION DEFICIT HYPERACTIVITY; CHILD; NEURODEVELOPMENT**



## FATORES AMBIENTAIS E ESTRESSE TÓXICO NA PRIMEIRA INFÂNCIA UMA ASSOCIAÇÃO COM DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

HADASSA TONUSSI ROSSETTE DO VALLE; RACHEL TONUSSI ROSSETTE DO VALLE;  
GUILHERME VASCONCELOS NEGREIROS; ARTHUR MACENO DA HORA PIRES;  
DANIELLE FERREIRA DO NASCIMENTO LINARD; ANA CLARA BARROS DE ANDRADE;  
FRANCISCO NAILDO CARDOSO LEITÃO

**Introdução:** A primeira infância é um período de elevada plasticidade cerebral, em que experiências precoces moldam linguagem, memória, atenção, autorregulação e vínculos afetivos. Exposições adversas como pobreza, insegurança alimentar, violência, negligência e instabilidade familiar podem gerar estresse crônico intenso, conhecido como estresse tóxico, especialmente quando não há proteção por relações cuidadoras estáveis. Esse processo pode alterar a regulação neuroendócrina e inflamatória e comprometer a maturação de circuitos envolvidos em cognição e emoção, aumentando risco de prejuízos cognitivos e de problemas em saúde mental. **Objetivo:** Analisar a associação entre fatores ambientais e estresse tóxico na primeira infância no desenvolvimento cognitivo e na saúde mental. **Método:** Revisão sistemática sem meta-análise conduzida conforme diretrizes PRISMA, inicialmente, foram identificados 638 artigos, sendo 440 da PubMed (34 selecionados), 20 da SCIELO (4 selecionados) e 178 da BVS (10 selecionados). Após análise dos critérios de inclusão e exclusão, 48 estudos foram considerados elegíveis. Utilizaram-se os seguintes descritores “toxic stress”, “adverse childhood experiences”, “cognitive development” e “mental health”, combinados por AND e OR. Realizou-se triagem por títulos e resumos, remoção de duplicatas e leitura na íntegra. Incluíram-se estudos originais com crianças na primeira infância que mensurassem adversidades ambientais e desfechos cognitivos ou de saúde mental. Priorizaram-se publicações dos últimos 5 anos e de relevância clínica e internacional. **Resultados:** A exposição a adversidades precoces associou-se a piores indicadores de linguagem, atenção, funções executivas e desenvolvimento global, além de maior frequência de dificuldades socioemocionais, problemas de comportamento e sintomas internalizantes. Observou-se relação dose resposta, com maior risco quando as adversidades foram mais intensas e persistentes. Fatores protetores, como responsividade parental, ambientes seguros, estimulação precoce e acesso a serviços de saúde e educação, mostraram potencial para atenuar impactos. **Conclusão:** Fatores ambientais adversos e estresse tóxico na primeira infância associam-se a prejuízos cognitivos e maior vulnerabilidade para problemas de saúde mental. Estratégias de prevenção e promoção devem fortalecer vínculos cuidador e criança, reduzir exposição à violência e à insegurança, ampliar proteção social e garantir acesso precoce a intervenções de desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: **COGNITIVE DEVELOPMENT; TOXIC STRESS; MENTAL HEALTH**

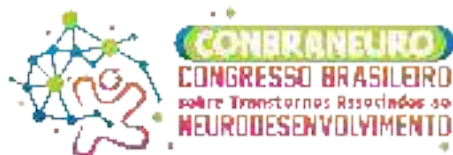


## **A INTERSETORIALIDADE COMO GARANTIA DE DIREITOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO EM REDE NO TERRITÓRIO V EM ITAPEVA-SP**

VANIA PRESTES; LEOMARA DOS SANTOS; SANDRA APARECIDA MACHADO

**Introdução:** O presente trabalho estrutura-se a partir de um relato de experiência sobre o funcionamento da rede intersetorial no município de Itapeva-sp, focando na garantia de direitos aos estudantes com deficiência e na atuação da professora da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em busca de parcerias para a superação de barreiras que impedem a inclusão escolar. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica sobre a inclusão de crianças elegíveis à educação especial e vulnerabilidades as quais são expostas. **Objetivo:** O objetivo central é apresentar as estratégias estabelecidas entre agentes públicos das políticas de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, que funcionaram como mecanismos de diálogo para debater situações de vulnerabilidade e assegurar o acesso, permanência e sucesso escolar desses alunos. **Metodologia:** A dinâmica baseou-se no estabelecimento de calendário acordado entre os participantes e implementação de reuniões de rede mensais territoriais, conhecidas como “Redinhas”, realizadas em equipamentos públicos de bairros com altos índices de vulnerabilidade. O estudo destaca a atuação ativa da professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Território V - Bairro S.M, localizado em região periférica, com altos índices de violência, e, desemprego, onde o acesso a políticas públicas, nem sempre ocorre. **Resultados:** Como resultado, observou-se que a docente levava às reuniões demandas que extrapolavam o campo pedagógico, como acesso a consultas neuropediátricas, terapias, planejamento familiar, desemprego, inscrição no cadúnico, acesso a benefícios eventuais (cesta básica), observações do cotidiano dos alunos. Esses apontamentos permitiam que a equipe intersetorial — que incluía conselho tutelar e entidades do terceiro setor — traçassem soluções conjuntas e dividissem tarefas, dirimindo fatores externos que influenciavam negativamente o processo de aprendizagem. Essa prática de articulação entre servidores culminou na institucionalização do Decreto Municipal nº 14.161/2024, que dispõe sobre a integração entre as Secretarias de Desenvolvimento Social, Educação e Saúde para a qualificação do cuidado integral de crianças e adolescentes. **Conclusão:** Conclui-se, então que a intersectorialidade é caminho para proteção integral de crianças, em especial as com deficiência. A participação da professora do AEE foi imprescindível para que as necessidades da Educação se tornassem prioridade compartilhada, assegurando as condições mínimas para que o estudante permaneça na escola e se desenvolva plenamente.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO ESPECIAL; INTERSETORIALIDADE; ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**

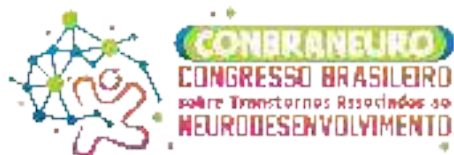


## ADAPTAÇÕES NO ENSINO DE QUÍMICA PARA ESTUDANTES COM TDAH: UMA REVISÃO DE LITERATURA

RAFAELLY ANDRESSA FERREIRA MIRANDA BARBOSA

**Introdução:** O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurobiológica que pode impactar os processos de ensino e aprendizagem, especialmente em disciplinas que exigem atenção contínua e alto nível de abstração, como a Química. No contexto da educação inclusiva, torna-se fundamental repensar práticas pedagógicas que atendam às necessidades desses estudantes, garantindo equidade no acesso ao conhecimento. Nos últimos anos, a literatura tem apresentado diferentes estratégias de adaptação do ensino de Química para alunos com TDAH, como o uso de tecnologias digitais, atividades lúdicas e metodologias ativas. Entretanto, essas produções encontram-se dispersas, dificultando uma compreensão sistematizada das abordagens propostas. **Objetivos:** O objetivo geral deste estudo foi analisar, por meio de uma revisão de literatura, as estratégias pedagógicas de adaptação do ensino de Química direcionadas a estudantes com TDAH. Como objetivos específicos, buscou-se identificar estudos publicados nos últimos cinco anos, descrever as principais metodologias adaptadas e discutir sua relação com as características do TDAH apresentadas na literatura. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, baseada em revisão de literatura. Foram selecionados artigos científicos e produções acadêmicas disponíveis nas bases Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES. Consideraram-se publicações dos últimos cinco anos que abordassem o ensino de Química para estudantes com TDAH. A análise dos dados ocorreu por meio de leitura exploratória e interpretativa, permitindo a organização dos estudos em categorias temáticas. **Resultados:** Os estudos analisados apontam como estratégias mais recorrentes o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), atividades lúdicas, metodologias ativas e adaptações avaliativas. Tais abordagens facilitam o engajamento, da atenção e da motivação dos estudantes com TDAH. Contudo, observa-se a predominância de estudos descritivos e relatos de experiência, com limitada sistematização teórica. **Conclusão:** Conclui-se que a literatura reconhece a relevância das adaptações pedagógicas no ensino de Química para estudantes com TDAH. No entanto, evidencia-se a necessidade de maior organização e aprofundamento analítico sobre o tema. Esta revisão contribui ao sistematizar o conhecimento existente e oferecer subsídios para a prática docente inclusiva.

Palavras-chave: **ENSINO DE QUÍMICA; TDAH; EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

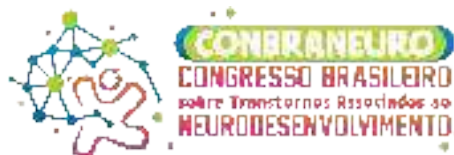


## A ALFABETIZAÇÃO ATRAVÉS DA ARTE: O CASO DE UMA CRIANÇA DE 8 ANOS

FRANCIÁUREA DE BRITO FONTENELE VIANA; KARIANE MACHADO DE BRITO; ANA VITÓRIA FONTENELE VIANA

**Introdução:** A alfabetização é um processo fundamental no desenvolvimento infantil, mas crianças com dificuldades de aprendizagem podem enfrentar barreiras significativas. Este artigo relata a jornada de uma criança de 8 que, ao utilizar o desenho como ferramenta de aprendizado, conseguiu alfabetizar em apenas quatro meses. A experiência destaca a importância de abordagens inovadoras e personalizadas na educação. **Objetivo:** O objetivo desse artigo é apresentar como a utilização de desenhos como ferramenta pedagógica pode facilitar o processo de alfabetização em crianças com dificuldades de aprendizagem. Através da escrita do nome dos desenhos, da formação de frases e da criação de pequenos textos, a criança não apenas desenvolveu suas habilidades linguísticas, mas também ganhou confiança e motivação para aprender. **Metodologia:** Desenho como Ferramenta: A criança começou a criar desenhos e, em seguida, escreveu o nome do que havia desenhado. Essa associação visual ajudou a estabelecer uma conexão entre a imagem e a palavra. Frases e pequenos textos: Após escrever o nome, a criança foi incentivada a formar frases sobre seus desenhos, progredindo para a criação de pequenos textos. Essa prática facilitou a compreensão de estruturas gramaticais e a ampliação do vocabulário. **Resultados:** Em apenas quatro meses, a criança demonstrou avanços significativos na leitura e escrita. A técnica de associar imagens a palavras e frases não só melhorou suas habilidades linguísticas, mas também aumentou sua autoestima e motivação para aprender. **Conclusão:** A experiência de alfabetização desta criança ilustra a eficácia de métodos alternativos, como o uso do desenho, no processo educativo. A abordagem personalizada permitiu que a criança superasse suas dificuldades de aprendizagem e se tornasse mais confiante em suas habilidades. Este caso serve como exemplo de como a educação pode se adaptar às necessidades individuais dos alunos, promovendo um aprendizado mais significativo e prazeroso.

Palavras-chave: **DESENHO; HABILIDADES; LEITURA**

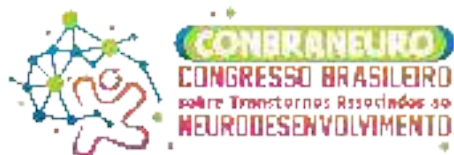


## CONSEQUÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO TARDIO DE TEA EM ADOLESCENTE DO SEXO FEMININO

ELEN ANGELA MOURA GUEDES; ELEN ANGELA MOURA GUEDES; HÉVYLIN  
CAROLINE FERNANDES SILVA

**Introdução:** O Transtorno do Espectro Autista (TEA) em meninas costuma se manifestar de forma mais sutil quando comparado aos meninos, principalmente devido à maior capacidade de camuflagem social. Essa característica pode levar a diagnósticos tardios ou incorretos, já que muitos sinais passam despercebidos. Além disso, ainda persiste a crença de que o autismo é predominantemente masculino, o que contribui para a negligência dos sintomas em meninas. Nelas, interesses restritos e comportamentos repetitivos tendem a ser mais discretos, enquanto características como timidez, hipersensibilidade e dificuldades sociais são frequentemente interpretadas como traços femininos típicos, atrasando a identificação do transtorno. **Objetivo:** Relatar um caso de diagnóstico tardio de Transtorno do Espectro Autista em uma adolescente do sexo feminino, destacando as particularidades da manifestação clínica e os fatores que contribuíram para o atraso diagnóstico. **Metodologia:** Trata-se de um relato de caso baseado na análise do histórico clínico e acompanhamento multiprofissional de uma adolescente. Desde a infância, a paciente apresentava comportamentos considerados incomuns pelos familiares, frequentemente interpretados como manias. Estudou sempre em escola pública, com bom desempenho acadêmico, porém com interação social restrita a poucas pessoas. Entre os sinais observados estavam seletividade alimentar relacionada à disposição dos alimentos no prato, hipersensibilidade intensa a sons como fogos de artifício, hiperfoco em livros e comportamentos autolesivos diante de frustrações, como morder os lábios até sangrar e ferir os dedos. Em situações envolvendo injeções ou vacinas, apresentava crises de pânico, ansiedade intensa e episódios de desmaio. Durante a adolescência, após sofrer bullying escolar, desenvolveu quadro depressivo grave, culminando em tentativa de suicídio. A família buscou acompanhamento psicológico e neuropsiquiátrico, sendo inicialmente levantada a hipótese diagnóstica de Transtorno de Ansiedade Generalizada. Após dois anos de acompanhamento multidisciplinar, foi estabelecido o diagnóstico de TEA. **Resultados:** Após o diagnóstico, foram iniciados tratamento medicamentoso e intervenções terapêuticas específicas. Quatro anos após o diagnóstico, observou-se melhora significativa na qualidade de vida da paciente, com maior adaptação social e estabilidade emocional. **Conclusão:** O caso evidencia que o TEA em meninas pode permanecer subdiagnosticado devido à manifestação mais sutil dos sintomas e à capacidade de camuflagem social. O reconhecimento dessas particularidades é fundamental para diagnóstico precoce e intervenção adequada, contribuindo para melhor prognóstico e qualidade de vida. Atualmente, a paciente encontra-se adaptada socialmente e cursa faculdade de Jornalismo.

Palavras-chave: **TEA; MENINAS; DIAGNÓSTICO**



## **PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL NO NEURODESENVOLVIMENTO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS COM TEA**

KAIQUE KAUE CABRAL; ISABELLE BANDEIRA LOPES GASPAR; EANES CAVALCANTE  
SILVEIRA; JULIANA DIONISIO DE ANDRADE

**Introdução:** A psicomotricidade relacional constitui-se como uma ferramenta terapêutica voltada ao neurodesenvolvimento infantil essencial no acompanhamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), integrando desenvolvimento motor, emocional e social por meio do brincar e do movimento. Este estudo apresenta um relato de experiência desenvolvido em uma clínica particular especializada — o Centro Especializado em Autismo e Outros Transtornos do Desenvolvimento (CEATD), localizado em Fortaleza-CE — referência no atendimento interdisciplinar a crianças e adolescentes com transtornos do neurodesenvolvimento. No contexto grupal, a prática psicomotora prioriza a construção de vínculos, a comunicação simbólica e a autorregulação emocional. **Objetivo:** Relatar a experiência clínica com grupos terapêuticos de psicomotricidade relacional no atendimento a crianças com TEA, destacando contribuições para o desenvolvimento motor e relacional no contexto de uma clínica especializada. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência baseado na análise das evoluções clínicas de 10 pacientes ao longo de seis meses. As intervenções ocorreram semanalmente, com duração média de 40 minutos, em grupos de até 4 crianças, de 6 a 13 anos, diagnosticadas com TEA no CEATD. Esses momentos ocorreram em ambiente estruturado, por meio de circuitos motores, jogos cooperativos, atividades de equilíbrio e brincadeiras simbólicas, mediadas pela interação entre pares. A condução fundamentou-se na observação clínica, na escuta sensível e na mediação das relações estabelecidas no grupo. **Resultados:** Observou-se evolução na coordenação motora global e fina, organização corporal e planejamento motor. No âmbito relacional, destacaram-se avanços na ampliação do contato social, tolerância à frustração e aumento da permanência em atividades compartilhadas, reduzindo episódios de isolamento durante as sessões. O setting grupal mostrou-se potente para o desenvolvimento de habilidades sociais e fortalecimento de vínculos. **Conclusão:** A experiência no CEATD evidencia que a psicomotricidade relacional em grupo favorece ganhos motores, emocionais e sociais, reafirmando a relevância de práticas corporais integradas no campo das intervenções em neurodesenvolvimento, principalmente no desenvolvimento infantil no TEA.

Palavras-chave: **NEURODESENVOLVIMENTO; PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL;  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**



## **O LETRAMENTO MATEMÁTICO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DISCALCULIA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

RAFAELLY ANDRESSA FERREIRA MIRANDA BARBOSA; BRUNO MAYRON SANTOS TELES; RENATO PABLO OLIVEIRA DE SOUSA; JOSÉ ALAILSON SOUSA PINHO; MYLENNNA PIMENTEL SARMENTO

### **RESUMO**

Esta pesquisa analisa as contribuições do letramento matemático como estratégia pedagógica inclusiva para a aprendizagem de estudantes com discalculia no Ensino Fundamental, considerando os princípios de equidade, participação e desenvolvimento integral previstos nas diretrizes educacionais brasileiras e nas discussões contemporâneas sobre educação inclusiva. A discalculia é compreendida como um transtorno específico da aprendizagem que compromete a construção do pensamento numérico, a compreensão de operações e a resolução de problemas, produzindo impactos persistentes no desempenho escolar e na autoestima dos alunos, o que exige intervenções didáticas planejadas e sensíveis às particularidades cognitivas envolvidas. Nesse sentido, superar práticas centradas apenas na memorização de algoritmos e procedimentos torna-se fundamental para possibilitar aprendizagens mais significativas. O letramento matemático apresenta-se como alternativa consistente ao priorizar a interpretação, o uso social e a comunicação de conceitos matemáticos em situações do cotidiano, favorecendo a contextualização do conhecimento, o raciocínio lógico e a autonomia intelectual. Essa perspectiva amplia as oportunidades de participação, pois permite que os estudantes estabeleçam relações entre a matemática escolar e experiências concretas, reduzindo barreiras de acesso ao conteúdo e fortalecendo a confiança para enfrentar desafios acadêmicos. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica de produções científicas, documentos curriculares e estudos sobre dificuldades de aprendizagem, com o objetivo de identificar práticas pedagógicas eficazes e desafios recorrentes. Os achados indicam que metodologias diversificadas, uso de recursos manipuláveis, resolução de problemas contextualizados e acompanhamento individualizado contribuem para maior engajamento e compreensão conceitual dos alunos com discalculia. Contudo, persistem entraves relacionados à formação docente e à organização escolar, evidenciando a necessidade de políticas e ações que consolidem uma cultura pedagógica verdadeiramente inclusiva e comprometida com o direito de todos à aprendizagem.

**Palavras-chave:** Aprendizagem significativa; equidade educacional; práticas diferenciadas.

### **1 INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva tem se afirmado como um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, ao reconhecer o direito de todos os estudantes à aprendizagem e à participação plena no ambiente escolar. Esse entendimento implica a superação de práticas

pedagógicas homogêneas, exigindo da escola estratégias que considerem as diferentes formas de aprender e as especificidades dos sujeitos (BRASIL, 2018).

No ensino de matemática, esse desafio torna-se ainda mais evidente, uma vez que a disciplina, historicamente, esteve associada a metodologias tradicionais, centradas na memorização de procedimentos e na execução mecânica de cálculos. Tais abordagens tendem a dificultar a aprendizagem de estudantes que apresentam transtornos específicos, como a discalculia, ao não contemplarem suas necessidades cognitivas específicas (FONSECA, 2019).

A discalculia é caracterizada por dificuldades persistentes no processamento numérico, na compreensão de conceitos matemáticos e na resolução de problemas, não explicadas por déficits intelectuais ou sensoriais. Essas dificuldades impactam diretamente o desempenho acadêmico e podem comprometer a relação do estudante com a matemática ao longo de sua trajetória escolar (CORSO; DORNELES, 2015).

Nesse contexto, torna-se necessário repensar o ensino de matemática a partir de abordagens que valorizem a compreensão conceitual e o uso funcional do conhecimento. O letramento matemático emerge como uma proposta que amplia o sentido da matemática escolar, ao enfatizar sua aplicação em situações reais, a interpretação de informações e a tomada de decisões fundamentadas (OECD, 2024).

A Base Nacional Comum Curricular reforça essa perspectiva ao destacar que o ensino de matemática deve contribuir para o desenvolvimento de competências que permitam ao estudante compreender e atuar no mundo de forma crítica e autônoma (BRASIL, 2018). Para alunos com discalculia, essa abordagem pode favorecer uma aprendizagem mais significativa, ao deslocar o foco do erro para a construção progressiva do entendimento.

Apesar dos avanços nas pesquisas sobre discalculia e letramento matemático de forma isolada, observa-se uma lacuna quanto à articulação entre esses dois campos no contexto da educação inclusiva. Diante disso, este estudo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: De que maneira práticas pedagógicas fundamentadas no letramento matemático contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem matemática de alunos com discalculia no Ensino Fundamental?

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, delineamento considerado adequado para a investigação de fenômenos educacionais complexos que envolvem práticas pedagógicas, concepções teóricas e processos de aprendizagem em contextos inclusivos. Essa perspectiva metodológica privilegia a compreensão aprofundada dos significados atribuídos às experiências educacionais, permitindo analisar não apenas resultados mensuráveis, mas também interpretações, relações e dinâmicas que permeiam o cotidiano escolar. Ao focalizar a dimensão qualitativa, buscou-se compreender como diferentes estratégias de ensino podem contribuir para a aprendizagem matemática de estudantes com discalculia, considerando aspectos cognitivos, didáticos e socioemocionais.

O procedimento metodológico adotado consistiu em uma revisão bibliográfica sistematizada, entendida como etapa fundamental para mapear o estado do conhecimento sobre o tema e identificar evidências teóricas e empíricas que subsidiassem a análise proposta. A busca foi realizada em bases de dados científicas amplamente reconhecidas, como Google Acadêmico, SciELO, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos CAPES, garantindo abrangência, confiabilidade e diversidade de produções acadêmicas. Foram utilizados descritores combinados, como “discalculia”, “letramento matemático”, “educação inclusiva”, “aprendizagem matemática” e “Ensino Fundamental”, a fim de localizar estudos diretamente relacionados ao objeto de investigação.

A seleção das produções priorizou trabalhos publicados nos últimos cinco anos, com o objetivo de contemplar discussões atuais e alinhadas às orientações educacionais contemporâneas. Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais que apresentassem fundamentação teórica consistente ou análises de práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar e ao ensino de matemática. Foram excluídos estudos que não dialogassem diretamente com o contexto educacional ou que abordassem exclusivamente aspectos clínicos ou diagnósticos da discalculia, sem implicações pedagógicas.

A análise dos dados ocorreu de forma gradual e organizada em etapas complementares. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória das obras selecionadas, com o intuito de identificar sua relevância e pertinência ao tema. Em seguida, procedeu-se a uma leitura analítica e interpretativa, com registro sistemático dos principais conceitos, objetivos, metodologias e resultados apresentados pelos autores. Posteriormente, o material foi categorizado em eixos temáticos alinhados aos objetivos da pesquisa, como caracterização da discalculia, fundamentos do letramento matemático, diretrizes curriculares e práticas pedagógicas inclusivas, possibilitando uma comparação crítica entre as diferentes contribuições teóricas.

Esse processo permitiu estabelecer relações entre os estudos analisados, identificar convergências, lacunas e limitações das abordagens propostas, bem como refletir sobre as potencialidades do letramento matemático para o atendimento das necessidades educacionais de alunos com discalculia. Assim, a metodologia adotada favoreceu uma compreensão abrangente e fundamentada do tema, oferecendo subsídios consistentes para a discussão e para a construção de recomendações pedagógicas alinhadas a uma perspectiva inclusiva de educação matemática

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos estudos selecionados demonstra que a discalculia produz efeitos significativos e duradouros sobre o processo de aprendizagem matemática, especialmente em contextos escolares nos quais ainda predominam práticas pedagógicas tradicionais. Metodologias centradas na repetição mecânica de exercícios, na memorização de algoritmos e na busca exclusiva por respostas corretas tendem a desconsiderar os diferentes modos de aprender, dificultando a construção de significados pelos estudantes. Nessas circunstâncias, a matemática passa a ser percebida como um conjunto de procedimentos descontextualizados, o que intensifica inseguranças, frustrações e sentimentos de incapacidade. Evidencia-se, portanto, que as barreiras enfrentadas por alunos com discalculia extrapolam o domínio dos conteúdos formais, envolvendo dimensões cognitivas, emocionais e relacionais que interferem diretamente na experiência escolar.

Em contraposição a esse cenário, as investigações analisadas indicam que propostas pedagógicas fundamentadas no letramento matemático apresentam maior potencial inclusivo. Ao priorizar situações-problema contextualizadas, a interpretação de informações e o uso social da matemática, essas abordagens favorecem a compreensão conceitual e a participação ativa do estudante no processo de aprendizagem. A matemática, nesse sentido, deixa de ocupar um lugar estritamente técnico e passa a ser compreendida como linguagem que possibilita ler, interpretar e intervir na realidade. Essa concepção dialoga com orientações curriculares que defendem a formação integral do sujeito e a articulação entre conhecimento escolar e vida cotidiana, perspectiva também reafirmada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais ao proporem práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam equidade no acesso ao saber (BRASIL, 2013).

Outro elemento recorrente nos estudos refere-se ao uso de recursos didáticos diversificados, como materiais manipuláveis, jogos, representações visuais e atividades

práticas, que permitem a exploração concreta de conceitos abstratos. Tais estratégias ampliam as possibilidades de compreensão ao mobilizar diferentes formas de representação e interação com o conhecimento, aspecto especialmente relevante para estudantes com discalculia, que frequentemente necessitam de mediações mais graduais e significativas. Além dos avanços cognitivos, observam-se impactos positivos no campo socioemocional, como maior autoestima, sentimento de pertencimento e confiança para enfrentar desafios acadêmicos, fatores que contribuem para uma relação mais saudável com a matemática.

Destaca-se, ainda, o papel central do professor como mediador do processo educativo. A sensibilidade para identificar necessidades específicas, adaptar propostas didáticas e oferecer feedback contínuo mostrou-se determinante para o sucesso das intervenções. Da mesma forma, o trabalho colaborativo entre docentes, equipe pedagógica e famílias fortalece a rede de apoio ao estudante, possibilitando ações mais consistentes e articuladas. Ambientes que valorizam a experimentação, o diálogo e o erro como parte do aprendizado tendem a gerar maior segurança emocional, favorecendo a participação sem medo de julgamentos. Desse modo, compreende-se que a inclusão em matemática não depende apenas de técnicas ou recursos isolados, mas de uma mudança mais ampla na cultura escolar, orientada pelo respeito às diferenças e pela valorização das múltiplas formas de aprender.

#### 4 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite afirmar que o letramento matemático se configura como uma estratégia pedagógica consistente e necessária para favorecer a aprendizagem de estudantes com discalculia no Ensino Fundamental. Ao priorizar a compreensão dos significados, a contextualização dos conteúdos e a aplicação prática da matemática em situações do cotidiano, essa abordagem rompe com modelos tradicionais centrados exclusivamente na memorização de algoritmos e na repetição mecânica de exercícios, que historicamente têm contribuído para o distanciamento e a insegurança de muitos alunos diante da disciplina. Nesse sentido, o ensino passa a valorizar o raciocínio, a interpretação e a construção progressiva do conhecimento, tornando a matemática mais acessível e funcional.

Os resultados indicam que práticas fundamentadas no letramento matemático favorecem não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também aspectos socioemocionais essenciais para o processo de aprendizagem. Quando o estudante encontra sentido no que aprende e percebe que é capaz de resolver problemas reais, sua relação com a matemática se transforma. A experiência escolar deixa de ser marcada pelo erro constante e pelo sentimento de fracasso e passa a ser vivenciada com maior confiança, participação e autonomia. Para o aluno com discalculia, esse movimento é particularmente significativo, pois possibilita que ele reconheça suas potencialidades, avance em seu próprio ritmo e sinta-se pertencente ao grupo, em vez de rotulado por suas dificuldades.

Essa perspectiva evidencia que a inclusão não se limita à adaptação de atividades ou ao uso pontual de recursos diferenciados, mas envolve uma mudança mais profunda na cultura pedagógica da escola. A mediação sensível do professor, o planejamento colaborativo, a flexibilização curricular e a valorização das múltiplas formas de aprender constituem elementos centrais para que o ensino se torne verdadeiramente equitativo. Assim, a matemática assume um papel formativo mais amplo, contribuindo para o desenvolvimento integral do estudante e para sua participação crítica na sociedade, em consonância com as orientações das políticas educacionais brasileiras.

Conclui-se, portanto, que o letramento matemático pode atuar como um caminho promissor para a construção de práticas pedagógicas mais humanas, democráticas e socialmente responsáveis, capazes de reconhecer a diversidade presente nas salas de aula e de garantir oportunidades reais de aprendizagem para todos. Como desdobramento,

recomenda-se a ampliação de pesquisas empíricas que investiguem a aplicação dessa abordagem em contextos escolares concretos, bem como investimentos contínuos na formação docente e no fortalecimento de políticas institucionais de apoio à inclusão, de modo que cada estudante tenha assegurado o direito de aprender com dignidade, significado e participação efetiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-dcn-educacao-basica-novas-pdf](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-dcn-educacao-basica-novas-pdf). Acesso em: 22 jan. 2026.

CORSO, L. V.; DORNELES, B. V. **Discalculia: conceitos, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

FONSECA, V. Dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2019.

OECD. **PISA 2022 Results: Creative Minds, Creative Schools**. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iii\\_765ee8c2-en.htm](https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iii_765ee8c2-en.htm). Acesso em: 22 jan. 2026.

SMITH, A.; JONES, B. Mathematical literacy and inclusive education. **Journal of Educational Research**, v. 118, n. 2, p. 145–160, 2022



## DA MATRÍCULA AO PERTENCIMENTO: O ENFRENTAMENTO AO CAPACITISMO COMO CONDIÇÃO PARA A EQUIDADE ESCOLAR

LAURITA CHRISTINA BONFIM SANTOS; MARIA DA CONCEIÇÃO SOARES DE SOUSA; ÉRICA POSSIDÔNEA PEREIRA; PATRÍCIA SILVA DA CRUZ; LUCIANA GONÇALVES DE SOUZA; ITAMAR DOS SANTOS FONSECA

### RESUMO

O presente estudo analisa a dicotomia entre o acesso formal à educação e a efetiva inclusão escolar, problematizando a persistência de práticas excludentes no interior da escola regular. O objetivo central é investigar como o capacitismo estrutural e as barreiras atitudinais impedem a transição da simples matrícula para o sentimento de pertencimento do estudante Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa e cunho crítico-reflexivo, desenvolvido a partir da observação participante de um estudante com Paralisia Cerebral em uma escola municipal, no contexto de um curso de extensão universitária. A fundamentação teórica dialoga com autores que discutem a política nacional de inclusão, a formação docente e a diferenciação curricular. Os resultados indicam que, apesar da garantia legal de acesso, a "exclusão intraescolar" se manifesta através de currículos infantilizados, invisibilidade pedagógica e isolamento social, sintomas de uma cultura escolar que ainda prioriza o diagnóstico clínico em detrimento da potencialidade humana. A discussão evidencia que a superação desse cenário exige a implementação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e a ressignificação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte colaborativo, e não segregador. Conclui-se que a equidade escolar só será alcançada quando a formação docente transcender o modelo médico e a escola assumir a diversidade não como um problema a ser corrigido, mas como um valor inerente à democracia e aos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Capacitismo; Pertencimento escolar.

### 1 INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro contemporâneo, balizado pela Constituição Federal de 1988 e consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96), caracteriza-se por uma vultosa expansão do acesso à escola comum. Esse arcabouço jurídico, fortalecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), encerrou uma era de exclusão institucional explícita, promovendo uma expansão significativa de matrículas de estudantes com deficiência na rede regular. Contudo, como adverte a historiografia da educação especial, a abertura física dos portões escolares não assegurou, por si, a permanência com aproveitamento ou a reestruturação qualitativa do cotidiano escolar (Mazzotta, 2011).

Nesse sentido, Boff e Machado (2024) reforçam que a educação especial na perspectiva inclusiva deve ser pautada no direito inalienável de todos à educação, superando o assistencialismo. A problemática central deste estudo reside, portanto, na distinção entre o ‘estar’ e o ‘pertencer’ à instituição. Observa-se a persistência da ‘exclusão intraescolar’, fenômeno no qual o estudante Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) permanece em estado de invisibilidade pedagógica. Embora esteja presente no espaço físico, ele é frequentemente tratado como um ‘visitante’ ou um ‘encargo’, cujas demandas são externalizadas exclusivamente ao cuidador ou ao professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tal dinâmica revela o sintoma do capacitismo, barreira atitudinal que hierarquiza vidas com base na funcionalidade corporal e mental, inviabilizando o potencial do sujeito em favor do diagnóstico clínico (Ferreira, 2005).

Diante desse contexto, e alinhando-se às diretrizes internacionais que buscam garantir inclusão e equidade (UNESCO, 2019), o objetivo deste trabalho é analisar como as barreiras atitudinais e o capacitismo estrutural impedem o desenvolvimento do sentimento de pertencimento do estudante PAEE. Justifica-se esta reflexão pela urgência de desconstruir a visão patologizante sobre o aluno, substituindo-a por um olhar pedagógico fundamentado nos Direitos Humanos e na formação continuada de professores (Arruda; Coelho, 2023).

## **2 RELATO DE EXPERIÊNCIA**

O presente estudo delinea-se como um Relato de Experiência de natureza qualitativa e cunho crítico-reflexivo, originado das atividades de moderação voluntária no Curso de Capacitação em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (EEPI), oferecido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A imersão teórico-prática ocorreu em uma escola municipal de ensino fundamental, com foco na observação de um estudante de 10 anos, com diagnóstico de Paralisia Cerebral e comunicação oral limitada, matriculado no 4º ano.

### **2.1 Procedimentos de Observação e Registro**

Para captar a totalidade da experiência de convivência do aluno e superar a visão meramente clínica, adotou-se a Observação Participante em espaços formais (sala de aula) e não formais (recreio e biblioteca). A coleta de dados foi estruturada a partir dos seguintes eixos:

- Estudo de Caso Antropológico-Pedagógico: Mapeamento dos pontos de contato do estudante com o meio, identificando suas formas de expressão, motivações e redes de apoio entre os pares.
- Mapeamento de Barreiras (Multidimensionais): Análise técnica das barreiras físicas, comunicacionais e, primordialmente, atitudinais, focando em falas e condutas que subestimam o potencial do aluno. Nesse ponto, considerou-se a importância da formação docente para o uso de tecnologias assistivas, conforme apontam Araújo *et al.* (2015), observando a carência desses recursos na prática diária.
- Escuta Qualificada e Entrevistas Reflexivas: Diálogos com a equipe escolar sobre suas percepções acerca da responsabilidade pedagógica, visando identificar traços de capacitismo estrutural, à luz das tensões na formação docente destacadas por Leite e Poletto (2022). Análise Documental: Confronto entre as legislações vigentes e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar, verificando a operacionalização do conceito de pertença.

### **2.2 Critérios de Análise Teórica**

Os dados foram interpretados por meio da triangulação teórica, cruzando os registros em diário de campo com a base filosófica de Habermas (2002), sobre a inclusão do outro, e as teses de Ferreira (2005) e Mantoan (2003), acerca da escola de qualidade para todos e da distinção entre integração e inclusão. Assim, a análise buscou identificar momentos de ruptura, onde o aluno atuava como par legítimo, e episódios de segregação velada, nos quais sua presença física não se traduzia em pertencimento subjetivo ou participação efetiva.

### **3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A análise da experiência revela que a inclusão escolar no Brasil, embora amparada legalmente, enfrenta os seguintes obstáculos: rigidez curricular, persistência de um ‘olhar clínico’ que precede o pedagógico. A formação de professores, conforme apontam Miskalo, Cirino e França (2023), é um ponto nevrálgico, pois muitos docentes ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade na sala de aula.

A análise dos dados coletados durante a observação participante, à luz do referencial teórico selecionado, revela uma tensão dialética entre o ordenamento jurídico, que assegura a matrícula, e a cultura escolar vigente, que muitas vezes inviabiliza a permanência qualificada. A discussão a seguir não se limita a descrever as barreiras, mas busca interpretar as raízes do fenômeno da exclusão intraescolar, confrontando as práticas observadas com os princípios da educação inclusiva.

#### **3.1 A Escola como Espaço Plural e a Democracia Habermasiana**

A escola não pode ser compreendida apenas como um local de instrução conteudista, mas como um *locus* privilegiado de socialização política e formação cidadã. A presença do estudante PAEE na sala regular impõe à instituição o desafio ético de lidar com a alteridade. Fundamentando-se em Habermas (2002), a “inclusão do outro” exige que a comunidade política (neste caso, a escolar) se mantenha aberta àqueles que são estranhos aos seus padrões normativos, sem exigir que estes renunciem à sua identidade para serem aceitos.

No cotidiano observado, a tentativa de ‘normalizar’ o estudante com paralisia cerebral, esperando que ele cumpra as mesmas tarefas, ao mesmo tempo e da mesma forma que os demais, configura uma violação desse princípio democrático. Mantoan (2003) corrobora essa análise ao distinguir integração de inclusão: enquanto a primeira espera que o aluno se reabilite para caber na escola, a segunda exige que a escola se metamorfoseie para acolher o aluno. A democracia escolar, portanto, só se efetiva quando a diferença deixa de ser vista como um ‘desvio’ da norma e passa a ser compreendida como uma característica humana legítima, enriquecendo o tecido social da sala de aula (Ainscow; Miles, 2008).

#### **3.2 O Conceito de Pertença: Além do Afeto, um Direito Político**

O senso de pertencimento não é um sentimento abstrato, nem a mera presença física ou a aceitação afetiva; trata-se de uma construção política e um direito de participação. A análise dos dados aponta para a existência de uma ‘exclusão intraescolar’ ou ‘inclusão marginal’, onde o estudante está matriculado, mas não é considerado um interlocutor válido nos processos de ensino-aprendizagem.

Ferreira (2005) aponta que uma escola de qualidade não pode admitir que alguns alunos sejam turistas em sala de aula; e sim, aquela que não desiste de nenhum sujeito. O sentimento de pertença é construído através de microinterações: quando o professor regente dirige a palavra diretamente ao aluno (e não apenas ao seu cuidador), quando seu nome consta na lista de chamada, e quando suas produções são valorizadas.

Boff e Machado (2024) reforçam que a educação especial na perspectiva inclusiva deve garantir o acesso ao currículo, e não apenas à socialização. Sem essa validação pedagógica, o estudante internaliza a posição de ‘não-sujeito’, o que compromete não apenas seu desenvolvimento cognitivo, mas sua constituição psíquica e autoestima. Assim, quando o estudante percebe que sua presença é desejada, e não meramente tolerada, ele se sente autorizado a aprender. Por outro lado, a ausência desse vínculo gera a ‘exclusão intraescolar’, na qual o aluno ocupa um lugar físico, mas permanece à margem da cultura e da rede de afetos da turma.

### 3.3 O Capacitismo Estrutural e a Barreira Atitudinal

Identificou-se que o principal obstáculo à inclusão não é a estrutura física, mas a mentalidade dos agentes escolares, fenômeno denominado capacitismo. O capacitismo estrutural opera através de uma presunção de incompetência: assume-se, *a priori*, que a deficiência física ou a dificuldade de comunicação oral implicam, necessariamente, em déficit cognitivo ou incapacidade de aprender conteúdos complexos.

Essa visão patologizante resulta em práticas pedagógicas excludentes, tais como:

- Infantilização do Currículo: A oferta de atividades pré-escolares (pintura, ligar pontos) de baixa complexidade cognitiva para um aluno de 10 anos, ignorando sua faixa etária, interesses e capacidade de abstração preservada, como criticado por Santos (2013) ao discutir adaptações curriculares;
- Invisibilidade pedagógica / Baixa expectativa: A crença de que o aluno não tem condições de acompanhar a turma e que está na escola ‘apenas para socializar, não para aprender’;
- Segregação espacial: A manutenção do estudante em ‘cantos seguros’ durante o recreio, enquanto outros estudantes brincam e correm, impedindo a interação motora e social.

Essa estrutura pressupõe o tratamento da deficiência como uma falha a ser corrigida ou um encargo a ser suportado. Desconstruir esse preconceito cristalizado é o núcleo da transformação para uma educação fundamentada nos Direitos Humanos.

Agostini e Renders (2021) argumentam que a superação desse modelo reside na formação de professores pautada no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). O DUA propõe que o planejamento pedagógico antecipe as barreiras e ofereça múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, beneficiando não apenas o aluno com deficiência, mas toda a classe, rompendo com a lógica de que a adaptação é um ‘favor’ ou um ‘penduricalho’ no planejamento.

### 3.4 O Papel do AEE e a Prática Colaborativa

A análise dos resultados aponta para uma distorção na função do AEE. Frequentemente, é visto pela equipe escolar como um ‘espaço clínico’ ou de ‘reforço’, para onde o aluno é enviado para ser ‘consertado’. Kassir (2011) adverte sobre os riscos de o AEE se tornar um sistema paralelo de ensino, reeditando a segregação dentro da escola pública.

Sua função essencial é ser uma ponte pedagógica. Isso exige o modelo de Ensino Colaborativo, no qual o professor do AEE e o regente articulam estratégias em conjunto. O suporte técnico (comunicação alternativa, recursos de acessibilidade) deve servir para garantir que o aluno exerça seu pertencimento no coletivo da sala regular, evitando que o AEE se torne um refúgio para onde o estudante é enviado quando sua presença tensiona a dinâmica da aula.

Assim, para que a inclusão seja efetiva, é fundamental transitar para um modelo de Ensino Colaborativo (*co-teaching*). Conforme destacam Magalhães e Campos (2024), o professor especialista e o professor regente devem atuar como parceiros, compartilhando a

responsabilidade pelo aprendizado de todos os alunos. O papel do AEE, nesse contexto, é fornecer suporte técnico, produzir recursos de Tecnologia Assistiva e orientar o regente sobre estratégias de diferenciação pedagógica (Souza; Barbosa, 2013). Portanto, a sala de recursos multifuncionais deve ser um suporte para a sala comum, e não um destino final que desobriga o professor regente de sua responsabilidade pedagógica.

#### 4 CONCLUSÃO

A análise deste relato de experiência permite afirmar que a inclusão escolar é um processo inconcluso e um exercício contínuo de vigilância ética e pedagógica. A trajetória do 'estar' (matrícula) ao 'pertencer' (inclusão efetiva) exige mais do que o cumprimento de protocolos burocráticos; demanda uma reforma estrutural na cultura da instituição escolar. Conclui-se que, sem o enfrentamento direto ao capacitismo estrutural, a escola comum corre o risco de permanecer como um espaço de exclusão velada, onde a presença física do estudante PAEE não se traduz em participação, aprendizagem ou desenvolvimento de autonomia.

Evidenciou-se que as barreiras atitudinais, manifestadas na infantilização do currículo, na baixa expectativa docente e na segregação espacial, são os principais entraves para a equidade. A superação desse cenário não reside apenas na aquisição de recursos materiais ou arquitetônicos, mas na reconfiguração da formação docente. Logo, é necessário que a formação inicial e continuada transite do modelo médico (focado no diagnóstico e na falta) para um modelo social e pedagógico (focado na potencialidade e na eliminação de barreiras), instrumentalizando o professor para o uso do DUA.

Ademais, a pesquisa reforça a necessidade de reposicionar o AEE, que não deve funcionar como um sistema paralelo ou de refúgio para o estudante com deficiência, mas como um suporte articulador que fortalece a sala de aula comum. A prática colaborativa entre o professor regente e o professor especialista é a chave para que as adaptações curriculares sejam pontes para o conhecimento, e não ferramentas de isolamento.

Em última instância, reitera-se que a educação inclusiva não é uma concessão benevolente, tampouco uma opção discricionária da gestão escolar, mas um imperativo constitucional e um direito humano inalienável. O pertencimento não pode ser um privilégio conquistado apenas por aqueles que conseguem se normalizar ou se adaptar ao sistema, mas deve ser garantido como um direito prévio de todo sujeito. A escola que cumpre sua missão republicana é aquela onde a diferença, longe de ser tolerada como um problema, é celebrada como a condição fundamental da experiência humana e o motor de uma democracia plural.

#### REFERÊNCIAS

AGOSTINI, A. J. A.; RENDERS, E. C. C. Formação de professores a partir das práticas inclusivas e design universal para aprendizagem. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, 17, n. 46, p. 488-505, 2021.

AINSCOW, M.; MILES, S. Making Education for All inclusive: where next? **Prospects**, v. 38, n. 1, p. 15-34, 2008.

ARAÚJO, M. D. C. S. G. de *et al.* A Formação de Professores para o uso de Tecnologias Assistivas e Construção de uma Educação Inclusiva: vivência na disciplina práticas docentes e novas tecnologias. **Colloquium Humanarum**, v. 12, n. Especial, 2015, p. 1009-1017.

ARRUDA, E. R. S. A.; COELHO, V. C. Formação continuada de professores em perspectiva inclusiva. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, jan. 2023.

BOFF, A. P.; MACHADO, A. B. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, v. 40, n. 1, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FERREIRA, W. B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? In: **Inclusão Revista da Educação Especial**, p. 40-46, out. 2005.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, UFPR, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

LEITE, M. E. T. B.; POLETTO, L. Formação de professores: avanços e desafios. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. esp. 1, p. e023015, 2022.

MAGALHÃES, T. F. A.; CAMPOS, E. C. V. Z. Atendimento Educacional Especializado e Práticas Inclusivas em uma Escola do Campo na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. **Momento - Diálogos em Educação**, v. 33, n. 2, p. 100-124, 2024.

ANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em <https://bit.ly/4ug6r4y>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MISKALO, A. L.; CIRINO, R. M. B.; FRANÇA, D. M. V. R. Formação docente e inclusão escolar: uma análise a partir das perspectivas dos professores. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 41, p. 516-536, 2023.

SANTOS, A. P. A. A educação inclusiva e as adaptações curriculares. **Pedagogia ao Pé da Letra**, 2013.

SOUZA, R. C. S.; BARBOSA, J. S. L. (Org.). **Educação inclusiva, tecnologia e tecnologia assistiva**. Aracaju, SE: Criação, 2013.

UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. Brasília: UNESCO, 2019.



## **PARA ALÉM DO “PUXADINHO” PEDAGÓGICO: O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM COMO GARANTIA DE ACESSIBILIDADE ESCOLAR**

LAURITA CHRISTINA BONFIM SANTOS; ÉRICA POSSIDÔNEA PEREIRA; LUCIANA GONÇALVES DE SOUZA; ITAMAR DOS SANTOS FONSECA; ANDREIA CRISTIANE CUESTA ALVES; IURI ANDRADE SAMPAIO FELIPE

### **RESUMO**

O presente trabalho discute a urgência de superar práticas de adaptação curricular improvisadas, aqui denominadas metaforicamente como "puxadinho pedagógico", em favor da implementação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). O objetivo é analisar como o DUA pode efetivar a inclusão escolar, transcendendo a mera integração física do estudante Público-Alvo da Educação Especial. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, fundamentado em um estudo de caso de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola pública, realizado a partir de observações e intervenções pedagógicas. A fundamentação teórica apoia-se na legislação vigente e em autores que discutem a formação docente e práticas inclusivas. Os resultados indicam que o planejamento baseado nos princípios do DUA (engajamento, representação e expressão) não apenas reduziu as barreiras de aprendizagem para o estudante acompanhado, mas beneficiou toda a turma, validando a premissa de que o ensino acessível qualifica a educação para todos. Conclui-se que a equidade escolar depende de uma intencionalidade pedagógica que rompa com o capacitismo estrutural e com a lógica de currículos facilitados, exigindo, para tanto, investimento robusto em formação continuada e colaboração entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado.

**Palavras-chave:** Aprendizagem; Práticas inclusivas; Formação docente.

### **1 INTRODUÇÃO**

A trajetória da Educação Especial configura-se por uma lenta e complexa transição de modelos segregadores para uma concepção pautada na inclusão plena. Historicamente, o estudante com deficiência foi submetido à lógica do modelo médico, no qual a ‘falha’ residia no sujeito, cabendo a ele o ônus de adaptar-se a um sistema escolar rígido e padronizado. Contudo, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e de diretrizes globais definidas pela Unesco (2005; 2019), o paradigma desloca-se: a deficiência passa a ser compreendida não como um atributo fixo da pessoa, mas como o resultado da interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras atitudinais e ambientais que obstruem sua participação plena na sociedade.

Apesar desses avanços normativos e da garantia do acesso, a prática pedagógica nas escolas regulares ainda enfrenta o desafio da permanência qualificada. Observa-se a

persistência do que este trabalho denomina metaforicamente como ‘puxadinho pedagógico’, isto é, adaptações curriculares improvisadas, reativas e fragmentadas, realizadas na hora da aula quando o docente percebe que o estudante Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) não acompanha a proposta feita para a turma. Tais práticas, embora muitas vezes bem-intencionadas, resultam em atividades simplificadas e descontextualizadas que, segundo Mantoan (2003) e Santos (2013), reforçam a exclusão dentro da própria sala de aula, negando ao aluno o direito de compartilhar o mesmo objeto de conhecimento de seus pares.

Essa dinâmica revela a insuficiência da mera integração física. Como alerta Kassar (2011), a matrícula não garante a inclusão. A verdadeira inclusão pressupõe a *pertença*, ou seja, o sentimento de ser parte integrante e ativa da comunidade escolar. O ‘puxadinho’ opera como um mecanismo de capacitismo estrutural, subestimando o potencial do estudante e mantendo-o em uma periferia pedagógica. Nesse contexto, a formação docente surge como ponto crítico: conforme apontam Agostini e Renders (2021) e Castro e Alves (2019), é essencial que os educadores superem a visão de que a inclusão é responsabilidade exclusiva de especialistas, assumindo a regência de uma classe heterogênea.

Diante desse cenário, a tese deste trabalho defende que o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) não deve ser compreendido como um recurso acessório ou uma ferramenta de uso exclusivo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas como uma mudança radical na arquitetura do planejamento pedagógico. Fundamentado na premissa de que a variabilidade humana é a regra e não a exceção, o DUA propõe que o currículo seja desenhado, desde sua origem, para ser acessível a todos, eliminando a necessidade de adaptações *a posteriori* (Boff; Machado, 2024).

O objetivo geral deste estudo é, portanto, analisar o DUA como estratégia fundamental para a garantia da acessibilidade escolar, discutindo como seus princípios (engajamento, representação e ação/expressão) podem substituir a lógica das adaptações improvisadas por um ensino intencionalmente acessível. Busca-se apresentar que planejar para a diversidade não apenas beneficia o estudante PAEE, mas qualifica o processo de ensino-aprendizagem para todos os estudantes, efetivando o direito à educação em sua plenitude.

## **2 RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Este trabalho estrutura-se como um Relato de Experiência de natureza qualitativa e caráter descritivo-analítico. Metodologicamente, esta abordagem transcende a simples narração; trata-se de uma ferramenta de investigação que permite a sistematização de práticas educativas e a reflexão crítica sobre intervenções pedagógicas em contextos reais. A escolha justifica-se pela necessidade de compreender os fenômenos educativos em sua complexidade situacional, na qual as variáveis não podem ser isoladas como em experimentos controlados.

A experiência descrita derivou do percurso formativo realizado no curso de Capacitação em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), especificamente nas unidades voltadas ao planejamento pedagógico e ao DUA. O estudo busca superar a dicotomia entre teoria e prática, analisando como os conceitos de acessibilidade curricular e eliminação de barreiras (Brasil, 2008; Unesco, 2019) operam no ‘chão da escola’, confrontando a cultura do improvisado (o "puxadinho") com a cultura do planejamento intencional.

### **2.1 Contexto e Participantes**

O cenário da investigação foi uma escola da rede pública de ensino fundamental em Maceió/AL. Localizada em uma região periférica, a instituição apresenta uma acentuada heterogeneidade socioeconômica. Embora o Projeto Político Pedagógico (PPP) declare

princípios inclusivos, a prática institucional ainda opera sob uma lógica de integração, na qual o estudante com deficiência deve se adaptar ao ritmo preestabelecido da turma.

O participante focal é um aluno do 4º ano do Ensino Fundamental, identificado como público-alvo da educação especial (PAEE). O aluno possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível 2 de suporte, com desafios na comunicação verbal funcional, interação social e hipersensibilidade auditiva. A escolha foi intencional: seu histórico era marcado por adaptações curriculares empobrecidas (como atividades de colorir desconexas do conteúdo), tornando-o um caso emblemático para a aplicação do DUA como estratégia de ruptura com o capacitismo e promoção do sentimento de pertença (Kassar, 2011).

## 2.2 Instrumentos e Procedimento de Coleta de Dados

Para garantir a triangulação dos dados e a validade da intervenção, foram utilizados quatro instrumentos complementares, aplicados durante o semestre letivo:

**Estudo de Caso (Diagnóstico Pedagógico):** Diferente do laudo médico focado no déficit, este estudo mapeou as potencialidades e hiperfocos do estudante (meios de transporte e rotas). O instrumento identificou as barreiras ambientais e as ‘ilhas de competência’ que serviriam de âncora para a aprendizagem.

**Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE):** Elaborado colaborativamente entre o professor regente e o do AEE. Funcionou como bússola para integrar tecnologias assistivas (Souza; Barbosa, 2013) e Comunicação Aumentativa e Alternativa ao currículo comum, evitando atividades paralelas.

**Observação Participante com Diário de Bordo:** O registro focado nas interações do aluno com materiais e pares permitiu capturar dados sutis de engajamento (olhares, gestos e tempo de tarefa) que testes padronizados omitiriam.

**Análise Documental:** Foi realizada a leitura crítica do PPP e de planejamentos anteriores para identificar vestígios de práticas segregadoras ou brechas para estratégias inclusivas, conforme Agostini e Renders (2021).

## 2.3 Método de Análise

Utilizou-se a Análise de Conteúdo qualitativa, estruturada em três categorias fundamentais do DUA, baseadas nos princípios do CAST (2018):

1: Engajamento (O ‘Porquê’): Buscou-se compreender de que forma a motivação e o interesse do aluno se alteravam ao comparar as atividades tradicionais com aquelas planejadas segundo o DUA. O foco recaiu sobre a persistência do estudante nas tarefas propostas.

2: Representação (O ‘Quê’): Investigou-se se o uso de diferentes formatos para apresentar o conteúdo (recursos visuais, auditivos e táteis) facilitava a compreensão dos conceitos, em comparação com o uso exclusivo de textos impressos.

3: Ação e Expressão (O ‘Como’): Avaliou-se a capacidade do aluno de demonstrar o que aprendeu quando lhe foram oferecidas formas alternativas de resposta, como desenhos, maquetes ou explicações orais, em vez da exigência única da escrita convencional.

O tratamento dos dados consistiu em confrontar o cenário ‘antes’ (improvisado e adaptação) com o ‘depois’ (planejamento intencional). Esse comparativo permitiu verificar se houve, de fato, uma mudança na situação escolar do aluno, deslocando-o de uma posição de segregação para uma de efetiva participação e aprendizagem, conforme preconizam Ainscow e Miles (2008).

### 3 DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados durante a intervenção pedagógica permite corroborar a hipótese de que a transição do modelo de adaptações improvisadas (o ‘puxadinho’) para o DUA não é apenas uma questão metodológica, mas epistemológica e política. Os resultados indicam que as barreiras à aprendizagem não residem nas características intrínsecas do estudante com deficiência, mas na rigidez do currículo e na monocultura das práticas de ensino. Conforme observado, a aplicação do DUA exigiu uma ruptura com o ‘aluno médio’, uma abstração estatística que historicamente norteou o planejamento escolar. Ao planejar para as margens, contemplando as necessidades do estudante com TEA, o ensino tornou-se mais efetivo para todo o grupo, validando a premissa de Boff e Machado (2024) de que a educação especial na perspectiva inclusiva deve ser pautada no direito de *todos* à educação, e não apenas na concessão de espaços para alguns.

#### 3.1 O Eixo da Pertença e a Crítica ao Capacitismo

A observação inicial das práticas pedagógicas revelou a vigência de um ‘capacitismo benevolente’. O estudante PAEE era frequentemente retirado do contexto da aula para realizar atividades manuais desconexas (pintura, recorte), sob a justificativa de que ‘ele não acompanharia’ o conteúdo abstrato. Essa prática, embora garanta a presença física, nega a *pertença* pedagógica. Kassar (2011) alerta que a matrícula na rede regular, por si só, não configura inclusão se o estudante permanecer à margem dos processos de apropriação do saber sistematizado. A intervenção demonstrou que os episódios de desorganização comportamental do estudante não eram sintomas diretos do autismo, mas respostas comunicativas à exclusão. Ao ser integrado às atividades através de seus centros de interesse (hiperfoco), o aluno passou a ocupar um lugar de sujeito epistêmico. Agostini e Renders (2021) reforçam que a formação docente deve desconstruir a visão de que a inclusão é um favor ou caridade, reposicionando-a como um imperativo ético que exige a eliminação de barreiras atitudinais que subestimam a capacidade cognitiva do sujeito.

#### 3.2 A Implementação dos Pilares do DUA: Análise dos Resultados

A reestruturação do planejamento docente guiou-se pelos três princípios do DUA, cujos impactos foram analisados qualitativamente:

- **Múltiplos Meios de Engajamento (O ‘Porquê’ da Aprendizagem):** A literatura aponta que a falta de engajamento é a principal barreira para estudantes com TEA. Rompendo com a aula expositiva padrão, utilizou-se o hiperfoco do aluno (sistemas de transporte) como tema gerador para o conteúdo de Geografia (urbanização).

*Análise:* O engajamento do estudante PAEE aumentou significativamente, evidenciado pelo tempo de permanência na tarefa e pela redução de estereotípias motoras. Mais do que isso, a estratégia beneficiou estudantes sem deficiência que apresentavam desinteresse escolar. Isso confirma a tese de Roth (2006) de que experiências educacionais inclusivas, quando bem desenhadas, elevam a motivação coletiva, transformando a diversidade em motor pedagógico e não em obstáculo.

- **Múltiplos Meios de Representação (O ‘Quê’ da Aprendizagem):** O ‘puxadinho’ tradicional operava pela subtração: retirava-se conteúdo para tornar a tarefa ‘mais fácil’. O DUA operou pela adição: somaram-se suportes para tornar o conteúdo acessível. Foram introduzidos vídeos legendados, mapas táteis, infográficos e uso de tablets com leitores de tela.

*Análise:* A diversificação dos canais sensoriais de entrada da informação permitiu que o estudante acessasse conceitos complexos que lhe eram negados. Araújo *et al.* (2015)

destacam que o uso de Tecnologias Assistivas na disciplina de práticas docentes é vital para essa construção. Observou-se que a redundância da informação (apresentar o mesmo conceito de formas diferentes) favoreceu a retenção do conteúdo por toda a turma, desmistificando a ideia de que a tecnologia assistiva serve apenas ao aluno com deficiência.

- **Múltiplos Meios de Ação e Expressão (O ‘Como’ da Aprendizagem):** Este eixo representou o maior desafio à cultura escolar, historicamente centrada na escrita e na oralidade padrão. Substituiu-se a exigência única de ‘copiar do quadro’ ou ‘fazer a prova’ por um menu de opções de expressão: construção de maquetes, gravação de áudios explicativos e uso de pranchas de comunicação alternativa.

*Análise:* O estudante, que possui limitações na motricidade fina para a escrita cursiva, demonstrou compreensão sofisticada dos conceitos de fluxo urbano ao organizar a maquete da cidade. Santos (2013) argumenta que as adaptações curriculares devem focar na funcionalidade e na autonomia. Ao dissociar a competência cognitiva da competência escritora, o DUA permitiu uma avaliação justa, baseada no que o aluno *sabe*, e não no que ele *não consegue fazer* mecanicamente.

### 3.3 Barreiras e o Confronto Prático

Apesar dos êxitos pedagógicos, a discussão dos dados não pode ignorar as barreiras institucionais. A implementação do DUA esbarrou, inicialmente, na resistência docente associada à intensificação do trabalho. O argumento recorrente de que ‘não há tempo para planejar de formas diferentes’ reflete a precariedade da formação continuada e das condições de trabalho, conforme apontam Leite e Poletto (2022). Ademais, notou-se que a colaboração entre o professor regente e o professor do AEE ainda é frágil. Muitas vezes, o AEE é visto como um ‘lugar de conserto’ do aluno, e não como um centro de recursos para apoiar o planejamento da sala comum. Magalhães e Campos (2024) e Arruda e Coelho (2023) são enfáticos ao afirmar que sem tempos e espaços garantidos para o planejamento colaborativo, o DUA corre o risco de se tornar apenas mais uma burocracia, perdendo seu potencial transformador de equidade e justiça curricular (Conte; Habowski, 2021).

## 4 CONCLUSÃO

A trajetória percorrida nesta investigação permite afirmar que a efetivação da educação inclusiva no Brasil depende, essencialmente, da superação da cultura do improviso. O ‘puxadinho pedagógico’, metáfora utilizada neste estudo para descrever as adaptações reativas e simplificadoras, revelou-se um mecanismo de manutenção do *status quo* excludente. Embora historicamente justificado pela falta de recursos ou formação, tal prática falha ao não garantir a *pertença* e ao manter o estudante PAEE em uma condição de integração física, porém segregado dos processos cognitivos superiores da turma.

A análise do relato de experiência confirmou a hipótese de que o DUA não constitui apenas uma metodologia de ensino, mas uma ferramenta de justiça curricular. Ao deslocar o foco da ‘deficiência’ do aluno para as ‘barreiras’ do currículo, o DUA operou como um antídoto ao capacitismo estrutural. Ficou evidenciado que, quando o planejamento pedagógico antecipa a variabilidade humana, oferecendo múltiplos meios de engajamento, representação e expressão, a necessidade de adaptações individualizadas diminui drasticamente, e o benefício se estende a todos os estudantes, com ou sem deficiência.

As conclusões deste estudo podem ser sintetizadas em três eixos fundamentais que redefinem a prática inclusiva:

A inclusão efetiva não ocorre da “boa intenção” ou de processos subjetivos, mas de um *design* pedagógico bem estruturado. O DUA garante que a flexibilização das rotas de

acesso não comprometa o rigor acadêmico, evitando a infantilização do conteúdo. Contrariando a lógica da homogeneização, os resultados indicaram que a presença do estudante com TEA e o uso do DUA expuseram a falácia do “aluno médio”. Em vez de um sistema homogêneo e excludente, a diversificação de estratégias enriqueceu o repertório de toda a classe, transformando em ganho coletivo o que antes era visto como limitação.

A principal barreira identificada é a fragilidade institucional. A falta de tempo remunerado para o planejamento colaborativo entre o professor regente e o especialista do AEE compromete a implementação sistêmica, exigindo políticas de formação continuada que sejam parte da rotina, e não eventos isolados. Conclui-se que as políticas de formação continuada não podem ser eventos esporádicos, mas devem integrar a rotina da escola, instrumentalizando os docentes para que se sintam seguros em abandonar as práticas segregadoras.

Em suma, transitar da ‘escola do puxadinho’ para a escola do DUA é o desafio central da educação brasileira nesta década. A acessibilidade não deve ser um ajuste tardio ou uma concessão, mas um currículo concebido, desde a gênese, como um território habitável por todos. Em última análise, o DUA reafirma o compromisso ético de que a diferença não é um problema a ser corrigido, mas um valor humano a ser acolhido e potenciado.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, A. J. A.; RENDERS, E. C. C. Formação de professores a partir das práticas inclusivas e design universal para aprendizagem. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, p. 488-505, 2021.

AINSCOW, M.; MILES, S. Making Education for All inclusive: where next? **Prospects**, v. 38, n. 1, p. 15-34, 2008.

ARAÚJO, M. D. C. S. G. de *et al.* A Formação de Professores para o uso de Tecnologias Assistivas e Construção de uma Educação Inclusiva: vivência na disciplina práticas docentes e novas tecnologias. **Colloquium Humanarum**, v. 12, n. Especial, 2015, p. 1009-1017.

ARRUDA, E. R. S. A.; COELHO, V. C. Formação continuada de professores em perspectiva inclusiva. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, jan. 2023.

BOFF, A. P.; MACHADO, A. B. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, v. 40, n. 1, 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em [https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica\\_educacional.pdf](https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica_educacional.pdf). Acesso em: 16 jan. 2026.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2**. Wakefield, MA: CAST, 2018. Disponível em <http://udlguidelines.cast.org>. Acesso em: 12 fev. 2026.

CASTRO, P. A.; ALVES, C. O. S. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 16, p. 3-25, 2019.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

LEITE, M. E. T. B.; POLETTO, L. Formação de professores: avanços e desafios. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. esp. 1, p. e023015, 2022.

LIMA-RODRIGUES, L. **Educação inclusiva e a formação continuada de professores: aprendizados nacionais e internacionais**. São Paulo: Instituto Alana, 2024. Disponível em [https://alana.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Formacao\\_Ed\\_Inclusiva\\_RelatorioAcessivel.pdf](https://alana.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Formacao_Ed_Inclusiva_RelatorioAcessivel.pdf). Acesso em: 12 fev. 2026.

MAGALHÃES, T. F. A.; CAMPOS, E. C. V. Z. Atendimento Educacional Especializado e Práticas Inclusivas em uma Escola do Campo na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. **Momento - Diálogos em Educação**, v. 33, n. 2, p. 100-124, 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em <https://bit.ly/4ug6r4y>. Acesso em: 16 jan. 2026.

ROTH, B. W. (Org.). **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: MEC/SEE, 2006. Disponível em <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

SANTOS, A. P. A. A educação inclusiva e as adaptações curriculares. **Pedagogia ao Pé da Letra**, 2013. Disponível em <https://pedagogiaaopedaletra.com/educacao-inclusiva-adaptacoes-curriculares/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

SOUZA, R. C. S.; BARBOSA, J. S. L. (Org.). **Educação inclusiva, tecnologia e tecnologia assistiva**. Aracaju, SE: Criação, 2013. Disponível em <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2015/11/inclusiva.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

UNESCO. **Guidelines for Inclusion: Ensuring Access to Education for All**. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED496105.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508>. Acesso em: 16 jan. 2026.



## O PAPEL DA AVALIAÇÃO FORMATIVA DINÂMICA E DO PORTFÓLIO DIGITAL NO SUPORTE À APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TDAH NO ENSINO FUNDAMENTAL

LAURITA CHRISTINA BONFIM SANTOS; LILIANE DO NASCIMENTO NERI; ÉRICA POSSIDÔNEA PEREIRA; PATRÍCIA BORGES LISBOA; ITAMAR DOS SANTOS FONSECA; FRANCISCA LÚCIA SOARES DE SOUSA

### RESUMO

Este trabalho propõe analisar a sinergia entre a Avaliação Formativa Dinâmica (AFD) e o Portfólio Digital como ferramentas de suporte e avaliação inclusiva no Ensino Fundamental, visando contornar os déficits nas Funções Executivas (FE) inerentes ao Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e evidenciar a progressão da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de natureza qualitativa, explorando literatura acadêmica entre 2018 e 2024 sobre avaliação, neurodiversidade e tecnologia educacional. Os resultados apontam que a AFD funciona como um processo de avaliação-intervenção mediado, que compensa temporariamente as dificuldades de FE e revela a modificabilidade cognitiva do aluno. O Portfólio Digital complementa essa ação ao fornecer um sistema de memória e organização externa que mitiga as falhas executivas, documentando o processo de superação de lacunas e o esforço do aluno como evidência avaliativa concreta. Conclui-se que a integração desses instrumentos constitui uma abordagem justa, inclusiva e alinhada aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), deslocando o foco avaliativo do déficit estático para o potencial de desenvolvimento, o que confere maior validade ecológica e justiça ao processo no contexto do Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Avaliação; Funções executivas; Ensino fundamental.

### 1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é reconhecido como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por padrões persistentes de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, que invariavelmente impactam o funcionamento social, acadêmico e ocupacional do indivíduo. A literatura especializada aponta que as dificuldades centrais no TDAH estão associadas a déficits nas Funções Executivas, processos cognitivos de ordem superior cruciais para a autorregulação e o comportamento orientado a objetivos (Souza *et al.*, 2021; Pereira *et al.*, 2020). De acordo com Pereira e Braz (2021), as Funções Executivas (FE), que incluem a memória de trabalho, o planejamento, o controle inibitório e a flexibilidade cognitiva, são fundamentais para o sucesso escolar, em particular durante os

anos do Ensino Fundamental, onde há uma transição de estruturas mais concretas para demandas curriculares mais abstratas e complexas.

Por exemplo, a ineficácia na memória de trabalho em alunos do Ensino Fundamental com TDAH dificulta a retenção e manipulação de informações necessárias para seguir instruções complexas ou realizar cálculos mentais, enquanto a falta de planejamento e organização prejudica a gestão de materiais e a execução de projetos de longo prazo (Pastura *et al.*, 2005). O impacto é visível no desempenho, e as dificuldades de FE correlacionam-se com resultados inferiores, especialmente em disciplinas que exigem sequenciamento lógico, como a matemática (Vital; Hazin, 2008).

Diante deste panorama, a avaliação escolar tradicional se manifesta como uma prática frágil e insuficiente para mensurar o conhecimento e o potencial real de alunos do Ensino Fundamental com TDAH. O modelo de avaliação estática, que privilegia provas padronizadas e mensura o produto final em um tempo fixo e sob pressão, exige justamente as habilidades de atenção sustentada e organização que são inerentemente desafiadas pelo TDAH (Pereira *et al.*, 2020). Em vez de avaliar o que o aluno sabe, muitas vezes essas avaliações acabam registrando o impacto do transtorno, resultando em uma subestimação injusta do seu potencial de aprendizado. Assim, conforme Alves e Sousa (2015), a avaliação, para ser equitativa, deve adotar uma abordagem dinâmica e promotora de conhecimento, ao invés de meramente classificatória.

Neste contexto, surge a necessidade de explorar metodologias alternativas que consigam contornar as dificuldades de FE e, ao mesmo tempo, evidenciar a aprendizagem progressiva, alinhando-se aos princípios da educação inclusiva e do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), com aplicabilidade direta aos desafios pedagógicos do Ensino Fundamental. Portanto, este trabalho propõe analisar a sinergia entre a Avaliação Formativa Dinâmica (AFD) e o Portfólio Digital como ferramentas de suporte e avaliação inclusiva no Ensino Fundamental.

A pesquisa busca responder à seguinte questão: Como a AFD, aliada ao Portfólio Digital, pode oferecer uma metodologia de avaliação mais justa, que contorne as dificuldades de FE e evidencie a progressão na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) no Ensino Fundamental?

A justificativa para a adoção destas ferramentas reside na premissa de que a adaptação da avaliação é um imperativo ético e pedagógico, e que a tecnologia, através do Portfólio Digital, fornece o apoio organizacional externo necessário para compensar as lacunas nas FE do aluno com TDAH (Pereira; Braz, 2021). Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar o potencial da AFD e do Portfólio Digital como ferramentas de suporte e de avaliação justa para o processo de aprendizagem de alunos com TDAH no Ensino Fundamental.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem de pesquisa de natureza bibliográfica, com foco na análise qualitativa de conteúdo. O objetivo é construir uma fundamentação teórica que sustente a proposta de integração da AFD e do Portfólio Digital como um modelo de avaliação inclusivo e aplicável no Ensino Fundamental brasileiro. O estudo é de natureza bibliográfica, com análise qualitativa dos dados coletados, buscando padrões e conexões conceituais entre a neurociência, a educação especial e as metodologias de avaliação. O *corpus* da pesquisa é formado pela literatura acadêmica em áreas inter-relacionadas, incluindo a Neuropsicologia, a Educação Inclusiva, a Avaliação Psicoeducacional e a Tecnologia Educacional.

A coleta foi realizada por meio de uma revisão exploratória da literatura, focada na identificação de estudos que discutem a aplicação de metodologias de avaliação que sejam

alternativas e inclusivas, especialmente para alunos com dificuldades de Funções Executivas. A pesquisa utilizou descritores específicos em português e inglês para garantir a relevância dos artigos: ‘Avaliação Dinâmica’ ou ‘Dynamic Assessment’, ‘Portfólio Digital’, ‘TDAH’ ou ‘ADHD’, ‘Funções Executivas’ e ‘Avaliação Formativa’.

A pesquisa foi conduzida em bases de dados acadêmicas de alto impacto, priorizando-se a inclusão de publicações no período de 2018 a 2024 que abordassem a aplicação de metodologias de avaliação alternativas em contextos de neurodiversidade relevantes para a faixa etária do Ensino Fundamental.

Para aumentar a transparência e a validade interna, a Metodologia foi aprimorada com a explicitação dos critérios de seleção da literatura: priorização de artigos que abordassem a aplicação de metodologias de avaliação alternativas em contextos de neurodiversidade, com foco específico em estudos sobre TDAH, Funções Executivas, Avaliação Dinâmica e o uso de Portfólio Digital para compensação de déficits. Além disso, artigos seminais de períodos anteriores, essenciais para a fundamentação do TDAH e da Avaliação Dinâmica, foram utilizados para a base teórica.

A Análise de Conteúdo foi empregada buscando categorizar e interpretar os achados, com o objetivo de identificar: 1) as necessidades específicas dos alunos do Ensino Fundamental com TDAH em relação à avaliação; 2) os princípios da AFD que compensam o déficit de FE; e 3) os benefícios organizacionais e de evidência processual do Portfólio Digital.

Para investigações futuras, recomenda-se a inclusão de uma análise temática mais aprofundada, utilizando categorias codificadas (por exemplo, com o auxílio de software como o NVivo), visando inter-relacionar os resultados de maneira mais sistemática.

### **3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A revisão bibliográfica indica a necessidade de reorientar a avaliação de estudantes com TDAH, exigindo uma mudança de foco no resultado final estático para uma ênfase no processo de desenvolvimento. É crucial compensar ativamente as dificuldades nas Funções Executivas (FE), visando garantir uma transição bem-sucedida entre as fases iniciais e finais do Ensino Fundamental.

#### **3.1 Avaliação Formativa Dinâmica: A Medida do Potencial de Aprendizado**

A AFD, com raízes nos trabalhos de Vygotsky e Feuerstein, distingue-se radicalmente da avaliação tradicional por ser um processo de avaliação-intervenção (Elliott *et al.*, 2018). Em vez de apenas medir o nível de desenvolvimento real (o que o aluno faz sozinho), a AFD foca na ZDP, ou seja, na capacidade do aluno resolver problemas com a mediação de um adulto ou par mais experiente. A mediação é a essência da AFD e atua como uma compensação cognitiva temporária para o TDAH.

Para o aluno do Ensino Fundamental com TDAH, a mediação é um fator crucial, pois a performance sem suporte pode ser severamente prejudicada pela desatenção ou pela memória de trabalho ineficiente (Pereira *et al.*, 2020). A AFD, ao fornecer *feedback* imediato e estratégias (dicas, *prompts*), permite ao avaliador observar a modificabilidade cognitiva do aluno, ou seja, seu potencial de aprendizado, em vez de um desempenho estático que reflete o impacto negativo do transtorno (Zbainos; Tziona, 2019).

Além de ser uma avaliação mais justa, a AFD oferece um diagnóstico preditivo mais informativo, pois o tipo e a intensidade da mediação necessária indicam o plano de intervenção pedagógica que deve ser adotado (Elliott *et al.*, 2018). Assim, a Avaliação

Dinâmica atende ao princípio de que a avaliação deve orientar o ensino, e não apenas classificá-lo (Alves; Sousa, 2015).

### 3.2 O Portfólio Digital como Suporte à Organização e Memória de Trabalho

As falhas nas FE, como a organização e a memória de trabalho, são os principais desafios do aluno do Ensino Fundamental com TDAH no ambiente escolar. O Portfólio Digital surge como uma ferramenta de suporte externo essencial para mitigar esses déficits.

A tecnologia digital, ao automatizar a organização e a recuperação de informações, funciona como um sistema de memória e planejamento externo para o aluno com TDAH, reduzindo a sobrecarga cognitiva (Pereira; Braz, 2021). A natureza digital do portfólio evita a desorganização, o extravio de materiais e o estresse associado à manutenção de um portfólio físico, facilitando a gestão do tempo e das tarefas escolares do Ensino Fundamental.

A principal funcionalidade do Portfólio Digital para fins avaliativos é a capacidade de armazenar e sequenciar artefatos do processo de aprendizagem, e não apenas o produto final. É possível incluir rascunhos, gravações de *feedback*, *checklists* de planejamento e as intervenções mediadas pela AFD. Essa coleção de evidências do percurso do aluno garante que a avaliação valorize a progressão e o esforço dedicado à superação dos *gaps*, o que é um fator altamente motivacional para o aluno do Ensino Fundamental com TDAH.

### 3.3 Integração Pedagógica: A Sinergia do Modelo Inclusivo

A eficácia deste modelo inclusivo se manifesta na sinergia entre a AFD e o Portfólio Digital, criando um ciclo contínuo de avaliação e intervenção aplicável ao contexto pedagógico do Ensino Fundamental. Para melhor visualização deste fluxo de trabalho e da interconexão entre as ferramentas, incluímos um diagrama conceitual abaixo (Figura 1).

**Figura 1. Ciclo de Integração da AFD e Portfólio Digital para o Suporte e Avaliação Inclusiva no Ensino Fundamental**



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A Avaliação Dinâmica atua como a fase de diagnóstico e intervenção focalizada. Ela identifica com precisão o nível de suporte de que o aluno necessita e, mais criticamente, a lacuna cognitiva a ser superada, que reside na ZDP. O processo subsequente de aprendizagem e superação desta lacuna é inerentemente apoiado e documentado pela segunda ferramenta.

O Portfólio Digital complementa a AFD ao atuar como um repositório organizado e um sistema de memória externa para o aluno com TDAH. Nele, os artefatos gerados pela mediação da AFD e os trabalhos subsequentes são armazenados e sequenciados de forma lógica. Assim, o Portfólio transforma o processo de superação dessa lacuna em um documento avaliativo concreto e progressivo, valorizando não apenas o resultado final, mas o esforço e a modificabilidade cognitiva do aluno.

Neste cenário integrado, o papel do professor é transformado. O docente transcende a função de mero classificador, assumindo o papel essencial de mediador no processo de AFD e de curador do processo avaliativo registrado no Portfólio Digital. Essa abordagem ativa e baseada em evidências alinha as práticas pedagógicas às recomendações fundamentais para a qualidade do ensino (MEC, 2020). Em suma, essa integração garante que o foco da avaliação seja deslocado do *déficit* (a manifestação estática do TDAH) para o potencial de desenvolvimento e para o registro da aprendizagem em profundidade, conferindo maior justiça e validade ecológica, ou seja, a aplicabilidade do modelo em contextos reais de sala de aula do Ensino Fundamental.

#### 4 CONCLUSÃO

O presente estudo bibliográfico demonstra que a combinação da AFD com o Portfólio Digital constitui uma abordagem inclusiva e justa para a avaliação de alunos com TDAH no Ensino Fundamental. A fragilidade das avaliações estáticas, que penalizam as dificuldades de Funções Executivas inerentes ao TDAH, é eficazmente neutralizada por este modelo duplo.

A AFD é crucial por focar na capacidade de aprendizado e na resposta à mediação, avaliando o potencial de desenvolvimento. O Portfólio Digital complementa a avaliação ao fornecer o suporte organizacional externo indispensável, superando as falhas de memória de trabalho e planejamento do TDAH e garantindo que o processo de aprendizagem, com seus desafios e progressos, seja adequadamente valorizado.

O estudo contribui ao consolidar um modelo de avaliação que se alinha aos princípios do DUA e utiliza a tecnologia para responder de forma pedagógica às necessidades da neurodiversidade, com relevância direta para as práticas inclusivas no Ensino Fundamental. Essa proposta fornece subsídios práticos e teóricos para o planejamento escolar e a formação de professores para práticas avaliativas mais equitativas.

É crucial que a implementação deste modelo leve em consideração as implicações éticas, como a privacidade e segurança dos dados dos alunos armazenados nos portfólios digitais, em conformidade com regulamentações como a LGPD brasileira.

É fundamental que o avanço teórico seja acompanhado por pesquisas empíricas de intervenção no contexto educacional brasileiro. Tais estudos devem comparar a validade e a fidedignidade do Portfólio Digital (em combinação com a AFD) *versus* métodos tradicionais na avaliação do processo de aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental com TDAH, garantindo a aplicabilidade e o impacto real do modelo em sala de aula.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. O.; SOUSA, E. C. A Dinâmica da avaliação escolar na construção de novos encaminhamentos metodológicos para a promoção da aprendizagem. **ID on Line - Revista de Psicologia**, v. 9, n. 28, p. 119-131, 2015.

ELLIOTT, J. G.; RESING, W. C. M.; BECKMANN, J. F. Dynamic assessment: A case of unfulfilled potential? **Educational Review**, v. 70, n. 1, p. 7-17, 2018.

MEC. Ministério da Educação. **Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências**. Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao\\_informacao/pdf-arq/RENABE\\_web.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao_informacao/pdf-arq/RENABE_web.pdf). Acesso em: 15 dez. 2025.

PASTURA, G. M. C.; MATTOS, P.; ARAÚJO, A. P. Q. C. Desempenho escolar e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. **Archives of Clinical Psychiatry**, São Paulo, v. 32, n. 6, dez. 2005.

PEREIRA, E. E. L. D. *et al.* Funções Executivas em Crianças com TDAH e/ou Dificuldade de Leitura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, 2020.

PEREIRA, K. H.; BRAZ, P. **Estudo dos Indivíduos com Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e suas correlações com Processamento Auditivo Central (PAC), Transtorno Específico da Aprendizagem (TA) e Funções Executivas (FEs)**. São José, SC: FCEE, 2021.

SOUZA, I. L. S. *et al.* Relações entre funções executivas e TDAH em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 38, n. 116, maio/ago. 2021.

VITAL, M.; HAZIN, I. Avaliação do desempenho escolar em matemática de crianças com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH): um estudo piloto. **Ciências & Cognição**, v. 13, n. 3, p. 19-36, 2008.

ZBAINOS, D.; TZIONA, A. Investigating Primary School Children's Creative Potential Through Dynamic Assessment. **Front. Psychol.**, 2019.



## INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECÍFICO DA APRENDIZAGEM (TEAp) NO SISTEMA EDUCACIONAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

JAIRON LIMA CAMPOS; FRANCISCA IRANETE DO NASCIMENTO; PATRÍCIA KELLY DA COSTA EDUVIRGENS; MARIA DE FÁTIMA BRITO VIEIRA; ALINE DE SOUZA COUTINHO; INGRID BEATRIZ CAVALCANTE ALVES; LUMAR GONZAGA DE MATOS

### RESUMO

A inclusão de crianças com Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) no sistema educacional brasileiro é um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema de ensino. O TEAp envolve dificuldades específicas nas áreas de leitura, escrita e cálculo, como a dislexia e a discalculia, sem comprometimento significativo da inteligência global da criança. A legislação brasileira de inclusão garante o direito dessas crianças à educação inclusiva, mas sua implementação ainda enfrenta desafios práticos, como a falta de capacitação dos educadores, a escassez de recursos pedagógicos adequados e a resistência cultural à adaptação curricular. Este estudo tem como objetivo explorar os principais desafios da inclusão de crianças com TEAp no contexto educacional brasileiro, analisando as estratégias pedagógicas que podem ser adotadas para promover um ambiente escolar inclusivo. Através da revisão da literatura, observou-se que a inclusão eficaz depende da adaptação do currículo e da utilização de recursos didáticos especializados, além do apoio psicopedagógico. A formação contínua dos professores é fundamental, pois muitas vezes eles não possuem a capacitação necessária para lidar com as dificuldades de aprendizagem específicas dessas crianças. A pesquisa também destaca que o uso de tecnologias assistivas e métodos pedagógicos diferenciados são ferramentas poderosas para garantir que as crianças com TEAp se beneficiem plenamente da educação escolar. Conclui-se que, embora existam desafios, a inclusão de crianças com TEAp é possível quando há comprometimento das escolas, adaptação curricular e estratégias de apoio contínuo. O sucesso dessa inclusão depende de uma articulação eficaz entre políticas públicas e a realidade das escolas, para que as crianças com TEAp tenham uma educação igualitária e de qualidade.

**Palavras-chave:** Direitos educacionais; Neurodiversidade; Práticas pedagógicas.

### 1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) é um imperativo legal e ético, consolidado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Este cenário foi recentemente fortalecido pela Lei nº 14.254/2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou outros transtornos, reforçando o dever do Estado e das instituições de ensino em prover suporte especializado. O TEAp engloba condições neurobiológicas que afetam domínios específicos, como a leitura (dislexia), a escrita (disortografia) e o raciocínio matemático (discalculia). É fundamental

compreender que esses alunos não apresentam déficits cognitivos globais; suas dificuldades são pontuais e, quando mediadas por intervenções adequadas, permitem que o potencial intelectual seja plenamente explorado.

A problemática reside no fato de que, historicamente, o sistema educacional foi desenhado para um "aluno médio" idealizado, desconsiderando a neurodiversidade presente nas salas de aula. Crianças com TEAp frequentemente enfrentam o estigma do desinteresse ou da incapacidade, quando, na verdade, processam a informação de maneira distinta. A invisibilidade desses transtornos, por não apresentarem marcas físicas evidentes, torna o diagnóstico e a intervenção precoce processos lentos, o que pode acarretar traumas emocionais e evasão escolar se não houver um suporte institucional robusto.

Nesse contexto, as contribuições de Vygotsky (1998) são fundamentais ao propor que a aprendizagem ocorre na "zona de desenvolvimento proximal". Para a criança com TEAp, o professor e os recursos pedagógicos funcionam como "andaimes" essenciais, provendo o suporte necessário para que o aluno saia de seu nível de desenvolvimento real e alcance níveis mais complexos de conhecimento. A mediação pedagógica, portanto, não é apenas um auxílio, mas a ponte necessária para que a criança desenvolva funções psicológicas superiores que, sem intervenção, permaneceriam latentes devido às barreiras do transtorno.

Todavia, a implementação dessas diretrizes no sistema educacional brasileiro enfrenta obstáculos práticos severos. Ferreiro (2014) argumenta que a inclusão efetiva pressupõe que a escola reconheça a psicogênese da língua escrita, adaptando o currículo às singularidades de cada sujeito. Isso demanda não apenas a vontade política, mas a oferta de materiais pedagógicos diferenciados e tecnologias assistivas que permitam ao aluno com TEAp acessar o conteúdo em pé de igualdade com seus pares. A disparidade de recursos entre escolas públicas e privadas agrava esse cenário, tornando a equidade um objetivo ainda distante para a maioria da população.

Diante desse panorama, o objetivo deste estudo é analisar os principais desafios e as possibilidades da inclusão de crianças com TEAp, investigando como a legislação tem sido traduzida em práticas escolares e quais lacunas impedem o progresso desses alunos. Discute-se a relevância da formação continuada dos educadores, que devem ser capacitados para identificar sinais precoces e aplicar estratégias de diferenciação pedagógica. Pretende-se apontar caminhos para superar as barreiras estruturais e atitudinais, garantindo que a escola seja um espaço de acolhimento e desenvolvimento para todos.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada para este estudo consistiu em uma pesquisa de natureza qualitativa, estruturada por meio de uma revisão bibliográfica sistemática e análise documental. O objetivo central foi investigar e contrastar as principais perspectivas teóricas sobre a inclusão escolar de crianças com Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) no cenário brasileiro. Para a composição do corpus de análise, realizou-se um levantamento de artigos científicos, teses e livros publicados nos últimos dez anos, utilizando como principais bases de dados o SciELO (Scientific Electronic Library Online) e o Google Acadêmico. A seleção dos materiais foi orientada por descritores como "Educação Inclusiva", "TEAp", "Dislexia" e "Políticas Públicas".

O referencial teórico fundamentou-se nas contribuições clássicas de Vygotsky (1998) sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal e nas premissas de Mantoan (2003) acerca da escola inclusiva. Além da literatura acadêmica, o método incluiu uma rigorosa análise documental da legislação vigente, com foco na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº

13.146/2015) e na recente Lei nº 14.254/2021, que estabelece o acompanhamento integral para educandos com transtornos de aprendizagem.

Por fim, o tratamento das informações ocorreu por meio de uma síntese interpretativa dos textos selecionados, permitindo o confronto analítico entre os desafios estruturais relatados na literatura e as obrigações previstas nos marcos legais do país. Essa abordagem possibilitou categorizar as principais lacunas na formação continuada dos educadores e as barreiras que impedem a plena efetivação do direito à educação inclusiva para alunos com TEAp.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise da literatura científica e dos marcos legais revelou um distanciamento crítico entre o que a legislação brasileira preconiza e a realidade cotidiana das instituições de ensino. Embora a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 14.254/2021 garantam o suporte integral, a revisão aponta que a inclusão do aluno com Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) ainda é muitas vezes apenas figurativa, ocorrendo o que a literatura denomina de "integração passiva".

#### **3.1 Mediação Pedagógica e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)**

Vygotsky (1998) enfatiza que o desenvolvimento humano é mediado socialmente e que o professor deve atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal. No entanto, o estudo identificou que a formação docente precária impede essa mediação, visto que muitos educadores ainda confundem o TEAp com desinteresse ou déficit intelectual. Fonseca (1995) corrobora essa visão ao afirmar que as dificuldades de aprendizagem não são sinônimos de deficiência mental, mas sim de disfunções nos processos de recepção, integração e expressão da informação. Quando o professor não compreende essa distinção, a intervenção pedagógica falha em criar os "andaimes" necessários para que o aluno transponha suas barreiras biológicas, resultando em rotulagem e na falta de estratégias direcionadas que comprometem o progresso acadêmico da criança.

A compreensão de como o cérebro processa o conhecimento é fundamental para a inclusão efetiva. De acordo com Costa *et al.* (2022), a aprendizagem mobiliza três redes neurais distintas: as redes de reconhecimento, responsáveis por identificar padrões e informações (o 'quê'); as redes estratégicas, focadas no planejamento e execução de tarefas (o 'como'); e as redes afetivas, que determinam o engajamento e a motivação do aluno (o 'porquê'). Quando o professor utiliza o Desenho Universal para a Aprendizagem, ele oferece estímulos que contemplam essa organização biológica, permitindo que a criança com TEAp contorne suas dificuldades específicas ao acessar o conteúdo por diferentes vias sensoriais e cognitivas.

#### **3.2 Barreiras Estruturais e Tecnologias Assistivas**

Outro ponto de convergência nos estudos analisados é a escassez de recursos pedagógicos adaptados e de tecnologias assistivas. Ferreira (2014) postula que a compreensão da psicogênese da língua escrita é a chave para o ensino eficaz, contudo, sem materiais didáticos que respeitem a neurodiversidade, a criança com TEAp permanece em desvantagem. Sánchez (2004) destaca que a escola inclusiva deve oferecer uma "ecologia de aprendizagem" que inclua softwares de síntese de voz, corretores ortográficos e materiais manipulativos para o raciocínio matemático. A pesquisa evidenciou uma disparidade alarmante entre as redes pública e privada, onde a falta de financiamento e de infraestrutura básica nas escolas municipais e estaduais

transforma o direito à inclusão em um desafio de sobrevivência institucional, ferindo o princípio constitucional da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

### 3.3 Flexibilização Curricular e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

As contribuições de Mantoan (2003) reforçam que a inclusão genuína exige uma ruptura com o modelo de ensino homogeneizador. A discussão acadêmica demonstra que não basta o acesso físico ao espaço escolar, sendo necessária uma flexibilização curricular profunda. Nesse sentido, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma possibilidade viável, pois estrutura o ensino a partir de três pilares fundamentais que ativam diferentes redes cerebrais, conforme ilustrado na Figura 1 abaixo:



Figura 1.: O cérebro e a aprendizagem

Fonte: Costa *et al.* (2022, p. 54)

Segundo García (1998), a adaptação não deve ser um "puxadinho" no currículo para um aluno específico, mas sim um planejamento que ofereça múltiplas formas de engajamento e expressão para toda a turma. Os resultados sugerem que, onde houve a implementação de estratégias como avaliações orais, uso de calculadoras e tempo adicional para provas, os alunos com TEAp não apenas melhoraram seu desempenho acadêmico, mas também sua autoestima e engajamento social. A inclusão efetiva, portanto, demanda que a escola abandone a lógica da padronização e assuma a responsabilidade pela criação de ambientes de aprendizagem acessíveis que contemplem as redes afetivas, de reconhecimento e estratégicas de cada estudante.

### 3.4 O Impacto da Lei 14.254/2021 na Gestão Escolar

A análise bibliográfica aponta que a recente Lei nº 14.254/2021 trouxe um novo fôlego ao debate, ao exigir o acompanhamento integral e multidisciplinar. Todavia, os estudos indicam que a rede de apoio entre saúde e educação ainda é incipiente. O professor sente-se isolado na tomada de decisões pedagógicas, e a ausência de profissionais como psicopedagogos e fonoaudiólogos no ambiente escolar retarda a identificação precoce do transtorno. Para que esta lei não se torne uma "letra morta", a discussão ressalta a urgência de políticas públicas que financiem equipes de apoio técnico às escolas, garantindo que o diagnóstico clínico dialogue com o plano de ensino individualizado do aluno, permitindo uma trajetória escolar digna e produtiva.

## 4 CONCLUSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) configura-se como um desafio complexo que demanda um esforço articulado e contínuo entre o poder público, as instituições de ensino e o núcleo familiar. Embora o arcabouço jurídico brasileiro, com destaque para a Lei nº 13.146/2015, assegure o direito à educação inclusiva de forma ampla, os resultados deste estudo indicam que a efetivação desses direitos ainda encontra barreiras severas na prática pedagógica cotidiana. A formação continuada dos educadores revela-se como o pilar mais urgente e estratégico, pois a compreensão técnica sobre a neurodiversidade é o que permite a transição definitiva de uma escola meramente integradora, que apenas aceita a matrícula, para uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de adaptar currículos, tempos escolares e métodos de avaliação conforme as necessidades singulares de cada estudante.

A pesquisa sugere que a melhoria real dos índices de aprendizagem e a redução da exclusão acadêmica dependem do investimento massivo em programas de capacitação docente que superem a teoria e alcancem a prática de sala de aula. É imperativa a democratização do acesso às tecnologias assistivas, especialmente no ensino público, para que o suporte pedagógico não seja um privilégio de alunos com maior poder aquisitivo. A adaptação de materiais didáticos e a flexibilização das rotinas de ensino não devem ser vistas como concessões ou simplificações do conteúdo, mas sim como estratégias fundamentais de equidade que garantem o desenvolvimento pleno da criança com dislexia, discalculia ou disortografia. Além disso, a implementação plena e fiscalizada da Lei nº 14.254/2021 é um passo essencial, pois ela prevê o acompanhamento integral e multidisciplinar, conectando as esferas da educação e da saúde para prover um suporte diagnóstico e terapêutico muito mais robusto e eficaz do que o modelo atual.

Em última análise, as políticas públicas brasileiras precisam ser acompanhadas de uma fiscalização rigorosa e de um suporte institucional que forneça às escolas os recursos humanos e técnicos necessários para cumprir seu papel social. O estudo demonstra que a inclusão escolar só será efetiva quando as potencialidades e as diferentes formas de processar a informação do aluno com TEAp forem valorizadas em detrimento de suas dificuldades imediatas. Recomenda-se que futuras pesquisas foquem na eficácia do Desenho Universal para a Aprendizagem em contextos de vulnerabilidade social, garantindo que o sistema educacional promova não apenas o acesso físico, mas a permanência com qualidade, dignidade e sucesso acadêmico para todos os educandos, independentemente de suas condições neurobiológicas de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 15 fev. 2026.

COSTA, F.; KITTEL, R.; FERREIRA, A.; SILVA, L. **Caderno de Estudos: Histórico, princípios e diretrizes do DUA.** 2. ed. RS: Segunda Tertúlia, 2022.

FERREIRO, Emilia. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FONSECA, V. **Dificuldades de aprendizagem**: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GARCÍA, J. N. **Manual de dificuldades de aprendizagem**: linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como?. 1. ed. São Paulo: Summus, 2003.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva**: um desafio para as escolas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



## TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE EM UNIVERSITARIOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

CAMILLE DO SOCORRO PEREIRA FERNANDES NOGUEIRA; NAIANY DA SILVA SOUZA; MARIA JOSÉ CASTRO PURESÁ; LUZIANNE FERNANDES DE OLIVEIRA

**Introdução:** O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neuro desenvolvimento caracterizado por padrões persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, associados a alterações nas funções executivas: planejamento de tarefas, atenção seletiva e controle inibitório. Sua etiologia é multifatorial, envolvendo forte contribuição genética associada a fatores ambientais. Embora sejam geralmente identificados na infância, muito indivíduos recebem diagnóstico apenas na fase adulta, situação frequentemente relacionada à compensação prévia dos sintomas, à falta de reconhecimento clínico ou às demandas cognitivas e organizacionais mais complexas da vida adulta. No contexto universitário, o aumento de diagnósticos em jovens adultos tem evidenciado impactos no desenvolvimento acadêmico, na organização das atividades e na saúde mental, destacando-se a necessidade de ampliar a produção científica que subsidie estratégias de diagnóstico, intervenção e acompanhamento interdisciplinar, incluindo possíveis contribuições da Fonoaudiologia no manejo das funções cognitivas e comunicativas presentes. **Objetivo:** Analisar a literatura científica sobre TDAH em adultos, abordando suas bases neuro anatômicas, manifestações clínicas estratégias de manejo terapêutico, incluindo abordagens farmacológicas e possibilidades de intervenção fonoaudiológica. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de caráter descritivo e explicativo, com natureza aplicada, incluindo estudos publicados entre 2015 e 2025 nas bases de dados Lilacs, PubMed, ScienceDirect, SciELO e Google Scholar, que abordassem jovens adultos universitários com TDAH. Foram excluídos artigos que tratassem exclusivamente de crianças ou idosos ou publicados fora do período estabelecido. **Resultados:** Indicaram ampla concordância na literatura quanto à natureza multifatorial do transtorno, com forte base genética e participação de fatores ambientais. Evidenciaram-se alterações principalmente em circuitos frontoestriatais e no funcionamento do córtex pré-frontal, regiões associadas às funções executivas. Observou-se também que as exigências cognitivas e organizacionais da vida universitária podem intensificar a percepção dos sintomas. Em relação ao tratamento, destacam-se intervenções farmacológicas, sobretudo com psicoestimulantes, associados a estratégias psicoterapêuticas e educacionais. Contudo identificou-se a escassez de estudos que abordassem especificamente a atuação fonoaudiológica nessa população. **Conclusão:** Embora haja consenso na literatura sobre aspectos neurobiológicos e terapêuticos no TDAH em adultos, ainda existe lacuna significativa quanto à investigação do papel do Fonoaudiologia na avaliação e intervenção relacionada às funções cognitivas e comunicativas envolvidas no transtorno.

Palavras-chave: **FONOAUDIOLOGIA; TRANSTORNO DO DEFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE; UNIVERSIDADES**



## ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA SALA DE AULA REGULAR

MAIARA PEREIRA DOS SANTOS SOARES

### RESUMO

Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem apresentar alterações na comunicação, interação social e padrões de comportamento que causam um impacto desafiador no processo de ensino e aprendizagem, e na convivência no ambiente escolar. Levando em consideração o aumento de alunos com laudo indicativo de TEA nas escolas é preciso intensificar os estudos sobre as estratégias pedagógicas que são capazes de incluir estes alunos numa sala de aula regular garantindo sua participação e aprendizagem. Portanto, este estudo tem como objetivo apresentar estratégias de inclusão de alunos autistas em sala de aula regular que sejam capazes de promover um ambiente de aprendizagem mais equitativo, através de uma abordagem bibliográfica feita por meio de um levantamento sistemático da literatura de autores nacionais que publicaram livros, artigos, e resumos entre os anos de 2000 à 2025, e que abordam sobre autismo e inclusão. Foi feita uma análise qualitativa com categorização das principais estratégias pedagógicas de inclusão de alunos com autismo. Com a análise da literatura verificou-se que a garantia das leis de inclusão, adaptação do currículo, formação docente e de profissionais de apoio, adaptação da infraestrutura escolar, políticas e práticas pedagógicas bem planejadas e alinhadas às necessidades dos alunos autistas são fatores que favorecem a inclusão escolar de maneira significativa, favorecendo sua integração social, desenvolvimento e aprendizagem. Conclui-se com este estudo que quando as estratégias utilizadas para inclusão de alunos autistas são baseadas em evidências científicas, o seu uso favorece um ambiente escolar integrador e acessível promovendo de maneira efetiva o desenvolvimento de um aluno atípico.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Barreiras na Inclusão; Estratégias Pedagógicas.

### 1 INTRODUÇÃO

O aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 de estar matriculado no ensino regular bem como, concomitantemente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o seu melhor desenvolvimento. No entanto, sabe-se que falhas nas políticas públicas, falta de formação docente, a escassez ou inexistência de recursos pedagógicos, infraestrutura inapropriada, além do preconceito e do bullying são barreiras que dificultam a inclusão destes alunos numa sala de aula regular. (Souto e Nascimento, 2025)

A escolha deste tema é, portanto, justificada pela eminente necessidade de se conseguir compreender quais são as barreiras reais que alunos autistas e sua família encontram diante as instituições de ensino em relação a inclusão numa sala de aula regular, visto que os desafios na

inclusão vão além de questões legais, mas também de aspectos pedagógicos, sociais e estruturais.

O objetivo geral deste estudo é apresentar estratégias eficazes de inclusão de alunos autistas em sala de aula regular que sejam capazes de promover um ambiente de aprendizagem mais equitativo.

A seção de introdução do trabalho deve ser concisa, fornecendo uma contextualização sucinta do tema em questão. A justificativa para o problema abordado deve ser apresentada de maneira clara, fundamentada em fontes bibliográficas relevantes. O último parágrafo desta seção deve explicitar de forma precisa o objetivo geral do estudo realizado.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo utilizou uma abordagem bibliográfica, descritiva e exploratória feita por meio de um levantamento sistemático da literatura de autores nacionais que publicaram livros, artigos, e resumos entre os anos de 2015 à 2025, e que abordam sobre autismo e inclusão. Foi feita uma análise qualitativa com categorização das principais estratégias pedagógicas de inclusão de alunos com autismo.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O autismo, é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação e o comportamento. É neuro cientificamente conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), e para se chegar a um diagnóstico preciso é preciso que o profissional responsável se norteie pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, que já está em sua 5ª edição, em texto revisado (DSM-V-TR) observando clinicamente os seguintes critérios:

1. Déficit persistente na comunicação e interação social; déficit para desenvolver e manter relacionamentos.
2. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, manifestado por pelo menos dois dos seguintes: movimentos, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos; adesão inflexível à rotina, insistência nas mesmas coisas, padrões ritualizados de comportamento; interesses fixo e altamente restritivos; hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente.
3. Os sintomas causam prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

Ademais, David (2023) assegura que além das características prevalentes na condição do autismo citadas pelo DSM-V-TR, ainda percebe se que cerca de 70% das pessoas com TEA têm chances de possuir comorbidades como transtornos alimentares, distúrbio do sono, déficit intelectual, epilepsia, transtornos de conduta, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

De acordo Maranhão (2020) é utilizado o termo “espectro” para descrever níveis diferentes de comprometimento e suporte para as pessoas com autismo, visto que existe uma diversidade significativa de características diagnosticadas com o TEA. Quanto mais precoce o diagnóstico e as intervenções, melhor será o desenvolvimento deste indivíduo.

Para Leon e Fonseca (2013) é necessário que o autismo seja visto como uma condição que requer uma compreensão maior, que considera a individualidade, as habilidades, os graus de severidade, as necessidades particulares e os níveis de suporte que cada pessoa com TEA irá demandar para poder ter um bom desenvolvimento em sua vida doméstica, social e escolar.

As pessoas autistas tendem a ter comportamentos isolados e preferem realizar as atividades e brincadeiras sozinhas, o que dificulta a participação em jogos e brincadeiras

coletivas. Maranhão (2020) explica que indivíduos com TEA tem extrema dificuldade em compreender e seguir regras, em manter contato visual e outras habilidades sociais. Logo, esta condição se torna um dos principais desafios na adaptação e inclusão de alunos autistas numa sala de aula regular.

Adentrando ao contexto do cenário de inclusão escolar, Fonseca e Ciola (2011, p.09) fazem a seguinte afirmação: “A maioria das crianças com autismo, na faixa etária de 2 a 4 anos, apresenta alterações nos relacionamentos, podendo surgir agressividade, isolamento, resistência, a participar de atividades grupais e problemas com o uso funcional do brincar funcionalmente. A inclusão escolar de alunos com autismo, é portanto, um desafio para as escolas de ensino regular, que devem estar conscientes de que há uma legislação a seguir que garante os direitos destes alunos, bem como a necessidade de se promover formação contínua para os docentes, adaptações nos currículos e na infraestrutura, alinhamento e planejamento das estratégias pedagógicas, a conscientização sobre o autismo a fim de reduzir ou eliminar preconceitos e bullying para que se haja uma inclusão pautada no objetivo de garantir o melhor desenvolvimento destes alunos com equidade.

Para Ferreira (2013) a inclusão escolar se dá quando a escola, por obrigação, recebe todo e qualquer aluno no ensino regular, independentemente da cor da pele, classe social e condições físicas ou psicológicas. No entanto, esta inclusão no contexto da escola deve ser percebida pelos educadores como um momento de quebra de paradigmas, onde as velhas maneiras de educar devem ser transpassadas para e reformuladas para uma cultura onde os alunos com qualquer tipo de necessidade especial dentro da escola possa ser visto e acolhido individualmente, levando em conta suas reais necessidades e particularidades, para que através desta premissa a escola seja, de fato capaz de fazer com que este aluno se sinta incluído e tenha a possibilidade de se desenvolver plenamente.

Esta discussão é confirmada por Carreiro (2015) que também afirma que quando falamos em incluir crianças com autismo no contexto educacional ainda é difícil, pois não há conhecimento suficiente da sociedade sobre este assunto. Fazendo se necessário que principalmente os professores estejam sempre em busca de alternativas que o levem a realizar um planejamento pautado em estratégias eficientes dentro de um projeto político pedagógico bem construído.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 205 define que a educação é um direito de todos e um dever do estado e da família, com o objetivo de garantir que o desenvolvimento de uma pessoa possa se dar de maneira plena, no exercício de sua cidadania e qualificação para o trabalho. Esta premissa também se aplica a indivíduos que possuem transtornos do neurodesenvolvimento como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividades, entre outros. Para isso a Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei 13.146/2015) assegura que deve se haver garantia de matrícula no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) sem nenhum custo para a família.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em relação ao atendimento educacional a alunos que estão principalmente na faixa etária que compreende dos 0 aos 6 anos de idade, e que possuem necessidades educacionais especiais apresenta os seguintes princípios que devem servir de norteadores para a articulação da educação infantil e a educação especial:

Garantir o acesso à educação infantil em creches e pré-escolas, respeitando ao direito do atendimento especializado.(LDB 58 e 60).

Garantir a avaliação como conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança, podendo modificar a sua prática conforme necessidades apresentadas pelas crianças.

Incluir conteúdos básicos referentes aos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento de professores, entre outros promovidos pelas instituições formadoras.

Proporcionar a formação de equipe de profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social para atuarem de forma transdisciplinar no processo de avaliação e para colaborar na elaboração de projetos, programas e planejamentos educacionais.

Garantir o direito da família de ter acesso à informação, ao apoio e à orientação sobre seu filho, participando do processo de desenvolvimento e aprendizagem e da tomada de decisões quanto aos programas e planejamentos educacionais.

Incentivar a participação de pais e profissionais, comprometidos com a inclusão, nos Conselhos Escolares e Comunitários. (RCNI, 2000.p.12)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, assegura o direito aos serviços de apoio especializado, quando necessário, e levando em consideração as especificidades de cada aluno. O artigo 59 estabelece que as instituições de ensino devem garantir aos alunos com deficiência, recursos e métodos específicos, para atender às suas necessidades”.

Quanto ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Lei nº 12.764/2012, ou Lei Berenice Piana, consolida a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. O seu artigo 3º, garante à pessoa com TEA o direito à educação em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2012).

O Decreto nº 8.368/2014, que regulamenta a Lei Berenice Piana, define que as instituições de ensino precisam garantir que seu quadro de professores seja devidamente qualificados, especializados e capazes de atender às necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O decreto também ressalta a importância da acessibilidade, no que diz respeito à infraestrutura, mobiliários, materiais pedagógicos e transporte escolar.

O Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz dados que orientam para a construção do Plano Educativo Individualizado (PEI), que é um documento elabora para todo aluno com deficiência. No Brasil, o PEI é previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13146/2015) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996) e tem por objetivo orientar o atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Logo, em consonância com as leis vigentes no Brasil, cada aluno autista precisa de um plano individualizado de intervenção, que é construído através de uma avaliação pedagógica personalizada, e com uma equipe multiprofissional especializados e com experiência em suas respectivas áreas, de forma conectada. (Brasil, 2009).

O PEI é um instrumento importantíssimo para os profissionais que atendem o aluno, tanto no contexto escolar quanto fora dela, pois contém o registro das atividades realizadas com o aluno, apontando as competências e as habilidades que já foram desenvolvidas, bem como as dificuldades que apresenta. Portanto, deve se ter uma atenção à sua elaboração, pois não é incomum que, depois de elaborados eles fiquem arquivados e acabem por não representar uma funcionalidade efetiva na vida escolar do aluno.

Conhecer e aplicar a legislação vigente quanto à inclusão no ambiente escolar é uma das estratégias que colaboram para que a inclusão de alunos autistas não ocorra apenas mediante a sua matrícula no ensino regular. Ademais, outra estratégia que deve ser aplicada é a capacitação continuada dos professores, pois de acordo Gomes e Mendes (2010, p. 380) "muitos professores relatam sentir se despreparados para lidar com as demandas específicas de alunos com TEA, indicando lacunas significativas nos programas de formação docente". Sendo assim, formar professores é uma ação estratégica indispensável no processo de inclusão escolar.

Os autores Nunes, Azevedo e Schmidt (2013, p. 558) afirmam que "a formação de professores para trabalhar com alunos com autismo requer conhecimentos específicos sobre as características do transtorno, estratégias de ensino adaptadas e técnicas de manejo

comportamental". O professor que estiver apto a saber como conhecer o comportamento, a socialização, as funções cognitivas e comunicativas de seus alunos, certamente poderão interagir de maneira mais assertiva ao conduzirem suas propostas pedagógicas em sala de aula.

A BNCC orienta que a adaptação curricular deve ser feita como uma estratégia para atender as necessidades específicas de alunos com TEA, uma vez que, sabe-se que cada indivíduo tem suas especificidades e diferenças individuais que devem ser respeitadas e valorizadas. Não se trata de mudar conteúdos, mas sim de incluir objetivos que atendam as necessidades e habilidades do aluno autista em seu processo de aprendizagem. Apesar de não ser uma tarefa fácil, a adaptação de currículo para todos os alunos neurodivergentes, e de exigir muito empenho e dedicação, percebe-se nas escolas que o fazem de maneira efetiva que o desempenho dos alunos autistas apresenta resultados significativos em seu desenvolvimento. (Carvalho, 2009)

A infraestrutura e os recursos insuficientes para o acolhimento dos alunos com TEA é um desafio a ser vencido por muitas escolas regulares. Sendo assim, a adaptação da infraestrutura é uma estratégia de inclusão importantíssima para as instituições de ensino. O investimento em salas de recursos multifuncionais, materiais pedagógicos adaptados, profissionais de apoio especializado, são indispensáveis se o objetivo é ter uma educação verdadeiramente inclusiva, pois facilita a implementação de práticas e estratégias que atendem às necessidades específicas desses alunos, tornando efetiva a sua participação no processo de ensino-aprendizagem. (Mantoan, 2023). A seguir, o quadro abaixo, aponta possíveis adaptações a serem feitas no processo de inclusão de alunos autistas em sala de aula regular:

Quadro 01: Adaptações a serem feitas para a inclusão de alunos autistas em sala de aula regular

<b>ADAPTAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>ADAPTAÇÃO DO CURRÍCULO</b>	Deve se personalizar os conteúdos priorizando o desenvolvimento das habilidades;
<b>ESTRATÉGIAS VISUAIS E SENSORIAIS</b>	Deve se utilizar ferramentas visuais e adaptações sensoriais como áreas silenciosas para que se possa compreender o conteúdo das imagens apresentadas;
<b>ENSINO ESTRUTURADO E PREVISÍVEL</b>	Deve se organizar o ambiente físico e a sequência das atividades de maneira estruturada e previsível, a fim de facilitar a compreensão das tarefas e expectativas mediante a diminuição da ansiedade;
<b>FLEXIBILIDADE NAS AVALIAÇÕES</b>	Deve se avaliar o aluno autista de maneira flexível, permitindo que ele demonstre o que aprendeu de maneira variada e respeitando o seu tempo;
<b>APOIO DE RECURSOS HUMANOS</b>	Deve se selecionar professores e profissionais de apoio especializados e que possam oferecer suporte personalizado;
<b>USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIDAS</b>	Deve se utilizar ferramentas tecnológicas, como aplicativos e dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) como meios para facilitar a expressão.

Fonte: Mantoan (2023)

Para Fernandes (2020) a parceria entre escola e família, faz com que o trabalho pedagógico sejam iniciativas eficazes para que a escola consiga alcançar os seus objetivos de

inclusão. Todas estas estratégias alinhadas e bem planejadas diminuem os desafios e aumentam as chances de que a inclusão de alunos autistas no contexto escolar de ensino regular seja de fato, eficaz e não apenas um mero discurso repetitivo e ineficiente.

#### 4 CONCLUSÃO

Concluiu-se com este estudo que a inclusão em ambiente escolar não se dá apenas ao fato de assegurar a lei com a matrícula de um aluno autista no âmbito escolar de ensino regular, mas sim de adotar estratégias que possam de fato incluir este aluno de maneira equitativa e que proporcione o seu pleno desenvolvimento. As estratégias consistem desde a aplicação da legislação brasileira acerca da inclusão de forma mais fidedigna possível, alinhando com a formação docente continuada no que diz respeito à inclusão de alunos com TEA, à adaptação do currículo e da infraestrutura da escola, e a elaboração de políticas e práticas pedagógicas que considerem as especificidades e individualidades de cada aluno. Esta pesquisa se limitou a um estudo bibliográfico para que sirva de apoio a escolas que queiram ser mais efetivas no processo de inclusão com alunos autistas, mas recomenda-se que estudos de casos possam ser realizados a fim de evidenciar de maneira prática o que se percebe no âmbito da teoria.

#### REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2022). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5ª ed., texto rev.). [American Psychiatric Publishing](#).

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994.** – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 25 set 2024.

BRASIL. **Lei nº 12764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em 25 set 2024.

BRASIL. **Parecer, nº 17, Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. BRASIL. Ministério da Educação. **Adaptações Curriculares.** Disponível: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf> > Acesso: 22 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em 20 nov. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEF, 2000. 22 p.

CARREIRO, L. R. R., et al. **Habilidades cognitivas ao longo do desenvolvimento: contribuições para o estudo da atenção concentrada**. Revista Psicologia: Teoria e Prática, v. 17, n. 2, p. 153-170, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15348/19806906/psicologia.v17n2p153-170>. Acesso em 15 fev. 2026.

CARVALHO, R.E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem - Educação Inclusiva**. 8.ed, São Paulo: Saraiva, 2009.

DAVID, T.M.. **Transtorno do Espectro Autista**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Pediatria, Porto Alegre, RS, 2023. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/256030> . Acesso em: 20 abril. 2025.

FERREIRA, M. E.C. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.

FERNANDES, P. V. M. **Autismo e direito: dos direitos e garantias das pessoas com transtorno do espectro autista no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Ebook, 2020.

FONSECA, Maria Elisa Granchi; CIOLA, Juliana de Cássia Baptistella. **O programa TEACCH: estrutura e formas de aplicação na realidade brasileira**. Pirassununga, v.1, 2008.

FONSECA, M. E.; LEON, V. **Contribuições do ensino estruturado na educação de crianças e adolescentes com transtornos do espectro do autismo**. In: SCHMIDT, Carlo (org.). *Autismo, educação e transdisciplinaridade*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2013.

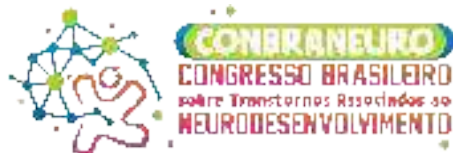
GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. **Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 16, n. 3, p. 375-396, 2010. em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/76Tn7NXTgv98gZKyRJBmWGQ/?lang=pt>. em: 20 out. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **A Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Campinas: Autores Associados, 2023.

MARANHÃO, A. L. **Análise do Comportamento para Pessoas com Autismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura**. Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10178>. Acesso em: 20 out. 2024.

SOUTO, R. S., & NASCIMENTO, M. de J. L. do. (2025). **Desafios legais e educacionais na inclusão de estudantes autistas nas escolas de ensino regular**. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 11(5), 7541–7550. <https://doi.org/10.51891/rease.v11i5.19550>

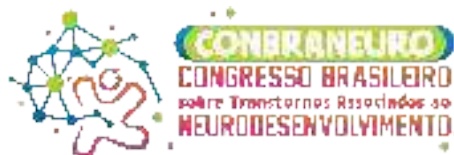


## MEMÓRIA, EMOÇÃO E APRENDIZAGEM: A INFLUÊNCIA DO VÍNCULO AFETIVO NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO INFANTIL

CARLA SILVA PEREIRA NUNES; KELLY POLASTRELI MARCOLAN; LIANA MARA SANTOS DA SILVA; CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA

**Introdução:** A afetividade no ambiente escolar é um elemento fundamental para o desenvolvimento integral da criança, especialmente quando articulada às especificidades do neurodesenvolvimento. Transtornos como TEA, TDAH, dislexia e deficiência intelectual demandam práticas pedagógicas sensíveis às particularidades cognitivas, sociais e emocionais dos estudantes. Nesse sentido, o vínculo afetivo entre professor e aluno torna-se essencial para promover motivação, engajamento e aprendizagem significativa, sobretudo em contextos de desenvolvimento atípico. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo analisar a importância da afetividade na relação pedagógica e sua influência no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase em estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento. Busca-se compreender como práticas baseadas no diálogo, respeito e valorização das diferenças contribuem para o desenvolvimento cognitivo e emocional. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa, fundamentada na análise de oito artigos científicos publicados entre 2015 e 2024, selecionados nas bases SciELO, Google Acadêmico e CAPES Periódicos. Foram utilizados descritores relacionados à afetividade, relação professor-aluno, neurodesenvolvimento e inclusão escolar, considerando critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. **Resultados e Discussão:** Os resultados indicam que a afetividade influencia significativamente o processo de aprendizagem tanto no desenvolvimento típico quanto no atípico. Em crianças neurodivergentes, como aquelas com TEA e TDAH, o vínculo afetivo assume papel ainda mais relevante, exigindo estratégias pedagógicas diferenciadas, como maior previsibilidade, mediação intencional, escuta ativa e incentivo à autorregulação. Assim, a afetividade deve ser compreendida de forma contextualizada e não homogênea. **Conclusão:** Conclui-se que a afetividade, aliada ao conhecimento sobre o neurodesenvolvimento, é essencial para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, capazes de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

Palavras-chave: **AFETIVIDADE; APRENDIZAGEM; DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

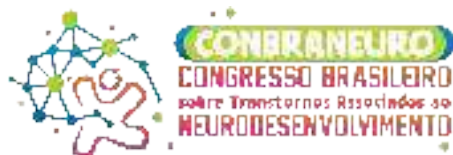


## ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA COM USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS EM CRIANÇA COM APRAXIA DA FALA E SÍNDROME DE TREACHER COLLINS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

MIRIAM TAISE DE SOUZA NUNES DE SÁ

**Introdução:** Crianças com alterações no neurodesenvolvimento podem apresentar dificuldades significativas no desenvolvimento da linguagem e da comunicação. A apraxia da fala caracteriza-se por dificuldades no planejamento e na programação motora dos movimentos necessários para a produção da fala, o que pode comprometer a comunicação oral e as interações sociais. Em alguns casos, essas dificuldades estão associadas a síndromes genéticas e alterações neurológicas que impactam o desenvolvimento global da criança. Nesse contexto, o uso de recursos de Comunicação Alternativa e Ampliada - CAA, como a Língua Brasileira de Sinais - Libras pode ampliar as possibilidades de expressão, favorecendo a interação social, a autonomia e a participação nas atividades do cotidiano. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma intervenção Neuropsicopedagógica realizada com uma criança de 9 anos diagnosticada com Apraxia da fala, Síndrome de Treacher Collins, Microcefalia e Atraso no desenvolvimento, utilizando a Libras como recurso de CAA ao desenvolvimento da comunicação. **Relato de experiência:** Trata-se de um relato de caso/experiência desenvolvido a partir de uma intervenção Neuropsicopedagógica realizada no período de um ano (2024), com encontros semanais a domicílio. As atividades foram planejadas com foco na estimulação da comunicação, no desenvolvimento da linguagem e no fortalecimento da interação social. Utilizando estratégias lúdicas, recursos visuais e gestuais, com ênfase no ensino e prática da Libras como forma de ampliar as possibilidades comunicativas da criança. Durante o processo também foi incentivada a participação da família nas interações comunicativas. **Conclusão:** No processo de intervenção foram observados avanços na comunicação, no interesse pela aprendizagem e na tentativa de interação com os familiares e colegas. De acordo com relato da mãe, a criança passou a demonstrar mais segurança para se comunicar e interagir com as pessoas. A Libras passou a funcionar como ponte comunicativa, favorecendo expressões de desejos e sentimentos além de ampliar significativamente a comunicação no ambiente familiar e escolar. Também foram observados progressos na produção oral, com a emissão de palavras com mais de duas sílabas. Intervenções Neuropsicopedagógicas que utilizam abordagens multimodais favorecem a comunicação funcional, promovem maior segurança comunicativa e fortalecem as relações sociais e familiares.

Palavras-chave: **APRAXIA DA FALA; LIBRAS; COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AMPLIADA; NEUROPSICOPEDAGOGIA**

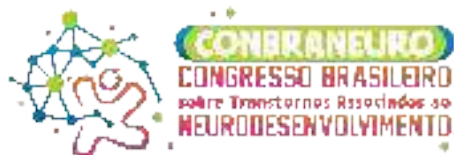


## O PAPEL DA FAMÍLIA NA MEDIAÇÃO DA TECNOLOGIA E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CAROLAINI MOREIRA TOMÉ; LAURIANA DA SILVA MESSIAS OLIVEIRA; LORRAYNA COSTA DE PAULA; LUCIANA DE OLIVEIRA; SAMARA MARTINS BENTO; SHAFIK PEIXOTO FERNANDES; CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA

**Introdução:** As tecnologias digitais na educação infantil tem transformado intensamente os processos de ensino, aprendizagem e interação social das crianças. Abrangendo a capacidade crítica, criativa e educativa de utilizar esses instrumentos de maneira consciente e ajustados às necessidades do crescimento infantil. Exige que educadores, famílias e instituições reflitam acerca das formas mais adequadas de integrar a cultura digital de forma equilibrada e eficiente em ambientes pedagógicos. **Objetivo:** Valorizar o desenvolvimento da criança como objetivo central da comunicação entre a família e a escola com o uso das tecnologias digitais. A mediação da escola e a família é fundamental para o pleno desenvolvimento infantil visto que a criança é um ser em formação e essas duas instituições são os principais espaços frequentados por ela. **Metodologia:** Este estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica qualitativa, que organiza e analisa estudos e pesquisas atuais sobre a implementação da cultura digital na educação infantil. Embora as Tecnologias ofereçam possibilidades de aprendizagem inovadoras, seu acesso não é homogêneo, refletindo as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Hargittai e Hinnant (2008) definem a “divisão digital” como a disparidade entre grupos sociais no que diz respeito tanto ao acesso físico a dispositivos e conectividade quanto às competências para utilizá-los de forma significativa. Assim, a desigualdade digital deve ser entendida em duas dimensões: a quantitativa, ligada ao acesso material, e a qualitativa, relacionada ao nível de apropriação crítica e pedagógica dos recursos tecnológicos. **Resultados:** A principal contribuição deste estudo está em demonstrar que a mediação digital familiar não pode ser entendida apenas como prática doméstica, mas como estratégia educativa sistêmica, capaz de influenciar diretamente a aprendizagem da criança, a formação cidadã e o desenvolvimento integral dos estudantes. **Conclusão:** A participação da família ultrapassa a simples fiscalização, transformando-se em parceria pedagógica que potencializa os processos de aprendizagem. A ampliação de conhecimentos sobre os benefícios do uso da internet, podem promover imaginação e criatividade e a discussão de critérios de avaliação de ambientes e conteúdos digitais e aprender a utilizar ferramentas tecnológicas para gerenciar e orientar o uso seguro da internet.

Palavras-chave: **PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA; DESENVOLVIMENTO INFANTIL; APRENDIZAGEM INOVADORA**

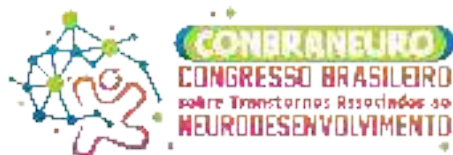


## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE TEMPO INTEGRAL: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES

DIANA DELLA LUCIA BURAK; JAYNE SOUZA FERNANDES; JOSIANE DO CARMO FERREIRA; LETICIA DO CARMO FERREIRA GOMES; TAINARA DE SOUZA FERREIRA; UINGRYDIANI APARECIDA QUINTILIANO LINS; CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA

**Introdução:** A educação inclusiva desempenha papel fundamental na organização do sistema educacional contemporâneo, pois assegura o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, sem discriminação ou exclusão. Conforme Suárez e Queiróz (2020), a exclusão de determinados grupos sociais tende a intensificar desigualdades e conflitos, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam equidade no ambiente escolar. Nessa perspectiva, Fabri e Tassa (2022) defendem que a inclusão deve ser compreendida como a garantia de um processo educacional eficaz para todos os alunos, independentemente de suas condições ou ritmos de aprendizagem. Dessa forma, torna-se necessário repensar o currículo e as metodologias de ensino, adequando-os às necessidades dos estudantes, especialmente aqueles que constituem o público-alvo da educação especial. No contexto do Ensino Fundamental em tempo integral (EFTI), a inclusão apresenta desafios adicionais, pois exige articulação entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de investimentos em formação docente, infraestrutura e recursos pedagógicos. **Objetivo:** Analisar desafios e possibilidades da implementação da educação inclusiva no EFTI, destacando a importância da formação docente, da adaptação curricular e da articulação entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado para a efetivação de práticas educacionais inclusivas. **Metodologia:** O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Foram analisados referenciais teóricos sobre educação inclusiva, o papel do professor na prática pedagógica e os desafios da implementação do AEE no contexto da educação integral. **Resultados:** Os resultados indicam que a educação inclusiva no EFTI enfrenta desafios relevantes, como a insuficiência de formação continuada para docentes, a carência de recursos didáticos acessíveis, limitações na infraestrutura escolar e dificuldades de articulação entre professores da sala regular e profissionais do AEE. Também foram identificadas possibilidades para o fortalecimento da inclusão, como a gestão colaborativa das práticas pedagógicas e a construção de estratégias que valorizem as potencialidades dos estudantes. **Conclusão:** A efetivação da educação inclusiva no Ensino Fundamental em tempo integral requer mudanças institucionais e pedagógicas, envolvendo formação docente contínua, revisão curricular e trabalho colaborativo entre os profissionais da escola. Dessa forma, a escola contribui para a formação de estudantes críticos e participativos.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA; ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO; ENSINO EM TEMPO INTEGRAL**



## A INFLUÊNCIA DOS CONTEXTOS ESCOLAR E FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

ANA CAROLINA MOTTA DA SILVA; BRENDA ALVES MENDEL DA SILVA; MAIARA BARBOSA DA CUNHA; MIRELLY MARTINS DA SILVA; RAFAELA DA SILVA ARAÚJO; SWYANA MOREIRA DE FREITAS; CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA

**Introdução:** O desenvolvimento motor na infância é fundamental para a formação integral da criança, contribuindo para seu crescimento físico, social e cognitivo. Nesse processo, o ambiente exerce papel importante, pois influencia as oportunidades de movimento e aprendizagem. A família, como primeiro espaço de socialização, proporciona as experiências motoras iniciais por meio de brincadeiras e atividades corporais. A escola, por sua vez, amplia esses estímulos por meio de práticas pedagógicas planejadas, favorecendo novas possibilidades de movimento, interação e desenvolvimento. Assim, os contextos familiar e escolar podem favorecer ou limitar o desenvolvimento motor infantil. **Metodologia:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e baseia-se na análise de estudos acadêmicos sobre o desenvolvimento motor infantil. A investigação utiliza referenciais teóricos para compreender de que forma o ambiente escolar pode influenciar o desenvolvimento das habilidades motoras na infância. **Objetivo:** O estudo tem como objetivo analisar a influência do ambiente escolar no desenvolvimento motor infantil. Para isso, utiliza-se o conceito de *affordances*, entendido como as oportunidades de ação e movimento que o ambiente oferece às crianças, buscando identificar como esses fatores podem favorecer ou limitar o desenvolvimento motor. **Resultados:** Os resultados indicam que o desenvolvimento motor de crianças entre 2 e 5 anos é influenciado por fatores ambientais, socioeconômicos e biológicos. Ambientes com maior diversidade de estímulos e oportunidades de movimento favorecem melhor desempenho motor. Além disso, fatores como renda familiar, escolaridade dos pais, prematuridade e baixo peso ao nascer também podem interferir nesse processo, embora a estimulação adequada possa reduzir possíveis atrasos. **Conclusão:** Conclui-se que o desenvolvimento motor infantil é influenciado pelos ambientes familiar e escolar. Espaços ricos em estímulos e oportunidades de movimento contribuem para o aprimoramento das habilidades motoras, além de favorecer a autonomia, a socialização e a autoconfiança da criança. Dessa forma, a atuação conjunta entre família e escola é fundamental para promover um desenvolvimento motor saudável na infância.

Palavras-chave: **AMBIENTE ESCOLAR; AMBIENTE FAMILIA; ESTÍMULO MOTOR**

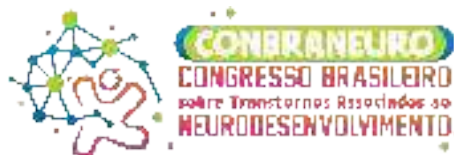


## DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM: INTERFACES CONTEMPORÂNEAS

LAVI LANI ROCHA VIEIRA; LUIZA GOMES SALES; LUZIANE SOROLDONI DE OLIVEIRA ANDRADE; MATEUS XAVIER MOREIRA; WEGNER ADOLFO MENASSA CORREIA; YASMIN MARTINS DE OLIVEIRA; CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA

**Introdução:** O desenvolvimento cognitivo mantém uma relação de interdependência com a aprendizagem, uma vez que os processos de pensamento da criança determinam a forma como ela absorve e processa novas informações. Compreender essa dinâmica é essencial para a área educacional, especialmente ao analisar as contribuições de Jean Piaget e Lev Vygotsky. Enquanto o primeiro foca na construção individual e biológica do conhecimento, o segundo destaca o papel fundamental das interações sociais e da cultura no desenvolvimento das funções psíquicas. **Objetivo:** Analisar a relação entre o desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem a partir das perspectivas teóricas de Piaget e Vygotsky, discutindo suas implicações e contribuições para a prática pedagógica contemporânea. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. A pesquisa fundamentou-se na análise de obras teóricas clássicas e artigos científicos contemporâneos que discutem a psicologia do desenvolvimento e as teorias da aprendizagem no contexto escolar. **Resultados:** A análise demonstra que, embora Piaget e Vygotsky partam de pressupostos distintos, ambos convergem ao entender que desenvolvimento e aprendizagem são processos vinculados. Para Piaget, a criança constrói o conhecimento ativamente através de estágios de maturação, utilizando mecanismos de assimilação e acomodação. Nesse sentido, a aprendizagem é subordinada ao nível de desenvolvimento cognitivo já alcançado pelo sujeito. Por outro lado, Vygotsky enfatiza que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento. Através do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), o autor argumenta que o aprendizado ocorre de forma mais potente quando há mediação de pares ou professores, transformando o conhecimento potencial em nível de desenvolvimento real. A literatura reforça que a articulação dessas teorias permite uma visão mais completa do estudante, que deve ser visto tanto em sua individualidade cognitiva quanto em sua inserção social. **Conclusão:** Conclui-se que as teorias de Piaget e Vygotsky são complementares no ambiente escolar. Práticas pedagógicas eficazes devem respeitar as etapas de maturação cognitiva do aluno, ao mesmo tempo em que promovem um ambiente rico em interações sociais e mediações, garantindo assim uma aprendizagem verdadeiramente significativa e inclusiva.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO; PIAGET; VYGOTSKY**



## **AMBIENTE FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA CRIANÇA**

GABRIELA DE PAULA MOURA; HIGOR BOEQUE LEMES; JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA; MARIANA MARCIANO BELONHA; SHUELLEN FÉLIX FORTUNATO; VITOR BOTELHO DE SOUZA; CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA

**Introdução:** O ambiente familiar constitui o primeiro contexto de socialização da criança, exercendo influência decisiva sobre seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. As interações estabelecidas no núcleo familiar contribuem para a formação de valores, comportamentos e habilidades que impactam diretamente a aprendizagem e a construção da identidade. De acordo com Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento humano ocorre por meio da interação entre o indivíduo e os sistemas ambientais, sendo a família o microssistema mais imediato e influente na infância. Nesse contexto, a qualidade das relações familiares pode favorecer ou comprometer o desenvolvimento integral da criança. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo analisar como o ambiente familiar influencia o desenvolvimento infantil, considerando aspectos afetivos, sociais e educacionais. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica de obras clássicas da Psicologia do Desenvolvimento e da Educação, com análise interpretativa das contribuições teóricas sobre a influência do contexto familiar na formação infantil. **Resultados:** Os estudos apontam que ambientes familiares caracterizados por afeto, diálogo e estabelecimento equilibrado de limites favorecem a construção da autoestima, da autonomia e das habilidades sociais. Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais, sendo a família um espaço essencial para a mediação da aprendizagem. Wallon (2007) destaca que as emoções desempenham papel central no desenvolvimento infantil, estando diretamente relacionadas às experiências vividas no ambiente familiar. Além disso, Piaget (1999) afirma que o desenvolvimento cognitivo resulta da interação ativa da criança com o meio, reforçando a importância das experiências proporcionadas no contexto doméstico. **Conclusão:** Conclui-se que o ambiente familiar exerce papel fundamental no desenvolvimento infantil, influenciando dimensões cognitivas, emocionais e sociais. Relações familiares saudáveis, baseadas no respeito e no suporte afetivo, contribuem significativamente para a formação integral da criança e para seu desempenho escolar e social.

Palavras-chave: **AMBIENTE FAMILIAR; DESENVOLVIMENTO INFANTIL; INTERAÇÃO SOCIAL**



## CULTURA COLABORATIVA E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO NA NEURODIVERSIDADE

VÂNIA FERREIRA COSTA; IRANETE DA SILVA FERREIRA

### RESUMO

Este trabalho aborda a inclusão escolar a partir da perspectiva da convivência, da escuta e da aprendizagem coletiva, destacando que considerar a neurodiversidade implica reconhecer diferentes formas de aprender, comunicar-se e participar da vida escolar. A presença de estudantes neurodivergentes é compreendida como um convite para que a escola reveja práticas, ritmos e expectativas, promovendo ajustes graduais que tornem os ambientes mais atentos à diversidade. O objetivo desse trabalho é refletir sobre a contribuição da cultura colaborativa e da formação docente contínua nesse processo, entendendo que a inclusão se desenvolve no cotidiano e depende da atuação articulada entre professores, gestores, demais profissionais da escola, estudantes e famílias. A experiência formativa relatada foi organizada em 8 encontros de estudo, diálogo e reflexão sobre a prática pedagógica, nos quais situações do cotidiano escolar foram discutidas coletivamente. Observou-se que a criação de espaços institucionais de partilha favoreceu o enfrentamento dos desafios com maior segurança, reduzindo a sensação de isolamento docente e apoiando a elaboração conjunta de estratégias pedagógicas mais acessíveis. A colaboração passou a ser vivenciada como postura profissional, embasada pela troca de saberes e pelo reconhecimento das experiências de cada educador. Destaca-se ainda a importância de processos formativos conectados à realidade da escola, do trabalho interdisciplinar e da revisão de currículos e formas de avaliação, buscando metodologias diversificadas e percursos flexíveis de aprendizagem. Como relato de experiência, o estudo não propõe modelos prontos, mas compartilha possibilidades desenvolvidas em contexto específico, apontando que a inclusão se constitui por meio de diálogo, corresponsabilidade e ajustes contínuos na prática educativa.

**Palavras-chave:** Educação Especial; neurodiversidade; docentes.

### 1 INTRODUÇÃO

A inclusão não se resume à garantia de acesso à escola, mas envolve a construção de condições de participação e aprendizagem (Ainscow, 2020; Alves; Soares, 2024). Isso implica compreender a escola como um espaço em permanente construção, no qual práticas pedagógicas e relações institucionais são continuamente revisitadas. Nessa direção, a perspectiva da neurodiversidade contribui para deslocar o foco das características individuais para a análise das condições educacionais que favorecem o envolvimento dos estudantes nas experiências escolares (Armstrong, 2011; Pigato, 2024).

Abordar a inclusão escolar é, antes de tudo, reconhecer a diversidade humana. Cada estudante aprende de maneiras diferentes, percebe o mundo por perspectivas próprias e leva para a escola outras formas de pensar, sentir, organizar ideias e se relacionar. A presença de

estudantes neurodivergentes, como aqueles com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou dislexia (American Psychiatric Association [APA], 2022), provoca uma mudança de perspectiva na educação, em vez de manter a lógica em que o estudante precisa se ajustar a um modelo rígido, torna-se necessário avançar na construção de uma escola que se reorganiza para compreender e respeitar a diversidade humana como parte natural da vida e da convivência (Amstrong, 2015; Graça 2025).

Entre os fatores que favorecem a estruturação de contextos educacionais mais inclusivos, a formação docente e o trabalho colaborativo ocupam lugar de destaque. Professores que encontram espaços para dialogar sobre suas práticas tendem a construir respostas pedagógicas mais consistentes e ajustadas às especificidades pedagógicas dos estudantes (Southerland et al., 2024). A formação continuada, especialmente quando próxima da realidade escolar, possibilita que o conhecimento teórico dialogue com as experiências vivenciadas pelos docentes (Ferreira, 2024; Nóvoa, 2017).

É nessa perspectiva que se insere o presente trabalho, cujo objetivo é refletir sobre as contribuições da cultura colaborativa e da formação docente continuada para a inclusão na perspectiva da neurodiversidade, a partir de um percurso formativo desenvolvido com professores da educação básica. Mais do que descrever uma experiência, busca-se compreender os sentidos que emergem desse processo e as possibilidades que ele aponta para o aprimoramento de práticas inclusivas no cotidiano escolar.

## 2 EXPERIÊNCIA

O relato da experiência formativa (Gil, 2026), que fundamenta esta reflexão foi construída com professores da educação básica em oito encontros voltados ao estudo, ao diálogo e à análise da prática pedagógica. Desde o início, em março de 2025, a proposta foi orientada pela compreensão de que a formação docente ganha sentido quando se aproxima das questões reais enfrentadas no cotidiano escolar. Em vez de apresentar modelos prontos, buscou-se criar um espaço no qual os professores pudessem refletir sobre suas experiências e desenvolverem, coletivamente, novas possibilidades de atuação.

Os encontros foram organizados de modo a favorecer a participação ativa dos docentes. Situações vivenciadas em sala de aula tornaram-se ponto de partida para as discussões, permitindo que as reflexões teóricas se conectassem às suas experiências diárias. Ao compartilhar dificuldades e estratégias já experimentadas, os professores passaram a reconhecer que muitos dos desafios enfrentados não eram individuais, mas faziam parte de um contexto mais amplo de configuração da inclusão escolar.

As discussões teóricas dialogaram com produções da área de educação especial e formação docente, contribuindo para ampliar o repertório conceitual dos participantes (Alves; Soares, 2024; Nóvoa, 2017; Gonçalves et al., 2025). Esse movimento possibilitou a compreensão de que as práticas pedagógicas não se organizam apenas a partir de técnicas específicas, mas de concepções sobre ensino, aprendizagem e desenvolvimento (Marques, 2021). A articulação entre teoria e prática permitiu que os professores revisitassem suas escolhas pedagógicas e refletissem sobre os sentidos que orientavam suas ações.

Ao longo dos encontros, o planejamento coletivo foi se consolidando como um elemento importante do processo formativo. Os professores passaram a discutir estratégias relacionadas à organização de rotinas mais estruturadas, à diversificação de recursos didáticos e à flexibilização das atividades escolares. Essas propostas não surgiram como modelos pré-definidos, mas como produções coletivas elaboradas a partir das necessidades observadas no cotidiano escolar.

Com o decorrer dos encontros, o espaço formativo deixou de ser percebido apenas como momento de estudo e passou a ser compreendido como espaço de elaboração coletiva de conhecimento. Essa dinâmica aproxima-se das concepções de desenvolvimento profissional docente que reconhecem a aprendizagem como processo contínuo, construído nas relações entre os professores (Southerland et al., 2024).

### 3 DISCUSSÃO

As reflexões desenvolvidas ao longo do processo formativo demonstraram mudanças importantes na forma como os professores compreendiam a inclusão escolar. Nos encontros iniciais, era comum que os docentes expressassem sentimento de insegurança diante das demandas associadas à escolarização de estudantes neurodivergentes. Muitos relatavam dificuldades para organizar estratégias pedagógicas e adaptar atividades, frequentemente associando essas demandas a uma sensação de sobrecarga profissional.

À medida que os espaços de diálogo foram se ampliando, essa percepção começou a se transformar. A possibilidade de compartilhar experiências permitiu que os professores reconhecessem que os desafios enfrentados eram, em muitos casos, comuns a diferentes contextos. A troca de experiências possibilitou a construção de respostas pedagógicas mais consistentes e contribuiu para reduzir a sensação de atuação solitária. Esses resultados dialogam com estudos que apontam a colaboração docente como um importante elemento para o desenvolvimento profissional e para o planejamento de práticas inclusivas (Southerland et al., 2024).

Nesse movimento, a colaboração deixou de ser compreendida apenas como organização de tarefas e passou a ser vivenciada como dimensão constitutiva do trabalho docente. O planejamento conjunto e a análise compartilhada das situações pedagógicas contribuíram para ampliar a confiança profissional e favorecer a experimentação de novas estratégias de ensino. A colaboração mostrou-se especialmente significativa por permitir que os professores construíssem respostas ajustadas às especificidades pedagógicas dos estudantes, em vez de apenas reproduzir orientações generalizadas.

Outro aspecto que se destacou foi a importância de pequenas mudanças nas práticas pedagógicas. A organização de rotinas mais previsíveis, a diversificação de formas de participação e a flexibilização de tempos de realização das atividades foram apontadas como estratégias que favoreceram o envolvimento dos estudantes. Tais resultados reforçam estudos que indicam que adaptações pedagógicas contextualizadas podem contribuir significativamente para a participação escolar (Glat, 2018; Pigato, 2024).

O trabalho articulado entre diferentes profissionais também ganhou destaque como aspecto importante. Professores destacaram a importância da atuação conjunta com mediadores, orientadores e equipes pedagógicas, especialmente nos momentos em que foi necessário compreender melhor as necessidades dos estudantes e planejar intervenções mais fundamentadas. A articulação entre diferentes profissionais contribuiu para ampliar as possibilidades de intervenção pedagógica e para estimular a ideia de corresponsabilidade institucional, aspecto discutido em diferentes estudos sobre inclusão escolar (Alves; Soares, 2024; Glat, 2018; Marinho; Omote, 2017).

As discussões também abordaram a necessidade de repensar o currículo e as formas de avaliação. A perspectiva da neurodiversidade estimulou os professores a considerar diferentes caminhos para a aprendizagem, considerando metodologias diversificadas e o uso de recursos variados. Nesse contexto, a avaliação passou a ser compreendida como acompanhamento dos percursos de aprendizagem, permitindo reconhecer avanços que nem sempre aparecem em instrumentos padronizados. Essa compreensão aproxima-se das concepções de avaliação

formativa, que enfatizam o acompanhamento do processo de aprendizagem (Gonçalves et al., 2025; Marques, 2021).

Outro aspecto significativo, foi a percepção de que a construção de ambientes colaborativos beneficia não apenas os estudantes que fazem parte do público da educação especial, mas o conjunto da turma. Professores relataram melhorias nas relações com os estudantes, maior abertura ao diálogo e ampliação das possibilidades de participação em sala de aula. Esses resultados reforçam a compreensão de que a inclusão contribui para qualificar os processos educativos em uma perspectiva mais abrangente.

Por se tratar de um relato de experiência, as reflexões aqui apresentadas não possuem a intenção de generalização, mas sim de compartilhar aprendizagens, já que o percurso descrito está vinculado a um contexto específico e a um grupo particular de professores. Ainda assim, a experiência indica possibilidades e ressalta a relevância de processos formativos que estimulem o diálogo e a reflexão sobre a prática.

#### 4 CONCLUSÃO

A experiência analisada permite compreender que a inclusão, na perspectiva da neurodiversidade, não se estabelece de forma imediata nem por meio de soluções prontas. Trata-se de um processo que se desenvolve no cotidiano escolar, nas interações, nas reflexões sobre a prática e nas possibilidades de reorganização do trabalho pedagógico. Nesse percurso, a cultura colaborativa mostrou-se um elemento importante. Os espaços de diálogo entre professores favoreceram a troca de experiências, a elaboração conjunta de estratégias e o compartilhamento de desafios. Esse movimento contribuiu para ampliar as possibilidades de atuação docente e tornar o trabalho pedagógico menos solitário.

A formação continuada também se revelou mais significativa quando conectada às experiências cotidianas da sala de aula. Ao articular estudo teórico e reflexão sobre a prática, os professores puderam compreender melhor as diferentes formas de aprender e desenvolver estratégias pedagógicas mais sensíveis às necessidades dos estudantes. Embora situada em um contexto específico, a experiência analisada indica que processos formativos colaborativos podem contribuir para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos. Nessa perspectiva, a inclusão vai se constituindo no cotidiano, por meio da escuta, do diálogo e da constante reflexão sobre as práticas pedagógicas. Assim, ensinar e incluir deixam de ser tarefas separadas e passam a integrar, de forma indissociável, o trabalho educativo.

#### REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences. **Nordic Journal of Studies in Educational Policy**, v. 6, n. 1, p. 7-16, 2020. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20020317.2020.1729587>

ALVES, Lucicleide Araújo de Sousa; SOARES, Vasti Ribeiro de Sousa. Políticas públicas para o acesso e permanência de estudantes neurodivergentes na educação básica. **JRG Journal of Academic Studies**, v. 7, n. 16, 2024. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1236>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5TR)**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

ARMSTRONG, Thomas. **The power of neurodiversity: unleashing the advantages of your differently wired brain.** Boston: Da Capo Press, 2011.

FERREIRA, Vânia da Silva. A neurodiversidade na escola e a importância das práticas articuladas. **Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 6, n. 3, p. 1017-1026, 2024. Disponível em: <https://www.ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/603>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 8. ed. São Paulo: Atlas. 2026.

GLAT, R. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, ed. especial, p. 9-20, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/46TchJ98ZcyvZ3Xb5X7ZkFy/?lang=pt&format=pdf>.

GONÇALVES, Rosiane Ferreira et al. Contribuições do paradigma da neurodiversidade na aprendizagem e inclusão de alunos neurodivergentes. **ARACÊ – Revista Multidisciplinar**, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/11105>.

GRAÇA, Janeth Cavalcante dos Anjos. Atipicidade e educação: inclusão de alunos em salas regulares. **Revista Científica FESA**, 2025. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/653>.

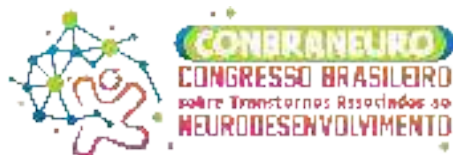
MARINHO, Carla Cristina; OMOTE, Sadao. Concepções de futuros professores a respeito da educação inclusiva e Educação Especial. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 30, n. 59, p. 629–642, 2017. DOI: 10.5902/1984686X28085. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28085>

MARQUES, Humberto Rodrigues. et al. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 26, n. 3, p. 718–741, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000300005>

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, v. 47, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/?lang=pt>

PIGATO, Giorgia. Contributing to an inclusive education for neurodivergent students: sharing reflections, practices, and experiences. **FEMS Microbiology Letters**, v. 371, 2024. Disponível em: <https://academic.oup.com/femsle/article/doi/10.1093/femsle/fnae046/7692017>.

SOUTHERLAND, Jennifer et al. Neurodivergent student experiences of access and inclusion in higher education: an ecological systems perspective. **Higher Education, Springer**, 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-024-01319-6>.



## CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM NA VIGILÂNCIA DO NEURODESENVOLVIMENTO: RASTREAMENTO DE RISCOS E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

IZAELLY INGRID PACHECO DA SILVA; ELY SÂMILLA TAVARES DE OLIVEIRA;  
JOISCYANE DIAS ALVES; MARIA RITA PEREIRA DA SILVA

**Introdução:** No intrínscio cenário de saúde pública, evidencia -se uma ascensão na prelavência de disfunções do neurodesenvolvimento infantil marcado por desafios crescentes de diagnósticos e intervenção. Nesse contexto, a enfermagem brasileira com sua ampla representatividade e atuação nos diversos níveis de atenção, destaca-se como um alicerce estratégico para o rastreio precoce e continuidade do cuidado especializado.

**Objetivo:** Identificar na literatura as estratégias de intervenção da enfermagem articuladas ao rastreamento de riscos e à promoção do neurodesenvolvimento infantil .

**Metodologia:** A Revisão de literatura foi realizada com base em trabalhos previamente publicados nas bases PubMed, SciELO e na CAPES. A busca foi conduzida utilizando os seguintes descritores: 'Neurodesenvolvimento Infantil', 'Enfermagem' e 'Saúde da Criança'. Foram selecionados sete artigos publicados entre 2020 e 2025. A vigilância do neurodesenvolvimento infantil, especialmente nos primeiros mil dias de vida, constitui um eixo estratégico da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. Esse período é fundamental para a identificação precoce de alterações e para a implementação de intervenções oportunas que favoreçam o pleno desenvolvimento infantil. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha papel central na puericultura, realizando acompanhamento longitudinal da criança e utilizando instrumentos como a Caderneta da Criança para monitorar marcos do desenvolvimento. Durante a consulta de enfermagem, deve-se avaliar sistematicamente a criança, identificar fatores de risco e orientar os cuidadores sobre práticas de estímulo no ambiente familiar.

**Resultados:** Entretanto, observa-se na prática assistencial maior ênfase na avaliação antropométrica, em detrimento do acompanhamento do desenvolvimento neuropsicomotor, o que pode comprometer a detecção precoce de atrasos. Além disso, o uso de diagnósticos de enfermagem, como o "Atraso no crescimento e desenvolvimento" (NANDA-I), fortalece o vínculo familiar e favorece estimulação domiciliar e continuidade do cuidado.

**Conclusão:** Conclui-se que a atuação da enfermagem é fundamental para a vigilância do neurodesenvolvimento infantil. A capacitação contínua do enfermeiro favorece a superação de uma abordagem exclusivamente biológica, possibilitando um cuidado integral. Além disso, a participação ativa da família na identificação de sinais de alerta contribui para o encaminhamento oportuno às equipes multidisciplinares e para a implementação de intervenções precoces, promovendo melhores desfechos para a saúde e o desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: **ENFERMAGEM; NEURODESENVOLVIMENTO INFANTIL; SAÚDE DA CRIANÇA**

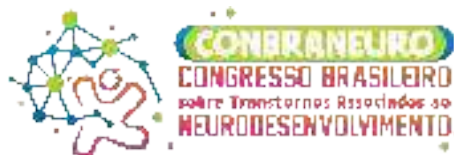


## **SOCIEDADE, CULTURA E APRENDIZAGEM: A FORMAÇÃO DAS PERCEPÇÕES**

BRUNA SUHETT DE OLIVEIRA; KAROLLAYNE PERES DE CARVALHO; KAWAN GOMES BODEVAN; LARA THOMPSON SANTOS; MAYARA BASTOS DO CARMO; MEL FERRAZ; CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA

**Introdução:** A formação das percepções humanas está diretamente relacionada às experiências sociais e culturais vivenciadas ao longo da vida. Em uma sociedade marcada pela intensa circulação de informações, o conhecimento sobre povos, culturas e realidades distintas ocorre, muitas vezes, por meio de narrativas socialmente difundidas. A obra *O perigo de uma história única*, de Chimamanda Ngozi Adichie, contribui para a reflexão acerca de como a repetição de uma única versão pode influenciar a construção de estereótipos e visões limitadas. A discussão proposta pela autora permite relacionar sociedade, cultura e aprendizagem, destacando que nossas percepções não são naturais ou neutras, mas socialmente construídas a partir das histórias que ouvimos. **Objetivos:** Analisar a relação entre sociedade, cultura e aprendizagem na formação das percepções, destacando a influência das narrativas predominantes na construção do conhecimento. **Metodologia:** Estudo reflexivo, de abordagem qualitativa, fundamentado na análise da obra e da palestra da autora Chimamanda Ngozi, relacionando seus conceitos ao processo de construção social das percepções. **Resultados:** Observou-se que a difusão de uma única narrativa, embora não totalmente falsa, é incompleta e pode gerar interpretações reducionistas acerca da identidade e da cultura de determinados grupos. As narrativas difundidas por meios de comunicação e por grupos socialmente privilegiados influenciam a aprendizagem e moldam percepções individuais e coletivas. **Conclusão:** A sociedade, cultura e aprendizagem estão interligadas e influenciam a forma como os indivíduos constroem suas percepções. A reflexão proposta por Chimamanda Ngozi Adichie evidencia que a predominância de uma única narrativa pode gerar visões limitadas da realidade. Dessa forma, o acesso a múltiplas perspectivas é fundamental para promover uma compreensão mais crítica, respeitosa e abrangente da diversidade social e cultural.

Palavras-chave: **HISTÓRIAS E NARRATIVAS; PERCEPÇÃO SOCIAL; DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

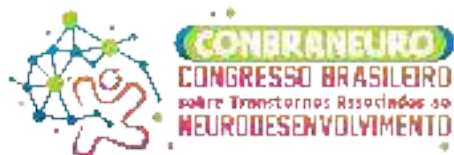


## OS DESAFIOS DO PEDAGOGO E A LUDICIDADE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SALA AEE COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA PÚBLICA

ELIANA TEIXEIRA DE MOURA

**Introdução:** Este estudo discute os desafios enfrentados pelo pedagogo no Atendimento Educacional Especializado em escolas públicas, enfatizando o uso de práticas pedagógicas de caráter lúdico como estratégia de apoio ao processo formativo de estudantes da rede pública da educação especial. A investigação parte da compreensão de que a escola contemporânea precisa desenvolver ações pedagógicas que respeitem diferenças individuais e ampliem oportunidades de participação no cotidiano escolar e pela necessidade de fortalecer práticas inclusivas capazes de favorecer avanços no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou outras necessidades educacionais. **Objetivo:** Consiste em analisar como estratégias lúdicas que podem contribuir para o progresso acadêmico e para a ampliação das interações no ambiente escolar, além de refletir sobre a atuação do profissional responsável pelo AEE na organização de práticas pedagógicas inclusivas. **Metodologia:** Baseou-se em pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e descritiva, com análise de produções acadêmicas relacionadas à educação especial, ao campo psicopedagógico e às discussões sobre ensino inclusivo. **Resultados:** Indicam que o uso de atividades lúdicas no atendimento especializado contribui para aumentar o interesse dos estudantes, estimular a participação nas tarefas escolares e favorecer o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais. Observou-se ainda que a colaboração entre professores, equipe escolar e família fortalece o acompanhamento pedagógico e amplia as possibilidades de aprendizagem dos alunos. Também foram identificados desafios relacionados à formação docente, às condições estruturais das instituições e à necessidade de maior planejamento pedagógico voltado à diversidade presente na escola pública. **Conclusão:** As práticas pedagógicas fundamentadas em propostas lúdicas podem ampliar o envolvimento dos estudantes e contribuir para uma educação mais participativa, acessível e humanizada, favorecendo autonomia, confiança e desenvolvimento integral no percurso escolar dos sujeitos atendidos no AEE, além de reforçar a importância de políticas educacionais comprometidas com a equidade e com a garantia de direitos no sistema público de ensino. Nesse sentido, o estudo reforça a relevância de ampliar debates formativos e investir em práticas pedagógicas inovadoras que fortaleçam o trabalho educativo voltado à diversidade humana na realidade escolar brasileira contemporânea atual.

Palavras-chave: **INTERDISCIPLINARIDADE; NEUROPLASTICIDADE; PRÁTICAS EDUCACIONAIS**



## ENTRE A EXPLICAÇÃO E A COMPREENSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA PARA A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM MATEMÁTICA

TARCISIO FONSECA DA SILVA; JOSÉ JACIEL FERREIRA DO SANTOS; INGRID BEATRIZ CAVALCANTE ALVES; SHIRLEY MARTINS DE OLIVEIRA CARVALHO; SILVIA GOMES DINIZ ÁGUIDO; HELDER DE BRITO SANTOS; ANTÔNIO FULVIO CAVALCANTE MOTA

**Introdução:** No contexto da educação básica contemporânea, caracterizado pela diversidade cognitiva dos estudantes, pela presença marcante das tecnologias digitais e por múltiplas demandas atencionais, observa-se que uma mesma explicação em Matemática não gera compreensão homogênea. Enquanto parte da turma acompanha com segurança, outros enfrentam dificuldades em estabelecer conexões conceituais, revelando a complexidade dos processos neurocognitivos envolvidos na aprendizagem. **Objetivo:** Analisar, sob a perspectiva da Neurociência Cognitiva, os fatores que explicam a heterogeneidade da aprendizagem em aulas expositivas de Matemática, articulando tais fundamentos às demandas da educação contemporânea e indicando caminhos para práticas pedagógicas inovadoras. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter reflexivo-teórico, fundamentada em revisão bibliográfica e articulada à prática docente. Foram mobilizadas contribuições de Cosenza e Guerra (2011), Lent (2010), Sweller (1988) e Dehaene (2012), com foco em conceitos como memória de trabalho, carga cognitiva, conhecimentos prévios, emoção e plasticidade neural. **Resultados:** A literatura evidencia que a memória de trabalho possui capacidade limitada, sendo facilmente sobrecarregada em explicações que envolvem múltiplas etapas e abstrações. A aprendizagem depende da ativação de conhecimentos prévios e é modulada por fatores emocionais, como a ansiedade matemática. A plasticidade neural demonstra que cada estudante constrói trajetórias singulares de aprendizagem, o que explica a diversidade de desempenhos em sala de aula. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias pedagógicas que considerem tanto os limites cognitivos quanto os aspectos afetivos do processo de aprender. **Conclusão:** A lacuna entre ensinar e aprender não se reduz à clareza da explicação, mas envolve processos neurocognitivos e emocionais complexos. Compreender tais fundamentos é estratégico para a inovação pedagógica em Matemática, favorecendo práticas intencionais, baseadas em evidências científicas e sensíveis às singularidades dos estudantes. Entre as possibilidades, destacam-se o uso de recursos visuais, a diversificação de metodologias, a valorização dos conhecimentos prévios e a criação de ambientes que minimizem a ansiedade, promovendo uma aprendizagem mais equitativa e significativa.

Palavras-chave: **NEUROCIÊNCIA COGNITIVA; CARGA COGNITIVA; INOVAÇÃO PEDAGÓGICA**



## NEUROPLASTICIDADE E APRENDIZAGEM ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE

MARCUS VINÍCIUS DA SILVA; JÚLIA RODRIGUES DA SILVA; CARMECI MARIA MARTINS; BRUNA MICHELLY DE BARROS CANUTO PINHEIRO; BEATRIZ PINHEIRO SANDES DE ALMEIDA; DILENE BASTOS DOURADO; FLÁVIA NAYARA RODRIGUES DA SILVA BARBOSA.

### RESUMO

A neuroplasticidade, definida como a capacidade do cérebro de reorganizar-se estrutural e funcionalmente em resposta a experiências, apresenta papel central na aprendizagem escolar. O conhecimento dos mecanismos cerebrais permite compreender como atenção, memória, motivação e regulação emocional influenciam o desempenho acadêmico, orientando práticas de ensino mais eficientes. Este estudo teve como objetivo analisar as contribuições da neuroplasticidade para a aprendizagem escolar e identificar estratégias docentes que favoreçam o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, com busca realizada em Fevereiro de 2026 nas bases PubMed/MEDLINE e ScienceDirect, além de documentos institucionais oficiais, considerando publicações entre 2020 e 2026. Foram incluídos estudos que abordassem diretamente a relação entre neuroplasticidade, aprendizagem escolar e práticas docentes, enquanto editoriais, cartas ao editor, relatos isolados, revisões narrativas, monografias, teses, dissertações e pesquisas com foco exclusivamente clínico ou neurológico foram excluídos. Após aplicação dos critérios, a amostra final consistiu em nove artigos científicos e três documentos institucionais. Os resultados indicam que estratégias como aprendizagem ativa, instrução direta, estímulo às funções executivas, desenvolvimento da metacognição e integração de tecnologias educacionais fortalecem redes neurais, ampliando memória, atenção, planejamento e flexibilidade cognitiva. Além disso, práticas que consideram aspectos socioemocionais, motivação, autorregulação e colaboração, potencializam a aprendizagem, evidenciando a necessidade de abordagens integradas que contemplem dimensões cognitivas e emocionais. A análise também ressalta lacunas na prática docente, como acesso limitado à formação em neuroeducação e dificuldades na tradução do conhecimento científico para ações didáticas. Conclui-se que a compreensão da neuroplasticidade permite fundamentar estratégias docentes mais eficazes e adaptadas ao desenvolvimento neurobiológico dos estudantes. Sugere-se o fortalecimento da formação inicial e continuada de professores, políticas educacionais que incentivem práticas baseadas em evidências e estudos futuros que avaliem empiricamente o impacto de intervenções neurocientíficas em diferentes níveis e contextos educacionais.

**Palavras-chave:** Cognitivo; Ensino; Socioemocional

## 1 INTRODUÇÃO

A neuroplasticidade é definida como a capacidade do cérebro de reorganizar-se estrutural e funcionalmente em resposta a experiências e estímulos, tem se mostrado fundamental para a aprendizagem escolar (Baker *et al.*, 2024). Segundo Paul (2025), mudanças estruturais e funcionais no cérebro durante a infância e adolescência oferecem oportunidades únicas para estratégias pedagógicas que favorecem o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes.

O conhecimento sobre o funcionamento cerebral permite compreender como fatores como atenção, memória, motivação e regulação emocional influenciam o desempenho acadêmico, permitindo práticas pedagógicas mais eficazes (Pacheco, 2025). Além disso, políticas educacionais e documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orientam a prática docente no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, reforçando a importância de integrar conhecimentos científicos à escola (Brasil, 2026).

Programas institucionais, como o Programa Inteligência Socioemocional da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, aplicam conceitos de neuroplasticidade e competências socioemocionais no cotidiano escolar, oferecendo suporte pedagógico aos professores e alunos (Goiânia, 2026).

Segundo Dubinsky e Hamid (2024), estratégias de aprendizagem ativa e instrução direta podem estimular a plasticidade cerebral e potencializar a aprendizagem, tornando o ensino mais adaptado às necessidades do estudante.

Diante deste contexto, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições da neuroplasticidade para a aprendizagem escolar, identificando estratégias pedagógicas que possam ser aplicadas na prática docente para favorecer o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico. A escolha desse delineamento justifica-se por possibilitar a integração de resultados provenientes de diferentes tipos de estudos, permitindo ampla compreensão do estado atual do conhecimento e das aplicações educacionais relacionadas à neurociência e ao processo de ensino-aprendizagem, conforme pressupostos metodológicos descritos por Schlosser (2007).

A construção da pergunta norteadora foi: Quais são as contribuições da neuroplasticidade para a aprendizagem escolar e para a prática pedagógica docente? A busca foi realizada nas bases de dados PubMed/MEDLINE e ScienceDirect, além da consulta a documentos institucionais disponíveis em plataformas oficiais, como o portal do Ministério da Educação e recursos educacionais do *National Institutes of Health* (NIH), em fevereiro de 2026.

Foram utilizados descritores controlados extraídos dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do *Medical Subject Headings* (MeSH), combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*. Os descritores empregados foram: *Neuroplasticity*, *Learning*, *Education*, *Brain Development*, *Educational Neuroscience*, *Teaching Practice* e *Active Learning*.

Foram incluídos estudos publicados entre 2020 e 2026, disponíveis na integralmente, em qualquer idioma, desde que passíveis de tradução, que abordassem diretamente a relação entre neuroplasticidade, aprendizagem escolar e práticas pedagógicas. Foram excluídos editoriais, cartas ao editor, relatos de caso isolados, revisões narrativas, monografias, teses e dissertações, estudos duplicados, pesquisas com foco exclusivamente clínico ou neurológico sem relação com o contexto educacional.

A busca inicial resultou em 94 estudos identificados nas bases de dados selecionadas. Após a aplicação dos filtros de recorte temporal e disponibilidade de texto completo, 27 artigos foram removidos. Em seguida, 18 estudos duplicados foram excluídos, restando 49 artigos para análise de títulos e resumos. Nessa etapa, 37 publicações foram excluídas por não abordarem diretamente a relação entre neuroplasticidade e aprendizagem escolar ou prática docente. Ao final do processo de seleção, 9 artigos compuseram a amostra final da revisão, além de 3 documentos institucionais utilizados para contextualização das diretrizes educacionais e aplicações práticas da neurociência no ambiente escolar.

A seleção dos estudos ocorreu em três etapas: leitura dos títulos, análise dos resumos e leitura completa dos textos elegíveis. Posteriormente, realizou-se análise crítica e síntese temática dos resultados, com base nos pressupostos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), possibilitando a identificação e interpretação das principais evidências.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Baker, Galván e Fuligni (2024), na infância e na adolescência ocorre um período de intensa reorganização do córtex pré-frontal e do sistema límbico, áreas relacionadas ao raciocínio, tomada de decisão e regulação emocional. Paul (2025) complementa que essas mudanças estruturais e funcionais impactam diretamente a capacidade de resolução de problemas, o controle de impulsos e a aprendizagem de conteúdos complexos.

Dubinsky e Hamid (2024) evidenciam que estratégias de ensino ativo e instrução direta fortalecem redes neurais, estimulando funções executivas como memória de trabalho, planejamento e flexibilidade cognitiva. Nesse sentido, Pacheco (2025) demonstra que atividades voltadas à atenção, metacognição, motivação e autorregulação ampliam o engajamento e o desempenho acadêmico dos estudantes.

A integração de tecnologias educacionais, segundo Granado de la Cruz *et al.* (2025), permite a personalização de desafios cognitivos de acordo com o perfil do aluno, potencializando a aprendizagem sem gerar sobrecarga. Hoferichter *et al.* (2025) destacam que compreender os mecanismos neurais do desenvolvimento infantil contribui para práticas pedagógicas que promovem empatia, colaboração e autorregulação emocional.

O Programa Inteligência Socioemocional, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (2026), oferece diretrizes práticas que incorporam os princípios da neuroplasticidade no cotidiano escolar, seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular para Goiás Ampliado (DC-GO Ampliado) e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A BNCC enfatiza a importância de desenvolver competências cognitivas e socioemocionais desde os primeiros anos de escolarização, promovendo habilidades como atenção, memória, raciocínio, resolução de problemas, pensamento crítico, metacognição, autorregulação emocional e colaboração, de forma articulada aos conteúdos e objetivos de aprendizagem. Além disso, destaca práticas pedagógicas que respeitem a diversidade de ritmos de aprendizagem, favoreçam a flexibilidade cognitiva e estimulem a capacidade de adaptação dos estudantes, alinhando-se às evidências sobre neuroplasticidade e desenvolvimento cerebral (Brasil, 2026).

Ribeiro, Dalle Mulle e Padovan-Neto (2025) destacam que professores que compreendem os princípios da neuroplasticidade apresentam maior autoeficácia e conseguem adaptar suas estratégias de ensino de forma mais eficiente. Justus *et al.* (2024) reforçam que comunidades de aprendizagem profissional baseadas em evidências neurocientíficas facilitam a troca de experiências e consolidam práticas pedagógicas eficazes.

As diretrizes da BNCC (Brasil, 2026) reforçam a promoção de competências cognitivas e socioemocionais em todos os níveis de ensino, enquanto o NIH (2026) fornece uma ampla gama de recursos educativos que permitem implementar atividades pedagógicas alinhadas ao

desenvolvimento neurobiológico dos alunos. Entre essas iniciativas, destacam-se guias de atividades práticas sobre tempo de reação, memória, percepção sensorial, anatomia cerebral, proteção do cérebro e construção de modelos de neurônios, além de vídeos educativos e programas de treinamento e estágios para estudantes e professores, promovendo a compreensão dos processos cognitivos, emocionais e sociais no contexto da aprendizagem.

Os estudos analisados reforçam que o período de reorganização neural durante infância e adolescência fornece uma janela estratégica para intervenções pedagógicas que explorem a neuroplasticidade. Observa-se que abordagens ativas e instrução direta não apenas consolidam conexões neurais, mas também ampliam a capacidade de planejamento, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva, sugerindo que práticas estruturadas e engajadoras podem acelerar a aprendizagem de conteúdos complexos (Dubinsky & Hamid, 2024; Pacheco, 2025).

A incorporação de tecnologias educacionais aparece como um fator amplificador, permitindo ajustes finos aos desafios cognitivos conforme o perfil do aluno. Isso indica que personalização do ensino não apenas favorece a retenção de informações, mas também minimiza sobrecarga cognitiva, promovendo equilíbrio entre desafio e capacidade de processamento (Granado de la Cruz *et al.*, 2025).

Ademais, a análise evidencia que considerar os aspectos socioemocionais no planejamento pedagógico é essencial. A atenção à autorregulação, motivação e colaboração impacta diretamente a eficácia do aprendizado, mostrando que competências cognitivas e emocionais estão interligadas e devem ser desenvolvidas de forma integrada (Hoferichter *et al.*, 2025; Programa Inteligência Socioemocional, Goiânia, 2026).

Os dados também sugerem que professores que conhecem os princípios da neuroplasticidade tendem a aplicar estratégias mais adaptativas, refletindo em maior autoeficácia docente e melhores resultados de aprendizagem. Essa relação reforça a necessidade de formação continuada baseada em evidências neurocientíficas, consolidando práticas pedagógicas eficazes em contextos variados (Ribeiro, Dalle Mulle & Padovan-Neto, 2025; Justus *et al.*, 2024).

Por fim, a discussão aponta que o alinhamento das práticas pedagógicas às diretrizes da BNCC e aos recursos educativos do NIH permite transformar a compreensão teórica da neuroplasticidade em ações concretas na sala de aula. Isso evidencia que intervenções fundamentadas em evidências neurocientíficas podem promover simultaneamente desenvolvimento cognitivo, socioemocional e engajamento, oferecendo uma abordagem mais completa e integrada para a aprendizagem escolar (Brasil, 2026; NIH, 2026).

#### 4 CONCLUSÃO

Objetivou-se analisar as contribuições da neuroplasticidade para a aprendizagem escolar, identificando estratégias pedagógicas que possam ser aplicadas na prática docente para favorecer o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes. A partir da análise dos estudos selecionados, evidenciou-se que a compreensão dos mecanismos de plasticidade cerebral possibilita fundamentar práticas pedagógicas mais eficazes, alinhadas ao desenvolvimento neurobiológico dos alunos e às demandas contemporâneas da educação.

Os resultados indicam que estratégias como aprendizagem ativa, instrução direta, estímulo às funções executivas, desenvolvimento da metacognição e integração de tecnologias educacionais podem favorecer a consolidação de conexões neurais associadas à memória, atenção, planejamento e flexibilidade cognitiva. Além disso, práticas pedagógicas que consideram aspectos socioemocionais, como motivação, autorregulação e colaboração, mostram-se essenciais para potencializar o processo de aprendizagem, reforçando a necessidade de abordagens educacionais integradas que contemplem tanto dimensões cognitivas quanto emocionais.

Apesar dos avanços identificados na literatura, ainda existem lacunas na prática educacional relacionadas à incorporação efetiva dos conhecimentos da neurociência no cotidiano escolar. Observa-se que muitos professores ainda possuem acesso limitado à formação específica em neuroeducação, o que pode dificultar a aplicação prática desses conhecimentos no planejamento pedagógico. Além disso, persistem desafios relacionados à tradução do conhecimento científico para estratégias didáticas acessíveis e contextualizadas às diferentes realidades educacionais.

Diante disso, destaca-se a importância de ampliar iniciativas de formação inicial e continuada de professores que integrem conhecimentos da neurociência à prática pedagógica, promovendo maior aproximação entre pesquisa científica e educação básica. Também se faz necessário fortalecer políticas educacionais e programas institucionais que incentivem a utilização de práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas.

Por fim, recomenda-se que aprofundem a investigação sobre intervenções pedagógicas baseadas em princípios da neuroplasticidade, especialmente por meio de estudos empíricos que avaliem seus impactos no desempenho acadêmico, no desenvolvimento socioemocional e no engajamento dos estudantes. Investigações que explorem a aplicação desses conhecimentos em diferentes níveis de ensino e contextos educacionais também podem contribuir para consolidar práticas pedagógicas mais eficazes e cientificamente fundamentadas.

## REFERÊNCIAS

BAKER, Amanda E.; GALVÁN, Adriana; FULIGNI, Andrew J. The connecting brain in context: How adolescent plasticity supports learning and development. **Developmental Cognitive Neuroscience**, 2024. DOI: 10.1016/j.dcn.2024.101486. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1878929324001476>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Texto integral — PDF. Ministério da Educação. Disponível em: [https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 fev. 2026.

DUBINSKY, Janet M.; HAMID, Arif A. The neuroscience of active learning and direct instruction. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v. 163, p. 105737, ago. 2024. DOI: 10.1016/j.neubiorev.2024.105737. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0149763424002069>. Acesso em: 10 fev. 2026.

GOIÂNIA (Município). **Programa Inteligência Socioemocional**: Neuroplasticidade no contexto escolar. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: [https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/biblioteca\\_virtual/programa-inteligencia-socioemocional-neuroplasticidade-no-contexto-escolar/](https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/biblioteca_virtual/programa-inteligencia-socioemocional-neuroplasticidade-no-contexto-escolar/). Acesso em: 10 fev. 2026.

GOLDBERG, Hagar. Cérebros em crescimento, nutrindo mentes - Neurociência como uma ferramenta educacional para apoiar o desenvolvimento dos alunos como aprendizes ao longo da vida. **Brain Sciences**, v. 12, n. 12, p. 1622, nov. 2022. DOI: 10.3390/brainsci12121622. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36552082/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

GRANADO DE LA CRUZ, Elena *et al.* Education, neuroscience, and technology: a review of applied models. **Information**, v. 16, n. 8, p. 664, 2025. DOI: 10.3390/info16080664. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2078-2489/16/8/664>. Acesso em: 10 fev. 2026.

HOFERICHTER, Frances *et al.* Mente, cérebro e educação - Neuromecanismos durante o desenvolvimento infantil. **British Journal of Educational Psychology**, v. 95, n. 2, p. 223-233, jun. 2025. DOI: 10.1111/bjep.12702. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38886131/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

JUSTUS, Scott *et al.* Translating neuroscience research to practice through grassroots professional learning communities. **Trends in Neuroscience and Education**, v. 37, p. 100243, dez. 2024. DOI: 10.1016/j.tine.2024.100243. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2211949324000243?via%3Dihub>. Acesso em: 10 fev. 2026.

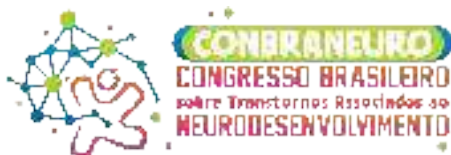
NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH (NIH). Brain Education Resources. **National Institute of Neurological Disorders and Stroke**, 2026. Disponível em: <https://www.ninds.nih.gov/health-information/public-education/brain-education-resources>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PACHECO, Leticia Priscila. Neurociência para a educação: estimulação das habilidades cognitivas em busca da aprendizagem efetiva. **Signo**, v. 50, n. 99, 2025. DOI: 10.17058/signo.v50i99.20453. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/signo.v50i99.20453> Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/signo/article/view/20453>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PAUL, Mary Ann C. The neuroscience of adolescent learning: implications for secondary education pedagogy. **International Journal of Education and Pedagogy**, v. 2, n. 1, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15364212. Disponível em: <https://www.eduresearchjournal.com/index.php/ijep>. Acesso em: 10 fev. 2026.

RIBEIRO, Ana Julia; DALLE MULLE, Rafael Lima; PADOVAN-NETO, Fernando Eduardo. Exposição à neurociência como preditor de ensino de autoeficácia. **European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education**, v. 15, n. 5, p. 86, maio 2025. DOI: 10.3390/ejihpe15050086. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40422315/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SCHLOSSER, Edward W. Appraising the quality of systematic reviews. **Focus on Alternative and Complementary Therapies**, v. 12, n. 3, p. 187-191, 2007.



## EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EQUITATIVA

JULIENNE DE LUCENA SOUTO MARINHO

**Introdução:** A Educação Física escolar, enquanto componente curricular obrigatório, desempenha papel central na formação integral dos estudantes, contemplando aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. **Objetivo:** A experiência surge diante da necessidade de fortalecer práticas pedagógicas inclusivas em um contexto escolar que apresenta um número significativo de estudantes com deficiência, demandando estratégias que garantam participação efetiva, equidade e respeito à diversidade. Nesse cenário, a Educação Física escolar destaca-se como um importante componente curricular capaz de contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente no que se refere ao neurodesenvolvimento, ao estimular funções motoras, cognitivas, emocionais e sociais por meio do movimento, das interações e das experiências corporais. As vivências pedagógicas realizadas nas aulas buscaram promover competências motoras, cognitivas e socioemocionais por meio de atividades adaptadas, práticas corporais diversificadas e metodologias participativas que valorizam a cooperação, a empatia e o respeito às diferenças. **Relato de experiência:** Quanto à metodologia, o estudo caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa, vivenciada desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Antenor Navarro, localizada no município de Guarabira, Paraíba, instituição que atende estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o estudo foi baseado nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Educação Física envolvendo momentos de diálogo sobre inclusão e paradesporto, uso de recursos midiáticos, vivências práticas que permitiram aos estudantes experimentar situações relacionadas às deficiências, com ênfase a vivências direcionadas a pessoas cegas, no fim de cada momento foi realizado rodas de conversa para reflexão coletiva. **Conclusão:** Indica que essas experiências contribuíram para ampliar a compreensão sobre a diversidade humana e fortalecer atitudes inclusivas no ambiente escolar e em espaços sociais.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR; INCLUSÃO; EQUITADE**



## TICS E O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: RECURSOS INOVADORES PARA APOIAR ESTUDANTES COM TEA

MARA LÚCIA NUNES DE LIMA OLIVEIRA

### RESUMO

Este trabalho analisa a integração entre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como recursos inovadores para apoiar estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da educação inclusiva. A inclusão escolar, consolidada como um dos maiores desafios da educação contemporânea, exige não apenas acesso físico, mas também participação efetiva, aprendizagens significativas e desenvolvimento da autonomia. De natureza teórica, este estudo fundamenta-se em autores e documentos oficiais que discutem práticas pedagógicas flexíveis e formação docente, destacando o DUA como abordagem capaz de eliminar barreiras à aprendizagem por meio de múltiplos meios de engajamento, representação e expressão. A articulação com as TICs amplia as possibilidades de ensino, favorecendo motivação, compreensão e envolvimento ativo dos alunos com TEA, ao mesmo tempo em que fortalece interações sociais e promove cooperação entre pares. Os resultados apontam que essa integração contribui para maior acessibilidade pedagógica, desenvolvimento da autonomia e ressignificação das práticas docentes, indicando que a inovação metodológica aliada ao uso consciente da tecnologia constitui caminho promissor para a construção de uma educação inclusiva e democrática. Conclui-se que o uso conjunto de DUA e TICs representa uma estratégia eficaz para apoiar estudantes com TEA, reforçando a necessidade de formação continuada dos professores e de superação de resistências ligadas a modelos tradicionais, de modo a consolidar práticas pedagógicas capazes de reconhecer e valorizar as diferenças como parte essencial do processo educativo.

**Palavras-chave:** TICs. TEA. DUA.

### 1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar constitui, na contemporaneidade, um dos maiores desafios e conquistas da educação. No Brasil, políticas públicas e diretrizes pedagógicas têm buscado assegurar o direito à aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas especificidades e promovendo equidade. Nesse cenário, a Educação Especial assume papel fundamental, sobretudo no atendimento aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que demandam práticas pedagógicas planejadas e inclusivas.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) apresenta-se como abordagem inovadora ao propor múltiplos meios de engajamento, representação e expressão, estruturando o ensino desde sua concepção para contemplar a diversidade e minimizar barreiras. Articuladas

a essa perspectiva, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) consolidam-se como aliadas da inclusão, ampliando acessibilidade, interação e motivação dos estudantes com TEA.

A escolha do tema justifica-se pela relevância de discutir propostas que integrem inovação tecnológica e inclusão escolar, diante das dificuldades ainda presentes na implementação de metodologias como o DUA. Experiências vivenciadas em estágios na EBM Prof. Vidal Ferreira, junto a turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, evidenciaram maior engajamento e entusiasmo dos alunos com TEA em atividades coletivas mediadas por TICs.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar como a integração entre TICs e DUA pode apoiar estudantes com TEA no contexto da educação inclusiva. Especificamente, busca-se:

- Compreender os princípios do DUA e suas aplicações;
- Identificar o papel das TICs como recursos de acessibilidade;
- Refletir sobre práticas pedagógicas que favoreçam a participação de alunos com TEA;
- Apontar desafios relacionados à formação docente frente às demandas da inclusão.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

A educação inclusiva consolidou-se nas últimas décadas como um dos principais desafios da escola contemporânea, exigindo não apenas acesso, mas também participação e aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) demanda propostas pedagógicas planejadas, flexíveis e inclusivas, capazes de promover autonomia, comunicação e socialização.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como abordagem inovadora ao propor múltiplos meios de engajamento, representação e expressão, rompendo com modelos homogêneos e estruturando o ensino para atender à diversidade. Integradas a essa perspectiva, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ampliam acessibilidade e personalização, favorecendo a participação de estudantes com TEA em atividades coletivas.

Este estudo caracteriza-se como análise teórica, fundamentada em revisão bibliográfica e em experiências vivenciadas em estágios na Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Busca compreender como a integração entre DUA e TICs pode favorecer aprendizagem, participação e autonomia, contribuindo para práticas pedagógicas mais equitativas e acessíveis.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e documentos do MEC (Brasil, 2009) reforçam a necessidade de metodologias flexíveis para atender diferentes formas de aprender. Autores como Mantoan (2003; 2006), Moran (2013) e Sasaki (2009) destacam que a escola inclusiva deve superar práticas excludentes, valorizar a diversidade e investir em acessibilidade.

A efetivação do DUA mediado por TICs depende da intencionalidade pedagógica e da formação docente, sob risco de reduzir-se a uma aplicação instrumental. Superar resistências ligadas a práticas tradicionais torna-se condição indispensável para a implementação de metodologias inclusivas.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise teórica evidenciam que a integração entre DUA e TICs constitui uma possibilidade concreta para promover a inclusão de estudantes com TEA. Essa articulação favorece aprendizagens significativas, amplia a participação e fortalece a autonomia dos alunos, ao mesmo tempo em que desafia a escola e os docentes a ressignificarem suas práticas pedagógicas.

Observa-se que a inovação metodológica, aliada ao uso consciente da tecnologia, representa um caminho promissor para a construção de uma educação inclusiva e democrática. Contudo, a efetivação dessas práticas depende da intencionalidade pedagógica e da formação continuada dos professores, sob risco de reduzir-se a uma aplicação instrumental e superficial.



Figura 1: Principais conceitos abordados.

A Figura 1 sintetiza os principais conceitos abordados, ilustrando a articulação entre educação inclusiva, superação de práticas excludentes, TEA, DUA e TICs. O esquema demonstra que a inclusão escolar exige acesso e participação efetiva de todos os estudantes, sustentada por estratégias pedagógicas planejadas e flexíveis. Integrado às TICs, o DUA potencializa práticas inclusivas, oferecendo acessibilidade, personalização e engajamento, o que favorece a participação ativa dos estudantes com TEA no processo de aprendizagem.

Evidencia-se, portanto, que a integração entre DUA e TICs não apenas amplia oportunidades de aprendizagem, mas também fortalece interações sociais e promove autonomia. Ao mesmo tempo, aponta para desafios relacionados à formação docente e à superação de resistências ligadas a práticas tradicionais, aspectos que precisam ser enfrentados para consolidar uma escola verdadeiramente inclusiva.

#### 4 CONCLUSÃO

Este estudo discutiu a integração entre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como recursos inovadores para apoiar estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Evidencia-se que a inclusão escolar vai além do acesso físico, envolvendo participação efetiva, aprendizagens significativas e desenvolvimento da autonomia.

A análise teórica demonstrou que o DUA, ao oferecer múltiplos meios de engajamento, representação e expressão, constitui uma abordagem capaz de atender à diversidade presente nas salas de aula. Articulado às TICs, amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem, favorecendo motivação, compreensão e envolvimento ativo dos estudantes com TEA, conforme observado nas experiências de estágio.

Os resultados, fundamentados em autores e documentos oficiais, indicam que a integração entre DUA e TICs contribui para maior acessibilidade pedagógica, fortalecimento

das interações sociais e cooperação entre pares. Ao mesmo tempo, apontam para desafios relacionados à formação docente e à superação de resistências ligadas a modelos tradicionais.

Conclui-se, portanto, que a articulação entre DUA e TICs representa uma estratégia eficaz para apoiar estudantes com TEA, configurando-se como caminho promissor na construção de uma educação inclusiva e democrática. Essa perspectiva reforça a necessidade de reconhecer e valorizar as diferenças como parte essencial do processo educativo e aponta para futuras investigações que possam ampliar a compreensão sobre práticas pedagógicas inovadoras.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e Brincadeiras: Referências para uma Política Pública**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2009.

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao\\_brinquedo\\_e\\_brincadeiras\\_completa.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao_brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf).

Acesso em: 03 mar. 2026.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2008. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 1. edição ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2. edição ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MORAN, José Manuel. **4.4 Vinte Anos de mudanças tecnológicas profundas e superficiais na educação**. TV, educação e formação de professores: SALTO PARA O FUTURO 20 ANOS. Rio de Janeiro/ Brasília, 2013. Disponível em:

[https://colabori.eca.usp.br/documentos/vol\\_4\\_salto\\_para\\_o\\_futuro\\_20\\_anos.pdf](https://colabori.eca.usp.br/documentos/vol_4_salto_para_o_futuro_20_anos.pdf). Acesso em:

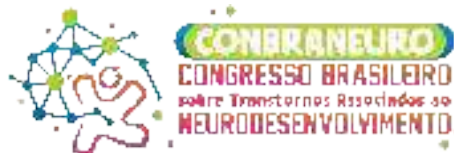
18 fev. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI - Acessibilidade.pdf>.

Acesso em: 24 fev. 2026.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras Completas - Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia**. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.



## DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR EM CRIANÇAS COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER: A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL

ACASSIA FERRAZ CASSA; ANA CLARA DIAS VIANA; BEATRIZ FERNANDES TEODORO;  
CAMILA BATISTA GONÇALVES; KAROLINY TAVARES MENDONÇA; LAYRA AMORIM  
SALARDANI; CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA

**Introdução:** O diagnóstico de câncer na infância impõe desafios que transcendem a patologia clínica. Crianças em tratamento oncológico enfrentam hospitalizações prolongadas, toxicidade terapêutica e uma redução severa de estímulos ambientais e sociais. Esses fatores impactam o desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM), processo crítico de aquisição de habilidades motoras e cognitivas. Evidências sugerem que o impacto negativo no desempenho cognitivo e emocional pode manifestar-se precocemente, ocorrendo inclusive durante a fase de investigação diagnóstica. **Objetivo:** Destacar a importância de acompanhamento multiprofissional (psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais), no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças, do diagnóstico ao pós-tratamento oncológico. Visando minimizar danos causados por todo o processo. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão integrativa da literatura baseada na análise de quatro artigos científicos brasileiros recentes (2021-2025). A amostra teórica incluiu estudos epidemiológicos, avaliações neuropsicológicas em contextos ambulatoriais e de classe hospitalar, e análises das interfaces cognitivo-afetivas na oncologia pediátrica. **Resultados:** Com os dados do Instituto Nacional do Câncer, é evidenciado o aumento de casos de Neoplasias infantis, e os estudos transversais de avaliação cognitiva de crianças em ambulatórios oncológicos demonstram que os fatores socioeconômicos, educacionais, emocionais e do adoecimento podem influenciar negativamente na cognição. Tratamentos oncológicos podem ocasionar atrasos cognitivos que são explicados por diferentes mecanismos que ocasionam: morte celular, diminuição da divisão celular da zona subventricular do hipocampo, estresse oxidativo, inflamação por citocinas, menor plasticidade e elevação dos hormônios estrógeno e testosterona. **Conclusão:** Crianças em diagnóstico ou tratamento de câncer na rede pública apresentaram desempenho cognitivo abaixo do esperado, influenciado não apenas pelos tratamentos, mas também por fatores emocionais e pelo contexto de hospitalização, especialmente pela ansiedade, que interfere nas funções executivas. A leucemia foi o diagnóstico mais frequente, seguida por tumores cerebrais, e cerca de um terço apresentou alterações neuropsicológicas emocionais, comportamentais e déficits auditivos, motores e de linguagem, algumas associadas à quimioterapia, radioterapia e cirurgia. Esses efeitos cumulativos reforçam a necessidade de acompanhamento contínuo e atuação integrada entre saúde e educação.

Palavras-chave: **ONCOLOGIA; PSICO-ONCOLOGIA PEDIÁTRICA; REABILITAÇÃO**



## INFLUÊNCIA DOS FATORES AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO NEUROLÓGICO INFANTIL: IMPLICAÇÕES PARA O NEURODESENVOLVIMENTO

THAYNÁ KELLY LIMA MARTINS; ANAYZA SANTOS RAMOS SALES; EULIETE DE ARAÚJO DE SOUSA; GILSA CLEIA OLIVEIRA DOS SANTOS; MARCIA GABRIELA OLIVEIRA SOEIRO PEREIRA

### RESUMO

O desenvolvimento do sistema nervoso durante a infância é um processo complexo, dinâmico e altamente influenciado pelas experiências e condições presentes no ambiente em que a criança está inserida. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar como diferentes condições externas podem interferir no processo de maturação cerebral e discutir suas repercussões para a formação das habilidades cognitivas, emocionais e motoras ao longo dos primeiros anos de vida. Para isso, foi realizada uma pesquisa de revisão de literatura com abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025. A busca bibliográfica foi conduzida em bases de dados da área da saúde, como SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados ao tema e operadores booleanos para ampliar a seleção dos estudos. Foram incluídos trabalhos disponíveis na íntegra, em português ou inglês, que abordassem diretamente a relação entre condições do meio e o crescimento cerebral na infância. Após a seleção, os estudos foram analisados de forma descritiva e interpretativa, permitindo identificar os principais elementos que influenciam esse processo. Os resultados evidenciaram que contextos ricos em estímulos cognitivos, vínculos afetivos seguros, nutrição adequada e acesso à educação contribuem significativamente para o fortalecimento das conexões neurais e para o aprimoramento das capacidades cognitivas e socioemocionais. Em contrapartida, situações marcadas por vulnerabilidade social, baixa estimulação precoce, exposição a poluentes e estressores ambientais podem comprometer o funcionamento do sistema nervoso em formação, aumentando o risco de atrasos no aprendizado, dificuldades comportamentais e possíveis transtornos do desenvolvimento. Além disso, os estudos destacam que a qualidade das interações familiares e o acesso a ambientes educacionais estimulantes exercem papel decisivo na promoção de experiências positivas durante a primeira infância. Conclui-se, portanto, que a identificação precoce de fatores de risco e a promoção de ambientes seguros, estimulantes e afetivamente estáveis são estratégias fundamentais para favorecer o crescimento saudável do cérebro e garantir melhores condições de aprendizagem e qualidade de vida ao longo do desenvolvimento humano.

**Palavras-chave:** plasticidade cerebral; estímulos cognitivos; ambiente familiar.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento neurológico infantil é um processo complexo e dinâmico que ocorre desde o período gestacional e continua ao longo da infância, sendo influenciado por diversos fatores biológicos, sociais e ambientais. Durante os primeiros anos de vida, o cérebro apresenta elevada plasticidade neural, característica que permite a formação e reorganização de conexões neurais em resposta aos estímulos recebidos do ambiente. Nesse contexto, as condições ambientais nas quais a criança está inserida desempenham papel fundamental na estruturação das funções cognitivas, emocionais e motoras. Assim, compreender como esses fatores interferem no neurodesenvolvimento é essencial para a promoção da saúde infantil e para a implementação de estratégias de prevenção e intervenção precoce (SANTOS; ALMEIDA, 2021).

Entre os fatores ambientais que podem influenciar o desenvolvimento neurológico infantil destacam-se as condições socioeconômicas, o acesso a estímulos cognitivos, a qualidade das interações familiares, a nutrição adequada e a exposição a ambientes seguros e estimulantes. Ambientes enriquecidos, caracterizados por estímulos adequados, interação afetiva e oportunidades de aprendizagem, favorecem o desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais da criança. Por outro lado, contextos marcados por pobreza, negligência, violência ou privação de estímulos podem comprometer significativamente o desenvolvimento cerebral, resultando em dificuldades de aprendizagem, problemas comportamentais e atrasos no desenvolvimento (OLIVEIRA; COSTA, 2020).

Outro aspecto relevante refere-se à exposição da criança a fatores ambientais adversos, como poluentes, substâncias tóxicas, estresse crônico e condições precárias de moradia. A literatura científica tem demonstrado que a exposição prolongada a esses fatores pode afetar diretamente o desenvolvimento do sistema nervoso central, interferindo na formação de circuitos neurais responsáveis por funções como memória, atenção, linguagem e regulação emocional. Além disso, tais condições podem aumentar o risco de transtornos do neurodesenvolvimento, como transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno do espectro autista (TEA) e dificuldades cognitivas ao longo da infância (MARTINS; SILVA, 2022).

A qualidade das relações familiares e do cuidado parental também exerce forte influência sobre o desenvolvimento neurológico infantil. Interações positivas, caracterizadas por afeto, estímulo à comunicação e apoio emocional, contribuem para o fortalecimento das conexões neurais e para o desenvolvimento saudável das funções cognitivas e socioemocionais. Em contrapartida, situações de negligência, estresse familiar ou ausência de estímulos adequados podem comprometer a formação dessas conexões, impactando negativamente o processo de aprendizagem e o desenvolvimento global da criança (FERREIRA; LIMA, 2023).

Além disso, a identificação precoce de fatores ambientais de risco é essencial para a implementação de estratégias de intervenção que favoreçam o desenvolvimento infantil. Profissionais da saúde, da educação e da assistência social desempenham papel importante na promoção de ambientes saudáveis e no acompanhamento do desenvolvimento das crianças, especialmente durante os primeiros anos de vida. A atuação interdisciplinar permite identificar precocemente possíveis atrasos no desenvolvimento e implementar ações que minimizem os impactos negativos de fatores ambientais adversos, promovendo melhores condições para o crescimento e o desenvolvimento neurológico saudável (CARVALHO; SOUZA, 2024).

Diante da relevância dos fatores ambientais para o desenvolvimento neurológico infantil e dos possíveis impactos dessas condições sobre o neurodesenvolvimento, torna-se fundamental aprofundar a discussão sobre essa temática no campo da saúde e da educação. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a influência dos fatores ambientais no desenvolvimento neurológico

infantil e discutir suas implicações para o neurodesenvolvimento, destacando a importância da identificação precoce de fatores de risco e da promoção de ambientes favoráveis ao desenvolvimento saudável das crianças.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão de literatura com abordagem qualitativa, cujo objetivo é analisar e discutir a influência dos fatores ambientais no desenvolvimento neurológico infantil, bem como suas implicações para o neurodesenvolvimento. A revisão de literatura permite reunir e analisar criticamente produções científicas já publicadas sobre determinado tema, possibilitando a construção de uma síntese do conhecimento disponível e contribuindo para o aprofundamento teórico da temática investigada.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar uma análise interpretativa dos estudos selecionados, considerando os diferentes contextos, perspectivas e evidências apresentadas na literatura científica. Esse tipo de abordagem permite compreender de forma mais ampla os fatores que interferem no desenvolvimento neurológico infantil, destacando aspectos relacionados ao ambiente social, familiar, econômico e cultural que podem influenciar o processo de desenvolvimento das crianças.

Para a realização da busca bibliográfica foram utilizadas bases de dados amplamente reconhecidas na área da saúde, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed e Google Acadêmico. A seleção dos artigos foi realizada por meio da utilização de descritores relacionados ao tema, tais como: *neurodesenvolvimento infantil*, *fatores ambientais*, *desenvolvimento neurológico*, *saúde da criança* e *primeira infância*, combinados entre si por meio dos operadores booleanos AND e OR, com o objetivo de ampliar a abrangência da busca.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados nos últimos cinco anos (2020 a 2025), disponíveis na íntegra, em língua portuguesa ou inglesa, que abordassem diretamente a relação entre fatores ambientais e o desenvolvimento neurológico infantil. Foram excluídos estudos duplicados, artigos que não apresentavam relação direta com o tema proposto, trabalhos incompletos, resumos simples de eventos científicos, teses, dissertações e publicações fora do período estabelecido.

Após a realização da busca nas bases de dados, foi feita inicialmente a leitura dos títulos e resumos dos estudos identificados, com o objetivo de verificar sua relevância para o tema da pesquisa. Em seguida, os artigos selecionados foram submetidos à leitura completa para análise e extração das informações mais relevantes. Os dados obtidos foram organizados e analisados de forma descritiva e interpretativa, permitindo a identificação dos principais fatores ambientais relacionados ao neurodesenvolvimento infantil e suas implicações para a saúde e o desenvolvimento das crianças.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

**Tabela 1** – Estudos selecionados para a construção do corpus da pesquisa

Autor/Ano	Objetivo do estudo	Principais resultados
-----------	--------------------	-----------------------

<b>Santos Almeida (2021)</b>	e	Analisar a relação entre fatores ambientais e o desenvolvimento neurológico infantil.	Ambientes com estímulos cognitivos e interação familiar positiva favorecem o desenvolvimento cerebral e habilidades cognitivas.
<b>Oliveira Costa (2020)</b>	e	Investigar determinantes ambientais associados ao desenvolvimento infantil.	Condições socioeconômicas desfavoráveis e baixa estimulação precoce podem gerar atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor.
<b>Martins Silva (2022)</b>	e	Avaliar os impactos da exposição ambiental no neurodesenvolvimento infantil.	A exposição a poluentes ambientais e substâncias tóxicas pode comprometer funções cognitivas e comportamentais.
<b>Ferreira Lima (2023)</b>	e	Examinar o papel das interações familiares no desenvolvimento neurológico.	Vínculos afetivos seguros e estímulos familiares positivos contribuem para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo.
<b>Carvalho Souza (2024)</b>	e	Identificar fatores de risco ambientais relacionados ao desenvolvimento infantil.	A vulnerabilidade social e a falta de políticas públicas adequadas podem impactar negativamente o desenvolvimento neurológico.
<b>Rocha Mendes (2022)</b>	e	Analisar a influência do ambiente escolar e social na primeira infância.	Ambientes educativos estimulantes contribuem para o fortalecimento das habilidades cognitivas e sociais da criança.
<b>Lima Andrade (2023)</b>	e	Avaliar a importância da nutrição e do ambiente familiar no neurodesenvolvimento.	A nutrição adequada associada a estímulos familiares favorece o desenvolvimento cerebral saudável.
<b>Pereira Batista (2024)</b>	e	Investigar fatores ambientais associados ao risco de transtornos do neurodesenvolvimento.	A exposição prolongada a ambientes adversos pode aumentar a probabilidade de transtornos como TDAH e dificuldades cognitivas.

A análise dos estudos apresentados no quadro evidencia que os fatores ambientais desempenham papel fundamental no desenvolvimento neurológico infantil, especialmente durante a primeira infância, período caracterizado por intensa plasticidade cerebral. Estudos como os de Santos e Almeida (2021) demonstram que ambientes ricos em estímulos cognitivos e afetivos favorecem a formação de conexões neurais essenciais para o desenvolvimento das funções cognitivas e emocionais da criança. Nesse sentido, a qualidade das experiências vivenciadas no ambiente familiar e social exerce impacto direto no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Corroborando esses achados, Oliveira e Costa (2020) destacam que fatores socioeconômicos também influenciam significativamente o desenvolvimento infantil, uma vez que condições de vulnerabilidade social podem limitar o acesso a estímulos educacionais, cuidados adequados e recursos necessários para o desenvolvimento saudável. De forma semelhante, Carvalho e Souza (2024) ressaltam que contextos marcados por desigualdades

sociais e ausência de políticas públicas eficazes podem comprometer o desenvolvimento neurológico das crianças, evidenciando a importância de ações intersetoriais voltadas à promoção da saúde na infância.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se à exposição a fatores ambientais adversos, como poluentes e substâncias tóxicas, que podem afetar diretamente o sistema nervoso em desenvolvimento. Martins e Silva (2022) apontam que a exposição a esses agentes pode interferir no funcionamento cognitivo e comportamental das crianças, aumentando o risco de dificuldades de aprendizagem e problemas de atenção. Complementando essa perspectiva, Pereira e Batista (2024) indicam que ambientes adversos e estressores ambientais podem contribuir para o surgimento de transtornos do neurodesenvolvimento, reforçando a necessidade de monitoramento e prevenção desses fatores.

Além disso, as interações familiares e os estímulos oferecidos no ambiente doméstico aparecem como elementos centrais para o desenvolvimento neurológico saudável. Ferreira e Lima (2023) destacam que relações afetivas positivas e a presença de vínculos seguros favorecem o desenvolvimento socioemocional e cognitivo das crianças. Da mesma forma, Lima e Andrade (2023) ressaltam que a nutrição adequada associada a um ambiente familiar estimulante contribui para o desenvolvimento cerebral e para a aquisição de habilidades cognitivas.

Por fim, Rocha e Mendes (2022) enfatizam o papel do ambiente educacional no desenvolvimento infantil, destacando que contextos escolares estimulantes podem ampliar as oportunidades de aprendizagem e favorecer o desenvolvimento das habilidades cognitivas e

sociais. Dessa forma, os estudos analisados demonstram que o neurodesenvolvimento infantil

é resultado da interação entre múltiplos fatores ambientais, sociais e familiares, evidenciando a

importância de estratégias integradas que promovam ambientes saudáveis e estimulantes para o desenvolvimento das crianças.

#### **4 CONCLUSÃO**

O desenvolvimento neurológico infantil é um processo complexo e altamente sensível às condições ambientais nas quais a criança está inserida, especialmente durante os primeiros anos de vida, período caracterizado por intensa plasticidade cerebral. A partir da análise dos estudos selecionados, foi possível identificar que fatores ambientais como condições socioeconômicas, qualidade das interações familiares, nutrição adequada, acesso à educação e

exposição a agentes ambientais exercem influência significativa sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e motor das crianças.

Os resultados evidenciaram que ambientes estimulantes, marcados por vínculos afetivos positivos, oportunidades de aprendizagem e condições adequadas de cuidado, favorecem o desenvolvimento saudável do sistema nervoso e contribuem para a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais importantes ao longo da vida. Em contrapartida, contextos caracterizados por vulnerabilidade social, negligência, exposição a poluentes e ausência de estímulos adequados podem comprometer o neurodesenvolvimento e aumentar o risco de atrasos no desenvolvimento e de transtornos neurológicos.

Nesse sentido, destaca-se a importância da identificação precoce de fatores ambientais de risco e da implementação de estratégias de intervenção que promovam ambientes mais seguros e estimulantes para o crescimento infantil. A atuação integrada de profissionais da saúde, educação e assistência social é fundamental para garantir o acompanhamento adequado

do desenvolvimento das crianças e para promover ações voltadas à prevenção de possíveis prejuízos ao neurodesenvolvimento.

Dessa forma, conclui-se que a promoção de ambientes saudáveis e estimulantes, aliada à implementação de políticas públicas voltadas à proteção e ao desenvolvimento da infância, constitui um elemento essencial para garantir melhores condições de desenvolvimento neurológico e qualidade de vida às crianças.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. F.; SOUZA, M. L. Fatores ambientais e desenvolvimento infantil: desafios para a promoção da saúde na primeira infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2024.

FERREIRA, P. S.; LIMA, A. R. Interações familiares e desenvolvimento neuropsicomotor na infância. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 41, 2023.

LIMA, T. R.; ANDRADE, C. S. Nutrição, ambiente familiar e desenvolvimento infantil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 23, n. 3, 2023.

MARTINS, D. S.; SILVA, T. R. Exposição ambiental e riscos para o neurodesenvolvimento infantil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, 2022.

OLIVEIRA, J. C.; COSTA, L. M. Determinantes ambientais do desenvolvimento infantil na primeira infância. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, 2020.

PEREIRA, L. A.; BATISTA, R. S. Fatores ambientais e transtornos do neurodesenvolvimento na infância. **Revista Brasileira de Neurologia**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, 2024.

ROCHA, F. S.; MENDES, A. P. Ambiente educacional e desenvolvimento cognitivo na primeira infância. **Revista Educação e Saúde**, Brasília, v. 10, n. 1, 2022.

SANTOS, A. P.; ALMEIDA, F. G. Neurodesenvolvimento infantil e fatores ambientais: implicações para a saúde da criança. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2021.

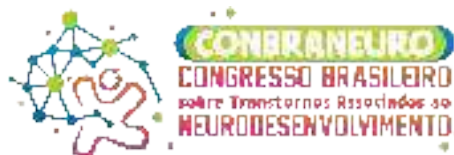


## O IMPACTO DA INTERVENÇÃO MOTORA EM ESTUDANTES AUTISTAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

ISMAEL TRES; ANA APARECIDA VIEIRA DE MOURA

**Introdução:** A consolidação da educação inclusiva no Brasil ampliou o acesso de estudantes autistas ao ensino regular, porém ainda persistem lacunas na regulamentação e na efetivação de práticas que garantam igualdade de condições, especialmente no que se refere ao desenvolvimento motor. Mesmo com avanços normativos recentes, como os Decretos nº 12.686 e nº 12.773 de 2025, não há previsão explícita da atuação do professor de Educação Física no Atendimento Educacional Especializado, o que limita intervenções específicas voltadas às dificuldades motoras frequentemente associadas ao autismo. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo analisar o impacto da intervenção motora realizada por professor de Educação Física no Atendimento Educacional Especializado de um campus da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa aplicada, de método misto, desenvolvida com dois estudantes autistas do ensino médio integrado, ambos com 16 anos de idade, nível 1 de suporte. Foi realizada avaliação motora por meio da Bateria de Avaliação do Movimento para Crianças (MABC-2), seguida da aplicação de um plano de intervenção motora durante noventa dias, totalizando oito aulas com duração de trinta e cinco minutos cada. **Resultados:** Os resultados evidenciaram avanços significativos no desempenho motor, com transição de indicadores de comprometimento severo para níveis compatíveis com ausência de dificuldade detectável. **Conclusão:** Conclui-se que a atuação do professor de Educação Física no Atendimento Educacional Especializado potencializa o desenvolvimento motor, favorece a inclusão e a participação equitativa nas aulas do ensino regular e representa inovação pedagógica com relevante impacto social, reforçando a necessidade de regulamentação específica que assegure esse direito.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO FÍSICA; AUTISMO; INTERVENÇÃO MOTORA**



## A IMPORTÂNCIA DAS AULAS PRÁTICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

LILIANE DOS SANTOS RODRIGUES; RAFAELLY ANDRESSA FERREIRA MIRANDA BARBOSA; ANTONIA MARLUCIA BRITO ESCÓRCIO; ELAINE FERREIRA NEVES DE NADAI; THIAGO KENJI CORREA XIKOTA; MARIA BEATRIZ DA SILVA SOUSA

**Introdução:** A educação inclusiva tem ampliado discussões sobre práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula. Entre os estudantes que demandam estratégias diferenciadas estão aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que podem apresentar particularidades na comunicação, na interação social e no processamento de informações. No ensino de Ciências Naturais, a presença de conceitos abstratos pode dificultar a aprendizagem desses estudantes. Nesse cenário, atividades práticas e experimentais têm sido apontadas como estratégias relevantes, pois permitem a observação e a manipulação de fenômenos. Estudos recentes indicam que essas práticas contribuem para maior engajamento, participação e compreensão conceitual. **Objetivo:** Analisar a importância das aulas práticas no ensino de Ciências Naturais para estudantes com Transtorno do Espectro Autista, a partir de evidências da literatura recente. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão de literatura. Foram selecionados artigos publicados nos últimos cinco anos nas bases Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, utilizando descritores relacionados ao ensino de Ciências, aulas práticas e TEA. Os estudos foram analisados buscando identificar contribuições pedagógicas dessas estratégias. **Resultados:** Os estudos analisados indicam que atividades práticas favorecem a compreensão de conceitos científicos ao proporcionar experiências concretas que tornam o conteúdo mais acessível e significativo. Além disso, essas estratégias aumentam o interesse, a participação e a interação dos estudantes durante as aulas, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais inclusivo. A literatura também aponta que o uso de materiais manipuláveis, recursos visuais e experimentações simples facilita a mediação do professor e estimula a curiosidade científica. Em alguns estudos, observou-se ainda que a abordagem prática pode auxiliar no desenvolvimento da autonomia, da organização de tarefas e da participação ativa dos estudantes com TEA nas atividades propostas. **Conclusão:** As aulas práticas representam uma estratégia relevante para o ensino de Ciências Naturais em contextos inclusivos, podendo favorecer a compreensão conceitual e ampliar a participação de estudantes com TEA no processo educativo.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA; ENSINO EXPERIMENTAL; APRENDIZAGEM CIENTÍFICA**

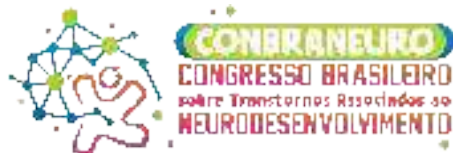


## INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM DÉFICIT DE MEMÓRIA DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

LILIANE DOS SANTOS RODRIGUES; RAFAELLY ANDRESSA FERREIRA MIRANDA BARBOSA; KAROLINE DE CÁSSIA BRITO DE SOUZA; EVANILDE MIRANDA DE FREITAS GUIMARÃES; CARINE BARBOSA RIBEIRO; LEILA CRISTINA DE ALMEIDA GONÇALVES; ALEXANDRA RESENDE MOUSINHO SILVA

**Introdução:** A memória de trabalho desempenha papel central nos processos cognitivos relacionados à aprendizagem, pois permite ao estudante manter e manipular informações temporariamente durante a realização de tarefas escolares. Déficits nessa função executiva podem comprometer habilidades como leitura, escrita, resolução de problemas e compreensão de instruções, afetando o desempenho acadêmico e a participação em atividades escolares. No contexto educacional inclusivo, estudantes com transtorno de déficit de atenção, dislexia ou outras dificuldades de aprendizagem frequentemente apresentam limitações associadas à memória de trabalho. Diante desse cenário, cresce o interesse por intervenções educacionais capazes de apoiar esses alunos no ambiente escolar. Estudos recentes têm investigado programas de estimulação cognitiva e estratégias pedagógicas adaptadas, indicando que a atuação docente e a organização das atividades didáticas podem contribuir significativamente para minimizar barreiras cognitivas presentes no processo de aprendizagem. **Objetivo:** Analisar, com base na literatura científica recente, intervenções educacionais e inclusivas destinadas a estudantes com déficit na memória de trabalho, identificando estratégias pedagógicas utilizadas em contextos escolares e discutindo seus possíveis efeitos sobre o desempenho e a participação acadêmica. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão de literatura. Foram selecionados artigos publicados entre 2022 e 2025 em bases acadêmicas como Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES. Os estudos foram analisados por meio de leitura crítica e análise de conteúdo, buscando identificar tipos de intervenção, estratégias pedagógicas e contribuições para a educação inclusiva. **Resultados:** A literatura analisada indica que intervenções voltadas ao fortalecimento da memória de trabalho podem favorecer processos como atenção, organização de informações e acompanhamento de instruções. Entre as estratégias destacam-se divisão de tarefas complexas, uso de recursos visuais, repetição orientada e mediação ativa do professor, elementos que contribuem para maior engajamento e compreensão das atividades escolares. **Conclusão:** Conclui-se que práticas pedagógicas estruturadas podem reduzir barreiras cognitivas e ampliar oportunidades de aprendizagem, reforçando a importância de abordagens inclusivas fundamentadas em evidências na educação básica.

Palavras-chave: **FUNÇÕES EXECUTIVAS; APRENDIZAGEM; INCLUSÃO**

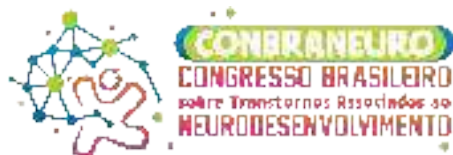


## **A LEITURA EM VOZ ALTA COMO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA FLUÊNCIA ORAL E DA COMPREENSÃO LEITORA EM ESTUDANTES COM DIFICULDADES DE LEITURA E LINGUAGEM**

LILIANE DOS SANTOS RODRIGUES; RAFAELLY ANDRESSA FERREIRA MIRANDA BARBOSA; SHEILA RAQUEL FERREIRA SEGÓVIA; MATHEUS QUAGLIA PEIXOTO; MYLENNNA PIMENTEL SARMENTO; THIAGO KENJI CORREA XIKOTA

**Introdução:** A leitura em voz alta tem sido apontada por diferentes estudos como uma prática pedagógica capaz de favorecer o desenvolvimento da linguagem e da competência leitora, sobretudo entre estudantes que apresentam dificuldades no processo de leitura e limitações na expressão oral. No contexto educacional, essa estratégia possibilita o contato com modelos adequados de entonação, ritmo e organização da fala, contribuindo para o aprimoramento da fluência e para a ampliação do repertório linguístico dos alunos. Pesquisas recentes indicam que atividades que integram leitura e oralidade fortalecem habilidades essenciais para a compreensão textual e para a participação dos estudantes nas práticas de linguagem desenvolvidas na escola. **Objetivo:** Investigar, a partir da literatura recente, de que maneira a leitura em voz alta pode ser utilizada como estratégia pedagógica para apoiar o desenvolvimento da fluência oral e da compreensão leitora em estudantes com dificuldades de leitura e linguagem. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão de literatura. Foram selecionados estudos publicados nos últimos anos em bases acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, utilizando descritores relacionados à leitura em voz alta, dificuldades de leitura, oralidade e mediação pedagógica. A análise dos materiais foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, buscando identificar contribuições e lacunas nas investigações recentes. **Resultados:** Os estudos analisados evidenciam que a leitura em voz alta pode contribuir para o desenvolvimento da fluência leitora, da consciência fonológica e da compreensão de textos. Além disso, quando mediada de forma intencional pelo professor, essa prática favorece a ampliação do vocabulário, o aprimoramento da expressão oral e maior envolvimento dos estudantes nas atividades de leitura. Entretanto, a literatura ainda apresenta limitações quanto à sistematização de intervenções pedagógicas voltadas para alunos que apresentam dificuldades de leitura e comunicação oral. **Conclusão:** Conclui-se que a leitura em voz alta possui potencial como estratégia de intervenção pedagógica, podendo apoiar o desenvolvimento da linguagem e da compreensão leitora em contextos educacionais diversos. A ampliação de estudos que investiguem práticas sistematizadas pode contribuir para o fortalecimento de metodologias inclusivas e para o aprimoramento das práticas docentes.

Palavras-chave: **DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO; PRÁTICA DE LEITURA; INTERVENÇÃO EDUCATIVA**

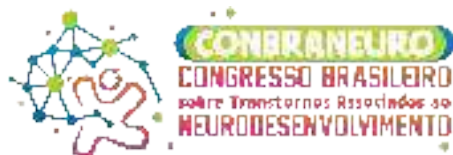


## **PARLENDAS E ORALIDADE NA ALFABETIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

MYLENNNA PIMENTEL SARMENTO; RAFAELLY ANDRESSA FERREIRA MIRANDA BARBOSA; WALTERLINA BARBOZA BRASIL; ANA MARIA DA SILVA SOUSA; SUELEN MARTINS

**Introdução:** A alfabetização inicial envolve processos linguísticos, cognitivos e sociais relacionados à construção do conhecimento sobre a língua escrita. Nesse percurso, a oralidade assume papel importante, pois constitui uma das primeiras formas de interação da criança com a linguagem. Na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, práticas pedagógicas que valorizam gêneros da tradição oral têm sido utilizadas para favorecer o desenvolvimento da linguagem. Entre esses gêneros, destacam-se as parlendas, textos curtos marcados por ritmo, repetição e musicalidade presentes na cultura popular infantil. Embora a literatura educacional reconheça a relevância da oralidade na alfabetização, ainda são limitados os estudos que investigam as contribuições específicas das parlendas para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à leitura e à escrita nos anos iniciais. **Objetivo:** Analisar, por meio de uma revisão de literatura qualitativa, as contribuições do uso de parlendas como recurso pedagógico para o desenvolvimento da oralidade e da consciência fonológica no processo de alfabetização. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida a partir de revisão de literatura. Foram selecionados artigos científicos publicados nos últimos cinco anos nas bases Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, utilizando descritores relacionados à oralidade, parlendas, alfabetização e consciência fonológica. Após a seleção, realizou-se leitura analítica dos estudos e organização das informações com base na técnica de análise de conteúdo. **Resultados:** Os estudos analisados indicam que o trabalho com parlendas favorece o desenvolvimento da consciência fonológica, especialmente na identificação de rimas, sílabas e padrões sonoros da língua. O ritmo e a repetição desse gênero textual facilitam a percepção dos sons e auxiliam na segmentação das palavras. As pesquisas também mostram que o uso de parlendas amplia o vocabulário, fortalece a memória verbal e aumenta o interesse dos estudantes pelas atividades de linguagem. Além disso, a recitação coletiva favorece a interação entre os alunos e torna o processo de aprendizagem mais participativo. **Conclusão:** Conclui-se que as parlendas apresentam potencial pedagógico relevante para o desenvolvimento de habilidades linguísticas essenciais à alfabetização, contribuindo para práticas pedagógicas mais significativas nos anos iniciais da escolarização.

Palavras-chave: **TRADIÇÃO ORAL; CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA; APRENDIZAGEM DA LEITURA**

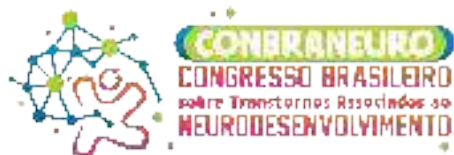


## **BILINGUISMO APLICADO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE ABORDAGEM DE INGLÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

MYLENNNA PIMENTEL SARMENTO

**Introdução:** O ensino de LA no contexto da Educação Especial tem sido cada vez mais discutido, especialmente no que se refere às possibilidades de aprendizagem de estudantes com TEA. Durante muitos anos, acreditou-se que o contato com mais de uma língua poderia prejudicar o desenvolvimento linguístico de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, o que levou, em alguns casos, à restrição do ensino bilíngue. Entretanto, pesquisas recentes indicam que o acesso a uma LA não compromete necessariamente o desenvolvimento linguístico desses estudantes. Quando mediado por práticas pedagógicas adaptadas às necessidades individuais, o ensino de línguas pode favorecer processos comunicativos, cognitivos e socioculturais. **Objetivo:** Relatar uma experiência pedagógica relacionada ao ensino de Inglês como LA no processo de aprendizagem de um estudante com TEA no contexto da Educação Especial, destacando estratégias pedagógicas, ferramentas utilizadas e resultados observados ao final da atuação. **Relato de experiência:** Trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo, que apresenta a atuação pedagógica realizada com um estudante diagnosticado com TEA em um colégio bilíngue, no período de Fevereiro a Agosto de 2022. As atividades foram planejadas considerando as necessidades do aluno, utilizando recursos visuais, repetição estruturada, estímulos multimodais e atividades lúdicas voltadas à ampliação do repertório linguístico em Inglês. Observou-se que o uso de músicas, imagens, jogos e rotinas estruturadas favoreceu o engajamento do estudante nas atividades, contribuindo para o reconhecimento de vocabulário e estimulando interações. Além dos materiais fornecidos pela instituição, a professora elaborou recursos pedagógicos específicos para facilitar a compreensão das atividades. Os resultados foram acompanhados por meio de observação diária, considerando a construção de uma relação acolhedora com o aluno, respeitando seu tempo de autorregulação entre atividades. O processo foi registrado por meio de fotografias, vídeos, diários de classe e portfólios compartilhados com a família. **Conclusão:** A experiência demonstra que o ensino de Inglês como LA pode representar uma prática pedagógica significativa no contexto da Educação Especial. Quando orientado por estratégias adaptadas, esse ensino contribui para o desenvolvimento comunicativo e para a ampliação da aprendizagem de estudantes com TEA, evidenciando a importância de ampliar pesquisas e reflexões sobre o bilinguismo nesse campo educacional.

Palavras-chave: **NEURODESENVOLVIMENTO; BILINGUISMO; TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

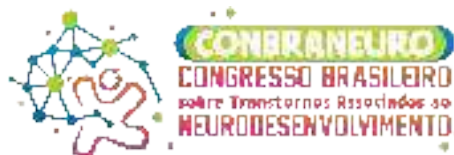


## ASSOCIAÇÃO ENTRE SÍFILIS CONGÊNITA E COBERTURA DA TRIAGEM AUDITIVA NEONATAL NO BRASIL: ESTUDO ECOLÓGICO DE SÉRIE TEMPORAL, 2014-2024

ARTHUR ANDRADE LACET FLORÊNCIO; DEBORA REIS DE ALMEIDA BRAGA; LUIS FELIPE BRITO DE MEDEIROS; FERNANDA SAMPAIO PEREIRA; LUCA EDY RAGO CONSTATINO MYRA; PEDRO LUIZ DIAS FERREIRA; FRANCISCO CAMARA RAPOSO ANDRADE

**Introdução:** A sífilis congênita permanece como importante agravo perinatal no Brasil e pode ocasionar diversas complicações neonatais. Entre suas repercussões tardias destaca-se a surdez neurosensorial, decorrente do comprometimento inflamatório do sistema auditivo fetal. Nesse contexto, a triagem auditiva neonatal (TAN), realizada no SUS por meio do teste da orelhinha, constitui estratégia essencial para identificação precoce de alterações auditivas e prevenção de impactos no neurodesenvolvimento infantil. **Objetivo:** Analisar a associação entre a taxa de sífilis congênita e a cobertura da TAN nas unidades federativas (UFs) brasileiras, além de descrever sua distribuição temporal e regional entre 2014 e 2024. **Metodologia:** Estudo ecológico retrospectivo, descritivo-analítico, com dados secundários do DATASUS (2014-2024). Para cada UF e ano foram analisados nascidos vivos, casos de sífilis congênita e procedimentos de TAN. Calculou-se a taxa de sífilis congênita por 1.000 nascidos vivos e a cobertura da TAN por 100 nascidos vivos. A associação entre os indicadores foi avaliada por correlação de Spearman. **Resultados:** Foram registrados 30.468.409 nascidos vivos, 159.514 casos de sífilis congênita e 286.498 procedimentos de TAN. A taxa média nacional de sífilis congênita foi 6,82/1.000 nascidos vivos e a cobertura média da TAN 1,19/100 nascidos vivos. Observou-se aumento da incidência de sífilis congênita de 0,001/1.000 em 2014 para 9,809/1.000 em 2024, enquanto a cobertura da TAN passou de 0,474 para 1,830/100 nascidos vivos. As maiores taxas de sífilis congênita ocorreram no Sudeste (5,91/1.000) e Nordeste (5,42/1.000), enquanto as maiores coberturas de TAN foram observadas no Sul (1,95/100) e Centro-Oeste (1,09/100). A análise revelou correlação positiva fraca entre os indicadores ( $Rho=0,166$ ;  $p=0,023$ ). **Conclusão:** A correlação positiva fraca indica que a ampliação da triagem auditiva não acompanha plenamente a carga de sífilis congênita no país. Esses achados reforçam a necessidade de aprimorar o planejamento do acompanhamento auditivo neonatal, priorizando investimentos e expansão da triagem em regiões com maiores taxas de sífilis congênita, a fim de reduzir o risco de surdez neurosensorial e seus impactos no neurodesenvolvimento. Além disso, evidenciam a importância de fortalecer estratégias de vigilância e integração entre programas de saúde materno-infantil e triagem neonatal.

Palavras-chave: **NEURODESENVOLVIMENTO; SÍFILIS CONGÊNITA; TRIAGEM AUDITIVA NEONATAL**



## NEURODESENVOLVIMENTO NA ERA DIGITAL: INTERFACES ENTRE USO DE TELAS E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

DÉBORA REIS DE ALMEIDA BRAGA; ARTHUR ANDRADE LACET FLORÊNCIO; MARINA SOUZA BRAGA; FERNANDA SAMPAIO PEREIRA; LUÍS FELIPE BRITO DE MEDEIROS; LUCAS DUARTE MARANHÃO; FELIPE LEMOS DE ARAÚJO

**Introdução:** A incorporação precoce das telas ao cotidiano infantil tem transformado experiências centrais da primeira infância, fase de intensa plasticidade cerebral. Recomendações institucionais atuais orientam restrição da exposição, sobretudo nos menores de 5 anos. Entretanto, evidências recentes indicam que, além do tempo de tela, conteúdo, contexto de uso e mediação do cuidador influenciam os desfechos do neurodesenvolvimento. **Objetivo:** Analisar as interfaces entre uso de telas e desenvolvimento infantil, com ênfase em linguagem, cognição, comportamento e mecanismos relacionais. **Metodologia:** Revisão bibliográfica realizada na PubMed com os descritores (“screen time” OR “digital media” OR “media use” OR “screen exposure”) AND (child\* OR infant\* OR “early childhood”) AND (“neurodevelopment” OR “child development” OR language OR cognition OR behavior). Aplicaram-se os filtros: últimos cinco anos, texto completo gratuito, ensaios clínicos e revisões sistemáticas, crianças do nascimento aos 12 anos, idiomas inglês e português. O resultado foi 134 artigos, triados por títulos e resumos. Para a síntese final, selecionaram-se 6 estudos com achados robustos e documentos institucionais sobre o tema. **Resultados:** Predominou associação negativa entre exposição excessiva às telas e neurodesenvolvimento infantil, especialmente na primeira infância e acima do tempo recomendado. Revisão sistemática com meta-análise mostrou que televisão de fundo, conteúdo não apropriado à idade e uso de telas por cuidadores durante interações infantis associaram-se a piores desfechos cognitivos e psicossociais. A co-visualização com adultos apresentou associação mais favorável para cognição em comparação à exposição passiva, sem invalidar as restrições etárias recomendadas. Outra revisão sistemática evidenciou prejuízos em linguagem, funções executivas, atenção e regulação emocional. Em estudo brasileiro, maior exposição correlacionou-se a piores escores de comunicação, resolução de problemas e domínio pessoal-social. Coorte prospectivo identificou redução de fala dirigida à criança, vocalizações e turnos conversacionais com o aumento do tempo de tela. **Conclusão:** O impacto das telas no desenvolvimento infantil mostra-se mais nocivo quando a exposição é precoce, prolongada e acima do recomendado. Na primeira infância, a correlação negativa é mais consistente para linguagem, cognição e competências psicossociais, também pela redução de interações presenciais entre criança e cuidador. Assim, a prevenção deve priorizar qualidade do conteúdo, mediação parental qualificada e proteção do ambiente relacional.

Palavras-chave: **CRIANÇA; NEURODESENVOLVIMENTO; TEMPO DE TELA**

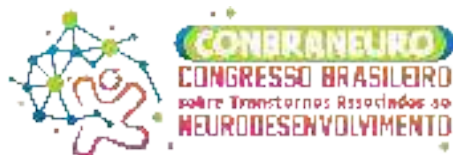


## ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DAS OPERAÇÕES BÁSICAS A ESTUDANTES COM TDAH NOS ANOS INICIAIS

THIAGO KENJI CORREA XIKOTA; RAFAELLY ANDRESSA FERREIRA MIRANDA BARBOSA; BEATRIZ BELIZIE SOUZA CASARI; ALESSANDRA MARIA ROCHA RIBEIRO; THUANI DOS SANTOS NUNES; ANA MARIA DA SILVA SOUSA

**Introdução:** O ensino da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental constitui uma etapa essencial para o desenvolvimento do raciocínio lógico e da autonomia dos estudantes. Entretanto, esse processo pode apresentar desafios adicionais quando envolve alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), condição caracterizada por dificuldades relacionadas à atenção sustentada, impulsividade e organização das tarefas. Essas características podem interferir diretamente na aprendizagem de conteúdos matemáticos, sobretudo das quatro operações básicas — adição, subtração, multiplicação e divisão. Diante desse cenário, torna-se fundamental refletir sobre práticas pedagógicas que considerem as necessidades desses estudantes e favoreçam um ambiente de aprendizagem mais inclusivo. **Objetivo:** Analisar, a partir da literatura científica recente, estratégias pedagógicas que contribuam para a aprendizagem das operações básicas da matemática por estudantes com TDAH nos anos iniciais do ensino fundamental. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão de literatura. Foram selecionados artigos científicos publicados entre 2022 e 2025 em bases acadêmicas como Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES. A busca considerou descritores relacionados ao ensino de matemática, TDAH, estratégias pedagógicas e aprendizagem inclusiva. Após a seleção dos estudos, realizou-se análise interpretativa do conteúdo, com objetivo de identificar abordagens metodológicas e práticas educacionais utilizadas no ensino das operações matemáticas para estudantes com TDAH. **Resultados:** A análise evidenciou que o uso de estratégias pedagógicas diversificadas pode favorecer significativamente o processo de aprendizagem matemática desses alunos. Entre as práticas recorrentes destacam-se jogos didáticos, materiais manipuláveis e atividades organizadas em etapas menores, que auxiliam na manutenção da atenção e na compreensão gradual dos conteúdos. Além disso, metodologias que estimulam a participação ativa dos estudantes e o desenvolvimento de habilidades metacognitivas demonstraram contribuir para maior autonomia na resolução de problemas matemáticos. **Conclusão:** Conclui-se que a adoção de estratégias pedagógicas estruturadas, aliadas a recursos lúdicos e metodologias ativas, pode ampliar as possibilidades de aprendizagem das operações básicas para estudantes com TDAH. A literatura analisada reforça a importância de práticas educativas que considerem as especificidades cognitivas desses alunos, promovendo um ensino mais acessível e participativo.

Palavras-chave: **APRENDIZAGEM MATEMÁTICA; PRÁTICAS INCLUSIVAS; RACIOCÍNIO LÓGICO**

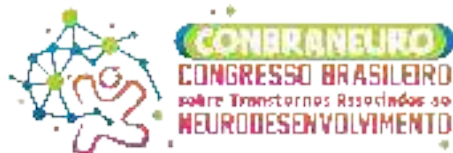


## DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM: UMA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

BEATRIZ GOMES LIMA MIRANDA; JAQUELINE FARIA DE SOUZA; LEANDRO CARVALHO DE OLIVEIRA; LETICIA BIRINGUI MELLO; MARIA IZABELLA ALMEIDA MARTINS; SARA LIZIANE PEREIRA; CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA

**Introdução:** O desenvolvimento e a aprendizagem são processos interligados e essenciais na Educação Infantil. Nessa fase, a criança aprende por meio das interações, das brincadeiras e das experiências vividas no ambiente escolar. Cada criança possui seu próprio ritmo, e compreender essas diferenças é fundamental para garantir uma prática pedagógica significativa. O ambiente escolar deve oferecer oportunidades que estimulem a curiosidade, a criatividade e a participação ativa. **Objetivo:** Analisar a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, destacando sua importância para a formação integral da criança. Também busca compreender o papel do professor como mediador, responsável por criar situações que favoreçam a construção do conhecimento de maneira natural e significativa. **Metodologia:** O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com base em estudos sobre desenvolvimento infantil e práticas pedagógicas. Foram utilizados autores que discutem a importância das interações sociais e do ambiente educativo no processo de aprendizagem, além de reflexões a partir de experiências observadas no contexto escolar. **Resultados:** Observa-se que desenvolvimento e aprendizagem estão inter-relacionados. Quando o professor planeja atividades adequadas à faixa etária e respeita o tempo da criança, a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa. Nesse contexto, as atividades lúdicas favorecem a participação e estimulam habilidades cognitivas, sociais e emocionais, contribuindo para um ambiente escolar mais dinâmico e propício às descobertas. O desenvolvimento infantil envolve dimensões cognitivas, sociais, emocionais e motoras, sendo a aprendizagem construída por meio das interações com o meio, com os colegas e com o professor. Assim, a prática pedagógica deve estimular a autonomia e a curiosidade, promovendo experiências significativas que estejam relacionadas à realidade da criança. **Conclusão:** Conclui-se que desenvolvimento e aprendizagem estão diretamente ligados. O professor tem papel fundamental como mediador, organizando experiências que favoreçam o crescimento integral. Assim, a Educação Infantil contribui para um desenvolvimento saudável e prepara a criança para as próximas etapas da vida escolar.

Palavras-chave: **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS; INTERAÇÕES SOCIAIS; FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA**



## VIVÊNCIAS INTERCULTURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

LARISSA FAJARDO

**Introdução:** A educação infantil constitui uma etapa fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, sendo essencial proporcionar experiências que estimulem a curiosidade, a interação e a ampliação de repertório cultural. Atividades que envolvem diferentes culturas e formas de viver favorecem o respeito à diversidade, o desenvolvimento da linguagem, da socialização e da aprendizagem significativa. Nesse contexto, projetos pedagógicos que integrem experiências práticas, participação familiar e exploração cultural contribuem para a construção do conhecimento de forma lúdica e contextualizada, promovendo o desenvolvimento integral da criança. **Objetivo:** Relatar a experiência de um projeto pedagógico interdisciplinar desenvolvido com crianças da educação infantil, com foco na exploração de diferentes culturas e suas contribuições para o desenvolvimento social, cultural e cognitivo dos alunos. **Relato de experiência:** O projeto foi desenvolvido com turmas de Infantil 5 anos e teve como proposta proporcionar uma “viagem” por diferentes continentes e países, possibilitando às crianças conhecer costumes, tradições e curiosidades culturais. Inicialmente, os alunos exploraram aspectos do continente africano, com destaque para o país de Gana, incluindo atividades relacionadas à sustentabilidade e reciclagem, inspiradas no trabalho de um artista local. Em seguida, conheceram elementos da cultura japonesa, como o Monte Fuji, realizando atividades artísticas e experimentos científicos simples relacionados a vulcões. Posteriormente, foi explorada a cultura italiana por meio de atividades culinárias e discussões sobre sua influência cultural. Também foram abordados aspectos da diversidade cultural brasileira e o estudo de animais característicos de diferentes continentes. O projeto envolveu atividades lúdicas, artísticas, experimentais e pesquisas realizadas com o apoio das famílias. Como culminância, foi realizada uma “Festa das Nações”, na qual os alunos representaram diferentes países, apresentaram curiosidades culturais e compartilharam pratos típicos. **Conclusão:** A experiência evidenciou que projetos pedagógicos baseados em vivências culturais favorecem a participação ativa das crianças, ampliam o repertório cultural e estimulam habilidades sociais, comunicativas e cognitivas. Além disso, promovem o respeito à diversidade e fortalecem a aprendizagem significativa na educação infantil.

Palavras-chave: **APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA; EDUCAÇÃO INFANTIL; INTERAÇÃO SOCIAL**